

Verônica Gonçalves Azeredo

Famílias em território vulnerável

um estudo sobre proteção social em grupos populares

Campos dos Goytacazes, RJ



2015

© 2015 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Todos os direitos reservados. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição na internet ou outros), sem a autorização, por escrito, da Essentia Editora.

AZ993f Azeredo, Verônica Gonçalves
Famílias em território vulnerável: um estudo sobre proteção social em grupos populares / Verônica Gonçalves Azeredo. – Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2015.

201 p.: il.

ISBN 978 - 85 - 99968 - 45 - 1

1. Família – Brasil. 2. Brasil – Política Social. I. Rita, Freitas. II. Almeida, Carla. III. Título.

CDD-361.610981

Essentia Editora

Rua Coronel Walter Kramer, 357
Parque Santo Antônio | Campos dos Goytacazes/RJ
CEP 28080-565 | Tel.: (22) 2737 5648
essentia@iff.edu.br | www.essentiaeditora.iff.edu.br

Tiragem: 500 exemplares

Impressão: Globalprint Editora Gráfica LTDA - ME. | Tel.: (31) 3198 1100

Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

	Reitor Pró-Reitor de Administração Pró-Reitor de Desenvolvimento da Convivência Humana Pró-Reitora de Ensino Pró-Reitora de Extensão e Cultura Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação	Luiz Augusto Caldas Pereira Guilherme Batista Gomes Maycon Pires Rodrigues Ana Lúcia Mussi de Carvalho Campinho Paula Aparecida Martins Borges Bastos José Augusto Ferreira da Silva
Conselho Editorial 2010/2014	Conselho Editorial 2015	Conselho Consultivo
Desieli Silva Gusmão Taouil Edinalda Maria Almeida da Silva Helvia Pereira Pinto Bastos Inez Barcellos de Andrade Jefferson Manhães de Azevedo Luiz de Pinedo Quinto Junior Maria Amelia Ayd Corrêa Maria Inês Paes Ferreira Pedro de Azevedo Castelo Branco Regina Coeli Martins Aquino Rogério Atem de Carvalho Romeu e Silva Neto Said Sérgio Martins Auatt Salvador Tavares Sergio Vasconcellos Martins Silvia Lúcia dos Santos Barreto Synthio Vieira de Almeida Vania Cristina Alexandrino Bernardo Vicente de Paulo Santos Oliveira Wander Gomes Ney	Cláudia Marcia Alves Ferreira Desieli Silva Gusmão Taouil Edinalda Maria Almeida da Silva Edson Carlos Nascimento Helvia Pereira Pinto Bastos Inez Barcellos de Andrade Jefferson Manhães de Azevedo José Augusto Ferreira da Silva Judith Maria Daniel de Araújo Kissila da Conceição Ribeiro Luciano Rezende Moreira Luiz de Pinedo Quinto Junior Marcos Antônio Cruz Moreira Maria Amelia Ayd Corrêa Maria Inês Paes Ferreira Paula Aparecida Martins Borges Bastos Pedro de Azevedo Castelo Branco Roberto Moll Neto Vicente de Paulo Santos Oliveira Wander Gomes Ney	Adalberto Cardoso (IESP/UERJ) Antonio Carlos Secchin (UFRJ) Antonio José da Silva Neto (UERJ) Asterio Kiyoshi Tanaka (UNIRIO e UFRJ) Erica Maria Pellegrini Caramaschi (UFRJ) Fernando Benedicto Mainier (UFF) Fernando Pruski (UFV) Francisco de Assis Esteves (UFRJ) Gaudêncio Frigotto (UFF) Hamilton Jorge de Azevedo (UFRJ) Helder Gomes Costa (UFF) Iná Elias de Castro (UFRJ) Jader Lugon Junior (IFF/UERJ/SENAI) Janete Bolite Frant (PUC/SP) José Abdallah Helayël-Neto (CBPF/MCT) Rodrigo Valente Serra (ANP) Ronaldo Pinheiro da Rocha Paranhos (UENF) Sérgio Arruda de Moura (UENF) Vera Lucia Marques da Silva (FBPN) Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (UFF)
	Equipe Editorial <i>Revisão de língua portuguesa</i> <i>Revisão técnica</i> <i>Catálogo</i> <i>Capa</i> <i>Projeto Gráfico</i> <i>Diagramação</i>	Edson Carlos Nascimento Viviane Ribeiro Alves Viviane Ribeiro Alves Cláudia Marcia Alves Ferreira Rodolfo Rodrigues Pontes Rodolfo Rodrigues Pontes Cynthia Santos Monteiro
Capa elaborada a partir de uma imagem de		Vitor Menezes

Dedicatória

Para
Jussara, Valdete e Márcia, que, ao abrirem as portas de suas
casas, me permitiram “olhar” suas famílias.

Agradecimentos

Agradeço, em particular, às famílias moradoras do bairro de Custodópolis, em que a pesquisa foi realizada e com carinho especial às de Jussara, Valdete e Márcia.

Sou grata aos pesquisadores do “Inquérito Populacional” pelo esforço e dedicação no trabalho de campo e pelo “clima gostoso” da equipe.

À Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Santos Freitas, que, enquanto orientadora, ajudou-me a seguir o trajeto da pesquisa e da elaboração da tese com tamanha serenidade, sabedoria, compromisso e respeito às minhas ideias.

Aos professores do Programa de Estudos Pós-graduados pela competência e dedicação.

Aos colegas de turma e àqueles que me acolheram, dando-me “casa e carinho” em outra cidade.

Ao Vitor, à Ana Márcia e à Heloísa Raposo pela leitura cuidadosa.

À Maria Clara, minha filha e principal obra.

Finalmente, agradeço aos professores/doutores Denise Juncá (UFF), Carla Almeida (UERJ), Eugênio Soares (UFF) e Myriam Barros (UFRJ) pela composição de uma Banca de Defesa de Tese tão competente e sintonizada em suas orientações e sugestões.

Sumário

Prefácio	09
Introdução	13
“Terras de Custódio”: contato com lugares e pessoas.....	13
Trajetória da pesquisa qualitativa e apresentação dos capítulos.....	15
1 Custodópolis: usos e práticas sócio-espaciais	21
1.1 Apropriação do espaço: território e territorialidade.....	21
1.2 O bairro: lugar do vivido.....	29
1.3 O lugar: histórias vividas e histórias contadas.....	36
1.3.1 Da “Cidade de Palha” às “Terras de Custódio”.....	39
1.3.2 Custodópolis.....	41
1.3.3 O bairro: entre lugares do passado e do presente.....	47
2 Custodópolis nas trilhas das vulnerabilidades	53
2.1 Vulnerabilidades na rota conceitual.....	53
2.2 Vulnerabilidades do lugar.....	62
2.3 Vulnerabilidades das famílias.....	76
3 Enfoque territorial: famílias e proteção social	89
3.1 Territorialidades familiares: apropriações e práticas.....	89
3.2 Proteção social em territórios vulneráveis.....	99
4 Territorialidades familiares e itinerários de proteção social	115
4.1 Percurso metodológico.....	115
4.1.1 Cenas descritivas.....	119
4.1.2 Personagens que protagonizam o estudo.....	120
4.2 Cenas descritivas 1: o bairro.....	122
4.2.1 Custodópolis: “não é lugar ruim de morar não”.....	125
4.3 Cenas descritivas 2: a casa.....	130
4.3.1 A Casa: “Eu moro aqui, essa coisa feia me pertence”.....	136

4.4 Cenas descritivas 3: a família	143
4.4.1 “Família é a que eu formei”	149
4.5 Cenas descritivas 4: o trabalho	156
4.5.1 Trabalho: “comecei a trabalhar cedo e sempre ganhei mixaria”	158
4.6 Cenas descritivas 5: proteção social	161
4.6.1 Proteção social: “elas precisam de amparo”	165
Considerações finais	173
Referências	183

Prefácio

“Como se fora um prefácio”

José Saramago logo ao início de seu livro, *Viagem a Portugal*, nos diz que não gosta de prefácios:

Mal vai à obra se lhe requerem prefácio que a explique, mal vai ao prefácio se presume de tanto. Acordemos, então, que não é prefácio isto, mas aviso simples ou prevenção, como aquele recado derradeiro que o viajante, já no limiar da porta, já postos os olhos no horizonte próximo, ainda deixa a quem lhe ficou a cuidar das flores¹.

Assim, faço o mesmo acordo. Este não é bem um prefácio. Talvez mais que um aviso, seja um convite ao leitor/leitora, para se deliciar com a narrativa deste livro. Como um livro “acadêmico”, talvez eu deva começar enfatizando a riqueza da pesquisa realizada. Passemos, então, a cumprir esse ofício.

A tese de Verônica Gonçalves Azeredo – que tive o orgulho de orientar² – “Famílias nas ‘Terra de Custódio’: Itinerários de Proteção Social”, agora transformada em livro, se destaca inicialmente por dois (grandes) motivos: primeiro, por sua densidade teórica. Seu belo texto se destaca pela extensa pesquisa bibliográfica que realizou. Verônica realiza um diálogo com várias matrizes disciplinares como a sociologia, a história, a antropologia e a geografia humana – uma interlocução relativamente recente no interior do serviço social, sua área de formação – bem como faz importante interlocução com a produção desta área.

O modo como circula por esses diferentes olhares, sem perder o foco, demonstra a maturidade teórica que alcançou – rara para alguém tão nova. Não se trata de um texto que repete outros textos, perdendo-se no ecletismo ou numa discussão meramente teórica; ao contrário, estabelece com estes saberes várias reflexões tendo sempre como norte seu objeto de estudo.

E aqui chegamos ao nosso segundo motivo, ou seja, o tema tratado: o cotidiano das famílias e mulheres pobres. A centralidade das famílias nas políticas sociais hoje, especialmente na assistência, é discutida por vários autores e não caberia num prefácio entrar nessa problemática. Mas enfatizar que esse dado aponta para a atualidade deste livro.

¹ SARAMAGO, José. *Viagem a Portugal*. 23. ed. Alfragide, Portugal: Ed. Caminho, 2011.

² Embora, deva afirmar que Verônica é uma intelectual completa. Sendo assim, o trabalho de “orientação” pode ser melhor definido como um debate, onde espero que nós duas tenhamos aprendido. Divido com ela todos os equívocos que este livro possa conter. Mas reconheço que os méritos são todos da autora, mais que uma orientanda, uma colega de universidade e uma amiga que posso dizer que conquistei durante esses quatro anos de convivência.

A autora problematiza – a partir de uma pesquisa bibliográfica extensa (como já adiantei) e um brilhante trabalho de campo (outro diferencial em seu trabalho) – as condições de vida, de reprodução da pobreza e vulnerabilidades de famílias pobres. Mas, permite-nos conhecer também as estratégias utilizadas por essas famílias, especialmente as mulheres, para sua sobrevivência e dos seus.

Sua pesquisa destaca as redes de sociabilidades e solidariedades utilizadas pelas famílias para lidar com a insegurança e a desproteção social. A partir de seu questionamento inicial: “quais os itinerários que as mulheres percorrem em seu dia a dia”, a autora – a partir de entrevistas realizadas nas casas dessas mesmas mulheres – nos permite conhecer e ouvir as vozes desses sujeitos. Jussara, Valdete e Márcia passam a fazer parte de nossa vida assim que as conhecemos a partir da escrita de Verônica.

Seu relato é rico por nos deixar conhecer as formas e estratégias construídas por suas entrevistadas, as redes de sociabilidade e solidariedades estabelecidas pelas famílias em territórios marcados por pobreza e vulnerabilidades.

Como assistente social de formação, gostaria ainda de destacar a importância deste texto para esse público específico. Ainda que entenda que o livro aqui apresentado não se destina unicamente para assistentes sociais. Mas eu acredito que tenha uma contribuição grande para essa categoria profissional.

Desde o seu surgimento, o serviço social mantém uma profunda articulação com as famílias pobres, especificamente com as mulheres que, por conta de um cotidiano de gênero, se constituem nos sujeitos que normalmente fazem essa mediação (entre as instituições e as famílias). A reflexão sobre as famílias pobres, suas vulnerabilidades e os territórios por onde circulam pode se transformar em matéria para profícua discussão entre os assistentes sociais. Possibilitando “ouvir” a voz desses sujeitos (e o recurso metodológico à história oral também deve ser elogiado), a autora nos permite conhecer melhor nossas usuárias habituais, revelando ainda, os caminhos que estas trilhavam buscando “driblar” as dificuldades do dia a dia. Por outro lado, permite, também, perceber o modo como às políticas assistenciais atingem – ou não atingem – esse público. Permite conhecer as redes – formais e informais – criadas e recriadas para dar conta das vulnerabilidades cotidianas. É nessa articulação entre espaços formais e informais; públicos e privados; institucionalizados e de vizinhança que essas mulheres circulam. Esse conhecimento é rico e fundamental para a construção de uma prática alternativa, tão cara ao chamado projeto ético-político, que marca nossa profissão.

E por fim, outro elemento a ser destacado: sua escrita. O texto aqui apresentado possui uma escrita densa, mas nem por isso, é uma escrita difícil, hermética. Isso torna sua leitura agradável. Sempre considerei isso

um elemento fundamental: a escrita deve convidar ao diálogo e não afastar os leitores e leitoras. O conhecimento pode ser transmitido de forma densa, mas agradável. Chega de livros destinados à crítica “roedora dos ratos”. Esse é outro ponto fundamental neste livro.

E, assim, concluindo esse “não prefácio” gostaria de terminar convidando a/o leitora/leitor para embarcar nessa viagem junto com Verônica. Como disse, a escrita é agradável, a abordagem é densa e o tema é rico. Para além das questões acadêmicas que expus, vale destacar, a importância da leitura por si. Esse é o convite que faço. É um livro com o qual aprendemos. E nem todos os livros nos permitem fazer essa afirmação.

Por isso, só posso desejar-lhe, cara leitora, caro leitor, uma boa leitura, uma boa viagem pelas terras de Custódio. A guia que os acompanhará é sensível e amável, mas também será muito rígida e séria ao lhes descortinar os intrincados caminhos de Custodópolis...

Rita Freitas

Professora Associada do Programa de Estudos
Pós-Graduados em Política Social da ESS/UFF
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Proteção Social - NPHPS/CRD
Pós-Doutoranda no CES-UC

Introdução

“Terras de custódio”: contato com lugares e pessoas

Em agosto de 2008 adentrei as antigas “Terras de Custódio”, atualmente conhecidas como Custodópolis, um bairro da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, localizado no distrito de Guarus, cuja geografia é desenhada na fronteira do Rio Paraíba do Sul. O rio divide a cidade geográfica e simbolicamente, havendo por parte da população uma representação negativa em torno dos lugares e pessoas localizadas “do outro lado do rio”.

Demarcados territorialmente, os lugares ganham sentidos culturais, que no imaginário social podem ser representados de forma positiva ou negativa, de acordo com a localização do sujeito, numa determinada porção do espaço. No Brasil, por exemplo, os nordestinos têm sido historicamente vítimas do preconceito e do estigma, quanto à origem geográfica e de lugar. No mundo, povos, regiões e nações se dividem por hierarquias e conflitos, próprios das relações de poder que permitem que pessoas se apropriem de lugares e neles desenvolvam práticas que as identifiquem.

Tais relações são tecidas por razões econômico-sociais e culturais, recortadas por questões políticas, de classe, gênero, raça/etnia. Por isso, não por acaso, os moradores de Custodópolis são estigmatizados como parte da população que habita em porção pobre do espaço da cidade, segregada em termos de oportunidades geográficas e classificada como de baixa renda através das estatísticas oficiais, tornando-se público-alvo de políticas sociais.

O contato com os lugares e pessoas desse bairro aconteceu pela minha participação enquanto pesquisadora do GRIPES-UFF³. Este grupo foi convidado para traçar um diagnóstico socioambiental da comunidade, através do PROGRAMA BAIRRO SAUDÁVEL: TECENDO REDES, CONSTRUINDO CIDADANIA⁴. Como parte integrante desse programa o GRIPES elaborou o projeto CIDADE DE PALHA (antiga denominação de Custodópolis) com o objetivo de realizar tal diagnóstico. Inicialmente (ago./dez. 2008) foi elaborado um Estudo Exploratório no intuito de se aproximar do lugar e da história do bairro. Para tal, foram feitas entrevistas livres com antigos moradores, lideranças, instituições e comerciantes locais,

³ GRIPES - Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Cotidiano e Saúde/CNPq- coordenado pela Prof.^a Dr.^a Denise C. de M. Juncá/UFF - Universidade Federal Fluminense.

⁴ O Programa Bairro Saudável é coordenado pela Faculdade de Medicina de Campos dos Goytacazes/RJ. Seu objetivo é promover melhorias no bairro de Custodópolis, através de ações interdisciplinares e interinstitucionais, tendo como ponto de referência o CESEC - Centro Escola de Custodópolis. Tal proposta é fazer desta unidade um cenário de ensino-aprendizagem para diferentes áreas de formação no campo da saúde, tanto no âmbito da graduação, quanto da pós-graduação. São parceiras as seguintes instituições: FMC-Faculdade de Medicina de Campos, UFF-Universidade Federal Fluminense, UENF- Universidade Estadual do Norte-Fluminense, UNIFLU - Centro Universitário Fluminense, UNESA - Universidade Estácio de Sá, IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, UCAM - Universidade Cândido Mendes, UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira.

⁵ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁶ FAMAC - Federação das Associações de Moradores de Campos.

⁷ GRIPES. CIDADE DE PALHA: Diagnóstico Preliminar. Campos dos Goytacazes, julho de 2008, mimeo, 68 págs.

⁸ FMC - Faculdade de Medicina de Campos.

⁹ SILVA, Vera Lucia M.; JUNCA, Denise C. de M. (orgs). Território, Vulnerabilidades e Saúde. Campos dos Goytacazes, RJ: FBNP/FMC, 2012, 104 p. (ISBN 856607700-8) em: <http://www.fmc.br/livroBairroSaudavel.pdf> Acesso em 03 de out 2012.

como também visitas técnicas a escolas/creches, igrejas, Grêmio Esportivo, Escola de Samba, Associação de Moradores, comércio, programas sociais. Foi realizado levantamento de documentos diversos sobre a história da comunidade (atas de reuniões, discursos, fotografias, reportagens publicadas em jornais da cidade), além de alguns Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social, apresentados à UFF, no período entre 1966 e 1979.

Consultas ao IBGE⁵ e à FAMAC⁶ ocorreram com objetivo de identificar a área oficial, delimitada como Custodópolis. Para apreendê-la, foi realizado o reconhecimento físico-geográfico, percorrendo-se as ruas do bairro e registrando-se por meio de fotos e abordagens, algumas características desse território. Concluída essa fase, foi elaborado um relatório contendo o registro dessa primeira aproximação, intitulado CIDADE DE PALHA: Diagnóstico Preliminar (GRIPES, 2008)⁷.

Articulada a essa primeira fase do processo investigativo passou-se a realização do Inquérito Populacional (ago./2009 a abr./2010), cuja expectativa inicial era a abordagem em torno de 500 famílias (estimativa da totalidade de residentes do local). Tal número foi ampliado para 658, após identificação, durante visitas às moradias, da existência em vários casos, de mais de uma unidade habitacional no mesmo lote. Contudo, a pesquisa conseguiu atingir 333 moradias (50,6%). Do grupo não pesquisado, 9,1% foi o percentual de recusa e 40,3% o referente à situação de casas abandonadas ou fechadas.

Alguns eixos de análise foram definidos para a realização do Inquérito: identificação do entrevistado, condições de moradia e do entorno, capital humano, perfil econômico, proteção social e capital social, explorados em entrevista com aplicação de formulário. Seus dados foram complementados por observações registradas em diário de campo dos pesquisadores. Participei acompanhando as equipes em visitas às casas nas quais também tive a oportunidade de realizar entrevistas para preenchimento dos formulários. Os resultados desse Inquérito Populacional foram lançados (ago./2012) numa publicação (gratuita e dirigida) pela FMC⁸, em livro intitulado Território, Vulnerabilidades e Saúde⁹ (SILVA; JUNCA, 2012).

Desde o início desse processo investigativo, nos percursos e encontros pelo bairro comecei a indagar sobre o lugar da proteção social na vida daquelas famílias imersas num espaço de pobreza e de vulnerabilidades, cuja geografia parecia inicialmente tão hostil em termos de oportunidades.

Foi aí, então, que dei início à pesquisa desenvolvida no Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social UFF/Niterói, através da linha de pesquisa Sujeitos Sociais e Proteção Social, com o intuito de buscar resposta para a seguinte pergunta: Como se configuram os itinerários de proteção social das famílias no território de Custodópolis? Com esse

foco, a pesquisa foi desenvolvida, defendida e aprovada e ora apresentada nesta publicação. Cabe ressaltar que no trajeto desta pesquisa continuei também meu percurso, enquanto pesquisadora do GRIPES, participando do Inquérito Populacional, até então em andamento.

Nos capítulos 1, 2 e 3 deste livro, trabalho com dados das pesquisas quanti-qualitativas que foram produzidas no projeto “Cidade de Palha” (GRIPES) e, no capítulo 4, apresento pesquisa de caráter qualitativo, a partir do objeto por mim recortado e desenvolvido no Doutorado.

¹⁰ Esse debate está presente nas obras de MILTON SANTOS (1997, 2000), BOURDIN (2001) e CARLOS (1996).

Trajetória da pesquisa qualitativa e apresentação dos capítulos

Do contato com o bairro, a partir da experiência do Inquérito Populacional, observei, nos encontros com as famílias, o quanto a inserção em territórios demarcados pela pobreza, material e simbólica, contribui para o agravamento e reprodução de suas condições vulneráveis. Nesta ocasião, nas minhas andanças por Custodópolis, identifiquei que cada casa visitada apresentava um desenho de vulnerabilidades na configuração de suas territorialidades familiares, o que me levou a questionar sobre os ativos e recursos que estas famílias possuíam e mobilizam para lidar com a falta de acesso ou acesso precário à estrutura de oportunidades oferecidas pelo mercado, Estado e comunidade.

Inquietei-me com um amontoado de perguntas do tipo: Que usos e práticas imprimiam ao território em que viviam? Que atributos possuíam para enfrentar as dificuldades do dia a dia? Que tipos de relações estabeleciam nesses casos? A quem ou a que recorriam em suas necessidades mais “urgentes”?

No emaranhado dessas perguntas, defini o objeto da pesquisa ora apresentada. O interesse foi investigar os processos de constituição das territorialidades familiares e os itinerários de proteção social, no território de Custodópolis. A princípio fiquei apreensiva quanto à natureza do objeto, delimitado num plano tão localizado, na perspectiva de um bairro, recortado no contexto também local de uma cidade, ao norte do estado do Rio de Janeiro.

Com tantos localismos me vi a questionar a relevância social e científica desse objeto, foi quando me lembrei de Bourdin (2001, p. 25), ao afirmar que o local tem sido cenário das grandes preocupações contemporâneas e não por acaso, tem atravessado as ciências sociais¹⁰. A relação mundo-lugar, para Milton Santos (1997), é recíproca, pois cada lugar contém elementos de uma razão global que busca impor a todos os lugares uma única racionalidade, contendo também uma razão local com características e movimentos próprios.

É no território miúdo (LEFEBVRE, 1995) do lugar em que se vive

que o cotidiano se realiza e se expressa todos os dias nos modos de uso, nos espaços aparentemente banais. Para Carlos (1996, p. 21), são esses lugares praticados que permitem ao pesquisador, em seu esforço analítico, tomar o local como ponto de partida para articulá-lo à totalidade social, numa referência ao regional, nacional, mundial. Esse é o desafio.

O risco é cair no equívoco de superdimensionar as dinâmicas dos personagens a serem entrevistados, em detrimento do contexto de atores, em sentido mais amplo. Sabia que identificar semelhanças em casos diferentes e diferenças em casos semelhantes implicaria peregrinar entre idas e vindas da análise social, na tentativa de explorar as aparentes banalidades. Ao eleger a perspectiva qualitativa de análise, estava ciente de que era fundamental contextualizar esse movimento entre o particular e o geral, caso contrário, conforme a antropóloga Claudia Fonseca (1999, p. 61) “o qualitativo não acrescenta grande coisa à reflexão acadêmica”.

Como em pesquisa qualitativa a base é o estudo da subjetividade, me propus a estar atenta ao fato de que sentimentos e emoções expressos individualmente são produzidos no contato com grupos sociais dos quais o indivíduo é parte. Em seu ensaio sobre “a expressão obrigatória dos sentimentos”, Marcel Mauss (1974) afirma que nenhum sentimento humano é puramente espontâneo, carrega o peso do social quanto do fisiológico e psicológico e “é aí que a experiência pessoal ganha sentido” (FONSECA, op. cit., p. 63).

Com poucos informantes e com ênfase na dimensão subjetiva do cotidiano, a pesquisa qualitativa não busca a verdade, nem tampouco seu resultado é falseado, “representa apenas uma dimensão de uma realidade social multifacetada” (Ibid, p. 64). É no contexto da diversidade que pretendi buscar semelhanças identificando pontos de interseção definidores do movimento social. Ao buscar estabelecer comunicação entre famílias de Custodópolis e os sujeitos sociais em seus percursos de proteção social, parti do pressuposto de que estas apresentam perfis diferenciados em sua composição, com destaque para: nuclear, família extensa e monoparental de chefia feminina.

Parti inicialmente da ideia de que essas diferenças, aliadas a um perfil socioeconômico marcado por variadas formas de vulnerabilidade, incide diretamente sobre os aspectos objetivos e subjetivos das oportunidades familiares. Além do fato de o bairro onde vivem ser caracterizado pelo acesso limitado em termos de infraestrutura, mercado de trabalho e políticas públicas. Dentro e fora de suas casas, essas famílias vivem sob o signo da insegurança social, desprotegidas, traçam seus possíveis itinerários de proteção social (formais e informais).

Pressupunha, ainda, que os elementos constitutivos das territorialidades familiares eram caracterizados pelo número de crianças e dependentes, rendas

insuficientes, baixo nível de escolaridade, instabilidade no trabalho, tipo de acesso aos serviços, condições habitacionais precárias, problemas com a falta de saneamento, violência urbana, falta de apoio familiar, comunitário e institucional e de que estas eram algumas das variáveis geradoras de inseguranças sociais e, sobre elas, as famílias administravam as adversidades, tanto no espaço da casa/família como da rua/bairro, referenciadas nos ativos que dispunham, frente às situações de vulnerabilidade.

Considerarei que a família, independente da dinâmica que a organiza e a qualifica, é lugar por excelência de vivências-convivências-conveniências em qualquer espaço-tempo. Portanto, é uma instância legítima de cuidado. A oferta de cuidado relaciona-se ao tipo de dinâmica familiar e, nos casos das famílias pobres, as mais vulneráveis, tendem ser aquelas nas quais tais cuidados são menos efetivos. Para tal, compreender as territorialidades familiares, identificando as estruturas de oportunidades de que dispõem e os tipos de recursos que mobilizam, foi a proposta.

Isso porque, compreendo a oferta de cuidado pelas redes informais não como algo que nasce da ineficácia do Estado, mas como característica de seu *status* de sociabilidade e solidariedade. Contudo, reconheço que, nesse sentido, o Estado tem sobrecarregado as famílias, falhando substantivamente em seu papel protetor. Proteção pelas vias informais e formais deve se complementar e, nos casos de maiores vulnerabilidades, o Estado deve atuar prioritariamente e de modo mais eficaz. Para que pese a importância desse argumento, creio que é preciso valorizar as experiências dos sujeitos sociais em seus valores e práticas, de modo que sejam reconhecidas e potencializadas enquanto direitos. Para que haja incorporação das demandas familiares pelas instituições, há que se pensar em políticas e programas que reconheçam essas dinâmicas.

Com tal perspectiva busquei respostas para as seguintes questões: Qual o perfil das famílias e do território de Custodópolis? Quais elementos caracterizam a constituição das territorialidades familiares e dos itinerários, em busca de proteção social? Para respondê-las, tomei a versão de personagens das famílias eleitas, com os objetivos de identificar o lugar da família na constituição da proteção doméstica e do entorno residencial em Custodópolis e investigar os itinerários de proteção social e o significado assumido pelas famílias, assim como os elementos que fornecem subsídios para alternativas de proteção social, no território de Custodópolis.

Para maior aproximação com o cotidiano dessas famílias e do bairro, adotei como referencial metodológico a História Oral, por entendê-la enquanto “prática de apreensão de narrativas destinada a recolher testemunhos [...], promover análise de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato” (MEIHY, 2005, p. 17). A opção é apresentar tal metodologia no quarto capítulo, visto que a valorização da

vivência verbalizada dos sujeitos que falam pela família permite configurar e dialogar com as cenas que serão descritas, através das trajetórias familiares, no contexto socioterritorial de Custodópolis.

A base conceitual desta pesquisa tem nas categorias território, lugar/bairro, vulnerabilidade, famílias e proteção social seu eixo. No **primeiro** capítulo, sob o enfoque da Geografia Cultural Humanista, o território é apresentado, com uma proposta de construção de uma reflexão, no contraponto com o espaço, numa correspondência direta dos homens e dos lugares, cuja territorialidade se constitui como elemento da identidade sociolocal.

O bairro é então tomado como lugar do vivido, onde histórias são vividas e contadas, reconstruídas na narrativa de antigos moradores, que deixam emergir modos de ‘convivialidade’ através das trajetórias de vida das pessoas e do lugar. O objetivo desse primeiro capítulo é aproximar o leitor do território onde as famílias pesquisadas vivenciam diferentes lugares e oportunidades, a partir dos usos e práticas, produto de suas experiências sócio-espaciais.

Seguindo as trilhas da pobreza indicadas pelo Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012), no **segundo** capítulo, são apresentadas algumas das dimensões de vulnerabilidades do bairro e de seus moradores, considerando-as como mais relevantes as de “habitat, capital humano, econômico, social e de proteção social” (BUSSO, 2001). Nessa perspectiva, a vulnerabilidade é problematizada conceitualmente na perspectiva do bairro/lugar e das famílias, num diálogo com os dados quanti-qualitativos do referido Inquérito, em que as “estruturas de oportunidades” são pensadas numa relação direta entre recursos/ativos que as famílias dispõem para acessá-las ou não.

No **terceiro** capítulo, o enfoque territorial é delimitado na relação entre famílias e proteção social, onde as territorialidades familiares são pensadas por meio de dinâmicas diferenciadas, refletidas no perfil atual das famílias brasileiras, conforme registros oficiais do IBGE/CENSO 2010 e do Inquérito Populacional, o que possibilita o diálogo entre local/global.

Diversos foram os mecanismos que impulsionaram tais mudanças, quebrando a hegemonia de “modelos” familiares considerados ideais. Contudo, a reflexão é conduzida na defesa de que alguns arranjos são mais vulneráveis por causa de determinadas variáveis. Dentre os arranjos familiares oficialmente divulgados como os mais praticados no Brasil estão os nuclearizados, extensos e monoparentais de chefia feminina, por essa razão, serão tomados como referência para a reflexão da proteção social no território vulnerável de Custodópolis.

No contexto de segregação do bairro, serão observados os efeitos do território sobre os mecanismos de solidariedade pública e privada, através dos atributos e relações que as famílias estabelecem em seus percursos, em

busca de proteção. Esta, por sua vez, será manifesta como oferta de cuidados, institucionalizada ou não. Nas famílias, esses cuidados serão apresentados utilizando-se o Inquérito Populacional, para além da unidade doméstica, na perspectiva de redes diversificadas de solidariedade. Pretende-se destacar que apesar das mudanças societárias refletidas nas famílias, sua função protetora se mantém e é atualmente reconhecida no campo das políticas sociais como de extrema relevância para o enfrentamento da pobreza e de vulnerabilidades familiares.

Por fim, no **quarto** capítulo, através do recurso metodológico da História Oral, são apresentados os itinerários de proteção social das personagens Jussara, Valdete e Márcia¹¹, narrados por meio da descrição de cenas de suas vivências no bairro, na casa, na família, no trabalho e na proteção social, de modo que o leitor/leitora possa melhor se aproximar e compreender os movimentos e pausas que constituem suas trajetórias de vida. Elas, independentemente da dinâmica familiar que representam, falam por si e suas famílias, numa relação simbiótica de mulher-mãe, dando destaque ao caráter protetor dessa relação.

Encerro essa introdução ao revelar que a intenção foi possibilitar uma aproximação com a realidade além-página inscrita no território vivido de um bairro pobre e segregado, onde famílias nele residentes constroem suas territorialidades sócio-locais a partir da relação entre pessoas e lugares. É para lá que gostaria de conduzir, você leitor/leitora, para que com seus próprios olhos e seu modo de ver, possa também apreender os “movimentos e pausas” (TUAN, 1983) que cadenciam as trajetórias individuais, familiares, comunitárias e institucionais desses sujeitos. Convido-os, então, a me acompanhar nesse percurso descritivo-analítico, cujo intuito é valorizar as narrativas do social, tornando-as elementos indispensáveis no campo das políticas sociais. Afinal, estas são feitas por pessoas e para pessoas, a partir de um lugar e destinadas a tantos outros lugares.

As redes informais e formais, das quais as famílias participam, revelaram-se como principais recursos que estas utilizam para lidar com toda ordem de desproteção social em contexto de pobreza e segregação, sendo mais vulneráveis as famílias que, na trajetória de vida de seus membros, menos conseguiram acumular ativos necessários para lidarem com os processos geradores das vulnerabilidades que os atingem.

Não se trata de culpabilizar pobres pela pobreza que encarnam, mas de compreender que esta os atinge de modo diferenciado a partir dos lugares que as famílias ocupam em termos geográficos, econômicos, sociais, civis e das perspectivas incorporadas como as de classe, gênero e fases do ciclo de vida.

¹¹ No intuito de preservar a identidade das entrevistadas, seus nomes, assim como daqueles que fazem parte de suas redes de relações, foram substituídos por nomes fictícios.

1

Custodópolis: usos e práticas sócio-espaciais

1.1 Apropriação do espaço: território e territorialidade

Como categoria de análise, o território permite realizar incursões teóricas com intuito de destacar elementos intersubjetivos da realidade analisada. Para tal, o argumento que se quer considerar segue a noção expressa por Mesquita e Brandão (1995, p. 83), de que falar em território é dar visibilidade ao cotidiano, no qual se desenrola a trama intersubjetiva entre sujeitos e lugares. Merecedora de destaque por ser categoria atemporal, sua análise é relevante por permitir refletir sobre a sociedade no enfoque tradicional ou no moderno. Objeto de estudo de diversas disciplinas científicas, teve seu escopo analítico sempre mais relacionado à dimensão material do que à imaterial, cabendo inicialmente à Antropologia¹² o estabelecimento da inter-relação entre essas dimensões.

Essa possibilidade de vincular a subjetividade à materialidade do território estimulou as disciplinas, sobretudo a geografia, a avançar de sua versão original, dedicada ao estudo das influências que as condições naturais exercem sobre a humanidade (Geografia Clássica), ao desenvolvimento de um novo paradigma – o da Geografia Humanista, cuja base é a cultura. Embora haja registros sobre o interesse dos geógrafos pelos problemas culturais desde o final do século dezenove (BONNEMAISON, 2000), é nos anos 70 do século XX que a Geografia Cultural deixa de ser tratada como um subdomínio da Geografia Humana, galgando o mesmo patamar da Geografia Econômica ou da Geografia Política, e cujo objetivo é entender a experiência dos sujeitos no meio ambiente social, valorizando o enfoque material e simbólico, no campo da pesquisa geográfica (CLAVAL, 1999, p. 20). Tal é a perspectiva de análise que se deseja adotar nesta obra.

Ao dialogar com o campo da Geografia Cultural e Humanística ou a “*Cultural-Humanist Geography*” (TUAN, 1980), o que se pretende é aproximar-se de uma porção do espaço (bairro), apreender seus usos e práticas, para compreender a interseção existente entre as pessoas e os lugares.

Para tal, é importante resgatar a contribuição que teve a Escola Clássica da Geografia, na figura do alemão Friedrich Ratzel, responsável por

¹² Para Haesbaert (2004), essa percepção do território enquanto apropriação simbólica está presente no trabalho dos antropólogos: Godelier, M, E. Hall e García, Jorge Luis.

fazer avançar o campo da Geografia Clássica, ao introduzir o político e o econômico, na reflexão do pensamento geográfico. Segundo ele, “quando uma sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado” (RATZEL apud MORAES, 1997, p. 56). Portanto, é o primeiro a fazer uso do termo território (final do século XIX), ao apontá-lo como elemento essencial do Estado-Nação. Sua contribuição, de cunho determinista, foi fundamental para fixar as bases da Geografia Humana, de matriz francesa, que surge como resposta às suas formulações.

O território torna-se, então, um conceito central em Geografia Política e com o passar do tempo, cada vez mais associado às análises sobre questões identitárias de grupos sociais ou étnicos (MESQUITA; BRANDÃO, 1995). Os referidos autores apontam para o caráter elástico desse conceito. Objeto de vários olhares, o território possui como característica marcante a pluralidade de definições.

De acordo com Haesbaert (2004, p. 40), existem três vertentes básicas acerca do território. A vertente política ou jurídico-política, na qual o território é visto como espaço delimitado e controlado por um determinado poder relacionado, na maioria das vezes, ao poder político do Estado. A econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, em que o território é visto como fonte de recursos, como produto da divisão territorial do trabalho. E a cultural, que dá prioridade à dimensão subjetiva, sendo o território interpretado como fruto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação a seu vivido.

Assim como não há consenso sobre as acepções do termo, também não o há em relação às suas escalas: se “nacional, estadual, local, a cidade [...]” (RICETO; SILVA, 2008, p. 147). Torna-se, assim, imprescindível sua delimitação, na análise a ser feita aqui. Será utilizada a escala do bairro, estendida às ruas e as casas. Portanto, a análise recairá sobre a dimensão pública e privada do território, orientada por uma leitura de corte cultural, que buscará compreender os itinerários de proteção social das famílias do bairro de Custodópolis. Ao eleger o território como uma das categorias de análise, o que se pretende é se deixar orientar pelas referências de um lugar delimitado, onde as famílias se encontram e vivenciam a realidade da proteção/desproteção social.

Para tal, é o enfoque material-simbólico que se pretende adotar. Deve-se então buscar o sentido original do território. Conforme Haesbaert (2004, p. 42), a raiz do termo remete ao domínio da terra e esta por sua vez encontra-se sempre ameaçada pelos que vêm de fora para este território. Este caráter material-emocional conforma o domínio representacional e o sentimento de pertencimento a um dado lugar.

Conforme Barcellos (1995, p. 47), o território oferece uma

possibilidade de pensar o lugar como ponto de referência, “uma âncora para um grupo”. Para compreendê-lo, é necessário “experimentar o lugar, sentir-se em casa” (POCOCK, 1981, apud HOLZER, 1999, p. 72). Defensor da Geografia Humanista, o geógrafo inglês D. C. Pocock insiste que, nos estudos sobre território e identidade, é necessário a empatia com os homens e, para se atingir os objetivos da Geografia Humanista, é imprescindível saber descrever e compreender (POCOCK, 1981, apud MESQUITA, 1999, p. 3).

Sobre o método, a visão de Pocock é a de que

A reflexão, a observação, a experiência constituem os métodos de base da geografia humanista; observação livre ou estudos nos quais a geografia faz parte integrante do meio estudado, enquanto membro duma comunidade, visitante, amigo ou residente, por exemplo. [...] E a partir destas descrições qualitativas detalhadas ou de descrições de grupo que são iluminadas as experiências do ambiente (Ibid, p. 3)

Enquanto categoria, o território se define no contraponto com o espaço, e foi o geógrafo suíço Claude Raffestin (1993) um dos primeiros a estabelecer tal diferenciação. Dedicado ao ensino da Geografia Humana, destacou-se por romper com a Geografia Política Clássica, ao inspirar-se nas ideias de Foucault e escrever “Por Uma Geografia do Poder” (1976). Sua obra conferiu reconhecimento e destaque à discussão conceitual sobre território. O autor considera o espaço como um substrato preexistente ao território, e este por sua vez, se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa), em qualquer nível (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Portanto, o território se constitui numa complexa rede de relações e ações de indivíduos em disputa e confronto em torno de um determinado lugar. Seu argumento é que

O espaço é um “dado”, uma “matéria-prima”. Preexistente a qualquer ação. “Local” de possibilidades e a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de se apoderar. (Ibid, p. 144).

Para o referido geógrafo, embora espaço e território não sejam idênticos, há que se considerar sua íntima relação. O espaço antecede o território, de modo que “ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator territorializa esse espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). A transição de espaço a território só é possível pela ação humana e esta, conforme seu argumento, é movida por um campo de relações de poder e de dominação (Ibid, p. 144).

Raffestin partilha com Foucault (1976) da noção de que o poder está em todos os lugares, não é adquirido, mas exercido. Trata-se de algo inevitável e de modo algum inocente (Ibid, p. 159). Sua natureza é multidimensional

¹³ Nova Geografia Cultural: campo de estudo da Geografia que passou a considerar a parte subjetiva do espaço, ou seja, “a experiência vivida pelos grupos no lugar de convívio de suas relações cotidianas” (TEIXEIRA, 2008, p. 2).

e “visa ao controle e à dominação sobre os homens e sobre as coisas” (Ibid, p. 58). Com essa noção, ele afirma ser o território “um espaço político por excelência” (Ibid, p. 60), expressão daquilo que é produzido/apropriado, de forma concreta ou abstrata. Dentre as suas contribuições, está a noção de limite, que “mesmo não sendo traçado, exprime a relação que um grupo mantém com o espaço” (Ibid, p. 153). O limite também pode significar uma fronteira, como no caso do Estado-Nação, onde o poder estatal incide sobre o território na forma de controle da população e domínio de seus recursos.

Pode-se observar que a obra de Raffestin se destaca pelo argumento de que “toda prática espacial” é passível de criar território (Ibid, p. 150), sendo este “a prisão que os homens constroem para si” (Ibid, p. 143). E é nesse contexto que, para o geógrafo, a territorialidade humana reflete a multidimensionalidade do vivido territorial. Na sua visão, a territorialidade não é apenas “relações com territórios concretos, mas também abstratos, como línguas, religiões, tecnologias etc. Esta relação é organizada segundo uma série de regras e comunicabilidade que está implícita na mesma relação societária” (Ibid, p. 161). Conceber a territorialidade como apenas uma simples ligação com o espaço é um equívoco. Sua opinião é a de que o elemento essencial a reter é a relação com a alteridade, que implica processos de inclusões/exclusões. Portanto, trata-se “de uma relação, mesmo que diferenciada, com outros atores” (Ibid, p. 159-161).

Joël Bonnemaïson (2000) toma a noção de territorialidade de Claude Raffestin (1993, *passim*), enquanto uma relação com a alteridade, para afirmar que, desse modo, o território é uma determinada maneira de viver com os outros e, em geral, seus limites geográficos são os das relações cotidianas (BONNEMAISON, *op. cit.*, p. 126). Suas ideias o tornaram um dos expoentes na inovação dos estudos sobre território, dada sua experiência de geógrafo tropicalista, sendo um dos responsáveis pelo surgimento, nos anos 70 do século passado, de uma corrente denominada de Nova Geografia Cultural¹³ (TEIXEIRA, 2008, p. 2).

Bonnemaïson (2000, p. 91), ao acreditar na correspondência direta entre “os homens e os lugares”, garantiu que não existe nenhum indivíduo ou grupo que escape ao princípio da territorialização. Sua experiência mostrou que antes de ser uma fronteira, “um território é um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários” (Ibid, p. 99). Para ele, o geógrafo deve compreender as expressões espaciais, qual seja a “relação secreta e emocional que liga os homens à sua terra e que neste movimento funda sua identidade cultural” (Ibid, p. 103).

Na sua visão, o território está associado tanto à função social quanto simbólica. Ele reconhece, ainda, que o espaço social é produzido, ao passo que o cultural é vivenciado, e destaca que “o primeiro é concebido pela organização

e produção; e o segundo pela significação e relação simbólica” (Ibid, p. 104).

Ao elaborar a noção de “espaço-território”, Bonnemaïson (2000, *passim*), parte da ideia de etnia como “o campo de existência e cultura, vivido de modo coletivo por determinado número de indivíduos” (Ibid, p. 96). Dessa concepção resulta seu entendimento em torno da territorialidade:

Relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial entendido como território (BONNEMAISON, 2000, p. 97).

A partir do entrecruzamento entre cultura, território e etnia, o autor elabora o conceito de ‘geossímbolo’, definido como “um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas, culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade” (BONNEMAISON, 2000, p. 109). Identidade, demarcada pela relação dos homens com os lugares.

Ao utilizar-se da noção de geossímbolo, o referido autor destaca que o olhar, ao voltar-se para determinado espaço, deve considerar três níveis: estrutural, vivido e cultural. Pontua também que a geografia econômica e social sempre se dedicou ao estudo do espaço em sua dimensão objetiva e quantitativa, portanto concentrando-se mais na análise do espaço estrutural.

Contudo, sem desconsiderar o espaço em sua dimensão estrutural, o referido autor destaca o “espaço vivido” pela riqueza de dados subjetivos e existenciais. Exponentes dessa perspectiva de análise, Buttimer (1982) e Frémont (1980) o toma como espaço de reconhecimento e familiaridade ligado à vida cotidiana (BONNEMAISON, *op. cit.*, p. 110).

O terceiro nível possível de análise do espaço é o cultural. Trata-se de um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações. É nesse sentido, que Bonnemaïson (Ibid, p. 112) adota a perspectiva cultural de análise do espaço, pois esta permite apreender os territórios, como reveladores de etnias e culturas. Embora presentes numa mesma realidade, há que se considerar o predomínio de um nível do espaço sobre o outro. A opção do referido geógrafo é pela análise do “espaço cultural”, pois acredita que “a cultura engloba o vivido, ao mesmo tempo, que o transcende” (Ibid, p. 110).

Os níveis de percepção do espaço, por parte de quem o vive ou estuda, são diferenciados e correlacionados, pois

Existe um espaço objetivo, o das estruturas geográficas, mais adiante um espaço subjetivo ou vivido, e para além um espaço cultural, lugar de uma escritura geossimbólica. Toda sociedade agrupa esses diferentes níveis de percepção num conjunto espacial mais ou menos harmonioso ou tenso e dá a cada um desses tipos de espaço uma configuração no solo, uma significação particular (Ibid, p. 117).

¹⁴ Ilha de Tanna é uma das 83 ilhas do arquipélago de Vanuatu, situado na Melanésia, país insular da Oceania. TANNA. Disponível em: <<http://www.guiageo.mapas.com>>. Acesso em: 7 abr. 2011.

O interesse de Bonnemaïson (op. cit., p. 124) em pesquisar o espaço percebido enquanto trama geossimbólica nasce de sua experiência de campo na ilha de Tanna¹⁴, em que descobre que “por meio de sua territorialidade, um povo exprime sua concepção de mundo, sua organização, suas hierarquias e funções sociais”. Ele argumenta sobre a importância de uma cartografia que dê conta do campo cultural e seja capaz de expressar o desenho das diversas territorialidades vividas por determinados grupos humanos. Sua visão de geógrafo o leva a afirmar que enquanto o espaço tende à homogeneidade, o território indica ideias de heterogeneidade, de etnia e identidade cultural. Portanto, reflete o vivido, a afetividade, a subjetividade (Ibid, p. 126).

Ao estabelecer a relação entre espaço e território, Bonnemaïson (2000, *passim*) destaca o equilíbrio sempre instável das categorias. O espaço associa-se sempre ao desconhecido e, por isso, remete à noção de perigo e risco; ao passo que o território, ao fixar, confere segurança. Em outras palavras, pode-se dizer que o território é, antes de tudo, uma ‘convivialidade’ (BONNEMAISON, 2000, p. 126). Lugar de mediação entre os homens e sua cultura, “o território necessita do espaço para adquirir o peso e a extensão, sem os quais não pode existir e o espaço necessita do território para se tornar humano” (Ibid, p. 126). No âmbito dessa relação, é que o homem, em busca de proteção, se coloca sempre à procura de “paragens tranquilas” (LEENHARDT apud BONNEMAISON, 2000, p. 128) ou lugares de enraizamento, que são os territórios, e acabam por atribuírem significados a determinados lugares privilegiados.

Nas sociedades ‘primitivas, os pontos notáveis, os nichos ecológicos especialmente protegidos e hospitaleiros, as fontes e os cumes das montanhas são assim os primeiros lugares a serem apropriados e garantidos’ (Ibid, p. 128).

O território como lugar do vivido e da cultura é também o lugar onde o sentimento de segurança/insegurança é produzido. Nele, a ‘convivialidade’ materializa-se na comunicação das pessoas com os lugares e dos lugares com as pessoas. Trata-se de um fundamento da identidade territorial que se constrói no reconhecimento de uma origem comum e de características partilhadas entre as pessoas. É nesse sentido que Bonnemaïson (2000, p. 129) explora a face mais humanizada do território. Para ele, “o território não responde apenas às necessidades de identidade e segurança; é também o lugar de uma alteridade consentida”. Em Bonnemaïson e Cambrézy (1996, p. 9), o território é o “lugar fundador das identidades locais e a mola secreta de sua sobrevivência”. Ao partirem desse pressuposto, consideram que há uma “imperiosa necessidade para toda sociedade em estabelecer uma relação com os lugares” (Ibid, p. 14).

Pensar o território, reduzindo-o a um centro, entendido como “zona de segurança” e a periferia enquanto área fronteira ou “zona perigosa”, conforme propõe a etologia¹⁵, é para Bonnemaision (2000, p. 83) um erro. Ele afirma que o território não é fechado, nem tampouco um tecido espacial unido, portanto não induz necessariamente a um comportamento estável.

É com essa noção que o autor se refere às relações do espaço-território como de “enraizamento e viagens”, de onde emana a territorialidade, que liga essas duas atitudes: de **fixação** e de **mobilidade**. Desse modo, ressalta o autor, “o território é coisa bem diferente de um espaço fechado, protegido por fronteira”, “[...] é um tipo de relação afetiva e cultural com a terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou exclusão do estrangeiro” (Ibid, p. 101).

Os territórios identitários se constituem por meio da alteridade, que, conforme Almeida (2005, p. 103), trata-se “não só do reconhecimento da existência do Outro, o semelhante, mas tudo que é exterior ao Eu. A fronteira é o espaço da alteridade do Eu e do Outro”. Para Martins (1997, p. 11), ela é “o ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados por diferentes grupos humanos”. O autor argumenta, ainda, sobre as variadas dimensões que esta pode assumir: “fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de cultura e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem” (Ibid, p. 11).

Para Bhabha (1998), a fronteira é uma espécie de “entre-lugar”, um tecido de ligação que constrói a diferença, num processo de interação simbólica. Inspirado nessa noção, Stuart Hall (2003) dá destaque à concepção de fronteira, como “lugar de passagem”, embora admita os binarismos. O fato é que a fronteira, ao mesmo tempo em que separa, comunica, e é Garcia, citado por Almeida (2005, p. 111), quem ressalta o caráter positivo da fronteira, pois, segundo ele, trata-se “de uma síntese de conexão, vínculo e interdependência das sociedades”. Há que se pensar na fronteira também como lugar de encontros.

A compreensão de Bonnemaision e Cambrezy (1996) é que a fronteira em si não é restritiva, limitante e também não se refere apenas a uma divisão espacial do território. Sua noção se estende a outra visão de mundo, da moral e do direito. Portanto, trata-se do modo de estar no território. Claval (1999) adota a ideia de “limites protetores”, referindo-se ao processo de constituição das identidades territoriais. Para ele, a preservação da identidade de um determinado grupo não o impede de ter contato com o Outro, o diferente, apenas constroem sua territorialidade, adotando limites protetores que os impedem de aceitar o que ameaça seus valores.

Pertencer a um território é, acima de tudo, querer e sentir-se reconhecido nele. E a territorialidade é exatamente esse processo de constituição do sentimento de pertencimento a um dado território. Ao dar

¹⁵ Etologia: disciplina da biologia que visa estudar o comportamento de uma espécie no seu meio ambiente, a partir da observação e análise das diversas facetas da vida dos indivíduos e da espécie (sobrevivência, reprodução, comportamento territorial...), quanto à relação entre as espécies no meio ambiente comum (CAMPOS; GOMES, 2009, p. 6822).

tratamento à territorialidade, Spósito (2004) ressalta que sua perspectiva é voltada mais para o plano do indivíduo.

Aí temos o território do indivíduo, seu ‘espaço’ de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade. A territorialidade, nesse caso, pertence ao mundo dos sentidos, da cultura, das interações cuja referência básica é a pessoa e sua capacidade de se localizar e se deslocar (Ibid, p. 113).

A reflexão em torno da territorialidade conduz necessariamente ao diálogo com a identidade, visto que só é possível construir a identidade territorial na interação do indivíduo com lugar. É desse modo que Milton Santos (2006) utiliza-se da categoria “território usado”.

[...] o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. Ele é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (Ibid, p. 14).

Com essas palavras, Milton Santos (2006, *passim*) reforça a ideia de que o território só faz sentido enquanto categoria de análise se nele as pessoas estiverem incluídas em suas variadas dimensões: econômicas, políticas, sociais e culturais. Vale lembrar que homens e mulheres constituem suas territorialidades a partir de configurações complexas, próprias das relações de gênero, nas quais poder e solidariedade são assimétricos e em quantidade diferenciada. Conforme Therborn (2006), uns tem mais direitos e outros mais obrigações.

É no contexto dessas relações que se pretende tomar o “território usado” como ponto de reflexão, a partir de uma dada comunidade, explorando, o quanto possível, sua base material e imaterial. A eleição da categoria território, pela via da geografia, deu-se pelo entendimento do quanto sua utilização pode contribuir para o conhecimento do espaço territorializado. Para tal, as noções de ‘geossímbolo’ e de ‘convivialidade’, apresentadas por Bonnemaïson (2000, *passim*), se tornam relevantes para se pensar acerca dos territórios do cotidiano.

É sobre esse ‘espaço vivido’ que se quer debruçar. Se o espaço estruturado torna-se um lugar, isso só é possível através da experiência individual ou coletiva. Por essa razão, Tuan (1983) revela que “é a experiência que torna os lugares visíveis” (TUAN, 1983 apud HOLZER, 1999, p. 71).

Para Werther Holzer (1997, p. 84), quando alguém se propõe estudar o espaço geográfico, deve-se considerar a ideia de lugar como constituinte essencial do território, e este enquanto categoria que possibilita a apreensão da diversidade das identidades culturais.

Portanto, conhecer o chão onde as famílias de Custodópolis constroem suas territorialidades é um dos objetivos desse trabalho. Desse modo, para que isso seja possível, não basta percorrer as ruas do bairro, mas conhecer a dinâmica do lugar, através de suas histórias, constituídas por meio de usos e práticas sócio-espaciais.

1.2 O bairro: lugar do vivido

O bairro detém a potencialidade de ser território (enquanto porção do espaço dominado pelo homem através do conhecimento) e lugar (relação íntima e emocional com uma porção do espaço) (PAULA; MARANDOLA JUNIOR, 2007, p. 2).

Aprender o bairro como espaço da cidade supõe entendê-lo a partir de sua posição social e espacial na malha urbana. Desse modo, a categoria lugar é uma importante referência analítica para a compreensão das dinâmicas construtoras das identidades sociolocais, e é fundamental considerar que todo “local” se articula com o externo e o “global”. É a partir das relações intermediárias entre esses espaços que o bairro se desenha, manifestando sua racionalidade derivada da apropriação e arranjo do lugar e da expressão de seus usos e práticas. Por isso, compreender o bairro e a cidade, como mediadores das relações e representações dos habitantes, supõe considerar que todo local possui significado e, este se manifesta através da vivência de seus moradores e da interpretação feita pelo conjunto da cidade.

Um bairro pode ser interpretado por diversas pessoas e perspectivas, mas a posição analítica, aqui adotada, segue a proposta da corrente Cultural Humanista da Geografia, que busca compreender os arranjos materiais e simbólicos que agem na formação dos lugares.

Ao fazer referência aos geógrafos humanistas, Werther Holzer (1999) afirma que estes contribuíram para que a categoria lugar, aprisionada a uma noção locacional, saísse do plano secundário nos estudos da geografia. Nesse sentido, destaca as obras de Sauer (1983), Dardel (1990), Lukermann (1964), Luijpen (1973), Dartigues (1973); Buttimer (1982), Relph (1976), Frémont (1982), Pocock (1981) e Tuan (1983).

Entre esses autores, Eric Dardel (1990) foi o precursor na adoção do pensamento fenomenológico, tornando-se referência para a geografia norte-americana e para grande parte dos geógrafos humanísticos. Ele adotou a noção de “geograficidade” como o modo de relacionamento do homem com a terra, o “ser no mundo”. A geografia como ciência das essências foi assim definida por inspiração filosófica de Dardel (1990 apud GONÇALVES, 2009, p. 8).

Numa perspectiva semelhante à de Dardel (op. cit.), o geógrafo sino-

¹⁶ Experiência é categoria central também nos estudos de gênero e mulheres. Cf. MATOS, 1998.

americano Yi-Fu Tuan (1983) dedica-se à compreensão das formas como o homem entende sua experiência no mundo. Experiência¹⁶ é uma das categorias-chave na obra de Tuan (1983, p. 9), e diz respeito a “qualquer maneira pela qual uma pessoa conhece e constrói a realidade”.

Como a proposta é pensar o bairro na dimensão experiencial, enquanto lugar do vivido, a perspectiva que se mostra mais afinada é a de Tuan (1983, passim). Por isso, Marandola Junior (2008) faz uso de tal perspectiva, na medida em que conhecimentos, atitudes e valores são contemplados na análise do “espaço” e do “lugar”.

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço e vice-versa. Além disso, se pensarmos no **espaço** como algo que permite o **movimento**, então **lugar** é **pausa**; cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar (MARANDOLA JUNIOR, 2008, p. 207).

Ao tomar as categorias espaço e lugar como bases de suas análises, o referido autor afirma que estas são indissociáveis. O lugar é onde a realidade se constrói por meio de práticas cotidianas. É nesse sentido que o bairro, como porção do espaço, possui um dinamismo próprio que o geógrafo David Seamon (1980) batizou como “balé-do-lugar”. Trata-se de movimentos que se realizam em tempo e espaço definidos rotineiramente (SEAMON, 1980 apud PAULA, 2009, p. 3).

Para Tuan (1983, p. 153), o lugar é um espaço estruturado, um mundo de significado organizado, onde espaço e tempo se misturam. A partir dessa fusão, o bairro torna-se um lugar, com seus processos de mobilidade que demarcam a identidade territorial de seus moradores. Em sua visão, no contexto da cidade, o bairro figura como ponto de pausa, o que permite que uma localidade se torne um centro de reconhecimento do valor.

Cada pausa constitui um lugar (a moradia, a escola, o trabalho, o shopping, a casa dos amigos, etc.), enquanto os caminhos que ligam esses lugares são os itinerários. O lugar é a diferenciação do espaço indiferenciado, é o que marca o envolvimento com o espaço e permite a sua qualificação. O lugar é marcado por uma ambivalência do subjetivo e do objetivo, constituindo-se um elo na esfera do vivido e do material: lócus próprio do acontecer ontológico (MARANDOLA JUNIOR, 2008, p. 207).

Tuan (1980, p. 106) utiliza-se do neologismo ‘topofilia’ para enfatizar as manifestações específicas do “amor humano pelo lugar”. Trata-se do contraponto com o espaço indiferente, ou “não-lugar” (AUGÉ, 1994), e nesse sentido a ‘topofilia’ revela a intensidade das experiências humanas nos diferentes lugares.

Sob essa noção, flui a compreensão de que, espacialmente representados em escalas físicas e arranjos simbólicos, os lugares assim como as pessoas provocam afetos. Isso, por quê?

Primeiro, os lugares são criados pelos homens¹⁷; segundo, porque os homens que habitam os lugares; e terceiro, porque os lugares também passam a habitar os homens. De maneira que o par homem/lugar se complementa, no mundo vivido, um não existe sem o outro (GONÇALVES, 2009, p. 9).

¹⁷ Embora a expressão “os homens” tenha sido apresentada na citação, no sentido de humanidade, cabe destacar que “mulheres e homens vivem e pensam o mundo a partir de diferentes ‘lugares’, tendo dessa forma, necessidades diferenciadas” (MACEDO, 2002, p. 59).

Pode-se, então, observar que é desse casamento entre homem e lugar que o espaço torna-se familiar. Ao indagar sobre o modo como o espaço desconhecido transforma-se num bairro, Tuan (1983, p. 151) estimula a reflexão em torno das dinâmicas sócio-espaciais que alimentam a construção da identidade local. É sob a constituição de sua estrutura interna e externa, que o bairro é identificado e reconhecido. Enquanto unidade espacial diferenciada no contexto da cidade, ele é lócus de expressão da experiência urbana. Experiência que se manifesta sob a interseção de processos geradores de movimento e pausa, conforme Tuan (1983, *passim*) convencionou chamar. Tais processos podem também ser entendidos sob a perspectiva da mobilidade e permanência.

Ao se deslocar pelo espaço, a pessoa se orienta por determinadas razões e segue seus movimentos, tais como: Por que se deslocar? Para onde ir? Quantas vezes ir? Tal mobilidade denota a relação da pessoa com o espaço e é uma característica do próprio indivíduo. Assim como a permanência também o é. Como contraponto à mobilidade, a permanência é “pausa”, fixação. Seguem outras razões, como: Por que permanecer? Onde permanecer? Como é permanecer? (PAULA, 2009, p. 8).

A permanência é estabelecida a partir da atribuição de valores e satisfação das necessidades biossociais. É, nesse sentido, que o bairro torna-se um lugar, ao assentar a materialidade da vida de seus moradores, sendo ela produto ou não de seus desejos e expectativas. Material e emocionalmente ele é o local do possível.

Enquanto local de morada, a vida urbana se centra, de vários modos, no bairro. Ir e vir, dentro do bairro, está ligado ao suprimento das necessidades e desejos mais prementes na manutenção diária da vida. Certa mobilidade satisfatória dentro do bairro, ligada ao conteúdo sócio-espacial, enquanto provedor destas necessidades ou desejos, qualifica a permanência no bairro (PAULA; MARANDOLA JUNIOR, 2007, p. 5).

Para Tuan (1983), a experiência prolongada em determinado lugar possibilita melhores condições de nos proteger, de nos defender dos riscos. Nos espaços abertos, representados pela liberdade, fica-se exposto ao

perigo, pois em trânsito não temos os recursos do lugar para nos proteger (TUAN apud MARANDOLA JUNIOR, 2008, p. 207).

Proteção e perigo, perto e longe, realidade e desejo, afeição e desprezo, são alguns aspectos e significados atribuídos aos deslocamentos das pessoas e aos lugares. Desse modo, as dinâmicas dos deslocamentos se entrecruzam com as do pertencimento, e promovem a convivência e a ‘conveniência’, produtos das experiências dos sujeitos nos lugares. Experiências fundadas no conviver. Para utilizar a expressão de Bonnemaison (2000, p. 126, *passim*), a ‘convivialidade’ implica processos de humanização decorrentes da mediação cultural. Supõe associação a lugares e, com eles, um grau de intimidade.

No entanto, essa intimidade não deve ser lida como sinônimo de uma ‘comum-idade’ na dinâmica de um bairro, ou de uma homogeneidade com relação aos usos e práticas do lugar. Trata-se tão somente da interseção entre o privado e o público, enquanto terreno onde semelhanças se fundem, mas também onde diferenças e diversidades se conflitam. É, nesse sentido, que Pereira e Oliveira (2009, p. 45) consideram “o bairro uma mediação, onde reconhecimento e estranhamento se relacionam, produzindo um espaço que não é nem um nem outro, mas a interseção”.

Portanto, por meio da convivência, os moradores de um bairro compartilham o “lugar” e, nele, alguns “lugares”. Seguem por ruas, praças, usufruem de comércios e serviços, encontram-se no trabalho, na escola, no entorno de suas residências, onde experimentam os espaços de contato. Em seus trajetos, cada morador, marcado pela sua história de vida e por suas referências culturais, se posiciona. E, seja qual for a posição assumida, sempre está relacionada à busca de pertencimento. Sentir-se incluído na dinâmica do lugar é a condição que sustenta a permanência no bairro.

Em seus estudos sobre um bairro em Paris, Pierre Mayol (1996) mostra que a vivência em uma coletividade implica, por parte de seus moradores, ‘a defesa’ de códigos sociais legitimados. Essa atitude permite que o morador tenha reconhecimento naquele lugar. Utiliza-se da noção de “conveniência” para explicar

Uma convenção tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos de linguagem e de comportamento. Toda submissão a esses códigos, bem como toda transgressão, constitui imediatamente objeto de comentários: existe uma norma, e ela é mesmo bastante pesada para realizar o jogo de exclusão em face dos ‘excêntricos’, as pessoas que ‘não são/fazem como todos nós’. Inversamente, é ela a manifestação de um contrato que tem uma contrapartida positiva: possibilitar a coexistência de parceiros, a priori ‘não ligados’. Um contrato, portanto, uma ‘coerção’ que obriga cada um que a vida do ‘coletivo’ público seja possível para todos (MAYOL, 1996, p. 47).

Portanto, a convivência implica o cumprimento das regras de conveniência. É assim que, no bairro, os moradores, ao se aproximarem, criam condições de interação social e definem o espaço urbano como “público, acessível, lugar das diferenças, da heterogeneidade” (GRINOVER, 2006, p. 38).

A diversidade de “usos” praticados em um bairro implica a ele ter acesso e dele usufruir. Ainda que produto de cada vivência, um bairro não se constitui por usos particulares, mas pela partilha coletiva, definidora de territórios. Portanto, é sob a tríade *vivência-convivência-conveniência* que os habitantes do lugar conhecem e ‘re-conhecem’ o bairro onde vivem e nele constroem sua identidade.

Da identidade habitante/lugar, criada na relação entre os “usos” e os “outros”, constitui-se a alteridade, pautada numa rede de relações que sustentam a vida e lhe conferem sentido. Para Tuan (1983, p. 224), é da afeição com o lugar que provém o equilíbrio entre sentir-se enraizado e sentir-se estranho. A afeição com o lugar é tanto possível para os nativos, quanto para os que chegaram depois, e implica uma relação de intimidade com aquele “pedaço” (MAGNANI, 2003).

De modo geral, isso ocorre com mais frequência entre aqueles nascidos e criados no lugar, ou aqueles que tiveram tempo para desenvolver suas formas de apego e enraizamento. Mas também é possível para aqueles que chegam, olham e sentem que “aqui é meu lugar”. Por isso, apesar de correlacionadas, as categorias tempo e espaço são relativas.

O debate atual sobre território privilegia a discussão sobre o local, logo, o lugar é resgatado enquanto categoria fundada sob a lógica do pertencimento. De um lugar para o outro, as pessoas estão sempre em busca dessa condição, pois ‘despertencidos’ e desapropriados de nossas raízes perambulamos por nossas cidades, sem mitos fortes que nos amarrem, nossas heranças se perdem e não temos o que colocar no lugar: somos seres desagregados e sem coesão (FARIA, 2000, p. 5).

Sempre remetido a uma vivência, os lugares sugerem laços afetivos entre indivíduos e espaço, possuem historicidade e significados, que se diferenciam em modos de expressão (TUAN, 1983, *passim*). Apesar das diferenças no modo de viver e sentir o lugar, ele é “algo vivo, sempre em uso, necessário e amado, local de confluência das memórias passadas e, sobretudo, das memórias futuras” (CANEVACCI apud GRINOVER, 2006, p. 26).

É, nesse sentido, que a memória, assim como a experiência, revela o lugar enquanto construção coletiva. Por isso, “o bairro onde moramos, a casa, o lugar de trabalho, de lazer, de pausa” (TUAN, 1980, p. 26) nos remetem a uma memória e a uma vivência. As lembranças do lugar estão sempre relacionadas aos valores e julgamentos sobre ele, se é “agradável, caótico, violento ou pacato”. Assim como suas paisagens, suas cores e cheiros, só têm

sentido para quem os vivenciou. Trata-se de um ‘local circunscrito pela nossa experiência’, como centro de significados e intenções humanas (Ibid, p. 27).

Atrelada à ideia de lugar, a memória é lócus de constituição e armazenamento de saberes geradores da identidade local. Para Delgado (1990, p. 9), “a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente”. Na visão do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006, p. 64), embora expressa individualmente, a memória é coletiva, ainda que seja “muito comum atribuímos [a memória] a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspirados pelo nosso grupo”. Sua obra *La Mémoire Collective* (1968), traduzida (2006) por Beatriz Sidou, é marco nos estudos dos ‘contextos sociais da memória’. Trata-se de uma valiosa contribuição sociológica, que estimula o conhecimento sobre o modo como “a trama coletiva da existência, surge e se impõe à individualização” (Ibid, p. 16). Tal obra de Halbwachs se destaca por afirmar que a memória é social, por três aspectos fundamentais:

RECORDAÇÃO	QUADROS SOCIAIS DE REFERÊNCIA	LINGUAGEM
A presença dos outros é inevitável.	Apoio (rituais, cerimônias, celebrações...).	Base que gera a comunicação entre os grupos.

Quadro 1: Aspectos Fundamentais da Memória Social

Fonte: Da autora, 2011 (Inspirado na referida obra de Halbwachs)

Por essa razão, Halbwachs (2006) acredita que a memória se manifesta individual, coletiva e socialmente.

Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (Ibid, p. 72)

Por ser um fenômeno construído coletivamente, a memória é submetida a constantes mudanças, não é de modo algum inerte. Pressupõe um movimento próprio do ato de recordar, que, por sua vez, reconstrói continuamente a memória. O referido autor acredita ser preciso considerar a mútua interação entre sociedade e memória. Esse é, segundo ele, o elo para se pensar a memória como construtora da identidade (Ibid, p. 152). Sua visão é a de que, ao ‘re-atualizar’ o passado, o indivíduo (a partir do contexto social e das relações de pertencimento), ocupa um lugar no presente.

Ao dar tratamento à ligação entre memória e identidade social, o australiano Michael Pollak (1992), comunga com Halbwachs (2006) do

aspecto social e mutável da memória, mas o critica sob o argumento de enquadrar a memória pela adesão afetiva. Para Pollak (op. cit.), a memória não se resume à reconstrução de acontecimentos, mas atua no intuito de reforçar uma consciência coletiva. Por ser construída com base nas inquietações do presente, a memória é “enquadramento, seleção e negociação” (Ibid, p. 4).

[...] Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (Ibid, p. 5).

Da relação entre memória e identidade, Pollak (1992, passim) destaca três elementos constitutivos:

‘ACONTECIMENTOS’	‘PESSOAS E PERSONAGENS’	‘LUGARES’ DA MEMÓRIA
Vividos pessoalmente ou vividos por ‘tabela’.	Pertencem ou não ao espaço-tempo da pessoa.	Ligados à lembrança.

Quadro 2: Elementos Constitutivos da Memória e Identidade

Fonte: Da autora, 2011 (Inspirado na referida obra de Pollak)

Para Pollak (1992, p. 201), esse tipo de acontecimento vivido pela coletividade ganha uma dimensão no imaginário, diante da construção da memória coletiva. No “fim das contas, é quase impossível que a pessoa consiga saber se dele participou ou não”.

A memória é constituída pelos acontecimentos e por pessoas e personagens que cruzam nossas vidas ou que não pertencem necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. [...] Além dos acontecimentos e dos personagens, os lugares estão “particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (Ibid, p. 201-202).

O referido autor acrescenta que a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa, e também sofre flutuações em função do momento em que é articulada e expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória, afirma Pollak (1992, passim).

Aqui, o particular interesse pela obra de Halbwachs (2006, passim) se deve primeiro: pelo caráter pioneiro de um pensamento, surgido nas primeiras décadas do século XX, como contraponto à noção de memória estritamente individual, e segundo: porque sua obra dá destaque à memória como um recurso que reconstrói o passado, sempre a partir do presente, cuja lembrança está sempre vinculada a experiências externas – de modo que as memórias, individual e coletiva, não possam se dissociar. Outro aspecto que merece destaque em

sua obra é a transmissão das lembranças como recurso intergeracional, para manutenção da memória coletiva do grupo social (VIDAL, 2007).

Eclea Bosi (1994, p. 54), em “Memória e Sociedade”, refere-se à lembrança como uma forma de reviver, reorganizar, refletir com as imagens que se têm do presente, as experiências vividas no passado. Segundo ela, “se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos faz lembrar”.

Desse modo, a utilização do recurso da memória torna-se fundamental, na medida em que fornece referências históricas e geográficas que afirmam e reafirmam a identidade local. Para Menezes (1999, p. 20), a “memória é mais do que simples arquivo classificatório de informações a reinventar o passado, é um referencial norteador na construção das identidades”.

No momento em que uma pessoa transforma sua experiência em relato, já está filtrando e estabelecendo ligações com o universo que lhe está internalizado. Para Michael de Certeau (1996, p. 208), “esses comportamentos de relato, oferecem um campo rico à análise da espacialidade”. “[...] O relato tem papel decisivo. Sem dúvida ‘descreve’. Mas toda descrição é mais que uma fixação, é um ato culturalmente criador”.

Historicidade, significado e memória se cruzam enquanto elementos simbólicos essenciais na constituição das experiências das pessoas e dos lugares. Por isso, resgatar a memória do bairro, por meio das vivências, lembranças e histórias de seus moradores, tornou-se fundamental para a apreensão dos saberes que conformam a identidade sociolocal.

1.3 O lugar: histórias vividas e histórias contadas

Quem transmite suas lembranças é, na verdade, um mediador entre gerações. É alguém que se percebe como conhecedor das transformações porque as viveu e seus depoimentos são uma apreensão das mudanças sociais, como as que estão aparentemente nas marcas da cidade, nas relações de trabalho, na família e nas relações de gênero (BARROS, 2006, p. 7).

A proposta é apresentar histórias vividas e contadas por moradores do bairro de Custodópolis que, a partir de suas reconstruções narrativas, deixaram emergir modos de ‘convivialidade’ que desenham a trajetória de vida das pessoas e do lugar.

Aqui, a narrativa ganha destaque como uma forma de organização da experiência humana, a partir da qual é estruturada a vida social do bairro. Trata-se de articular experiência e relato, numa interação que permita compreender como as pessoas vão construindo o sentido do lugar. Partindo do pressuposto de que “contar histórias é uma prática social, uma atividade histórica e culturalmente situada” (Ibid, p. 119), o que se quer ressaltar é o

quanto a narrativa é uma instância privilegiada na constituição da memória e da experiência.

No contato com as pessoas do bairro foi possível se aproximar das práticas sociais, por meio de histórias contadas.

O passado narrado carrega uma opinião: uma lembrança é uma perspectiva sobre o vivido. Por meio dela o memorialista aparece aos demais. A arte de narrar envolve a coordenação da alma, da voz, do olhar e das mãos. É como uma performance em que a palavra associada à ação, permite ao homem mostrar quem ele é (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 372).

Para contar histórias, a pessoa organiza as ideias, nomeia as vivências e as integra a outras representações (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 374). Por isso, a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, mas não se confunde com ela, afirma Halbwachs (2006, p. 69).

Quando a memória é uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele esteve envolvido ou que dele teve consequências, que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo por atores e expectadores de primeira mão [...], então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa (Ibid, p. 101).

Em suas análises, Halbwachs (op. cit., p. 53) aponta para a discussão das identidades territoriais, ao afirmar que há uma relação entre memória e lugar, pois “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”, e enfatiza também o caráter dinâmico da memória coletiva, na medida em que ela está sempre se modificando, em razão da inserção dos indivíduos em outros grupos sociais. A convivência se nutre de comunicações entre grupos, que são marcados por referências distintas de espaço e tempo. Sua visão é que o homem enraizado conserva heranças do passado e isso não significa uma atitude meramente saudosista. Ao reconstruir suas raízes, as pessoas ressignificam as construções dos antepassados e as tradições, revestindo-as de novo significado. Simone Weil (1996) chama a atenção para o fato de que seria inútil

[...] voltar às costas ao passado para só pensar no futuro. É uma ilusão perigosa acreditar que haja aí uma possibilidade. A oposição entre o futuro e o passado é absurda. O futuro não nos traz nada não nos dá nada; nós é que para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas para dar é preciso ter, e não temos outra vida, outra seiva senão os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades da alma humana, não há outra mais vital, que o passado (p. 418).

Em seu trabalho, Weil (op. cit.) faz referência ao passado como fonte

de inspiração para iniciativas. Partindo dessa ideia, o passado não é aqui pensado como objeto contemplativo e reacionário, mas como lócus de produção cultural de uma coletividade.

O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência da coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (p. 411).

Os pressupostos das reflexões aqui contidas partem da compreensão dinâmica e plural do bairro, resultado de usos e práticas diferenciadas do lugar e de disputas simbólicas, mediadas pelas narrativas de seus habitantes. Para além de um ideal de unidade, o bairro se constitui na ‘convivialidade’ de elementos materiais e simbólicos. Portanto, pensá-lo de modo estático e uniforme, e apreendê-lo sob modelos convencionais de observação, não garante sua compreensão como lugar do vivido, onde as experiências individuais e coletivas se imbricam, na medida em que alimentam práticas que contribuem para informar a imagem do local.

Desse modo, no intuito de estabelecer uma aproximação com o lugar e seus habitantes, buscou-se seguir o seguinte percurso metodológico: Observação direta (reconhecimento da área geográfica, percorrendo-se as ruas do bairro e registrando-se por meio de fotos e abordagens, algumas características deste cenário), levantamento de documentos sobre a história do bairro (reportagens publicadas, atas de reuniões, panfletos, fotos), visitas técnicas (estabelecimentos comerciais, igrejas, Grêmios esportivos, Escola de Samba, Associação de moradores, sedes de programas sociais), entrevistas livres (com moradores mais antigos, representantes de instituições) e conversa informal (com moradores e donos de comércios).

Essa investigação foi realizada por pesquisadores do GRIPES, na ocasião da construção do Diagnóstico Socioambiental da Comunidade. Do contato com as pessoas e com o lugar, foi possível extrair matéria-prima para elaboração dos itens que se seguem neste capítulo. As falas são identificadas no texto por letras em itálico e/ou aspas e refletem o relato de entrevistas, conversas informais, registros/depoimentos, em fontes documentais, sobre a história do lugar.

A perspectiva meramente descritiva dos itens 1.3.1 e 1.3.2 é proposital, com o objetivo de permitir ao leitor acompanhar a trajetória do lugar a partir dos agenciamentos práticos da vida cotidiana, sem interferências (tanto quanto possível) de aportes teóricos, referenciados no item 1.3.3 deste capítulo.

Com as narrativas e o resgate da memória coletiva do bairro, o que se buscou foi analisar o modo como a ‘convivialidade’ foi sendo tecida, numa conexão direta de influência das pessoas sobre o lugar e do lugar sobre as pessoas. Verificou-se que na reinterpretação de um passado de características

rurais, o presente se configura e imprime novos valores e modos de viver, e conviver, aos moradores do lugar.

Entre histórias vividas e contadas, o lugar se desenha e revela sua identidade, tornando possível encontrar o fio que liga a apropriação do lugar aos significados a ele atribuídos. Trata-se de apreender essas vivências que teceram histórias. E foi assim que tudo começou...

1.3.1 Da “Cidade de Palha” às “Terras de Custódio”

Num lugar cercado por mato, brejo e lagoa, cortadores de cana se reuniam à espera de caminhões que os levassem para as lavouras das usinas canavieiras da região de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. Esse espaço, transformado em ponto de encontro desses trabalhadores, foi por eles, pouco a pouco, apropriado.

Desbravadores, seu Policarpo e seu José, montaram uma vendinha para atender aos trabalhadores que ali ficavam. Sempre frequentada, era um convite para o convívio e contribuía para encurtar a demora da espera, com café e muita prosa. Estes artigos não faltavam no estabelecimento, tinham em quantidade para “dar e vender”. Com clientela garantida, mais tarde, seu Zezé montou um açougue. O comércio surgia de mansinho e o lugar, que antes servia apenas de ponto de encontro de trabalhadores, foi também se transformando em local de comércio e moradia.

Alguns trabalhadores que moravam em áreas afastadas, ou aqueles que não tinham onde morar, se acomodaram no entorno daquele lugar. “Pegavam um pedacinho de terra e ficavam”, e construíam suas casas em meio ao improviso. Utilizavam barro, bambu, folhas de palmeira ou sapé. “As casas tinham palha no lugar de telha.” Vista do alto, parecia uma “Cidade de Palha”. Nascia uma localidade, que ninguém soube contar exatamente em que período surgiu, mas estima-se que por volta das décadas de 1920/1930.

Havia nesta comunidade um senhor chamado Custódio Siqueira. Ele era médico, por isso o chamavam de Doutor. “Era dono de tudo.” Proprietário de terras na comunidade resolveu transformá-las em lotes, vendidos “baratinho”, “com pagamento facilitado”. Se alguém não tivesse no mês dinheiro para pagar, ele falava: “depois você me dá”. As áreas loteadas ficaram conhecidas como “Terras de Custódio”.

Na memória dos antigos habitantes, Custódio reaparece com um “homem muito bom e simples, que entrava na casa dos moradores, tomava cafezinho e atendia os pobres”. A narrativa deu ênfase a um sujeito de posses e prestígio, chamado de Dr. Custódio, que, além de médico, era “metido” em política. Nostalgia e saudade se misturam nas lembranças de sua morte: “Ele morreu na Praça São Salvador em cima de um coreto, discursando para ser

¹⁸ A morte de Custódio Siqueira tem registro na obra de Waldir P. de Carvalho (1991), intitulada "Campos depois do Centenário".

¹⁹ Embora as entrevistas com antigos moradores (Fase 1 do Projeto "Cidade de Palha"), tenham sido realizadas entre homens e mulheres, os personagens locais rememorados foram do sexo masculino. Possivelmente, por possuírem uma representação mais ligada à vida pública. Isso se verificou, também, em entrevista realizada com a esposa do Sr. José Dias Nogueira (nome da praça do bairro), que pouco conhecia sobre a história do lugar e a vida pública do esposo, concentrando sua narrativa no âmbito doméstico, das vivências familiares.

prefeito¹⁸" e "no enterro dele tinha muito pretinho. Eram todos, afilhados dele".

Pessoa de referência para a localidade, "suas" terras, ao serem loteadas, foram se tornando terras de tantos outros, como: Hipólito Sardinha, José Dias Nogueira, Sr. Nicodemos, Vicente, Zé Laurindo... Uma comunidade que se alargava naquele entorno e, pouco a pouco, foi construindo um modo de vida, que se tornou orgulho para os antigos moradores.

Nas lembranças dos mais velhos¹⁹, o registro de que Hipólito Sardinha era dono de uma padaria e do Cine Teatro Primor, o primeiro de Guarus: "Ele queria alegrar o povo [...], trazia artistas, show de música, colaborava com o teatro amador."

José Dias Nogueira, conhecido como Zezé Simão, foi um dos primeiros comerciantes do local. Seu espírito de liderança foi lembrado pelos moradores, que o homenagearam como nome de praça. Homem de característica pública, "plantou as primeiras árvores da praça, providenciou sua iluminação, organizou a comunidade na luta pela água encanada, mobilizou ajuda às famílias atingidas pela enchente de 1966". Em 1962, foi candidato a vereador, mas não conseguiu se eleger. E houve quem questionasse: "Afinal, como pode, um homem de tamanco ser eleito?" Responsável também pela fundação do Esporte Clube Come Gato, tornando-se o primeiro técnico do time, cuja origem do nome se justifica pelas comemorações, ao final das partidas, em que bebiam e comiam "churrasco de gato" por ele oferecido.

Senhor Nicodemos era a alegria dos domingos. Muitos se "desdobravam durante a semana pra ganhar umas moedinhas pra alugar suas bicicletas". Vicente era responsável pela Quadrilha Caipira. E Zé Laurindo pela Folia de Reis. Não faltava também fado, jongo e capoeira. Além disso, era comum a vizinhança se reunir nas noites de lua e as crianças brincarem na rua. Não tinha luz e nem medo, porque não tinha perigo. "Cada um puxava sua luz da pracinha [...] depois vieram os postes de madeira."

Tinha circo, tourada e gente de longe para assistir. "Nas touradas as pessoas colocavam cadeiras em volta, às vezes o touro escapulia e, era aquela confusão." Na lembrança, a saudade de um tempo onde as pessoas sempre encontravam um jeito para se divertir, seja "nos bailes nas casas, nos matinês da pracinha e do cinema ou no concurso de Rainha do Grêmio".

Uma das comemorações mais esperadas, e anunciada com fogos, era a festa da padroeira do bairro, Nossa Senhora da Conceição, que durava uma semana. E reunia barraquinhas, jongo, corridas rústicas e cavallhada. Outra atração relemburada eram as corridas de cavalo, que aconteciam na rua da raia, hoje batizada como Poeta Marinho.

Na memória dos antigos moradores, apesar da pobreza, a saudade daquele lugar pequeno, alegre e movimentado. Um território onde se misturavam as almas e as coisas (MAUSS, 1974). Ao se consolidar como

bairro, Custodópolis assume características próprias de um espaço urbano, o que contribui para alterar antigas formas 'convivialidade' e os usos e práticas do lugar.

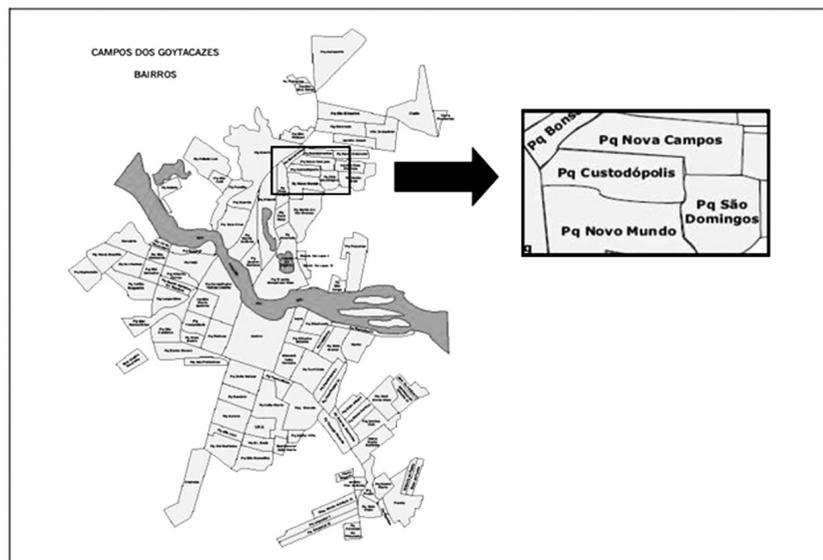
1.3.2 Custodópolis

Da Cidade de Palha, as Terras de Custódio deram origem ao bairro mais antigo de Guarus: Custodópolis. Para os antigos moradores, o nome não poderia ser outro: uma homenagem ao Dr. Custódio Siqueira, dono das terras loteadas.

Conforme o IBGE (Censo demográfico de 2002/2010), o bairro pertence à Zona Norte, e só é visto em conjunto com os vizinhos: Parque Novo Mundo (setores 34, 35, 36, 37, 38 e 39), Parque Bandeirantes (setores 69, 70, 71 e 72) e Parque São Domingos (setores 73,74 e 75).

A Lei 6.305, de 27 de dezembro de 1996, é responsável por esta classificação, ao propor a divisão geográfica da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, delimitando e denominando os bairros, de acordo com a Lei Orgânica Municipal.

Ao tomar como referência o Perfil 2005, Custodópolis aparece como parque.



Mapa 1: Campos dos Goytacazes/RJ - 2005

Fonte: GRIPES. Cidade de Palha: diagnóstico preliminar. Campos dos Goytacazes: [s.n.], 2008, p.30.

Dados do Código de Endereçamento Postal (CEP) apontam para a composição de Custodópolis, no desenho das 20 ruas, a seguir:

Avenida Santa Rosa
Estrada Nogueira
Praça José Dias Nogueira
Rua Romualdo Peixoto
Rua Poeta Marinho
Rua Pedro Cardoso
Rua Patrício Menezes
Rua Mário Bárbara Sobrinho
Rua Júlio Armond
Rua Hipólito Sardinha
Rua Alcides Vieira Maciel
Rua Altino Campos
Rua Ary Ribeiro Vaz
Rua Carlos Bruno
Rua Doutor Custódio Siqueira
Rua Godofredo de Carvalho
Rua Adolfo Porto
Travessa Projetada A
Travessa Projetada B
Travessa Projetada C

Para a Federação das Associações de Moradores de Campos (FAMAC), Custodópolis é constituído pelas seguintes ruas:

1. Avenida Santa Rosa
2. Praça José Dias Nogueira (ou Praça 8 de dezembro)
3. Rua Romualdo Peixoto
4. Rua Poeta Marinho
5. Rua Pedro Cardoso
6. Patrício Menezes
7. Rua Júlio Armond
8. Rua Hipólito Sardinha
9. Rua Carlos Bruno
10. Rua Adolfo Porto
11. Rua Jácio de Alvarenga
12. Rua Irmã Djanira de Moraes (Rua do Beco ou Proletário)
13. Rua Operário Valdir Manhães
14. Rua Alfredo Rodrigues
15. Rua Valdarino (continuação da Travessa Nossa Senhora da Conceição)

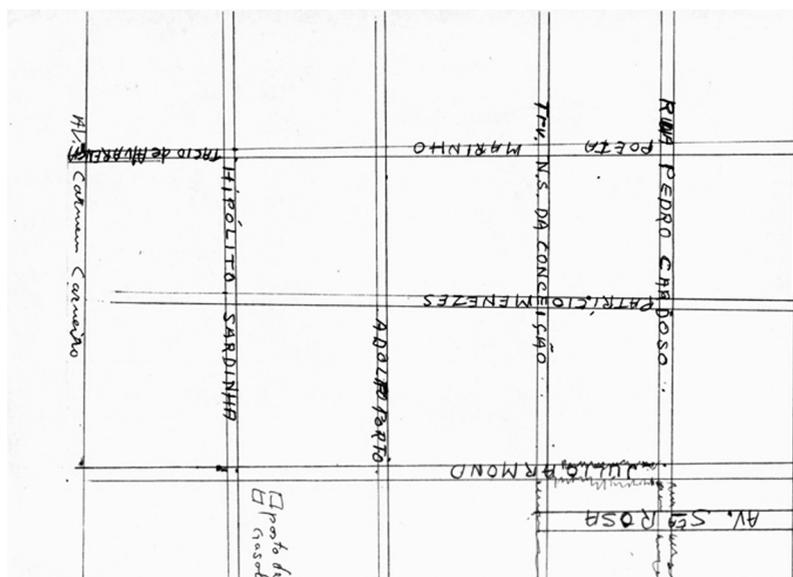
Não há consenso sobre os limites do bairro entre os mapas oficiais. Só na versão dos antigos moradores foi possível apreendê-lo espacialmente.

“Só tem 3 ruas aqui: Júlio Armond, Poeta Marinho e Patrício Menezes. A Carlos Bruno já é (Parque) Novo Mundo.”

“Custodópolis é esse pedaço aqui. É só esse miolo (Rua Júlio Armond, Patrício Menezes, Hipólito Sardinha e Carlos Bruno). Pra lá é Santa Rosa, Morro de Fátima...”

“Custodópolis é pequeno mesmo, vai até ali a baixada.” (GRIPES, 2008, p. 31).

Para melhor apresentar o bairro, o morador Valdeci Nunes optou por desenhá-lo.



Mapa 2: Mapa do bairro desenhado por um morador

Fonte: GRIPES. Cidade de Palha: diagnóstico preliminar. Campos dos Goytacazes: [s.n.], 2008, p. 31.

As pessoas que emprestam nomes às ruas nem sempre têm suas histórias conhecidas pelos moradores. Para eles, a escolha é “*coisa de política*”, de “*gente da Prefeitura*”. Recordam de um tempo quando os nomes de rua eram uma homenagem, de fato, àqueles que contribuíram para as “melhorias do bairro”, como é o caso de Dr. Custódio Siqueira, que se tornou nome de rua, e de José Dias Nogueira, nome da praça principal.

Além disso, era comum atribuir às ruas nomes ligados aos usos e práticas do lugar, como no caso da rua da raia, onde aconteciam as corridas de cavalo. Embora hoje a rua seja identificada como Poeta Marinho, conserva tal representação na memória de antigos moradores. Há quem ainda recorde que, antes de ser Poeta Marinho, a rua também já teve o nome de prof. Gentil de Castro Faria, um professor do Colégio Batista e dono de terras no bairro.

²⁰ O Censo 2010 não divulgou dados da população estimada por bairro.

O fato é que “no início as ruas não tinham nome direito” (GRIPES, 2008, p. 32) e eram os moradores que as identificavam com alguma referência que lhes faziam sentido, como no caso da Travessa Nossa Senhora da Conceição, uma reconhecida homenagem à padroeira do bairro.

Sem desconsiderar indicadores estatísticos oficiais do IBGE, e do Almanaque de Campos de 2008, na composição de Custodópolis, será priorizada, na análise qualitativa, a versão dos moradores, na medida em que a proposta aqui desenhada não é apreender o “território em si”, mas o “território usado”, aquele que “é o chão mais a identidade”, conforme destacado por Milton Santos (2006).

Desse modo, três ruas paralelas identificarão o bairro de Custodópolis. São as ruas Júlio Armond (e seu prolongamento com a Av. Santa Rosa), a rua Patrício Menezes e a rua Poeta Marinho, todas compreendidas nos trechos situados entre as ruas Hipólito Sardinha e Romualdo Peixoto, cortadas pelas transversais: Adolfo Porto, José Dias Nogueira, Travessa Nossa Senhora da Conceição (e sua continuação Valdarino), Pedro Cardoso e Rua C.

Dados do Censo 2000²⁰ do IBGE apontam para uma população estimada em 8.399 moradores. No entanto, o espaço considerado como Custodópolis é controverso. Apesar da imprecisão em termos de delimitação geográfica e, conseqüentemente, populacional, o bairro é a expressão de uma localização vulnerável no contexto da cidade. No entanto, ainda que o cenário apresente um quadro de pobreza e riscos, é no entorno desse lugar que os moradores driblam as incivildades a que estão expostos, e constroem seus modos de vida e pertencimento.

Em 2008, o enredo do G.R.E.S União da Esperança cantou Custodópolis como sendo “um bairro que encanta por ser humanitário”. Exaltado por “seu comércio ativo, onde tudo se tem: esporte, educação, praça de lazer, projetos sociais, festas religiosas, bois-pintadinhos e muito mais”. O bairro cantado é um motivo de orgulho para os moradores, que garantem: “a pessoa sai aqui a qualquer hora e encontra o que quiser”.

É no entorno da Praça José Dias Nogueira, numa mistura de atividades de comércios e serviços, que Custodópolis se desenha. Tem “supermercado, farmácias, açougues, bares, sorveterias, *Lan Hause*, hortifruti, depósito de bebidas, loja de fotos, roupas, brinquedos, artigos para o lar, material elétrico e ferragens, locadora de DVDs, posto de combustível, consultório odontológico, brechó de roupas usadas, sapateiro” (GRIPES, 2008, p. 37).

O prédio de maior destaque da praça é a igreja de Nossa Senhora da Conceição. Em termos religiosos, a Igreja Católica e a Igreja Batista são as referências mais antigas do lugar. Atualmente, o bairro também conta Grupo Espírita, Igreja da Renovação, Comunidade do Amor de Deus, Igreja União com Cristo e Assembleia de Deus, entre outras. Destas expressões

religiosas, a Igreja Batista é, para os moradores, um exemplo por sua prática de “distribuição de alimentos, remédios, passagens e pequenas reformas nas casas dos mais carentes” (GRIPES, 2008, p. 47).

A queixa dos católicos é a falta de iniciativa da Igreja, quando se recordam dos festejos da padroeira, suas novenas e procissão. “Hoje só tem procissão. Passa pelas ruas aquela filhinha curta, fraca.” Para os antigos moradores, as mudanças ocorridas na comunidade rompem com seus valores e tradições. Hoje, o padre diz que “não pode fazer festa profana”. Além disso, “atualmente não existe festa de rua por causa da violência. É muita bebedeira e muita droga”.

A maior preocupação é com os filhos e netos. “Tem criança de 10 anos vendendo droga e com arma na cintura.” “Hoje morre uma criança e amanhã já tem outro no lugar.” “Quando o meu filho era pequeno, as crianças dos vizinhos brincavam com ele lá em casa. Hoje ele está com 16 anos e não tem quase ninguém vivo daquela época.” Para os mais antigos, a violência instalada tornou-se uma realidade difícil de conviver: “Há 60 anos tinha um crime, chocava. Hoje, estão matando como matam mosquito. É muito crime e 90% é droga. Na minha rua tem um ponto. O pessoal desce tudo para comprar.” (GRIPES, 2008, p. 50).

Na fala de um morador, a violência tornou-se também o motivo da baixa frequência nos eventos promovidos pela Escola de Samba União da Esperança (fundada em 1958 e referência no bairro). Além da violência, a diversidade dos modos de vida de seus atuais participantes incomoda os antigos moradores e frequentadores. Em suas versões, atualmente “as famílias não participam muito”, porque “antes era só família. A diretoria saía pra pegar as moças em casa e depois ia levar. Agora está tudo bagunçado” (Ibid, p. 41).

Apesar da existência de escolas e creches da rede estadual, municipal e particular, os dados do Diagnóstico Comunitário apontam para a existência de analfabetismo e falta de cursos noturnos e supletivos, além de pouco envolvimento dos moradores e das instituições com a comunidade. Em tempos de aparente indiferença, o espírito comunitário se manifesta. O proprietário de um açougue, filho de José Dias Nogueira (nome da praça principal), instalou um serviço de alto-falante em seu estabelecimento – e ali anuncia seus produtos, dá avisos de “nascimentos, mortes, missas, comunica perdas de documentos. Para o povo é tudo de graça, mas para os políticos, têm preço” (Ibid, p. 46).

O que não parece ter preço é o futebol. O time “Come Gato” tornou-se Grêmio em 1974. Legalizado, participa da Liga Campista de Desportos, promove regularmente jogos, e tem uma escolinha de futebol que atende às crianças do local, além de funcionar também como entidade filantrópica, “por prestar ajuda material e ceder seu espaço para festas, reuniões, velórios, campanhas de vacinação” (Ibid, p. 47). O Grêmio é um dos principais locais de lazer e sociabilidade do bairro.

²¹ CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

²² Cursos oferecidos pelo Espaço do Trabalho II voltados preferencialmente para mulheres.

Todo domingo tem pagode na quadra da União da Esperança, mas na narrativa de alguns moradores “o ambiente não é recomendado para os que gostam de respeito” (Ibid, p. 41). A praça, que na opinião dos mais antigos era um bom local de “convivência e entretenimento”, tornou-se um lugar ocupado pela “molecada” e, depois de recente reforma, os quiosques a transformaram em ponto de encontro “dos que vivem para beber”, “nem mesmo para as crianças o espaço é destinado”. À noite ela é motivo de preocupação, devido à falta de segurança do bairro, e à ausência de policiamento – apesar da existência de uma delegacia de polícia civil que, na opinião dos moradores, não é sinal de proteção. Houve relato de que “mataram gente em frente à delegacia” (GRIPES, 2008, p. 51). Provas de incivilidade são também os “pegas de motos”, que acontecem aos sábados, na avenida principal do bairro. Motivo de preocupação para muitos moradores, os bailes *funk*, que acontecem no *Club di Roma*, atraem jovens de outras localidades, tornando a comunidade mais vulnerável com a presença desses OUTROS.

A falta de segurança é apenas uma das marcas de vulnerabilidade do lugar. Ao percorrer suas ruas, os moradores seguem seus desenhos irregulares, convivem com um tráfego intenso de veículos e com calçadas ocupadas, negando a prioridade aos pedestres. Driblam a água que “desce de uma rua e volta por outra”, a retratar a falta de saneamento básico, sentem o mau cheiro do lixo acumulado, encontram animais que transitam livremente e arriscam-se com a falta de iluminação de algumas áreas. O cenário desenhado é, para eles, “uma vergonha”, e, se por um lado, culpam o descaso do poder público; por outro, sabem que os próprios moradores também contribuem para o agravamento de tais condições.

Insegura e desprotegida é a vida desses moradores. São homens que enfrentam a realidade do desemprego ou de ocupações informais, de pouca remuneração, e mulheres, em sua maioria, que se dedicam a atividades domésticas, seja em suas casas, ou na casa dos “outros”. O fato é que a pobreza sempre existiu, tanto no passado quanto no presente, porque Custodópolis é terra de “um povo sacrificado, sofrido” (Ibid, p. 10). E isso é possível de ser identificado nas habitações precárias, no baixo nível de escolaridade, na falta de saneamento e na alimentação insuficiente. Além disso, a pobreza na comunidade vem alcançando outras dimensões como o elevado índice de “gravidez na adolescência e a não responsabilização dos pais, a dependência química, a violência e abuso sexual”. (Ibid, p. 58).

Herdeiros de algumas dessas condições de vulnerabilidades, alguns moradores tornam-se alvo dos poucos programas sociais existentes no bairro: o CRAS²¹ e o Espaço do Trabalho II. O segundo oferece cursos de geração de renda como de manicure, cabeleireiro, culinária e artesanato²². A relação entre interesses, necessidades dos moradores e os cursos oferecidos

não é necessariamente convergente. Depende do perfil dos profissionais contratados e disponibilizados pela prefeitura local, e destinam-se, prioritariamente, aos integrantes do Programa de Renda Mínima.

No campo da atuação comunitária, há registros do envolvimento da Associação de Moradores na busca de melhorias. Alguns dos antigos moradores, motivados pelos seus espíritos de liderança, ao reivindicarem a água, acabaram por se articular com instituições e políticos do município, o que gerou e tornou possível o atendimento de outras demandas, como a implantação de um Centro de Saúde Comunitário (CSU) em parceria com a Faculdade de Medicina de Campos, hoje identificado como CSEC (Centro de Saúde Escola de Custodópolis). Trata-se de uma unidade de Atenção Básica de Saúde, em parceria com a prefeitura local, que registra seus principais atendimentos nas áreas de “problemas cardíacos, dermatológicos, hanseníase, verminose, hipertensão, diabetes, depressão, crianças com baixo peso” (Ibid, p. 58).

Com o movimento do tempo, o espaço foi se reconfigurando e o lugar, atingido pela periferização, ganhando novas representações. De uma comunidade de características rurais, diferente por sua vitalidade cultural, a ponto de ser identificada pelos antigos moradores como “*um bairro de tradição*”, Custodópolis passou a conviver com o estigma de lugar perigoso, aproximando-se de tantas outras periferias e áreas segregadas.

1.3.3 O bairro: entre lugares do passado e do presente

Custodópolis fincou raízes sob territorialidade rural e, neste “lugar”, construiu modos de vida, nos quais produziu valores e crenças, que desenharam os traços originários de sua identidade. Para resgatá-la, a memória é fundamental, enquanto elemento constituinte do sentimento, individual ou coletivo, na medida em que a identidade se constrói em referência aos “outros”. Assim, a memória implica experiências geográficas do espaço mais imediato. Refiro-me ao lugar que “carregado de significados, incorpora diferentes escalas espaciais e relações sociais: diz respeito, a casa, à rua, ao bairro, à cidade, à família e às relações de amizade” (PAULA; MARANDOLA JUNIOR, 2009, p. 4).

Nesse sentido, o lugar como espaço da memória não se restringe a um local. Seu significado é apreendido pelas experiências dos que o habitam, material e/ou simbolicamente. Através dessas experiências, são construídas as formas de convivialidade, mediadas por conflitos de valores em disputa. É no terreno dessa discussão que Michael Pollak (1992, p. 5) afirma ser a identidade “referenciada a critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de

credibilidade e, que se produz por meio da negociação direta com outros”. Nessa relação intersubjetiva, os indivíduos vão construindo sua familiaridade e seus estranhamentos com o lugar, criando ritmos próprios a partir de um dado território. Ao reconstituir os fatos do passado, o que se pretende é “entender como as experiências espaciais se revelam a partir da memória, dos vestígios, em que palpita o mundo vivido” (Ibid., p. 25).

Portanto, a memória e a historicidade são categorias-chave para identificar os itinerários de sociabilidade e apreender os padrões de comportamento dos sujeitos sociais, que se conhecem e mantêm relações de troca. Tais relações não são necessariamente lineares, estabelecidas entre “iguais” e compartilhadas sob os mesmos códigos – como na memória dos antigos moradores, herdeiros das lembranças e/ou nostálgicos das vivências da Cidade de Palha e das Terras de Custódio.

Ao resgatarem a memória coletiva de Custodópolis, em suas narrativas, os mais velhos se deixam levar pelos percursos individuais, familiares e comunitários, de um tempo do qual sentem saudades. Através de seus “mapas mentais afetivos” (ECKERT, 2002, p. 8) destacam os circuitos de pertencimento e as mudanças na territorialidade do lugar. Na fronteira entre passado e presente, expressam a sensação de perda de “ideais sociais que se fragmentaram na poeira do tempo” (Ibid, p. 14) e, também, o conflito identitário que a própria experiência do envelhecimento proporciona. Absorvidos pelo sentimento de esvaziamento dos sentidos coletivos buscam um lugar ao qual pertencer e encontram dificuldades de se orientar no presente, por estarem presos a ações e emoções enraizadas, em experiências passadas.

Contam um tempo em que a vida era difícil, mas “*era uma pobreza alegre*” (GRIPES, 2008, p. 14). Tal reminiscência remete a um conjunto de situações sócio-espaciais de convivência, em que foi possível experimentar sentimentos de segurança, confiança, gratidão; partilhar valores, entretenimentos e contentamentos. Um sentimento de ser cuidado, porque “*havia muitas pessoas boas que traziam alegria para o povo*” (Ibid, p. 12), numa referência ao espírito de liderança de antigos moradores que se preocupavam com o lugar. Aos poucos isso foi se perdendo, pois “*os troncos foram morrendo. Não tem ninguém para continuar*” (Ibid, p. 14).

Nessa idealização da vida pública do passado, os moradores experimentam o enfraquecimento dos sentidos de ‘convivialidade’, tão comum nos dias atuais, sobretudo nas metrópoles. Na atualidade, o que se vivencia são os efeitos “da personalidade individualista que desintegra as relações, fragmenta os sentidos, impondo aos sujeitos uma ideologia da intimidade” (SENNET, 1988, p. 22).

Na memória dos antigos moradores, Custodópolis reflete a

degradação de valores (ritualizados em códigos de condutas) e a decadência das experiências públicas. As mudanças desenhadas alteraram os espaços públicos e privados, estabelecendo limites e/ou fronteiras. De um lugar de “tradição”, representado por sua singularidade, tornou-se, com o movimento de acomodação da cidade, mais uma periferia e, apesar da distinção com relação a outros lugares, incorpora as características definidoras da construção social desses espaços segregados.

O fato é que, como afirma Arendt (1987), o homem público, mesmo entrincheirado em seus lugares, “se dá a conhecer”. Em toda forma de convívio, há partilha e disputa, tal é a base da convivência social e das relações de poder, na medida em que “o poder passa a existir entre os homens quando agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam” (Ibid, p. 212).

Desse modo, a referida filósofa aponta para o modo como é aflorada a condição humana da pluralidade, moldada sob a lógica do poder. Essa é a base de tensão que alimenta a vida e as relações comunitárias. Em “Os estabelecidos e os *Outsiders*”, Elias e Scotson (2000) mostram uma comunidade dividida. De um lado antigos moradores, e do outro, os que chegaram depois, considerados estrangeiros e que não partilhavam os valores e os modos de vida vigentes. Segregados, os estrangeiros, experimentaram uma rejeição que atravessou gerações, preservada e alimentada por “fofocas”. Para os estabelecidos (que se julgavam responsáveis pela socialização das regras de normalidade), essa foi a estratégia adotada.

Apesar das diferenças com relação às formas de ‘convivialidade’ em Custodópolis, este enunciado aponta para o fato de que padrões de conduta são construções sociais, podendo produzir comportamentos normalizantes ou desviantes. Para Becker (2008), as práticas desviantes também têm suas próprias regras e seus conceitos de normalidade. O comportamento desviante faz parte de um sistema de relações e interações constitutivo da dinâmica social de determinado lugar.

Para os mais antigos, os ensaios da Escola de Samba União da Esperança não são, hoje, programas para a “*família*”. A que tipo de família se referem? Quem frequenta a quadra hoje em dia? Para além das mudanças na dinâmica da constituição familiar, o que se coloca, frente à diversidade dos modos de vida, é o processo de segregação e autosegregação, motivado por valores distintos.

Simmel (1983) refere-se à sociação como sinônimo

De interesses e necessidades específicas que fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandade de sangue, em sociedades religiosas, em quadrilhas de bandidos [...]. Desse modo, os ‘sociados’ sentem que a formação de uma sociedade como tal é um valor, são impelidos para essa forma de existência [...]. É através da forma que constituem uma unidade (SIMMEL, 1983, p. 168-169).

Compartilhar ou disputar realidades é a base da convivência social, da pluralidade das relações, do desencadeamento das redes de reciprocidades. Disso derivam os modos de vida, que são “os veículos diretivos das interações sociais” (JÚNIOR, 2005, p. 33).

Ao se referir aos conteúdos das interações sociais, Simmel (op. cit.) destaca o “desejo” como o impulso detonador dos propósitos que conduzem a “atos de sociação”. Tais atos implicam práticas socialmente referenciadas ou rejeitadas. Tal é o caso de “pegas de motos” entre os jovens, que acontecem em Custodópolis. Num misto de entretenimento e perigo, trata-se de uma prática geradora do sentimento de insegurança, alimentado pela preocupação com a ordem e o medo. Tal prática, dentre outras, marcadas por incivildades, desenham o lugar, e é possível identificá-las no lixo nas ruas, nos carros nas calçadas...

A praça continua a ser um lugar de convívio. Porém, não mais representado como lócus de fortalecimento das relações de vizinhança, como no passado – um lugar para “*tomar fresca e jogar conversa fora*”. Hoje, sobretudo à noite, é apontada como lugar de drogadição, intensificando estranhamentos e distanciamentos entre aqueles que não partilham deste modo de viver e conviver. Estas pessoas evitam circular no local em determinados horários, “ameaçadas” pelo medo e pelo perigo. No entanto, apesar das evidências materiais e simbólicas, o medo nem sempre se alimenta de fatos concretos.

O sentimento do perigo constante, da violência praticada, do risco que podem ser vítimas, são fatos difíceis de serem mensurados. A construção social do medo e a “estética do medo” (ECKERT, 2002), tão bem representada com cercas de todas as ordens, confirmam o sentimento de insegurança alargado pela sensação de aumento da violência, cujas estatísticas nem sempre são confirmadas.

O fato é que a fronteira entre legalidade e ilegalidade existe, e está bem demarcada, e os moradores aprendem a lidar com ambos os lados. Para Telles e Hirata (2007, p. 25), é uma questão de “sobreviver na adversidade, [...] saber transitar entre fronteiras diversas, deter-se quando é preciso, avançar quando é possível, fazer bom uso da palavra certa no momento certo, se calar quando é o caso”. Trata-se de aplicar o princípio da conveniência às regras de convivência.

Presente na narrativa, o episódio da morte em frente à delegacia do bairro demonstra a impotência dos policiais diante das ações de incivildade, mas não só, também aponta para a falta de qualidade dos serviços prestados. O lugar onde se vive, facilita ou não o acesso a serviços como segurança, saúde, educação, entre outros, que, se de baixa qualidade, produzem uma dinâmica que condiciona situações de vulnerabilidades e de segregação. Estas situações permitem analisar o efeito do lugar sobre o comportamento das pessoas, ou vice-versa.

Sob essa perspectiva, Custodópolis apresenta visíveis consequências de um lugar periférico, que, como tantos outros, limita seus moradores ao

acesso de oportunidades de infraestrutura, trabalho e políticas públicas. Convivem a memória de um “bairro de tradição”, do ponto de vista cultural, e a representação hoje estigmatizada pela convivência de “subculturas”, conhecidas e reconhecidas como marginais.

Todo lugar tem sua memória, e resgatá-la é fundamental para compreender como foi armazenada e socializada sob a forma de saberes singulares. As experiências subjetivo-geográficas desenham territorialidades de indivíduos, famílias, grupos e do bairro. Na reconstrução do passado, os antigos moradores de Custodópolis falam de “uma ordem perdida, de uma normatividade desfeita, de uma sociedade que lhes parece cada vez mais estranha e incivilizada” (BECKER, 2008, p. 29).

Na diversidade de experiências e comportamentos, indivíduos vivem em busca de pertencimentos coletivos. E por meio da memória, os velhos habitantes traçam o trajeto do bairro, configurando-o em seu percurso identitário, o qual os mais novos se incumbem de reinventar.

A proposta, aqui, foi valorizar a memória e a origem do bairro, utilizando-se dos sujeitos que experimentaram e contaram essas histórias, como também olhar para o tempo presente, como socializado por outras razões e emoções, além de compreender que a mediação entre esses tempos e lugares é o que produz a identidade de Custodópolis. Sem resgate da memória, os fluxos da vida do lugar se perdem, ao mesmo tempo em que cristalizá-la, é negar as formas reconfiguradas de ‘convivialidade’.

Portanto, não se trata de “rejuvenescer o lugar (o país, a cidade, a família) a partir da cultivação da memória do social, que reduziria a qualidade narrativa a partir do velho habitante, ao santuário da preservação e conservação de referências identitárias emblemáticas” (BECKER, 2008, p. 26), mas destacar a experiência espacial, como principal mediadora da relação entre as pessoas e o ambiente, em qualquer tempo e lugar. Assim como os lugares mudam as pessoas, as pessoas mudam os lugares. E foi assim, no entorno da Cidade de Palha, que as Terras de Custódio tornaram-se cenário de relações históricas estabelecidas pela comunidade, culminando na demarcação do espaço, hoje conhecido como Custodópolis. Trata-se de um território de pobreza e vulnerabilidades, que será pensado através de alguns elementos que as produzem e reproduzem.

2 Custodópolis nas trilhas das vulnerabilidades

2.1 Vulnerabilidades na rota conceitual

A escolha da vulnerabilidade como categoria de análise deve-se ao fato de se querer destacar, não apenas o rol de necessidades e carências dos moradores de Custodópolis, mas também dar visibilidade aos recursos de que dispõem para enfrentar as privações vivenciadas.

Trata-se de uma categoria que permite considerar variadas dimensões na vida do bairro e de seus habitantes. Bastante confundida como sinônimo de pobreza, sua acepção deve ser nela apoiada e em outros conceitos (KAZTMAN; FILGUEIRA, 2006). Portanto, vulnerabilidade será aqui utilizada, como categoria ante a pobreza e/ou exclusão social. Por essa razão, antes de seguir a rota conceitual da vulnerabilidade, é necessário atravessar os caminhos que a ela conduzem. Nesse sentido, a abordagem em torno da pobreza e exclusão é passaporte para esse debate.

Ao pesquisar a vulnerabilidade socioeconômica e civil, Lúcio Kowarick (2009) apresenta, em seu livro 'Viver em Risco', perspectivas diferenciadas em torno do viver na cidade de São Paulo, sob o signo da vulnerabilidade e da ausência de garantias sociais. Parte da narrativa de moradores dos cortiços do centro da cidade, das moradias em bairro periférico e em favela, para traçar diversos perfis sobre os dramas cotidianos vividos por esses personagens. Antes, porém, apresenta categorias explicativas que dirigem o debate, no qual busca situar e contrapor, a realidade dos Estados Unidos, França e Brasil.

A análise de Kowarick (2009) dá destaque aos Estados Unidos nas décadas de 80 e 90 do século passado, na virada neoliberal, como marco de reedição da noção de *underclass*, agora relacionada ao chamado *welfare dependency*, apontando para

Uma subclasse, gente incapaz de gerir, suas próprias vidas, que vivem na indolência, ociosidade, nas situações de desorganização familiar, álcool, drogas, criminalidade. *Blaming the victim*, feroz culpabilização dos indivíduos pela sua situação de pobreza (TELLES, 1994 apud KOWARICK, 2009, p. 15).

Revela uma retórica conservadora, que se consolida a partir da lógica perversa, que prega o encolhimento dos direitos e a ampliação de deveres e responsabilidades individuais. No contraponto da matriz liberal americana, a tradição republicana francesa, aponta para a responsabilidade pública e a cidadania. Porém, a questão social vai adquirindo outras configurações, demarcando o seguinte percurso: dos “esquecidos do crescimento” (1970), para os “menos preparados” (1980), passando a predominar a noção de “inutilidade social”, na década seguinte.

A crise da sociedade salarial deixa “desfilados” aqueles que “não conseguem mais controlar o futuro” (CASTEL, 1998). É nesse sentido que a questão social passa a ser marcada pelo desenraizamento e vulnerabilidade, advinda do “desemprego e da precarização do trabalho, do rebaixamento de *status* e da perda de raízes ligadas à sociabilidade primária” (KOWARICK, op. cit., p.51-52).

Já o Brasil seguiu por outros caminhos. Herdeiro da “maldição de origem” de raiz escravocrata (TELLES, 1994), de um *ethos* de sociabilidade tupiniquim, *espécie de DNA* sociocultural (Lavalle, 2001) e do estilo patrimonialista e paternalista, do favor e da dádiva (FREYRE, 1973; HOLANDA, 1973), seu percurso foi desenhando a imagem da pobreza, a partir de uma combinação complexa.

Kowarick (2009, *passim*) enfatiza a ocorrência de duas perspectivas demarcadoras da questão social, no caso brasileiro. A primeira, diz respeito à naturalização dos acontecimentos. Ao contrário de culpabilizar o pobre, ele é desresponsabilizado por sua condição, pois se trata da “inevitabilidade daquilo que é assim porque assim sempre foi” (Ibid, p. 100). Isso é o que Telles (1994) denomina de “naturalização da pobreza”, que diz respeito a “um efeito indesejado de uma história sem autores e responsabilidades” (Ibid, p. 6).

Conforme a referida autora, o fato de o pobre estar desempregado, morar na favela, ser assassinado por bandidos ou pela polícia, pode despertar sentimentos de compaixão entre os brasileiros, no entanto tal sentimento esvaziado de justiça social conduz à segunda perspectiva que desenha a pobreza no Brasil: a postura de evitação e dissimulação, presentes nas grades dos prédios, nos elevadores de serviços e nas humilhações de todas as ordens (Ibid).

Expostas a condições de pobreza ou exclusão, as famílias têm seu cotidiano marcado por experiências diferenciadas. É por essa razão que a categoria vulnerabilidade se apresenta como um importante recurso analítico, pois permite a compreensão das variações apresentadas.

O que intenciono problematizar, ante a pobreza, são determinantes econômicos, humanos, sociais, culturais e civis, materializados na “geografia de oportunidades” de Custodópolis e a influência que exercem sobre as pessoas e os lugares. Busco identificar os recursos que os moradores

mobilizam, no plano individual e social, para lidar com as vulnerabilidades do local e de suas famílias. Compreendo que a pobreza seja consequência de relações historicamente desiguais entre mercado, Estado e sociedade e, que suas expressões variadas afetam de modo diverso a vida dos indivíduos, que mesmo morando num mesmo bairro, dispondo da mesma infraestrutura urbanística e de serviços, dispondo de níveis salariais e de consumo equivalentes, podem viver em condições, mais ou menos vulneráveis.

Identificar os elementos territorializantes destas vulnerabilidades é a proposta e, para isso, não adoto a matriz liberal de “culpabilização das vítimas”, nem creio que as condições incivis, a que tais pessoas estão sujeitas possam ser “naturalizadas”. Defendo apenas, uma análise focada na relação espaço-social, importante para identificação das vulnerabilidades em curso, no caso aqui, do território de Custodópolis.

Contudo, compreender as causalidades das vulnerabilidades é apenas o primeiro passo na perspectiva de criação de demandas e mobilização de respostas. No entanto, quem cria a demanda por direitos não é o conjunto da sociedade, mas agrupamentos de indivíduos, que definem determinados marcadores sociais e buscam respostas para eles. No entanto, as formas estatais de atenção a tais necessidades, traduzidas na forma de políticas sociais, só se efetivam, a partir de certo grau de incidência de atores que destacam o problema, ou seja, de pessoas que detêm o capital social, que permite que elas sejam ouvidas. Entretanto, a eleição do problema social, por parte dos governantes, é objeto de disputas e do estágio de compromisso ético de uma dada sociedade.

O que dizer daqueles que estão longe de serem “oradores autorizados” (BOURDIEU, 1985) a demandarem suas necessidades? Ocorre, que dada a encarnação do estado de privação, muitos são os que carecem de oportunidades de trabalho e qualificação, que encarnam precárias condições de saúde e educação, que vivem em condições subumanas de moradia, em áreas de risco social e ambiental, que convivem com o déficit ou ausência de equipamentos públicos e privados e, como se não bastasse, ainda enfrentam o estigma de uma ‘sub-raça’ (OLIVEIRA, 1997), que ameaça e incomoda, pelo fato de existir.

De raízes ancestrais, a pobreza no Brasil tem para com seu povo uma dívida social, que as políticas de proteção, reconfiguradas a partir do século XXI, vêm buscando reconhecer. Pesquisas apontam que a pobreza caiu 51% na ‘Era Lula’, dado surpreendente, se for considerado, que para a meta do milênio a ONU²³ propõe a redução de 50% da pobreza em 25 anos (1990-2015) (NERI, 2011, p. 13).

No entanto, ainda que tenha ocorrido uma evolução dos indicadores sociais, baseados em renda, na última década os índices são questionáveis

em termos de materialização da vida social e do impacto que o acesso aos “mínimos sociais de sobrevivência” tem proporcionado às famílias que encarnam a pobreza (TELLES, 2001).

Apesar do reconhecido avanço democrático em torno dos direitos individuais e das garantias e obrigações do Estado, a Constituição de 88 não foi capaz de elevar o indivíduo a condição de cidadão. Embora tenha sido uma resposta às demandas de grupos organizados da sociedade, há que se lembrar de que a história dos direitos é a história de segmentos e, que nas décadas seguintes, verifica-se um esvaziamento nos aspectos civis dentre estes (LAVALLE, 1999; BEM, 2006; GHON, 2008).

O fato é que, apesar de avanços, as políticas são malsucedidas em sua proposta de intersetorialidade e, funcionando de modo isolado, são incapazes de extrair a pobreza do terreno da natureza e elevá-la ao terreno da civilidade. É, nesse sentido, que expostos a tal situação, um enorme número de pessoas possuem uma cidadania questionável. Isso porque não se constrói cidadania apenas no terreno das políticas sociais, há que ter investimentos em quantidade e qualidade nas políticas públicas em geral.

Para refletir sobre esse contexto, adoto o enfoque de Kaztman (2000), para quem a vulnerabilidade resulta de uma “defasagem ou falta de sincronia entre os requerimentos de acesso às estruturas de oportunidades oferecidas pelo mercado, pelo Estado e pela sociedade e os ativos dos domicílios, que permitiriam aproveitar estas oportunidades” (Ibid, p. 2).

Na visão do referido autor, há que considerar alguns ativos disponíveis entre pessoas e famílias, para o enfrentamento das situações de vulnerabilidades, a saber: capital físico (moradia e bens duráveis a reprodução social), capital financeiro (poupança, crédito, seguro e proteção), capital humano (trabalho e saúde/educação como valores a ele agregado) e capital social (redes de reciprocidades, confiança, contatos e acesso à informação) (Ibid, p. 10). As fontes desses ativos são mercado, Estado, comunidade e a família, além dos efeitos das ações ou a falta delas, aliadas às condições estruturais e conjunturais, que causam situações de vulnerabilidade (Ibid, p. 11).

O eixo analítico pretendido dá ênfase ao modo como a dinâmica ambiental e social conforma a influência do lugar sobre as pessoas e das pessoas sobre o lugar. Trata-se de uma via de mão dupla, que cruza a vulnerabilidade do lugar e a sociodemográfica. A abordagem inspiradora desta análise é de cunho qualitativo e parte da Geografia Cultural Humanista, que destaca a experiência das pessoas nos lugares, como foco principal, sem a prevalência de um polo sobre o outro.

O bairro é aqui considerado como unidade de análise privilegiada para a compreensão da interação social entre domicílio e o entorno residencial e o destaque será dado à influência dos ativos disponíveis das

famílias, frente às situações de vulnerabilidades. A essas fontes de ativos, Kaztman e Filgueira (2006) chamam de “estrutura de oportunidades”. Tais estruturas encontram-se vinculadas entre si, de modo que “o acesso a determinados bens, serviços e oportunidades, provê recursos que facilitam o acesso a outras oportunidades” (Ibid, p. 72).

Desse modo, o mercado, o Estado e a comunidade são ordens institucionais que compõem a “estrutura de oportunidades” mais importantes para o acesso a ativos.

O mercado de trabalho é considerado o recurso essencial para o bem-estar dos domicílios, na medida em que a capacidade de rendimentos é o ativo mais valorizado. No entanto, nos segmentos em que a pobreza vigora, as oportunidades de emprego são escassas, como via legítima de proteção social. A realidade do desemprego se manifesta em formas desprotegidas de trabalho de curto prazo, cuja incerteza desenha a identidade dos trabalhadores e de suas famílias.

Entre os desqualificados e “sobrantes” do mercado de trabalho, o Estado, apesar de retraído, é fonte significativa de provisão de benefícios e programas sociais que amortecem os riscos provenientes da falta de recursos básicos de sobrevivência. Apesar de questionável a qualidade e quantidade de seus serviços, é ele também que provê educação e saúde como bem público. Considerado ainda como empregador, o Estado é fonte de trabalho estável e com cobertura para os que têm qualificação. Atua como regulador do mercado, ao fixar contribuições à seguridade social, estabelecer limites às negociações salariais e aos direitos trabalhistas.

Já a comunidade, dentre a “estrutura de oportunidade”, é um dos ativos estendidos às redes políticas, às famílias e às redes extrafamiliares (KAZTMAN, 2006, p. 76). Os referidos autores consideram que para os estratos populares, o clientelismo político, como rede política, é fonte de capital social. Através dele, trabalho e favores são conseguidos, em troca de lealdade, de voto nas eleições ou em atividades de convencimento político-partidário.

Há ainda que se considerar que nas comunidades as famílias e as redes extrafamiliares são referências fundamentais de proteção e segurança básica diante de situações adversas. Por desempenharem tal papel, são identificadas como “instituições primordiais” (COLEMAN, 1994). No entanto, entre os segmentos pobres, nos quais há o predomínio de diversas dimensões da vulnerabilidade, a família vê enfraquecida o seu potencial para movimentar recursos materiais e imateriais, de modo a conter a reprodução intergeracional da pobreza e/ou exclusão social.

Para além da família, a vizinhança e o entorno residencial, atuam também como fontes de capital social. Contudo, as redes interpessoais de apoio mútuo, comuns nas relações de amizades e nos agrupamentos

²⁴ A influência do lugar sobre as pessoas e das pessoas sobre os lugares é exercida numa via de mão dupla, de modo que não se trata de uma concepção mecanicista.

religiosos, construídas sobre os princípios de reciprocidade, nem sempre se estendem à comunidade local. Isso porque as regras de ‘convivialidade’ são baseadas em aspectos valorativos, que conformam relações de confiança ou desconfiança. Portanto, entre vizinhança e entorno, as formas de convívio oscilam entre sentimentos de segurança e insegurança. Quando o segundo aspecto predomina, as redes sociais locais acabam não funcionando como suporte de capital social.

O fato é que morar em territórios pobres e segregados contribui para que as pessoas fiquem excluídas dos principais circuitos sociais e econômicos da sociedade, impactando diretamente a vida das famílias, frente ao mercado de trabalho e às possibilidades institucionalizadas do Estado, sobretudo com relação à saúde, à escolaridade e à migração para áreas menos isoladas territorialmente. Desse modo, o lugar importa, visto que a experiência da pobreza atrelada à segregação residencial conforma a vida no bairro e os usos e práticas a ele relacionados.

É nesse sentido que alguns estudos sobre a cidade e as consequências da segregação socioeconômica tomam as teorias do “Efeito-Bairro” (WILSON, 1987) e da “Geografia de Oportunidades” (GALSTER; KILLEN, 1995) como marcos teóricos norteadores. Aqui também elas servirão como inspiração para as reflexões em torno das situações de vulnerabilidades em Custodópolis.

Na década de 80 do século passado, de matriz norte-americana, destaca-se o trabalho pioneiro de Wilson (op. cit., p. 31), intitulado *The truly disadvantaged*, ao relacionar a tomada de decisões ao contexto geográfico dos indivíduos. Seu estudo possibilitou novas abordagens do tema, como a de Galster e Killen (op. cit.), que se debruçam sobre seus argumentos e os expandem.

A ideia central da teoria dos “efeitos de bairro” é a de que “existem certos processos sociais, ligados ao espaço, que causam efeito no desenvolvimento de pessoas, expostas a situações de pobreza, especialmente concentrada” (FLORES, 2006, p. 199). Tal experiência afeta de modo diferenciado essas pessoas, dependendo da fase de vida em que se encontram. Portanto, tempo e lugar são categorias importantes na análise da vulnerabilidade ambiental e sociodemográfica.

A teoria do “efeito-bairro” aponta para alguns mecanismos que devem ser considerados na relação entre os moradores do lugar²⁴. Um deles é a “influência dos pares”, que pode agir de modo positivo ou negativo no cotidiano dos residentes. Pode ser benéfica, se a rede social estabelecida entre a vizinhança servir de suporte para o enfrentamento de situações difíceis; como o efeito pode ser contrário, caso haja exposição a uma contracultura delinquente, como é o caso de “pegas de moto” comuns nas ruas de Custodópolis, onde os praticantes e/ou

futuros adeptos deduzem que não há nada de incivil nessa atitude.

Outro mecanismo marcante nas formas de ‘convivialidade’ é a influência dos adultos, enquanto “modelos de rol” (FLORES, 2006, *passim*). Isso ocorre quando se tornam referência para a comunidade local. Se o desemprego e as ocupações precárias são uma constante na vida do bairro, a perspectiva de inclusão no mercado de trabalho formal e de melhores ganhos tende a não ser alimentada, ao passo que adultos que alcançaram bons resultados em suas vidas profissionais servem de modelo para as crianças da vizinhança (WILSON, 1987, *passim*).

Deve ser considerado o mecanismo das “instituições de bairro” (FLORES, *op. cit.*, p. 2006), cujas práticas institucionais são regidas pela visão de mundo que formuladores, gestores e profissionais da linha de frente possuem das áreas onde a pobreza se concentra e onde as formas de vulnerabilidades se manifestam. Desse modo, é comum a adoção de critérios diferenciados de funcionalidade, dada a interpretação dos atributos culturais e do potencial dos moradores de bairros segregados.

É comum nas escolas de bairros pobres, que “os alunos não sejam considerados funcionais para a educação universitária, por esse motivo, socializados como tal, ao passo que crianças em bairros mistos ou integrados serão pressionadas, pois as oportunidades disponíveis merecem o esforço (Ibid).

Sendo assim, os déficits de aprendizagem nas séries iniciais comprometem o desempenho da vida escolar como um todo e aumentam as chances de evasão escolar (WILSON, 1987, *passim*). De modo geral, os bairros segregados contam com serviços escassos e de baixa qualidade, o que conforma, por sua vez, a situação de dificuldade de acesso a determinadas oportunidades por parte dos moradores.

Razões como a “influência dos pares”, os “adultos como modelos” e as práticas nas “instituições de bairro”, aliadas à pobreza generalizada, desenham o perfil das redes sociais locais. Esses aspectos remetem às seguintes questões: Qual a influência do local de moradia na vida das famílias em situação de vulnerabilidades? De que modo os moradores de bairros vulneráveis podem anular ou amortecer o “efeito-bairro”?

Essas questões apontam para outra referência analítica que se apropria da teoria do “Efeito-Bairro”. Trata-se da abordagem em torno da “Geografia de Oportunidades” (GALSTER; KILLEN, 1995, *passim*), que se dedica à análise “dos processos de escolha por parte dos indivíduos e a influência do território sobre os mesmos” (SANT’ANNA; SALATA, 2009, p. 10). No entanto, há que se considerar que “existem variações tanto objetivas quanto subjetivas ao processo de tomada de decisões e às restrições propostas pelo lugar” (FLORES, 2006, p. 201).

Partindo da ideia de que o lugar importa na estrutura de oportunidade, sobretudo com relação ao mercado de trabalho, é que Galster e Killen (1995, *passim*) afirmam que o local de residência, isolado geograficamente, influencia nas taxas de desemprego dos residentes. Além da distância geográfica, desfavorável à mobilidade, a segregação espacial alimenta as situações de vulnerabilidades através da discriminação ou do estigma, por parte dos empregadores.

Outro aspecto relevante, na visão dos referidos autores, são as “assimetrias da informação” (Ibid) na busca de emprego. O argumento é que a população dos bairros pobres tem mais dificuldade de acessar informações sobre oportunidades de estudo e trabalho, porque o modo mais eficaz de obtê-las é por meio das redes sociais que são limitadas, visto que a informação a ser socializada acerca desses assuntos dificilmente circula num lugar concentrado de pessoas com baixa escolaridade e muitos desempregados, ao contrário do que acontece nas áreas centrais da cidade.

Além desses aspectos objetivos, há também que se considerar a dimensão subjetiva nos argumentos da “Geografia de Oportunidades”.

A percepção subjetiva do indivíduo que toma decisões sobre a estrutura de oportunidades sobre a qual deve decidir será criticamente afetada pela informação disponível, que cria um filtro de percepção por meio do qual as oportunidades são entendidas e avaliadas. Este filtro da percepção das oportunidades disponíveis – que restringe as oportunidades realmente acessíveis – forma-se graças à informação proveniente de duas fontes principais: os meios de comunicação de massa e as redes sociais locais (FLORES, 2006, p. 203).

O modo como cada bairro desenvolve suas formas de ‘convivialidade’ influi nas normas e padrões de conduta, pois tais valores são socializados pela informação circulante através da família, vizinhança, grupo de amigos, instituições locais, igrejas, etc. Para Wilson (1987, *passim*), essas redes reforçam ou invalidam esses valores, visto que as informações difundidas por essas redes tendem a influenciar os pares.

Se houver mais vizinhos empregados, é mais provável que existam no bairro mais fontes de informação sobre vagas de empregos; se houver mais vizinhos dependendo do Estado, mais informações sobre subsídios; se houver mais vizinhos em atividades ilegais, mais informações sobre crimes. Esta informação é transmitida de um modo “destorcido”, filtrado pelas experiências, valores e aspirações daquele que transmite a informação. Ao mesmo tempo, a recepção da informação é avaliada conforme as experiências e aspirações do receptor (FLORES, 2006, p. 203).

Dessa forma, a informação disponível nos lugares do bairro, onde o indivíduo transita, influi diretamente na percepção subjetiva acerca das

oportunidades sobre as quais deve tomar decisão. O lugar ganha importância nas reflexões dos referidos autores, no que se refere aos aspectos objetivos e subjetivos das oportunidades.

Assim como tempo e lugar influenciam de modo diferenciado a vida das pessoas, dependendo do momento a que estão expostas e dispostas às oportunidades, as situações de vulnerabilidades também são ampliadas ou reduzidas, conforme as fases da vida e os lugares a que as pessoas pertencem. Por essa razão, as crianças e os idosos são eleitos os segmentos mais vulneráveis da população, dada a condição de dependência às variadas formas de proteção.

Nos processos e dinâmicas acima mencionados, procurou-se destacar o quanto a vulnerabilidade socioeconômica e seu correlato, a vulnerabilidade sociodemográfica, desenham as situações de vida de pessoas em situações de desvantagens sociais. Portanto, a vulnerabilidade é aqui colocada como uma categoria que permite pensar pobreza a partir do enfoque multidimensional.

Ao considerar os aspectos socioeconômicos, demográficos, ambientais, culturais, civis, o que se buscou foi destacar o caráter de associação entre estes aspectos, identificando os mecanismos geradores das vulnerabilidades. Nessa perspectiva, Hogan e Marandola Junior (2006, p. 29) adotam a noção de “vulnerabilidades cruzadas”, por implicar um conjunto de elementos vinculados às desvantagens sociais. Desse modo, a utilização dessa categoria plural supõe um diálogo interdisciplinar, capaz de convergir diferentes orientações em torno da dinâmica do lugar e das pessoas e, dos recursos disponíveis, associados às situações de necessidades ou emergência. Dentro desse contexto, há diferentes, embora convergentes, formas de abordagem.

Tal é o caso aqui apresentado da perspectiva de Kowarick (2009), que, inspirada nas análises de Castel (1998), aponta para a vulnerabilidade como consequência do desenraizamento econômico e social, associada principalmente a trabalhos informais e ocasionais, que por sua vez fragilizam os laços de sociabilidade primária (família e vizinhança) e incidem no acesso aos direitos e na exposição a vários tipos de riscos. É nesse sentido que Kowarick (op. cit., p. 23) também afirma que estar vulnerável é encontrar-se suscetível a entrar nas zonas de assistência ou de desfiliação.

Já na visão de Kaztman e Filgueira (2006, *passim*), a dimensão sociodemográfica é o foco principal na discussão das vulnerabilidades. Partem das ‘estruturas de oportunidades’ e dos ativos (capital social, humano e físico), como capacidades para o enfrentamento de situações de inseguranças e desproteção social. Inspiram-se no enfoque de Armatya Sen (2000), para quem a vida humana é uma combinação de liberdade e diferentes capacidades de realização. A redução ou inexistência de tais capacidades de ação conduzem às situações de vulnerabilidades.

Ainda que debruçados sobre diferentes contextos territoriais e

²⁵ Confira: IBGE - Cidades - Censo 2010 (www.ibge.gov.br).

²⁶ Confira: produção de pesquisadores da área de petróleo/gás nas publicações do Boletim Royalties do Petróleo (www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br).

perspectivas analíticas, os autores citados convergem quanto à utilização da categoria vulnerabilidade como campo conceitual, que permite a compreensão da pobreza para além da dimensão econômico-social. Tais categorias possuem uma materialidade específica, embora sejam separadas por uma linha tênue.

Desse modo, buscou-se apresentar algumas das consequências que a segregação residencial e socioeconômica exerce sobre a vida das pessoas e revelar que a experiência de viver em lugares onde a pobreza está concentrada afeta de modo diverso e exige respostas diferenciadas por parte daqueles que a encarnam. Nesse sentido, os contextos de isolamento socioterritorial, cujas oportunidades são escassas, devem ser pensados como terreno fértil para o surgimento e multiplicação de situações de vulnerabilidades, que se manifestam, sempre no plural, visto que não se trata de um fenômeno isolado, mas compartilhado.

Pretende-se seguir apresentando, agora na microescala do bairro de Custodópolis, alguns aspectos que agem diretamente nas condições de vulnerabilidades dos moradores, nesse “território vivido”.

2.2 Vulnerabilidades do lugar

Enquanto unidade de ordenamento territorial, Custodópolis é um espaço estigmatizado por ser do lado de lá do rio (Rio Paraíba do Sul), ocupado por uma população caracterizada pela pobreza concentrada e vivenciada sobre diferentes perspectivas. Distante cerca de apenas 13 km da área central da cidade, o bairro não deveria ser considerado uma periferia, embora os aspectos relacionados à segregação sócio-espacial apontem para uma caracterização relativa às áreas com esse perfil. Trata-se de um bairro localizado na cidade de Campos dos Goytacazes, situada ao norte e distante 284 quilômetros da capital do estado do Rio de Janeiro. É um município, cuja área de unidade territorial é de 4.027, maior extensão do Estado e, possui uma população de 463.731 habitantes²⁵.

Considerado rico em termos orçamentários, está localizado na denominada Zona de Produção Principal da Bacia de Campos e é o município que recebe o maior volume de *royalties* pela exploração de petróleo e gás. No entanto, não há indícios de que essa vantagem orçamentária, em relação à média dos municípios brasileiros, tenha se traduzido em justiça social. Pesquisadores²⁶ da área revelam quais grupos deste município têm se beneficiado com o fundo público, formado pelas rendas petrolíferas.

Os investimentos públicos em obras de saneamento/pavimentação ou de construção de equipamentos públicos,

realizados nas duas últimas gestões municipais, não foram alocados em áreas sociais menos favorecidas, não produzindo efeitos positivos na estrutura de renda real do município (TERRA et al., 2006, p. 13).

Observa-se que a autonomia financeira, associada a uma receita orçamentária elevada, tem contribuído para favorecer segmentos populacionais de maior renda, em detrimento daqueles de renda mais reduzida. Impactos disso podem ser verificados no Mapa da Vulnerabilidade da População do Estado do Rio de Janeiro (2011), numa pesquisa realizada pela Fiocruz em parceria com a Secretaria de Estado do Ambiente.

Com o objetivo de verificar os impactos das mudanças climáticas nas áreas social-familiar, de saúde e ambiental, o referido Mapa considerou os dados climáticos de 1960-1990 e os projetados para o período 2010-2040. Foram adotados três índices para mensurar as condições de vulnerabilidade de cada município: Índice de Vulnerabilidade Geral no presente (IVG) que engloba três grandes blocos, “Vulnerabilidade de Saúde, Vulnerabilidade Ambiental e Vulnerabilidade Social da Família”, Índice de Cenários Climáticos até 2040 (ICC) e Índice de Vulnerabilidade Mundial presente e futura (IVM)= junção do IVG e ICC.

Conforme esta pesquisa, das nove macrorregiões do Estado, a Costa Verde e Norte Fluminense são as mais vulneráveis, em termos de Vulnerabilidade Geral presente, com índices 0,67 e 0,57 respectivamente.

Dentre as cidades da região Norte, Campos dos Goytacazes sobressaiu como a mais vulnerável no que diz respeito ao IVG (Índice de Vulnerabilidade Geral no presente), alcançando pontuação máxima no *ranking* de municípios do estado do Rio de Janeiro. Esse resultado está relacionado principalmente ao indicador “Vulnerabilidade da Saúde”, com ênfase na dengue e leptospirose.

Do ponto de vista da Vulnerabilidade Ambiental, a região Norte se destaca e o alerta é que as alterações climáticas podem causar inundações e agravar o número de casos da dengue, além dos impactos para as áreas de risco. Esses dados apontam para uma posição desfavorável em termos de qualidade de vida para a população da região Norte do Estado, dando destaque ao município de Campos dos Goytacazes/RJ. A cidade lidera a aquisição dos recursos do petróleo e as taxas de vulnerabilidade. Essa contradição aponta para o modo como o poder público local vem administrando a autonomia em prover a equidade na distribuição dos seus recursos.

No bairro de Custodópolis, através do Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012), foram observadas cinco dimensões de vulnerabilidades indicadas por Busso (2002, p. 12), como as mais relevantes:

- a) De hábitat: condições habitacionais e ambientais, tipos de moradia,

- saneamento, infraestrutura urbana, equipamentos, riscos de origem ambiental;
- b) De capital humano: anos de escolaridade, alfabetização, assistência escolar, saúde, ausência de capacidade, experiência de trabalho;
 - c) Econômica: inserção de trabalho e renda;
 - d) De proteção social: aposentadoria, pensões, benefícios de programas sociais;
 - e) De capital social: participação política, religiosa, associativismo, inserção em redes de apoio.

Tais dimensões de vulnerabilidades serviram de referência para elaboração do formulário do Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012). Como membro do GRIPES, fiquei responsável pela coordenação de Área, de uma das equipes de pesquisadores de campo. Acompanhava-os nas ruas mapeadas, onde também realizei visitas às casas para aplicação dos formulários, na oportunidade, também os registrei.

Nessas andanças pelas ruas do bairro, praticava uma caminhada nada inocente. Meus passos traçavam um itinerário orientado pelo cotidiano daquelas pessoas e daquele lugar. Buscava referências simbólicas e práticas, pelas ruas onde passava, ao observar os contextos que me atraíam. A atenção sensorial delineava meus passos. Vivenciei uma mistura de espaços, cheiros, barulhos, pessoas, objetos e natureza, na experiência itinerante, em minha condição de caminhante.

Seguia o traçado das ruas, por vezes irregulares, desviando de obstáculos que impediam a passagem dos pedestres. Pelas calçadas estreitas, eram tijolos empilhados, monte de areia, restos de obras, carcaça de veículos antigos, mesas de bar. Sob um forte cheiro de esgoto a céu aberto e do lixo acumulado, sobretudo nos terrenos baldios, via meninos correndo atrás de pipa, adolescentes nas rodinhas de bate-papo, fregueses matinais nos botecos, mulheres com criança no colo, homens dentro de oficinas, pessoas de diversas idades, entrando e saindo dos estabelecimentos comerciais, cachorros com aparência de abandonados, vagando pelas ruas. Na avenida principal, um tráfego intenso de veículos ruidosos e acelerados, “parecia” indiferente ao corpo e espaço de homens e mulheres, em seus deslocamentos.

Na praça pela manhã, crianças brincavam nos balanços e andavam de bicicletas, enquanto nos quiosques, mais um dia de trabalho estava apenas começando. A Igreja Nossa Senhora da Conceição se destacava naquele entorno, por sua arquitetura e pintura recente chamarem atenção na paisagem do comércio ao redor.

Nos pontos comerciais, os produtos sempre à mostra indicavam sua razão social, que, por vezes, já não era mais possível identificar nos letreiros

desbotados dos estabelecimentos. Nos dias de sábado pela manhã, as ruas em torno do comércio se enchiam, parecia dia de festividade local, tamanha a movimentação e o burburinho.

Assim como a Igreja Católica, a Igreja Batista também ostenta, em sua sede, uma arquitetura de destaque, para o perfil das construções do bairro. Outras igrejas mais recentes e com sedes mais simplórias expressam a vitalidade religiosa da comunidade.

O símbolo de uma águia no muro indicava a sede da “Escola de Samba União da Esperança”, no coração do bairro, situada na rua principal. Driblando as poças de água parada, que sempre encontrava no caminho, observei o movimento dos moradores em busca de serviços de saúde no CSEC²⁷ e a saída apressada de crianças, de uma das escolas públicas do bairro.

As casas, alinhadas face à rua, muitas vezes camuflavam a existência de outras construções no mesmo terreno. Quintais que adensavam agrupamentos residenciais de parentes me chamaram bastante atenção. Em meio a homens, mulheres e crianças, pude observar a presença de galinhas, cachorros, ratos, lixo acumulado, mau cheiro, banheiro externo e coletivo, em alguns desses endereços.

Por vezes, fui abordada por moradores que se surpreendiam com uma “estranha” no local e indagavam sobre o motivo de minha presença naquele lugar. Várias foram as conversas, que, além de esclarecer a proposta do Inquérito Populacional, possibilitaram o contato com alguns personagens locais, a rotina da rua e do bairro.

Num misto de tranquilidade e receio, meus passos ganhavam distância. Distância, num local do qual não pertencia, mas que buscava conhecer. Para isso, utilizava as técnicas de observação e conversações, no intuito de interagir com o outro, de modo a “ordenar o visível e organizar a experiência” (DEBRAY, 2003 apud ROCHA; ECKERT, 2003, p. 3).

Caminhando, observando e interagindo, pude perceber alguns dos deslocamentos entre as pessoas e os lugares, cujos percursos se sobrepunham, numa trama de ações cotidianas, que desenhavam aquele território que me interessava observar. As cenas vistas e descritas tiveram como perspectiva identificar práticas locais, e, para isso, foi necessário combinar as perspectivas quanti-qualitativa, através de observações participantes com dados do Inquérito, com o objetivo de identificar os cenários de pobreza, onde vulnerabilidades se cruzam.

Cenários e sujeitos foram então identificados. Através do Inquérito Populacional (SILVA; JUNCA, 2012), observou-se que 78,4% dos entrevistados eram do sexo feminino, com idade predominante na faixa de 20 a 39 anos (40,5%), seguido de 18,9% dos que estavam com 60 anos ou mais. A raça/cor autodeclarada indicou 31,2% de brancos, 30,6% de negros e

30% de pardos. Natural de Campos dos Goytacazes registrou-se o percentual de 83,8%. O estado civil apresentou destaque para 41,7% de casados (inclui união estável) e 36,6% de solteiros (com ou sem filhos). Quanto à religião, 43,2% é o percentual de evangélicos, 37,8% de católicos e 10,8% de espíritas. O nível de escolaridade, apesar de variável, apontou para o ensino fundamental incompleto, enquanto que a profissão “do lar”, seguida de serviços na área da serventia doméstica registrou o campo de profissão/ocupação das (os) entrevistadas (os) (maioria mulheres).

Em termos de hábitat: moradia e entorno, os dados revelaram dimensões de vulnerabilidades, que analisados sob a linha do tempo do bairro, permitiram identificar movimentos, que se ora acenavam para melhorias na forma de “progresso”, ora apontavam para reminiscências relacionadas às precárias condições habitacionais, semelhantes à época da “Cidade de Palha”.

Verificou-se que 95,5% residiam em casas, sendo comum a construção dessas habitações num mesmo lote. Destas casas, 55,6% são próprias, 24,6% propriedades de algum membro da família, 8,1% alugadas, 5,1% emprestadas, enquanto as demais se encontravam em processo de inventário, em condição de financiamento ou adquiridas em conjunto.

Se no passado, as casas de Custodópolis “eram de entulho, uma armação de bambu e barro” (GRIPES, 2008, p. 8), no presente, o material predominante na confecção é a alvenaria (98,8%), destas, 81,4% possuem reboco e 17,4% não. Os telhados de palha, características do lugar no passado (“Cidade de Palha”), foram ao longo do tempo substituídos por telha de amianto (52%), embora seja expressiva (33%) a laje de concreto. Há também a utilização de telha colonial (12,9%) assim como, da telha francesa ou associação de materiais (2,1%).

A terra batida, que antes configurou a situação do piso das casas, representa atualmente apenas 1,2% do percentual. O piso cerâmico é hoje predominante (65,5%). As famílias utilizam também o piso cimentado (30,0%), madeira (1,8%) e retalhos de piso e/ou “vermelhão” (1,5%).

Surpreendente foi a quantidade de cômodos, em geral, em casas tão pequenas: 39,3% com mais de 5; 23,1% com 5; 21,6% com 4; 10,5% com 3, 3,3% com 2 e 1,5% com apenas 1. A maioria dessas casas (93,1%) dispõe de banheiro entre seus cômodos e 3,6% em seus quintais. Outros (3,3%) recorrem a banheiro ‘privativo’ em casas no mesmo lote.

Muitos (76,9%) se revelaram insatisfeitos com suas casas: uns gostariam de realizar pequenos reparos; outros, de aumentar o número de cômodos e, para a maioria, o desejo é a reforma geral. Os motivos podiam ser observados: cômodos pequenos, condições térmicas e de ventilação inadequadas, infiltrações e goteiras, rachaduras, pouca iluminação, sistema elétrico precário (fiação aparente), banheiros e cozinhas sem revestimentos

(umidade), falta de privacidade (cômodos divididos por cortinas), falta de pintura ou pintura desgastada nas paredes.

Nos quintais, era comum encontrar entulhos (proliferação de ratos e moscas), cachorros, gatos, porcos e galinhas circulando, invasão de cupins, água parada em latas e caixas d'água abertas. Em geral, as casas foram construídas sem aterramento do terreno, tornando-as propícias a alagamentos nas “épocas de cheia”. O que se via era um cenário caótico, como se pudesse ler naquelas plaquinhas de varanda – ‘a pobreza mora aqui’.

Se o índice de insatisfação foi alto em relação às casas, o mesmo não se pode dizer quanto ao bairro, já que para 78,1% dos moradores, Custodópolis “é um bom lugar para morar”. O desejo de permanecer no local foi de 64,4%. Dentre os moradores, 45% são nascidos e criados no local, enquanto 55% chegaram depois (maioria reside há mais de 20 anos), vindos de áreas rurais ou urbanas, de outras cidades ou até mesmo de outros estados. A migração foi motivada por situações diversas, e para 53% a mudança provocou melhorias nas condições de vida.

²⁸ Outros: perdeu o emprego e comprou em Custodópolis; “casa maior do que antes”; “vir para a cidade” (morar na cidade) (3); Aluguel; Deixar de pagar o aluguel (5); Doença (2); Enchente (2); Enchente e morte da filha; Era solteira e morava com a família; Estudo dos filhos (2); Facilidade – “é minha área de trabalho”; Fugir de Jacarandá – Trabalho escravo infantil; Fugir da roça para conseguir alguma coisa na vida; gosta do bairro; Mora em Custodópolis enquanto constrói a casa própria; Morar sozinho; Mudança de profissão; Não tinha onde morar; por ser melhor; porque estava grávida.

Tabela 1 – Principais motivos de mudança para Custodópolis

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
Questões familiares diversas	56	30,6
Casamento	43	23,5
Possibilidade de acesso à casa própria	21	11,5
Valor alto do aluguel onde morava	11	6,0
Morar com parentes por motivo de desemprego	8	4,4
Proximidade do trabalho	5	2,7
Possibilidade de trabalho	7	3,8
Outros ²⁸	29	15,8
Não respondeu	3	1,7
Total	183	100

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012).

Os motivos apresentados pelos que desejam sair do bairro (35,1%) também eram sentidos por aqueles que, apesar disso, pretendiam nele permanecer. Havia um consenso quanto à estrutura de oportunidades do lugar. Questões como: dificuldade de emprego, quantidade e qualidade das escolas, falta de oferta de lazer, problemas de transporte, falta de conservação das calçadas e ruas, alagamento das mesmas em período de chuva, falta de saneamento, acúmulo de lixo em terrenos baldios, dificuldade de assistência à saúde, questões familiares diversas e violência, foram apontadas como os principais problemas do local.

Nesse quadro, cujo desenho é uma “Geografia de Oportunidades” restrita, pôde-se observar o destaque dado às questões socioambientais, relacionadas à falta de saneamento básico e à violência local. Em termos de

saneamento, a consequência mais evidente é a ocorrência, em períodos de chuvas fortes, do transbordamento das fossas e o alagamento das ruas. Já a violência, embora identificada como “uma praga que tem em todo lugar”, tirou o “sossego” de Custodópolis.

“Época boa era quando eu era jovem. Hoje não tem tranquilidade.”

“O problema aqui é a venda e o uso de drogas.”

“Quando meu filho era pequeno as crianças dos vizinhos brincavam com ele lá em casa. Hoje ele tá com 16 anos e não tem mais quase ninguém vivo daquela época.” (GRIPES, 2008, p. 50-51).

Apesar disso, o índice de satisfação com o bairro é elevado. Na relação espaço-tempo com o local, as pessoas foram estruturando suas vivências-convivências às conveniências do lugar. A “pausa” (tempo de moradia no bairro) permite aos moradores conhecer e construir realidades, que nada mais são que a experiência adquirida na relação espaço-lugar, o que permite a constituição das territorialidades pessoais e sociais. É através de práticas cotidianas que as pessoas desenvolvem o sentimento de pertencimento. Conforme Tuan (1980, p. 106), essa ‘topofilia’ é “o amor humano pelo lugar”.

Ainda que as condições do território não sejam satisfatórias, no sentido material, elas podem atender a demandas imateriais dos sujeitos nele territorializados, isso porque o lugar e as pessoas se completam numa espécie de simbiose. Portanto, a dificuldade de as pessoas se colocarem em movimento, quando insatisfeitas com as condições de vida no local, não se resume à impossibilidade financeira, há certamente uma teia de relações tecidas que enraíza os sujeitos no lugar. Trata-se de relações econômicas, sociais, ambientais e civis (BUSSO, 2002) que devem ser problematizadas, enquanto estruturas de oportunidades.

No movimento espaço-temporal, Custodópolis viu suas trilhas de terra batida (“Cidade de Palha”) pouco a pouco sendo substituídas por ruas pavimentadas (97,3%), hoje em precário estado de conservação. As “lâmparas” que iluminavam os antigos caminhos cederam lugar aos postes de iluminação pública (97,3%). O abastecimento de água (89,8%) desativou as “cacimbas” e o transporte coletivo (81,7%) facilitou a vida de quem tinha que “ir a pé para a cidade” (GRIPES, 2008, p. 9). Atualmente 56,8% dos moradores do bairro utilizam o ônibus como principal meio de transporte, embora se queixem do mau estado de conservação, da superlotação e dos horários escassos. Os demais recorrem à van/lotada, à moto, ao carro particular, à bicicleta e uma minoria ainda vai a pé.

O lixo doméstico não precisa mais ser “queimado no quintal”, a coleta

(98,2%) é feita diretamente nas casas, apenas 1,8% é coletado em caçambas, nos casos de ruelas, onde caminhão não tem acesso.

Entre os moradores, 52,6% reconhecem a existência de risco do local, enquanto 47,4% não. Dentre os riscos identificados destacam-se:

Tabela 2: Riscos Apontados

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
Enchente	53	13,2
Violência	113	28,0
Drogas	113	28,8
Doenças por falta de saneamento	47	12,0
Acidentes de trânsito	39	9,9
Outro ²⁹	32	8,1
Total	393	100

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012).

O traçado das condições de moradia e do entorno habitacional em Custodópolis, através dos percentuais apresentados, releva a importância da compreensão conjugada, da dimensão social e ambiental das vulnerabilidades. Ao integrar essas duas dimensões, aproximando suas escalas e seus objetos de análise, a noção de vulnerabilidades socioambientais é assim considerada:

Categoria analítica que pode expressar os fenômenos de interação e cumulatividade entre situações de risco e degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental) e situações de pobreza e privação social (vulnerabilidade social), apesar das limitações empíricas para operacionalização dessas categorias analíticas (ALVES, 2006, p. 47).

Portanto, parto do pressuposto de que as vulnerabilidades socioambientais são interações complexas entre sociedade e natureza que contemplam situações de pobreza e exclusão social, aliadas às situações de risco e degradação ambiental.

A princípio tomo o conceito de Habitação Saudável³⁰ para refletir sobre as condições de habitabilidade urbana e habitabilidade habitacional, esta última está relacionada às condições do espaço de moradia. O conceito, diz respeito a um conjunto de aspectos que

Interferem na qualidade de vida e comodidade dos moradores, bem como na satisfação de suas necessidades físicas, psicológicas e socioculturais. Por meio desse conceito poder-se-ia visualizar questões como do conforto ambiental: luminoso, térmico, acústico e tátil; segurança do usuário e salubridade domiciliar e do seu entorno, que seriam as mesmas questões envolvidas na fruição, usufruição e construção do espaço arquitetural (BONDUK, 2002 apud COHEN, 2004, p. 28).

²⁹ Outro: "risco a saúde"; casa velha; movimento noturno; muitos terrenos baldios, onde gente pode se esconder; terrenos baldios; estrutura da casa ruim; falta de médico; falta de saneamento; falta de um posto médico que atenda toda comunidade, falta de escolas no bairro; infiltração; Alagamento da casa; bala perdida; dificuldade de atendimento médico; moradia inadequada; assalto; carros que passam correndo por falta de quebra-molas; falta de sinalização; fossas que transbordam; Polícia correndo atrás de bandido; trânsito congestionado.

³⁰ O conceito de Habitação Saudável pela OMS (Organização Mundial de Saúde) em 1982, propõe intervenção com vistas a ambientes favoráveis a saúde (COHEN et al., 2007, p. 196).

Atrelado ao conceito de Habitabilidade da Unidade Habitacional está o de ambiência. Trata-se da necessidade de se estar confortável em termos de:

Adequação sociocultural (materiais locais em que foram feitos móveis, utensílios e em que foram elaborados pisos, paredes e tetos) e adequação ambiental (temperatura, ventilação, luminosidade e da quantidade e qualidade do ruído dentro do espaço arquitetural) (COHEN et al., 2007, p. 194).

Ao utilizar o conceito de Habitabilidade da Unidade Habitacional para subsidiar as análises das condições de moradia em Custodópolis, é possível verificar que o número de cômodos (5 ou mais) que representa a situação majoritária das casas, resulte da redução excessiva em suas dimensões. É sob a equação **necessidade x disponibilidade financeira da família**, que os cômodos são construídos, num processo rudimentar e sem planejamento, comum às autoconstruções (KOWARICK, 2009, p. 169).

Embora os dados apontem para construções, em sua maioria, com banheiros entre os cômodos da casa, a existência em área externa ou sua ausência foi registrada, revelando a situação da falta de comodidade diante da satisfação de necessidades fisiológicas. A racionalidade construtiva reducionista, imposta pelas condições socioeconômicas das famílias, produz uma organização espacial, sem conforto ambiental e privacidade.

Nas abordagens em torno das condições de moradia, Barros (2008) chama atenção, para o conceito do Senso de Habitabilidade, a partir do pressuposto de que este deve proporcionar:

Atendimento de necessidades básicas de conforto ambiental e adequação das atividades domésticas, um sentido de habitar que preencha as necessidades de refúgio, isolamento, convivência, ordem e variedade (p. 90).

O Senso de Habitabilidade engloba a noção de Harmonia Espacial, do Sentido de Lar e das Possibilidades de Opções e Flexibilidade (Ibid, p. 91). Desse modo, a estrutura física e os espaços de convívio devem se relacionar para proporcionar a adequação às necessidades de uso propício ao convívio e proteção. Trata-se de um sentido de habitar que permita, na transição de seus cômodos, a vivência em ambientes que visem tanto à comunicação como à privacidade. Nessa perspectiva, as aberturas e fechamentos são fundamentais para dar sentido ao lar e adequá-lo à diversidade de práticas domésticas.

Na visão da referida autora, os moradores devem ter opções para tornar flexível o *layout*, com possibilidade de futuras expansões ou manutenção/ reparos, de acordo com as necessidades da família.

Apesar de a maioria das casas serem próprias, poucas são as famílias que gastam com aluguel, os recursos obtidos são escassos e não conseguem

ser poupados em volume necessário para realizar investimento em construção e/ou reformas. As tão sonhadas “melhorias” ficam em planos distantes e acabam cedendo lugar para outras “prioridades”. Em geral, essas outras prioridades referem-se aos bens de consumo, que têm papel importante, não apenas no sentido de utilidade, mas de identidade. Dentre os bens existentes nos domicílios, destacam-se:

³¹ Outros: Ventilador (13); tanquinho (5); Ar-condicionado; Ferro elétrico (5); Forno; máquina de costura (3); TV por assinatura; Batedeira (2), liquidificador (3), cafeteira (2); espremedor de frutas.

Tabela 3: Bens existentes nos domicílios

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO	%
Fogão a gás	325	97,6%
Aparelho de televisão	325	97,6%
Geladeira	317	95,2%
Telefone celular	275	82,6%
Rádio	256	76,9%
Aparelho de DVD	236	70,9 %
Aparelho de som	183	55 %
Máquina de lavar	205	61,6%
Filtro de água	186	65,9%
Telefone fixo	141	42,3%
Computador	74	22,2%
Computador com acesso à internet	58	17,4%
Forno de micro-ondas	57	17,1%
Antena parabólica	56	16,8%
Freezer	48	14,4%
Outros ³¹	24	7,2%

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012)

Conforme exposto na lista de bens existentes no domicílio, o fogão a gás, a televisão e a geladeira se destacam. A seguir, o telefone celular, que se tornou, no campo da comunicação, um marcador simbólico identitário, sendo comum a aquisição de mais de um aparelho por pessoa, afirmando o *status*, diante de uma das principais formas de sociabilidade na atualidade.

Além disso, adquirir uma antena parabólica, uma máquina de lavar, um computador com internet significa para essas famílias poder consumir além do indispensável e necessário e obter satisfação naquilo que possa ser considerado supérfluo, numa adequação sociocultural aos valores societários. Portanto, variáveis renda e consumo, por si só, provam mais uma vez que não dão conta dos elementos econômicos e socioculturais subjacentes à aquisição de bens, enquanto marcadores de diferenciação social.

Nesse contexto, a casa é, sem dúvida, um dos principais mediadores e sinalizadores das diferenças sociais. O seu interior e exterior é fonte de significados, de modo que os aspectos materiais e não materiais estão contidos um no outro. Para Merleau-Ponty, a casa é o centro principal da habitação humana (MERLEAU-PONTY, 1962 apud HIGUCHI, 2003, p. 52).

Uma casa é feita de escolhas possíveis e não depende apenas de recursos financeiros, embora esses sejam imprescindíveis. Inicia-se com a

escolha do terreno, do material a ser utilizado na construção e das pessoas que irão nela morar. Conforme Lévi-Strauss (1983), “ela se perpetua no tempo, numa continuidade expressa no parentesco, seja por laços de sangue ou de alianças” (LÉVI-STRAUSS, 1983 apud HIGUCHI, 2003, p. 51). Nesse sentido, deve ser pensada como um espaço vivo que incorpora a história de vida de seus moradores.

Na visão de Bourdieu (1990), é por meio da casa que seus ocupantes ‘falam’ aos que estão fora dela, “de modo que suas identidades pessoais e experiências vividas se tornam visíveis e expressivas, portanto comunicadas numa linguagem compreendida pelo grupo” (BOURDIEU, 1990 apud HIGUCHI, 2003, p. 52). Esses significados atribuídos, expressos nas práticas diárias e materializados nas casas, dialogam e permitem entender o que acontece no seu entorno.

Ao estudar esse tema, Da Matta (1985) aborda as fronteiras permeáveis entre a “casa” e a “rua”. Se a casa pode incluir práticas públicas, tanto quanto a rua integrar atividades privadas, é porque esses espaços coexistem e, muitas vezes, reafirmam ou contradizem um ao outro.

O estado das casas e as modificações feitas ou desejadas são fatores de distinção entre os residentes. Da “casa de palha” à de alvenaria, várias foram as práticas e os usos sócio-espaciais. Entre moradores antigos e os que chegaram depois, o bairro foi sendo habitado e o senso de urbanidade desenvolvido. Sob formas variadas de construções, o lugar foi se organizando espacialmente e adquirindo sentido, no contexto da cidade.

As necessidades das famílias que se organizaram no entorno desse território foram pouco a pouco, determinando o padrão da habitabilidade urbana. Em seu sentido amplo, o conceito de Habitabilidade Urbana conjuga-se ao direito à cidade, cuja questão central:

É baseada na rede de infraestrutura urbana e na possibilidade de acesso aos equipamentos públicos. Este conceito diz respeito à questão do pertencimento ao território urbano e à inclusão. Por meio do desenvolvimento desse conceito, também pode dar visibilidade ao pleno exercício de fruir, usufruir e construir, um espaço com qualidade saudável/habitável (BONDUKI, 2002 apud COHEN, 2004, p. 28).

A lógica que preside a adoção de conceitos humanizadores para a execução das condições habitacionais e de seu entorno, deve também orientar sua análise. Por essa razão, a noção de ‘Senso de Urbanidade’ é fundamental e implica a “percepção de um sentido de lugar em sintonia com o entorno a partir da conformação e articulação dos espaços externos” (BARROS, 2008, p. 85).

Um dos elementos, considerados nas análises sobre os lugares, orientadas pelo ‘Senso de Urbanidade’, é a dificuldade de locomoção,

considerado um dos itens que contribuem para as condições de segregação social. Em Custodópolis, a existência de transporte coletivo é uma realidade, na medida em que 100% dos entrevistados responderam afirmativamente a essa questão. Contudo, do ponto de vista da infraestrutura urbanística, o transporte coletivo foi apontado como deficitário. A distância em relação ao centro da cidade não é apenas física, refere-se, nesse caso, às condições de acesso que alimentam o isolamento do bairro em relação à cidade. Desse modo, a mobilidade espacial dos moradores e a segregação sócio-espacial do bairro apontam para condições de vulnerabilidades das pessoas e do lugar.

Na análise das formas de vulnerabilidades, as condições de infraestrutura do local de moradia são fundamentais. Em Custodópolis, apesar da oferta pública de iluminação, água, coleta de lixo, calçamento, verifica-se uma precariedade urbanística, expressa nas condições socioambientais do bairro, sobretudo devido à falta de saneamento, o que revela a exposição aos riscos a que estão sujeitos indivíduos, famílias e comunidade.

Embora as vulnerabilidades façam parte dos processos de constituição do urbano, é possível identificar algumas melhorias, se comparadas às falas de antigos moradores:

Não tinha fossa, calçamento, luz. Era tudo com lamparina. A água era retirada da cacimba. Vivi aqui uns dez anos sem luz. Depois veio a luz, acho que tem uns 50 anos e aumentou o número de pessoas. A água veio tem uns 40 anos.

A água era de cacimba, puxava com corda. Ainda tem casa com poço. Era tudo mato, só tinha uns trilhos onde a gente passava. (GRIPES, 2008, p. 9)

Se relacionada à fronteira urbano-rural (da época), pode-se dizer que do início do processo de constituição urbana até os dias atuais, Custodópolis experimentou alguns elementos essenciais da cidade. Paula et al. (2010) chamam atenção para a fixidez, como um traço característico da condição urbana. Isso ocorre quando há “aglomeração em torno de um lugar independente de atividades primárias para subsistência” (Ibid, p. 90). Apesar de atualmente precária, houve “melhorias” na infraestrutura do bairro, o que contribuiu para a permanência de alguns moradores no local. Portanto, permanecer no bairro, depende das condições de fixidez associadas à mobilidade e acessibilidade.

A permanência ou fixidez (fundada na casa/bairro) e a mobilidade (poder ir e vir e as condições dessa mobilidade) são traços essenciais da cidade. A permanência suscita a liga entre serviços, pessoas, atividades e lugares, que, de algum modo, atendam às necessidades dos residentes e à mobilidade, no acesso às outras partes da cidade, principalmente em relação ao estudo e ao trabalho. Na visão de Cunha (2010, p. 2), a mobilidade espacial

pode se referir àquela de longa distância (rural-urbano) ou à mobilidade pendular (deslocamento regular de casa para o local de trabalho/estudo), em ambos os casos é necessário considerar as “causas” (estruturais) e “motivos” (individuais/conjunturais) destes deslocamentos. O fato é que os motivos podem ser encontrados tanto nas áreas de origem quanto nas de destino, ressalta o autor.

Nessa perspectiva, a vida centrada no bairro implica um ir e vir em busca de satisfação das necessidades diárias, sendo a casa o “ponto zero”, a partir do qual se estrutura a mobilidade; e seu entorno, o espaço a que se depende para realizar suas demandas. Portanto, mobilidade e permanência conformam o modo de viver. “Na cidade, cada atividade implica um deslocamento” (PAULA et al., 2010, p. 91).

Na rotina espaço-temporal dos moradores, os deslocamentos são impulsionados, geralmente, pela carência de infraestrutura e de todo tipo de equipamento urbano (MARICATO, 2001). Desse modo, a travessia entre o bairro e a cidade faz-se necessária, na medida em que as pessoas se veem afastadas de serviços e do mercado de trabalho.

Enquanto “território vivido”, o bairro permite pensar as dimensões sócio-espaciais na perspectiva de seus recursos.

O bairro por ser um local de permanência e estar notadamente distante do centro da cidade, precisa ser um espaço de certa autonomia – no sentido de dar base ao devir cotidiano. Essa autonomia está ligada, principalmente, às características da mobilidade – não só em relação à qualidade das redes, mas em relação às causas do movimento e sua necessidade – e às possibilidades que a configuração espacial do bairro oferece para aqueles que ali permanecem (PAULA et al., 2010, p. 101).

Um aspecto importante a considerar no processo de mobilidade espacial é a origem-destino, pois é possível supor que o fato de ter residido em áreas mais centrais possa favorecer indivíduos e famílias em função das possíveis implicações da informação e das oportunidades, no acúmulo de capital social. Portanto, o contato com grupos heterogêneos pode contribuir para “oportunidades de acesso a contatos e a recursos de informação de qualidade mais elevada” (KATZMAN; FILGUEIRA, 2006 apud ALVES, 2006, p. 45).

É fato que a mobilidade tem impacto na vida das pessoas e o tempo de residência influi, no modo como os ativos são acumulados e na constituição do capital social das famílias. É nesse sentido que o lugar importa para as análises sobre segregação e suas consequências, na relação com a vulnerabilidade. Desse modo, conforme abordado no item 2.1, os estudos sobre “efeito bairro” (WILSON, 1987) e “geografia de oportunidades” (GASTER; KILLEN, 1995) são referências analíticas que permitem compreender que toda experiência é fundada em lugares, de modo que os lugares influem nas

vivências e consequências destas experiências.

Na visão de Lemos (2009, p. 31), “os lugares devem ser pensados como eventos em um fluxo de práticas sociais, de processos territorializantes e desterritorializantes”. E como bem lembra Hissa (2002, p. 40), “a vida é um movimento territorializado”. É na dinâmica de apropriação do espaço vivido que as pessoas desenvolvem o senso de territorialidade, portanto os deslocamentos impostos pela migração influem na constituição da identidade com o lugar, as pessoas e as coisas.

Nessa linha de pensamento, Haesbaert (2002, p. 36) define desterritorialização referindo-se a uma categoria que “antes de significar desmaterialização, dissolução de distâncias, deslocalização das firmas ou debilitação dos controles fronteiros, é um processo de exclusão social”. Com essa noção, é possível pensar que ao migrarem de Estado, cidade ou bairro, os moradores de Custodópolis experimentaram simultaneamente a desterritorialização-reterritorialização ao vivenciar uma tênue relação entre “seus espaços e os espaços dos outros”. A conformação à ‘nova’ realidade impõe o reconhecimento de limites fundadores de uma alteridade, estabelecida na diferença entre ‘insiders’ e ‘outsiders’ (ELIAS; SCOTSON, 2000).

É nesse processo, que a noção de ativos importa, visto que, com a mobilidade, recursos podem ser adquiridos, perdidos ou reduzidos. Trata-se de uma experiência particular, vivida de modo bastante específico, no interior das famílias.

Os dados revelaram que dos que migraram para Custodópolis, a situação de vida melhorou e, para os que se encontram insatisfeitos (64,6%) com a “estrutura de oportunidades do lugar”, ainda assim, não gostariam de migrar para outro local. É fato que a mobilidade espacial gera impactos sobre os ativos em vários sentidos, embora, segundo Cunha (2010, p. 8), seja difícil avaliar concretamente o efeito final sobre o grau de vulnerabilidades das pessoas.

Dentre os principais motivos apresentados pelos moradores do bairro que gostariam de se mudar, a violência mereceu destaque. Ela aparece sempre associada ao tráfico de drogas, representa risco e atormenta pelo medo. A larga experiência de Alba Zaluar (2002), ao estudar este assunto, indica que quando a violência irrompe e se propaga indefinidamente num circuito de vinganças, o fator surpresa impede que a vítima fuja ou se defenda. De modo que as consequências sociais desses atos podem ser catastróficas, na medida em que não é possível prever o comportamento alheio.

Nessas situações, “o medo não tem direção e é o pânico que prevalece” (Ibid, p. 21). Nesse sentido, as relações entre as pessoas do bairro não excluem a tensão entre lideranças e os que estão a serviço delas, os usuários e os moradores, estes, por tabela, encontram-se na arriscada fronteira desse comércio.

É sobre a tríade vivência-convivência-conveniência que o silêncio se torna a estratégia de muitos moradores. As práticas cotidianas e os usos dos espaços públicos são afetados, conforme depoimentos:

“Aqui era tranquilo, agora a gente sai vê assaltos, ouve tiros.”

“A gente fica ali na igreja correndo risco [...] Domingo até mataram um, no bar do outro lado.”

“O problema aqui é a venda e o uso de droga.”

“Hoje morre um (referindo-se a alguma criança) e amanhã tem outro no lugar.”

“Tenho vontade de sair do bairro por causa da violência.”
(GRIPES, 2008, p. 50)

A ação da polícia é alvo de críticas por parte de moradores, *“a delegacia do bairro só registra ocorrências, mas não atende chamado de denúncia”* (GRIPES, 2008, p. 52). O descrédito da polícia é sentido também pelos comerciantes, que não costumam registrar os assaltos sofridos, porque afirmam que *“não resolve”*. Para os que podem pagar pela segurança, a contratação de vigilante particular é o que costumam mobilizar para proteger seus estabelecimentos.

Além da violência, outros motivos incomodam os moradores, conforme este, reclamado na fala de uma moradora diante do descaso do poder público: *“A prefeitura não faz nada pelo bairro.”* No entanto, a fala de outra moradora sinaliza para o comportamento da comunidade: *“As pessoas aqui não cuidam, jogam tudo na rua.”* (Ibid, p. 54).

Ao longo de sua história, Custodópolis constituiu sua identidade territorial na interseção entre a intervenção do poder público, privado e dos próprios moradores. A experiência urbana local constituiu territorialidades num território de pobreza e vulnerabilidades e, isso pôde ser observado, nos dados apresentados até aqui, quanto às condições habitacionais e do entorno. A seguir, pretende-se ampliar o horizonte de captação de suas causalidades. Por essa razão, a vulnerabilidade, em sua condição multifacetada, segue sendo analisada por outras dimensões: socioeconômica, humana, e de capital social, cujas causas compartilhadas, impactam a vida das famílias desse lugar.

2.3 Vulnerabilidades das famílias

Assim como as vulnerabilidades têm dimensões e níveis diferenciados entre os lugares, também as têm em relação às famílias. Desse modo, a proposta é apresentar traços das vulnerabilidades familiares ante a pobreza e, para isso, vale relembrar as dimensões definidoras das condições de vulnerabilidades

aqui adotadas: “hábitat, capital humano, econômico, proteção social e capital social” (BUSSO, 2002). No item anterior, a dimensão do hábitat foi considerada na análise sobre as condições habitacionais e de entorno. Agora, as dimensões de capital econômico, humano e social, merecerão destaque na análise das famílias de Custodópolis, a partir dos dados do Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012).

Sobre a perspectiva demográfica, o referido Inquérito permitiu verificar o número de pessoas residentes por domicílio, sendo 24% com 3 membros; 22,2% com 4; 17,7% com 2; 13,5% com 5; 12,9% com mais de 5; e 9,61% referem-se aos que moram sozinhos. Não apenas a qualidade das moradias, mas a quantidade de pessoas por unidade habitacional, a faixa etária, a existência de portadores com necessidades especiais, as condições de saúde, o nível de escolaridade, a situação no mercado de trabalho, a renda mensal, a condição de beneficiário de programas sociais, a participação em redes de solidariedade informal, as formas de sociabilidade e participação comunitária são algumas das características observadas, entre os entrevistados.

No entanto, não há, na literatura especializada, consenso sobre as formas de mensuração dos indicadores básicos, que consigam mensurar os níveis de vulnerabilidade dos indivíduos, lugares e famílias (BUSSO, 2001, p. 27). Entretanto, algumas variações merecem destaque na constituição das famílias do bairro.

Tabela 4: Algumas características das famílias

ESPECIFICAÇÃO	%
Membros de 0 a 15 anos	49,5%
Idosos	33,3%
Gestantes/mães menores de 18 anos	3,0%
Pessoas com deficiência	15,6%
Analfabetos	16,2%
Adultos cursando ensino superior	13,8%
Crianças sem acesso a creche	3,6%
Crianças/adolescentes fora da escola	5,4%

Fonte: (MORAES, JUNCÁ, SANTOS et al., 2012, p. 13)

Crianças, adolescentes, idosos e pessoas com limitações físicas e/ou mentais (independente do ciclo de vida) são considerados os segmentos mais vulneráveis na sociedade, devido ao grau de dependência quanto à oferta de cuidados pessoais e sociais. Estes se apresentaram de modo expressivo em Custodópolis e embora dependentes, há casos em que os segmentos citados podem ser fontes de algum recurso/ativo para a família, enquanto público-alvo de programas sociais ou de benefícios da Previdência Social. A

³² Cf. DIAS; AQUINO, 2006 e GODINHO et al., 2000.

equação entre ativos e passivos depende nestas situações dos recursos que as famílias podem controlar ou movimentar para aproveitar as estruturas de oportunidades. Portanto, é vulnerável a família/domicílio cujos recursos são insuficientes e as capacidades limitadas. Nesse sentido, o idoso, por exemplo, pode a um só tempo, depender dos cuidados/proteção familiar, como ser ele mesmo, fonte de proteção para o conjunto da família.

Um idoso com rendimentos fixos de aposentadoria ainda que irrisórios e um pequeno patrimônio construído ao longo da vida, na maioria das vezes resumindo-se a casa própria, constitui nos dias de hoje, uma situação mais segura do que a enfrentada por muitos trabalhadores jovens às voltas com as dificuldades de obtenção do primeiro emprego, com a insegurança do trabalho informal, com o fantasma recorrente do desemprego (BILAC, 2006, p. 57).

Contudo, esse tipo de cuidado/proteção recíproca nem sempre é resultado de uma combinação harmoniosa no interior destas famílias.

As famílias reais são configurações complexas de relações de gênero e de geração, envolvendo poder, interesses pessoais opostos e também, mas não apenas, grande dose de solidariedade, expressa em obrigações e direitos recíprocos, porém nem sempre simétricos e na mesma quantidade (Ibid, p. 58).

Cabe ainda considerar com relação ao trabalho nos cuidados com idosos, crianças/adolescentes, portadores de necessidades especiais e adolescentes grávidas, que ele, em geral, é realizado pelas mulheres e isso tem gerado no interior das famílias conflitos de gênero, visto que homens e mulheres não participam das mesmas redes nas mesmas condições.

No caso das famílias que contam com a presença de adolescentes grávidas, pesquisas³² revelam que a gravidez nessa fase da vida tende a acarretar maior dependência dos pais e tem frequente relação entre baixa escolaridade e abandono escolar, apontando para um possível agravamento das condições socioeconômicas dessas adolescentes. Desse modo, a tendência é terem limitadas as possibilidades de ocupação e sustento para si e seus filhos.

A literatura relativa à “Geografia de Oportunidades” se apropria da teoria do “Efeito-Bairro” (GALSTER; KILLEN, 1995), enfatizando sua influência nas decisões individuais. “Se muitas meninas no bairro ficam grávidas precocemente, há uma boa chance de que esse comportamento passe a ser visto como ‘normal’ e seja seguido por outras adolescentes” (SANT’ANNA; SALATA, 2009, p. 12). Portanto, a influência dos pares, alimentada pelo desestímulo escolar e pela ausência de adultos como “modelos” frente a melhores expectativas de vida, conforma a realidade dessas adolescentes.

Desse modo, é possível observar que a estrutura de oportunidades incide na formação do capital humano. Sob o enfoque da educação, a Tabela 4 demonstra a realidade do analfabetismo no local. Herança de uma época na qual o acesso à escola era ainda mais difícil, tanto em termos geográfico quanto social.

Tinha 7 anos quando vim pra Custodópolis. Era mais ou menos em 1950 e estavam loteando. Aqui era canavial mesmo, com carro de boi passando, com boiada passando. Minha avó já morava aqui antes e não tinha rua, tinha que romper os caminhos, corta aqui, corta ali, no meio do canavial. Era assim: um caminho, uma casa [...]

Num sei ler. Minha mãe nem pode me botar na escola. Era longe e tinha perigo soltar uma criança de 6, 7 anos pra andar tudo isso. (GRIPES, 2008, p. 10)

Dentre os moradores entrevistados de Custodópolis, a maioria não conseguiu concluir o Ensino Fundamental, e uma minoria chegou à universidade (Tabela 4).

Tabela 5: Nível de escolaridade da pessoa entrevistada

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
Analfabeto	9	5%
Ensino Fundamental Incompleto (até a 4 série)	62	32%
Ensino Fundamental Incompleto (5ª a 8ª série)	45	23%
Ensino Fundamental completo	13	6%
Ensino médio Incompleto	14	7%
Ensino médio completo	38	20%
Outra situação ³³	12	6%
Total	194	100%

Fonte: (MORAES; JUNCÁ; SANTOS et al., 2012, p. 8)

As oportunidades dessas pessoas, com baixo nível de escolaridade, são marcadas pela falta ou insuficiência de estrutura de oportunidades e recursos, capazes de sustentar o percurso educacional de médio e longo prazo, “comprometendo a inserção ocupacional e a condição de formação de novos domicílios” (BILAC, 2006, p. 53).

Para as famílias do bairro cujas crianças não frequentam creche, os motivos são variados. Em 0,91% dos casos é por opção da família; 0,30% pela ausência de creche pública próxima; 3,30% por falta de vagas; e 5,11% concentram o percentual dos que não frequentam “porque os pais estão insatisfeitos com a creche, porque não querem matricular o filho antes da pré-escola ou porque a criança fica com babá” (SILVA; JUNCÁ, 2012, p. 76).

Pode-se observar, com os percentuais apresentados, que delegar

³³ Outra situação: em geral cursando nível superior ou técnico ou assinam o nome e não se consideram analfabetos e 1 pós-graduado.

cuidado a uma instituição, torná-lo público gera insegurança. Pagar a uma pessoa para “olhar” os filhos é uma alternativa para poucos, pois consome boa parte dos escassos recursos familiares. Contudo, é importante enfatizar que embora a decisão por colocar ou não o filho na creche seja dos responsáveis, isso não implica a falta de oferta pública desse serviço.

Quando da escolha pela creche, esta segue, em geral, o critério de proximidade do local de moradia, enquanto que a inserção da criança depende do número de vagas disponível. A realidade do bairro aponta para uma demanda maior do que a oferta destas unidades educacionais.

CRECHES	ESCOLAS
Creche Municipal Grevy	Escola Municipal Costa e Silva
Creche Municipal Zumbi dos Palmares	Escola Municipal Lions
Creche Municipal João Batista Veiga	Escola Municipal Lions Goytacá
Creche Municipal Francisco Alves Dias	Escola Estadual Rotary II

Quadro 3: Creches e Escolas em Custodópolis

Fonte: Da autora, 2010

Contudo, tais instituições atendem toda área denominada Zona Norte, onde o território de Custodópolis é delimitado no conjunto com outros vizinhos: Parque Novo Mundo, Parque Bandeirantes e Parque São Domingos (IBGE /CENSO DEMOGRÁFICO, 2000). Devido à falta de vagas em escolas próximas (0,90%) estão fora da sala de aula. Esse percentual inclui também outros motivos como: “falta de documentos, evasão por gravidez, evasão escolar por desinteresse e deficiência/inviabilidade de estudo” (SILVA; JUNCÁ, 2012, p. 78).

Há também registros de insatisfação, por parte dos moradores, quanto às instituições de ensino do bairro.

O ensino aqui é muito ruim, principalmente nas matérias básicas.

Os professores faltam muito e no fim do ano dão um trabalho. Esse aluno nunca vai conseguir passar bem em num concurso público.

Precisa de escola pública até a quarta série. (GRIPES, 2008, p. 38)

O déficit com relação à oferta de vagas e à qualidade do ensino aliado à evasão escolar evidenciam a fronteira entre a realidade da escola e do aluno. As causas desta distância são diversas, mas do ponto de vista das vulnerabilidades, associadas, aos riscos educacionais, cabe considerar a influência dos mecanismos do “modelo institucional” e do “indivíduo modelo” (SANT’ANNA; SALATA, 2009, p. 12). Os adultos são responsáveis pela transmissão de valores educacionais para as crianças e adolescentes, pois são eles que demonstram comportamentos, enquanto modelos, que tendem

a ser assimilados pelos mais jovens. No entanto, esses adultos foram também socializados em limitadas estruturas de oportunidades.

O enfraquecimento da capacidade de socialização das famílias constitui-se em importante elo dos mecanismos de reprodução intergerações da pobreza e exclusão social, uma vez que antecipa um incremento da iniquidade na sociedade futura (KAZTMAN; FILGUEIRA, 2006, p. 77).

Em seus estudos sobre feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil, Novelino e Belchior (2008) afirmam:

Que o nível educacional das mães é muitas vezes determinante do nível educacional de seus filhos, porque mães mais educadas podem dar a eles um melhor apoio e motivação (p. 5).

De que modo, as mães de Custodópolis (na condição de “indivíduo modelo”), com seus baixos níveis de escolaridade, podem ajudar a fomentar o capital humano de seus filhos? Quais as contribuições que as escolas do bairro (na condição de “modelos institucionais”) têm nesse processo?

No entendimento de que a escola deve ser fonte de capital humano, é necessário problematizá-la, em termos da quantidade e qualidade de seus serviços, em bairros pobres. Nesses territórios, o “modelo institucional” educacional disponibilizado costuma operar de forma distanciada da realidade do aluno, comprometendo seu desempenho e interesse escolar.

Assim como as condições educacionais, as de saúde integram o rol de capital humano, cuja dimensão é fundamental nas análises sobre vulnerabilidades, ante a pobreza. A ausência de sistema de esgotamento sanitário em Custodópolis é observável através da “água que corre nas ruas” (GRIPES 2008, p. 52), fonte de risco e caso de saúde pública. Os moradores do bairro convivem com o perigo e temem pela saúde:

A gente passa e vê as larvas, é muito perigoso para as crianças (GRIPES, 2008, p. 53).

Um mês atrás duas fossas transbordaram, fiquei ilhada, fora o cheiro horrível. Já teve caso aqui de morrer 3 crianças da mesma família, por falta de saneamento básico, parece que foi doença de rato. (depoimento de morador - In: MORAES; JUNCÁ; SANTOS et al., 2012, p. 12).

Essas são algumas das situações, que apontam para a antiga realidade de Custodópolis, identificada em 1966, mediante Um Estudo Socioeconômico da Comunidade³⁴, cujo entorno residencial era composto por um cenário de esgoto a céu aberto, agravado pela constância de enchentes, lixos nas ruas e falta de cuidados de higiene. Esse era o quadro socioambiental que refletia a precariedade das condições de vida do local.

³⁴ A organização desse estudo contou com lideranças comunitárias e seu conteúdo foi abordado em vários trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social da época. Cf: Barros (1966), Carneiro, Reis, Cordeiro (1968), Cordeiro (1969), Santos (1971) e Viana (1976).

Nesse espaço-tempo, a saúde dos moradores apontava para problemas de verminose e desnutrição.

Se nessa época, as condições ambientais não eram favoráveis, a apropriação desordenada não ajudou a reverter tal situação. A ocupação do espaço sem planejamento, interrompeu antigas ruas, originando a formação de “becos”/ruas sem saídas e quintais repletos de entulhos e/ou ocupados por oficinas mecânicas, “ferros-velhos” que se tornaram focos insalubres, além de invadirem as vias públicas sem a menor cerimônia. “Uma vergonha!”, expressão recorrente por parte daqueles que reconhecem o quanto os próprios moradores contribuem para a degradação daquele território. “As pessoas reclamam, mas eles jogam lixo e a água deles [...] alaga tudo na rua” (GRIPES, 2008, p. 54).

A paisagem de Custodópolis é desenhada por um quadro socioambiental desfavorável à prevenção da saúde. Apenas 11,7% dos entrevistados pelo Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012) consideram ótima a saúde da família; 44,4% a classificam como boa; 32,1% regular; e 6% afirmam que é ruim. No entanto, as doenças identificadas não apresentam, como no passado, uma relação direta com o quadro ambiental apresentado atualmente.

Destaque foi dado à hipertensão (50,5%) e diabetes (33,7%), seguidas de problemas osteoarticulares (16,8%), depressão (13,7%), alcoolismo (5,3%), acidentes vasculares encefálicos (5,2%), neoplasias (93,2%) e outras como: epilepsia, anemia, problemas neurológicos, cardiológicos, auditivos, respiratórios, renais, esquizofrenia, alergia (SILVA; JUNCÁ, 2012, p. 82-83).

Quando do aparecimento de doenças, 14,7% não tomam nenhum cuidado; já 56,76% realizam exames; 49,85% se preocupam com a alimentação; 13,81% praticam atividade física e 11,41% se preocupam com a higiene da casa e dos alimentos, vacinação, uso de medicamentos e prática de consultas médicas (SILVA; JUNCÁ, 2012, p. 84).

Os entrevistados, diante do diagnóstico de enfermidade grave, mobilizam recursos objetivos e subjetivos existentes na esfera familiar. A primeira providência que tomam quando doentes é, para 62,8%, a procura por serviços de emergência ou a busca por consulta médica (21,9%). Há aqueles, 8,4%, que se automedicam, enquanto os demais “creem que o problema some com o tempo”, “procuram uma rezadeira”, “utilizam ervas/remédios caseiros”. A queixa de 50,1% dos entrevistados é a de que, quando há doente na família, é difícil realizar tratamento médico, enquanto para 49,2% não existe dificuldade (Ibid).

Gerhardt (2006), diante dessa procura de cuidados, adota o termo ‘itinerários terapêuticos’ para explicar os “caminhos percorridos por indivíduos pertencentes às camadas de baixa renda, na tentativa de solucionarem seus

problemas de saúde” (Ibid, p. 2455). Ressalta que o pluralismo terapêutico é resultado de relações que transcendem as condutas individuais.

As famílias assumem condutas diferenciadas diante de problemas de saúde considerados leves e graves. Tal diferenciação tem como referencial a experiência acumulada pela própria vivência de determinados episódios, os hábitos culturais transmitidos de geração para outra, o conhecimento incorporado pelo contato com profissionais da saúde, as mensagens veiculadas pelos meios de comunicação e o intercâmbio de conhecimento e experiências com amigos e vizinhos, eis o que determina a escolha de um ou outro tipo de recurso (GERHARDT, 2006, p. 2456).

Em seus itinerários terapêuticos, 54,2% dos entrevistados em Custodópolis vão ao HGG (Hospital Geral de Guarus); 15,9% ao SAMDU (posto de saúde); 14,4% fazem uso de consultas sociais ou da rede privada de saúde (através de Planos de Saúde) em clínicas e outros hospitais da cidade; 10,8% vão ao CSEC (Posto do bairro) e 3,9% procuram o Hospital Ferreira Machado (referência em emergência) no município (SILVA; JUNCÁ, 2012, p. 84).

Diante do diagnóstico da doença, internação ou morte, a resposta da família frente ao choque impõe a reorganização do cotidiano familiar. A doença crônica solicita os recursos disponíveis, sob a forma de ativos, que são acionados nas situações de necessidade e emergência, por parte dos familiares. Na visão de Marandola Junior e Hogan (2009, p. 7), a interação risco-perigo depende da resposta desses ativos, de modo que a absorção dos impactos e danos é que determinará como a situação afetará a vida da família.

No entanto, cabe considerar que apesar da forte relação entre família e o processo saúde-doença, este transcende a esfera de influência e intervenção familiar. No confronto com essa realidade encontram-se os elementos que estão e os que não estão ao alcance da intervenção particular. A dimensão biológica, psíquica, econômica, social, cultural, institucional e política desenham o caráter multifacetado e interdisciplinar desse processo.

Desse modo, nas famílias com forte concentração de pobreza, as raízes do risco são mais profundas, tornando-as mais vulneráveis. E a vulnerabilidade é extremamente dinâmica, e sua compreensão envolve o contexto geográfico e de produção social do perigo envolvido e, “qualquer alteração em um desses termos, pode aumentá-la ou diminuí-la” (MARANDOLA JUNIOR; HOGAN, 2006, p. 37).

Os dados educacionais e de saúde das famílias de Custodópolis foram aqui apresentados enquanto dimensões constituintes do capital humano, que interfere, diretamente, nas condições de vulnerabilidade dessas pessoas.

³⁵ Empregada mensalista, diarista, lavadeira, faxineira, cozinheira.

³⁶ Auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais ou escolares, auxiliar de enfermagem, auxiliar de creche e escolas.

³⁷ Vendedores, balconistas, caixa, revendedores de produtos diversos.

³⁸ Mecânico, marmorista, técnico de enfermagem, contador, eletricitista, telecomunicações, farmácia, analista de alimentos, destilador, laboratorista, digitador, soldador.

³⁹ Pedreiro, pintor, calceteiro.

⁴⁰ Funcionário público e cozinheiro, decoradora e artesã, motorista e pintor de automóveis, aposentado e merendeira, do lar e manicure, artesã e auxiliar de consultório odontológico, costureira e cabeleireira, costureira e salgadeira, garçom e cozinheiro.

⁴¹ Cabeleireiro, barbeiro, manicure.

⁴² Acompanhantes de idosos, jogador de futebol, gari, jornalista, motorista, garçom, taxista, merendeira, agente comunitário, camareira, estudantes, lavradores, engenheiro civil, pedagogo, enfermeiro.

O capital humano é constituído, pelo conjunto de conhecimentos e pelas experiências que as pessoas vão adquirindo ao longo da vida, quer na convivência familiar, quer na educação formal, quer por outros meios [...] e que permitem as pessoas superar adversidades (PETRINI et al., 2010, p. 187).

As condições do hábitat (moradia e entorno) e do capital humano (perfil demográfico, educacional e de saúde) sofrem influência direta da dimensão econômica. O conjunto dessas dimensões, aliado ao capital social e à proteção social, demanda um olhar da vulnerabilidade em sua multidimensionalidade.

Através do Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012), pôde-se verificar o perfil econômico das famílias do bairro. Dentre os entrevistados, 50,8% se consideram as pessoas responsáveis pela família, o que indica a mulher como essa figura, tendo em vista o sexo da maioria dos entrevistados. E apesar de os 49,2% restantes apontarem para o “esposo, companheiro, ex-marido, pai e avó, a mulher também engrossa este percentual, quando indica o responsável como o casal, mãe e avó” (SILVA; JUNCÁ, 2012, p. 76). A profissão desses (as) responsáveis é apresentada nas tabelas abaixo.

Tabela 6: Profissão dos entrevistados

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO
Do lar	97
Serviços domésticos ³⁵	51
Atividades auxiliares diversas ³⁶	28
Atividades relacionadas ao comércio ³⁷	26
Atividades técnicas diversas ³⁸	15
Costureiras	13
Aposentados	12
Professores/orientadores	12
Sem profissão	11
Atividades relacionadas à construção civil ³⁹	10
Duas profissões simultâneas ⁴⁰	09
Segurança e vigilância	08
Cuidados pessoais e estética ⁴¹	08
Outros ⁴²	33
Total	333

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012, p. 76)

Tabela 7: Profissão dos responsáveis excluindo-se os entrevistados

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO	%
Atividades relacionadas à construção civil	42	25,6
Atividades relacionadas ao comércio	17	10,4
Atividades técnicas diversas	16	9,7
Serviços relacionados à mecânica de veículos	14	8,5
Motoristas	14	8,5
Serviços domésticos	9	5,5
Sem especificação	07	4,3
Segurança e vigilância	06	3,7
Duas profissões simultâneas	06	3,7
Outras	33	20,1
Total	164	100

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012, p. 76)

Os rendimentos obtidos na realização dos trabalhos mencionados nas Tabelas 6 e 7 se destinam em 63,4% à alimentação, cuja base, é “arroz e feijão” seguido de café, açúcar, macarrão, leite, alguns legumes e em menor escala, as frutas. Gastos com água/luz/gás (18,6%), medicamentos (11,1%) e outros (6,9%) referentes a aluguéis, planos de saúde, colégios particulares, cursos profissionalizantes, despesas escolares, roupas, prestações de utensílios diversos e de construção da casa própria, são os produtos citados como os mais consumidos e que mais absorvem os rendimentos mensais das famílias (SILVA; JUNCÁ, 2012, p. 78).

Na provisão de recursos para o atendimento às necessidades básicas, os trabalhos exercidos confirmam a lógica de que a baixa escolaridade assim como a precariedade do trabalho e dos níveis de renda mantêm estreita relação. No entanto, a escolaridade não é a única variável que interfere no acesso ao emprego, outro fator também preponderante é o capital relacional.

Conforme Flores (2006), os caminhos informais são os meios mais eficazes de procurar emprego. No entanto, nas áreas afastadas onde estes responsáveis residem, a informação que circula é limitada, conforme já exposto.

Esta informação é transmitida de modo ‘destorcido’, filtrado pelas experiências, valores e aspirações daquele que a transmite. Ao mesmo tempo, a recepção da informação é avaliada conforme as aspirações do receptor. Essas aspirações são determinadas pela realidade do bairro como o isolamento social que conduz à segregação residencial (KAZTMAN, 2000 apud FLORES, 2006, p. 203).

Em função da segregação residencial, das limitações do mercado de trabalho local e da desqualificação profissional, muitas são as famílias que têm reduzidas as possibilidades de remuneração, por isso costumam dedicar-se a trabalhos informais e a práticas de “biscates”, além de em alguns casos, da utilização das casas onde moram, para o exercício de atividades remuneradas. No Brasil, essa atividade econômica domiciliar tem crescido, argumenta Lago (2010).

Tal realidade foi observada também em Custodópolis onde 21,3% das famílias utilizam suas residências como local de realização de atividades remuneradas, destas casas 12,7% destinam-se às atividades de costura; 15,4% as de cabeleireiro/manicure; (17%) as de comércio; e 54% referem-se a práticas diversas: vendas de sorvete/sacolê, roupas, artesanato, revenda de cosméticos, aluguel de artigos para festas, confecção e venda de salgados/doces, venda de remédio fitoterápico, oficina mecânica, serralheria, bar, aula particular (primeiras séries do ensino fundamental) (MORAES, JUNCÁ, SANTOS et al., 2012, p. 16).

Com o trabalho que realizam, 14,4% das famílias de Custodópolis

conseguem o ganho de menos de 1 salário mínimo por mês, 51,3% entre 1 e 2 salários, 17,4% entre 2 e 3 salários, 11,4% alcançam mais de 3 salários e 4,8% não possuem rendimentos de trabalho (SILVA; JUNCA, 2012, p. 78).

A situação da precariedade das condições de trabalho, do desemprego, da informalidade, registrada nas famílias, pode ser verificada pela limitada disponibilidade de recursos, materializada no rendimento familiar. Na visão de Flores (2006), há que considerar alguns dos principais mecanismos, dos quais operam o desajuste espacial no mercado de trabalho, um deles é o distanciamento espacial entre a oferta e a demanda pelo emprego, que incide na subtração do salário, em custo com transporte.

Sua outra hipótese é a de discriminação/estigma por parte dos contratantes, o que explica os diferenciais de desemprego entre as zonas segregadas e não segregadas. Aspectos como “o mito da marginalidade” e questões raciais são considerados na análise da referida autora (Ibid, p. 202). Em Custodópolis, a discriminação ocorre não só de fora para dentro, mas entre os próprios moradores.

É difícil estar à frente de uma escola de samba, pois existe o preconceito dos homens e a inveja das mulheres. Uma mulher, negra e pobre à frente de uma escola de samba?

Você não vai gostar do que eu vou falar, mas é uma crioulada danada, é muito marginal (referência a alguns moradores da Rua do Beco, envolvidos com drogas e assaltos). (GRIPES, 2008, p. 46)

Discriminações de gênero e raciais se aliam às de ordem socioeconômica. Com os dados então apresentados, observa-se que o efeito da concentração espacial da pobreza, na trajetória de vida das pessoas, é distinto do efeito da experiência individual da pobreza. Desse modo, a determinação dos tipos de vulnerabilidades ante a pobreza sugere a análise de sua dimensão estrutural e/ou conjuntural (BUSSO, 2001).

Isso porque é sabido que suas causas estruturais são profundas e determinam a relação entre certos lugares e a exposição a riscos (BUSSO, 2001, p. 27). Os aspectos conjunturais das vulnerabilidades se referem, sobretudo, às enfermidades transitórias e às etapas do ciclo de vida (Ibid,). Conforme o referido autor, as condições de vulnerabilidades são determinadas pelas oportunidades de origem estrutural e conjuntural de que as famílias podem dispor.

Na visão de Coleman (1994), as famílias são “instituições primordiais”, por serem fontes de proteção e segurança perante as contingências sociais. Ocorre que também podem ser o contrário. O fato é que as famílias precisam de cuidado. Como poderão proteger estando desprotegidas? Observa-se que ao lado da insuficiência e ineficácia de políticas públicas, o valor das famílias é enfraquecido como fonte de ativos, o que contribui para a reprodução de

mecanismos intergeracionais da pobreza.

Neste capítulo, foi possível observar o quanto as vulnerabilidades do lugar, em suas escassas estruturas de oportunidades, incidem sobre as famílias, tornando-as vulneráveis também. A fragilidade do capital econômico e humano destas famílias foi desenhada no contexto do bairro e, é nesse mesmo lugar, que constroem redes e ativam laços. Que recursos estas famílias podem mobilizar como respostas as suas necessidades? Fazem uso de que capital social? Que elementos caracterizam suas territorialidades familiares? Quais os ativos disponíveis e conquistados na relação família e proteção social?

3 Enfoque territorial: famílias e proteção social

3.1 Territorialidades familiares: apropriações e práticas

⁴³ Confira: http://noticias.r7.com/Brasil/noticias/Censo_perfil_da_familia_brasileira.

Ao territorializarem determinados espaços e nele construírem seus modos de vida, as pessoas demarcam territorialidades. Trata-se de um processo subjetivo, por meio do qual, as pessoas expressam suas vivências-convivências-conveniências a partir das apropriações e práticas com outras pessoas e lugares. Vale lembrar que todo o processo de apropriação é local, pois ocorre, a partir do recorte de determinado espaço, seja ele “físico-geográfico, étnico-cultural, socioeconômico, político” (PAULA, 2004, p. 76) ou como aqui se pretende, familiar.

Nesse debate, o conceito de “local” se coloca em relação ao “global”, como parte constituinte e a ele subordinada. Por isso, refletir sobre as territorialidades familiares em Custodópolis supõe a interpretação de características específicas, sem desconsiderar que estas se constituem no movimento espaço-tempo da concepção ampliada de família, cujo consenso de sua natureza multidimensional é hoje partilhado entre os estudiosos do tema.

Mioto (1997, p. 118) concebe a família “como instituição social e historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida”. Ao delimitá-la na perspectiva histórica, compreende que a família se contrapõe à ideia de relações referenciadas apenas pela consanguinidade e de que as mudanças nela vivenciadas atestam o quanto se tornaram “mais efêmeras e heterogêneas” (PEREIRA-PEREIRA, 2004, p. 39).

No mais recente CENSO (2010)⁴³, o IBGE revelou que as tendências em curso no Brasil, desde a década passada, produziram dados significativos sobre a população, impactando as famílias.

- Aumentou a preferência de brasileiros pelas uniões consensuais, de 28,6% para 36,4%, enquanto os casamentos civis e religiosos caíram de 49,4% em 2000 para 42,9% em 2010.
- Crescem os modelos de família compostos por filhos de outros casamentos (8,4%).

- Em 10 anos, o número de moradores por domicílio caiu 13,2%, passando de 3,8 para 3,3, o que confirma a diminuição do tamanho das famílias.
- O número de pessoas que moram sozinhas aumentou de 8,6% para 12,1% em uma década. Nesse *ranking*, o Rio de Janeiro tem 15,6% de casas com apenas um morador, seguido do Rio Grande do Sul, com 15,2%. Na outra ponta do *ranking* estão Amazonas (8%) e Maranhão (8,1%).
- Mulheres brasileiras têm menos filhos e engravidam mais tarde (entre 25 e 35 anos), informa o IBGE.
- A taxa de fecundidade despencou da média de 2,38 filhos por mulher para apenas 1,86, seguindo a tendência na queda na natalidade observada no país desde os anos de 1960, quando a média era de seis filhos por família.
- As taxas de crescimento também caíram. Hoje elas são de 1,17% ao ano e a tendência é diminuir. O IBGE estima que no período de 2010 a 2015, será de 0,89%.
- O Brasil está envelhecendo. Enquanto a idade média dos habitantes em 1991 era de 26,5 anos, em 2010 foi de 32,1 anos. As mais altas idades médias são encontradas nas regiões Sudeste e Sul, tanto na área urbana quanto na rural. No Rio de Janeiro, a média é de 34,5 anos. No Rio Grande do Sul, 34,9 anos.
- Dados preliminares apontam que o Brasil tem mais de 60 mil casais homossexuais. Em números absolutos, a região com mais casais homossexuais é o Sudeste, que abriga 32.202 casais, seguida pelo Nordeste, com 12.196 casais. O Norte tem o menor número de casais do mesmo sexo: 3.429, seguido do Centro-Oeste, com 4.141. A Região Sul tem pouco mais de 8 mil casais homossexuais. Entre os estados, São Paulo é o que tem a maior quantidade de casais homossexuais (16.872) e Roraima é o que tem menos, com apenas 96 casais que se declararam homossexuais.

Estes dados, ao afirmarem tendências em curso, põem em questão temas complexos como: gênero, sexualidade, saúde reprodutiva, parentesco biológico e não biológico, responsabilidade familiar, direito, trabalho, proteção social dentre outros, que oferecem elementos para se pensar as experiências da família brasileira em conformidade com o espaço-tempo a que se vinculam.

Isso mostra que a forma de os brasileiros viverem a família reflete o conjunto de mudanças ocorridas em escala mundial. Não foram apenas o modo como as pessoas passaram a se apropriar do espaço familiar e as práticas

nele constituídas que se modificaram, mas também a noção idealizada de que um padrão universal de família pudesse dar conta de variações, ainda que em territórios, cujas territorialidades se assemelham.

Tomar a família como referência analítica faz parte da experiência de pesquisadores em seus diversos campos disciplinares e em contextos históricos diferenciados, mas foi na segunda metade do século XIX, que ela se tornou um tema sociológico (ENGELS, 1884). As primeiras pesquisas procuraram questionar o determinismo biológico e teológico, advogando que pensar a família como algo dado por Deus ou pela natureza, agregaria pouco à compreensão dos comportamentos sociais (FONSECA; CARDARELLO, 2010, p. 211).

Ao procurarem estabelecer a distinção entre o natural e o cultural, na condição familiar, pesquisadores de meados do século XX passaram a questionar a família enquanto lugar de proteção para seus membros. Isso ocorreu no contexto do processo de urbanização, numa referência às sociedades complexas (Europa e América do Norte), cujas cidades começavam a se estruturar em torno de escolas, igrejas, empresas (Ibid).

Nesse contexto, ganha destaque a abordagem funcionalista, segundo a qual, a família era um subsistema do sistema social, no qual as pesquisas de Talcott Parsons (1955) sobre as famílias da sociedade norte-americana urbana do pós-guerra destacaram-se, ao revelar que o modelo de unidade conjugal e nuclear (cuja territorialidade se constituiu no contraponto às famílias tradicionais, camponesas e extensas) continuou a permitir que a família exercesse uma função social fundamental. Reunida em torno do casamento oficial, o casal e os filhos formavam um grupo solidário, organizado em torno de uma rede de deveres e obrigações definidas por idade, sexo e vinculação biológica (Ibid, p. 212).

De lá pra cá, diversas foram as mudanças societárias que ameaçaram o território da família nuclear e conjugal. Contudo, apesar de profundas, tais mudanças não foram ainda capazes de destituir o modelo nuclear conjugal, consolidado e representado estatisticamente, como o modo que as pessoas mais se apropriam e praticam a vivência familiar. Do século passado até os dias atuais, esse perfil se destaca, ainda que a ele seja agregado um conjunto de variáveis, que, hoje, devem ser consideradas.

A representação em torno dessa “família pensada” (SYMANSKI, 2002), idealizada como padrão de “normalidade”, habita o imaginário de muitos que se sentem incomodados por não terem conseguido constituí-la e/ou mantê-la, assim como o de diversos profissionais que atuam diretamente com famílias. Dentre estes, são vários os casos dos que incorporam tal noção e tendem a interpretar “como desigualdades e incompletudes, as diferenças observadas” (VITALE, 2006, p. 74).

Ocorre que a apropriação pelas pessoas, de outros espaços, contribuiu

⁴⁴ Cf: Depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável por pessoas do mesmo sexo, a união homoafetiva dos pernambucanos Mailton e Wilsom foi convertida em casamento civil. Essa foi a primeira conquista do casal, que também, através do processo de Reprodução Assistida, tiveram uma filha. Maria Tereza nasceu em 29/01/2012 e foi gerada, com o material genético de Mailton, fecundado na barriga de sua prima (que se comprometeu a não reivindicar a maternidade da criança). O casal entrou na justiça com o pedido de reconhecimento da dupla paternidade e o juiz da 1ª Vara da Família do Recife, proferiu sentença favorável. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br>>. Acesso em: 18/03/2012.

substantivamente para a constituição de elementos que caracterizaram outras formas de se viver e pensar a família. Alguns marcadores sociais merecem destaque, enquanto elementos constituintes desse processo, como o uso da pílula anticoncepcional, que, a partir dos anos de 1960, demarcou limite entre sexualidade e concepção/reprodução.

Nas décadas seguintes, uma verdadeira revolução em tecnologias reprodutivas torna possível o nascimento do primeiro “bebê de proveta” e a “barriga de aluguel” permite que duas mulheres, sejam responsáveis pela procriação de um filho. Atualmente, a “maternidade assistida” possibilitou casais homoafetivos terem seus filhos⁴⁴ e as cirurgias transexuais desafiam a biologia e as leis, e, ao redefinirem o sexo, fazem com que “pais se tornem mães e vice-versa”. Os testes de DNA passaram a atestar o reconhecimento biológico da paternidade (FONSECA, 2004, p. 28). No entanto, é sempre bom lembrar que a certeza técnica/biológica, por si só, não dissolve os conflitos sociais e o sentimento paterno e estes independem de um resultado de laboratório (Ibid, p. 16).

No conjunto, esses elementos mostram o quanto a apropriação desses espaços e a constituição dessas práticas incidem sobre as relações de classe, gênero e parentesco. Tomando as questões de gênero como principal bandeira de luta, as feministas desnaturalizaram os papéis sexuais. No caso brasileiro, o movimento feminista tem um marco importante no contexto da ditadura militar, através das camadas médias e intelectualizadas, influenciadas pelas experiências europeias e norte-americanas (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985).

Sarti (2004) destaca que, embora o “movimento de mulheres” tenha sido uma iniciativa das camadas médias, no Brasil, ele se desenvolveu articulado com os movimentos sociais de bairro, associado aos grupos populares (Ibid, p. 39). Tal particularidade permitiu que essas mulheres se destacassem como sujeitos políticos, ao reivindicarem equipamentos de infraestrutura básica junto ao Estado (PINTO, 1992).

Motivadas por referências de seu cotidiano, tais como a “família, o bairro e suas condições de vida”, essas mulheres, ao irem da casa para a rua, mesmo sem a devida consciência, colocaram em discussão a identidade de gênero num plano mais amplo. Como bem lembra Sarti (2004, passim), o “aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões, permaneceram no âmbito das discussões feitas em pequenos ‘grupos de reflexão’, sem ressonância pública” (SARTI, 2004, p. 39), somente mais tarde, esses temas foram difundidos, com usos e práticas do corpo feminino ganhando destaque.

No entanto, vale destacar que, no campo dos direitos reprodutivos, o aborto continua um tema polêmico. Todavia, o que se quer ressaltar é o

equivoco de se pensar as questões de gênero isoladas da perspectiva de classe.

Nesse período, o mercado de trabalho também ganha destaque com a inserção das mulheres brasileiras dos estratos médios e altos. Segundo a economista Hildete Pereira de Melo (1998, p. 6), os anos 70 e 80 foram significativos para essas mulheres no espaço público, com o crescimento do emprego. Quanto às mulheres pobres, ressalta a economista que “estas sempre trabalharam seja no eito ou na senzala, a novidade atual é o exercício do trabalho fora de casa das mulheres da classe média”.

A saída das mulheres da classe média para o trabalho só foi possível graças ao trabalho (de baixa remuneração) das mulheres pobres, na medida em que o Estado não ofereceu e não oferece políticas públicas em quantidade e qualidade suficiente para atender a demanda. Na falta de creches e escolas de tempo integral, a família continua a depender de cuidados privados, seja de uma prestadora de serviços domésticos, ou no caso destas, da rede de ajuda mútua geralmente constituída por parentes e vizinhos (FONSECA, 2002). O fato é que conforme Melo (op. cit., p. 4), nas décadas de 70 e 80 “o emprego feminino cresceu e o serviço doméstico manteve posição fundamental na sociedade brasileira⁴⁵”.

Sem dúvida, as feministas escreveram parte da história polemizando aspectos das teorias sociais e contribuíram para os estudos no campo da família, mas vale também se lembrar de pesquisas⁴⁶ realizadas no auge do Movimento Feminista Brasileiro, que revelaram limites do feminismo, na perspectiva universalista.

Para as mulheres pobres, a questão ontológica do ser mulher se fundava no valor da família e da localidade e a sexualidade inexistia como uma realidade autônoma, com significação em si. [...] A análise do feminismo não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado (SARTI, 2004, p. 44).

O que Sarti (2004, p. 46), muito bem expõe é que o feminismo não pode ser posto de modo generalizável, pois pressupõe o diálogo com o outro e sua cultura. Dessa forma, a autora aponta para a falta de sintonia entre o feminismo, fundado no princípio da identidade comum e a antropologia, por sua atitude de diálogo.

A partir dos anos de 1970 já era possível observar, nos estudos socioantropológicos, a contestação feita à família nuclear, a partir da redescoberta da família extensa, entre os estratos populares (LASCH, 1991). Para esse segmento da sociedade, uma família sempre dependeu de outra(s) para sua sobrevivência e num terreno, por menor que seja sempre houve e continua havendo espaço para fazer uma “puxada” ou construir uma “meia-água” (FONSECA, 2005). Em geral, são os novos casais que se apropriam

⁴⁵ Sobre esse tema consultar Bruschini (1994), Camargo e Serrano (1983) e Melo (1998).

⁴⁶ Cf. Salem (1981), Duarte (1986) e Sarti (2001).

⁴⁷ Confira: <http://www.ibge.gov.br>.

de uma porção do lote de seus pais, mas tão logo conseguem ter seu próprio espaço, mudam-se.

Essa desterritorialização do espaço do lote ocorre também por separações ou migrações (em busca de emprego). Vários são os motivos que fazem com que, nesses quintais, haja uma dinâmica própria de “movimento e pausa” (TUAN, 1983), entre os que deles fazem uso, sejam parentes ou amigos.

Tais elementos sugerem um modo de pensar a família para além da unidade doméstica. Para o IBGE⁴⁷ a família é “um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, todos residentes na mesma casa”. Com essa referência, os Censos não dão conta de captar as dinâmicas das relações entre pessoas morando em casas separadas, porém num mesmo terreno, ou até mesmo aquelas, que nuclearizadas na figura do casal e filhos e residentes em terrenos separados, mantêm estreita rede de convivência e dependência com outras famílias do mesmo bairro ou até mesmo de locais mais distantes.

Para pensar a família é relevante compreender seus limites e fronteiras, bem como sua área de abrangência. Nessa perspectiva, defini-la é um desafio, porque supõe a compreensão de redes que se estendem no espaço para além da unidade doméstica. Atenta a essa noção, a antropóloga Claudia Fonseca (2002) define o perfil da ‘família nuclear’ como aquela formada por pai, mãe e filhos, cujo sustento da casa pode ser responsabilidade do casal ou restrita à figura do pai ou à da mãe, ainda que o cuidado com os filhos possa ser partilhado, visto que a família é uma unidade em rede. Com essa definição ela chama atenção para um núcleo familiar que também se estende.

A própria conceituação de família pelo IBGE (acima citada) retrata a noção de família, contemplando a perspectiva de ‘família extensa’ (parentes que moram numa mesma casa, que tecem redes e partilham rendas). Outra perspectiva de ‘família extensa’ é aquela que se constitui no espaço dos quintais.

É sobre essa noção que quero refletir, inspirada em Simoni Guedes (1998, p. 199), que define que a principal característica desse perfil é o adensamento residencial (puxadinhos), entre aqueles, que se reconhecem como parentes. É comum o convívio de diversas gerações no terreno, cuja posse se dá, em termos de valor de uso. O núcleo familiar original estabelece as prerrogativas de composição e recomposição de novas unidades habitacionais, além de administrar os conflitos gerados pelo convívio cotidiano.

Guedes (1998, p. 206) problematiza as categorias família e parentesco, na medida em que reavalia a concepção nuclearizada de família em territórios populares. Identifica, nas relações estabelecidas nos quintais, a valorização por parte dos moradores dos núcleos familiares específicos e as redes de parentesco e vizinhança que os penetram e lhe dão significado.

Tais redes, tecidas por obrigações e ajuda mútua, criam um modo de convivência nos quintais, cuja fronteira, apesar de tênue, permite a delimitação de cada núcleo conjugal, através da privacidade da casa. Conclui que essa delimitação é “circunstancial e porosa”, porque continuamente penetrada pela rede de parentesco e consideração.

Outro perfil de família que vem crescendo e merecendo destaque enquanto fenômeno mundial é o da família monoparental. Na França⁴⁸, um terço de suas famílias monoparentais é pobre e, em sua maioria, isso decorre do aumento de divórcio, dentre estas, em 90% a guarda dos filhos fica com a mulher/mãe. No Brasil, esse modo de viver a família também vem crescendo e a taxa geral de divórcio atingiu em 2010 seu maior valor, havendo um acréscimo de 36,8% em relação a 2009.

Ainda é assegurada à mulher⁴⁹ (87,3% em 2010) a hegemonia, na responsabilidade pela guarda dos filhos menores, embora haja registro de crescimento do compartilhamento da guarda dos filhos entre ex-casais, com destaque para a capital de Salvador, com o maior número de casos compartilhados. Verificou-se que a maioria das famílias monoparentais é feminina e a tendência é que sejam por elas chefiadas.

Na PNAD (2001-2009) a proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil subiu de 27% para 35% do total. E o retrato dessas mulheres chefes de família traçado pelo Ipea⁵⁰ é o seguinte: “Elas têm mais anos de estudo, dividem-se entre trabalhos e os cuidados com a casa, ganham menos e trabalham mais.”

Dentre os principais elementos que condicionam o crescimento dessas famílias, está o aumento da expectativa de vida, viuvez, divórcios e separações, mudanças relacionadas ao casamento e aos valores sexuais, homens que abandonam ou não assumem a família (no conjunto pai, mãe, filhos) ou até mesmo, na relação de reconhecimento da paternidade⁵¹.

No auge desse debate, é bom que se lembre de que a família monoparental não é uma organização familiar recente, sendo historicamente reconhecida como “desestruturada” e sua noção carregada de conotação classista e de gênero serviu, em muitas situações, para figurar a “mãe solteira”, enquanto exemplo condenável e discriminado no meio social em que vivia.

Comportamentos semelhantes e também demarcados pela perspectiva de classe e gênero é a “produção independente”. Trata-se de uma prática cujo entendimento é o de que a mulher deseja ter e criar um filho sem constituir relação conjugal. Tal concepção pode ser por método natural, inseminação artificial ou adoção. Apesar de conotações diferentes, tais termos descrevem comportamentos semelhantes. Ocorre que nos casos em que a mulher não partilha os cuidados materiais e simbólicos dos seus filhos com o genitor

⁴⁸ Cf. <<http://www.wap.noticias.uol.com.br>>. Acesso em: 8 de agosto de 2012.

⁴⁹ Cf. <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

⁵⁰ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

⁵¹ Com o objetivo de estimular o reconhecimento da paternidade de pessoas sem esse registro, a Coordenadoria Nacional de Justiça lançou em agosto de 2010 o Programa Pai Presente (www.cnj.jus.br). Conforme IBGE/Censo de 2010, cerca de 600 mil crianças brasileiras não possuíam paternidade declarada em registro. (www.ibge.gov.br).

⁵² Confira: D'AGOSTINHO, Rosanne. Mulher chefe de família é a que trabalha mais, em casa e no emprego, diz Ipea. Disponível em: <<http://www.UOLNoticias.SãoPaulo,11/11/2010>>. Acesso em: 09/08/2012.

⁵³ Id.

(principalmente as mulheres pobres), esse tipo de organização familiar pode tornar-se mais vulnerável.

Vilale (2002, p. 55) qualifica a família monoparental de chefia feminina como aquela cuja mãe mora sozinha com filho (s) menor (es), sendo responsável pelo sustento da casa. A criação dos filhos envolve um sistema de trocas. Trata-se “de proteção oferecida por pessoas e grupos envolvidos com o cotidiano dessas famílias.”

Conforme o Ipea⁵², a chefia familiar feminina vem merecendo destaque não apenas entre a família monoparental. É 21.933.180 o número de famílias que identificaram como principal responsável uma mulher no ano de 2009. Segundo este instituto, “o tradicional arranjo casal com filhos com um homem como ‘cabeça do casal’ passa a ser substituído por situações em que a mulher é tida como a pessoa de referência na casa”.

Em 2009, 14,2% dos casais com ou sem filhos eram chefiados por mulheres (D'AGOSTINHO, 2010)⁵³. O Ipea não aponta um fator definitivo para que essas mulheres sejam reconhecidas como chefes da família, o que pode depender, inclusive, de qual membro da família respondeu à pesquisa; mas apenas avalia a atual situação dessas mulheres no âmbito familiar.

Esse aspecto também chamou a atenção dos pesquisadores na ocasião do Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012) em Custodópolis. Foram mulheres (78%) a maioria dos (as) entrevistados (as) (o objetivo foi entrevistar a pessoa responsável, que estivesse em casa). Do total, (51%) se declararam responsáveis pela família, enquanto que o restante (49%) se referia ao casal, mãe/pai, avó/avô, esposo, companheiro, namorado, ex-marido, filho mais velho e até mesmo a família toda. Entre os responsáveis, as principais ocupações das mulheres são as áreas da serventia doméstica e/ou “do lar” e entre os homens, o predomínio é a construção civil, com destaque para ocupação de pedreiro.

Os dados quantitativos sinalizam para a existência de dinâmicas que, após elencadas, apontam a necessidade de investigações qualitativas que possibilitem melhor compreendê-las. Com base nos dados do referido Inquérito, apresento (Quadro 4) alguns dos elementos que caracterizam as territorialidades entre os moradores de Custodópolis. No quarto capítulo, através de pesquisa qualitativa, as categorias bairro, casa, família, trabalho e proteção social permitirão que sejam observadas, em maior profundidade, algumas das territorialidades constituídas pelas famílias entrevistadas.

BAIRRO	CASA	FAMÍLIA	TRABALHO	PROTEÇÃO SOCIAL
Tempo de residência: mais de 15 anos. Principal motivo da ida para o bairro: Questões familiares diversas. Condição sócio-ambiental: precária (falta de saneamento básico) Vantagens: “lugar de tradição”; comércio forte, Desvantagens: violência/drogas; falta de emprego, ensino fraco, dificuldade de assistência à saúde, alagamento das ruas. Melhorias no bairro: opinião de que cabe aos políticos. Nível de satisfação com o local: elevado (desejo de permanecer no bairro).	Situação das casas: maioria própria ou cedida por algum parente. Perfil: alvenaria sem reboco, telha de amianto, piso cerâmico Nº de cômodos: de 4 a 6 Nº de pessoas: 3 a 5 Principais bens: televisão, geladeira, fogão à gás e celular Nível de satisfação: baixo (maioria deseja reforma geral).	Pessoa responsável: mulher/mãe (51%) ou casal; avó/avó, esposo, ex-marido, namorado, filho (49%) Estado civil dos responsáveis: maioria casais (casados ou solteiros) Filhos: maioria entre 0 a 2 anos Idosos: 33% Nível de deficiência: 16% Religião predominante: evangélica Escolaridade: Ensino fundamental incompleto Saúde: boa Maior gasto: alimentos (arroz, feijão, café, macarrão, leite e verduras).	Ocupação do responsável/mulher: serventia doméstica/ do lar. Ocupação do responsável homem: construção civil (pedreiros) Rendimento mensal de trabalho da família: média de 1 a 2 SM.	Parentes: pessoas mais procuradas em caso de necessidade. Pensões e aposentadorias: em torno de 25% Programas Sociais: 29,7%(Bolsa família; cartão alimentação, cheque cidadão). Responsável com previdência social: 38% Certidão de nascimento dos membros da família: 98%.

Quadro 4: Alguns Elementos das Territorialidades Familiares em Custodópolis

Fonte: Da autora, 2012

Conforme Albagli (2004, p. 28), a noção de territorialidade foi incorporada pelas ciências humanas e sociais (antropologia, psicologia, sociologia e a própria geografia), a partir da compreensão de que os processos de socialização são mediados no espaço. Tal conceito refere-se

às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, a territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos sociais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade de um grupo ou comunidade.

As pessoas ao se apropriarem física e simbolicamente de determinados espaços, territorializam-nos. São esses usos e práticas que permitem que territórios se tornem lugares e sejam por isso singulares, cuja territorialidade reflete o “vivido” territorial. No entanto, o que pode haver de particular

⁵⁴ Fala reproduzida com uso de gravador na ocasião da palestra Família e Proteção Social realizada por Carla Almeida no Projeto Roda de Conversa (Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFF), em 14 de setembro de 2011.

nos elementos listados no quadro acima, já que são semelhantes àqueles constituídos em qualquer porção do espaço (global) habitado pela pobreza?

Ocorre que as pessoas vivenciam o processo territorial por meio de variadas dimensões, sejam elas econômica, social, cultural e política e isso depende dos recursos que podem mobilizar para delas se apropriarem, imprimindo suas práticas. Por isso Albagli (2004, p. 29) afirma que “territorialidade não é sinônimo de raízes territoriais, já que é transportável e dinâmica, como nos casos de migrantes que se apropriam de novos territórios e reconstituem suas identidades territoriais em novos espaços”.

O fato é que viver em territórios com precária infraestrutura socioambiental e de serviços, conviver com práticas de violência urbana, engrossar as estatísticas do déficit habitacional do país, residir em casas em condições de habitabilidade e ambiência desfavoráveis, possuir baixo nível de escolaridade, exercer ocupações mal remuneradas, ter dificuldade de tratamento em casos de doença, contar com apoio social de parentes e amigos, também com baixos recursos, ser público-alvo de políticas sociais, conviver com a instabilidade e desproteção no trabalho e na vida, é a realidade daqueles que encarnam a pobreza no Brasil e no mundo.

Trata-se de um processo, em que as estruturas de oportunidades são geográfica, econômica e socialmente distribuídas de modo desigual e, aliadas a um conjunto de variáveis, desenham o quadro de pobreza e vulnerabilidades familiares em contextos mundiais, nacionais, regionais, locais.

Nesses “territórios vividos”, as pessoas mobilizam os recursos do “mercado, Estado, comunidade, família” (KAZTMAN, 2000, p. 11) de que podem dispor. Além das condições econômicas objetivas e dos recursos pessoais, as formas de sociabilidade e as redes constituídas são elementos fundamentais, para pensar a condição das famílias territorializadas pela pobreza.

Na visão de Marques (2009, p. 473), “tanto atributos individuais quanto redes se produzem e se influenciam mutuamente. A construção de padrões de relações e atributos se dá de forma concomitante e imbricada ao longo das trajetórias de vida dos indivíduos”, incidindo sobre elas maior ou menor grau de vulnerabilidades.

Diante de tais considerações, importa pensar que as mudanças, ocorridas no espaço-tempo das relações entre pessoas e lugares, permitem que as territorialidades sejam reconstruídas, e que é a partir dessas reconstruções, que as concepções de famílias têm se alargado. Na visão de Carla Almeida⁵⁴

O crescimento de famílias monoparentais, unipessoais, famílias formadas por casais de gays e lésbicas – alguns com filhos, casais de solteiros, aumento do divórcio, recasamentos, queda na taxa de natalidade, aumento da longevidade, atestam a necessidade de transformar a visão universal e normalizadora da família nuclear (2011).

Entretanto, ainda que essas mudanças sejam percebidas, a compreensão da diversidade das territorialidades familiares implica a ruptura com a mentalidade predominante que, ao longo da história da família, esteve assentada nos princípios da determinação biológica. Portanto, ainda é comum a crença de que a família se define por laços consanguíneos. Por essa razão, a mulher permanece atrelada à família simbioticamente. Na perspectiva do determinismo biológico, ela é a protagonista da família para quem a prática do cuidado com o outro se volta.

Nesse item, ao refletir sobre as apropriações e práticas que constituem as territorialidades familiares, foi possível observar que, embora modificado ao longo do tempo, o modo de se viver e pensar a família,

Não chegou a deslocar a sua função promotora de cuidados. Nas sociedades ditas complexas, ainda é vista como o melhor lugar para cuidar de crianças, idosos, jovens, doentes, loucos, etc. Ela emerge e se reafirma como instância provedora de cuidados. Assim, somente na ausência ou impossibilidade de ela constituir-se como um suporte e cuidado, o Estado e outras instituições, são reconhecidos como instâncias de atenção e proteção (ALMEIDA, 2011, p. 56)⁵⁵.

Mesmo sob diversos questionamentos, a função social das famílias se mantém, tanto em países desenvolvidos, quanto naqueles que não estabeleceram um Estado de Bem-Estar. Isso porque, através de suas práticas, as famílias sempre produziram e distribuíram recursos para atendimento às necessidades básicas de seus membros. Portanto, pensá-la a partir de suas práticas “de cuidado, socialização, transmissão de capital cultural e econômico, das relações de gênero e intergeracionais” (CARVALHO; ALMEIDA, 2003, p. 109) implica uma visão sobre proteção social que não seja restrita a mecanismos de políticas públicas, de corte social.

Contudo, no contexto de dinâmicas familiares diversas, há que considerar os arranjos mais vulnerabilizados, numa perspectiva, de que a proteção social seja pensada no âmbito de apoio familiar, comunitário e institucional.

3.2 Proteção social em territórios vulneráveis

Vários estudos⁵⁶ já demonstraram a influência do território sobre as condições de vida das pessoas que dele são parte. Dessa forma, articular as noções de segregação sócio-espacial e vulnerabilidades à compreensão dos elementos que caracterizam os itinerários dessas pessoas em busca de proteção social, parece-me um bom caminho para essa reflexão.

Mas afinal, com qual noção de proteção social seguiremos esse caminho?

⁵⁵ Id., 2011.

⁵⁶ Cf. Kaztman, 2000; Kowarick, 2009; Flores, 2004, Torres; Ferreira; Gomes, 2005, Marques, 2009.

⁵⁷ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (<http://www.cebrap.org.br>).

Com aquela na qual proteção social é entendida como um mecanismo sócio-histórico de longa data, definido por “práticas sociais destinadas aos cuidados com a manutenção da vida humana” (COSTA, 2002, p. 301) e cujas práticas são desenvolvidas tanto na esfera pública quanto privada (CASTEL, 1998).

Castel (1998) atribui duas dimensões à proteção social. Uma baseada na “sociabilidade primária” e outra na “sociabilidade secundária”. Refere-se à ‘sociabilidade primária’ como produto de relações próximas que se constituem, enquanto um “sistema de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência, sem a mediação de instituições específicas” (Ibid, p. 48). Enquanto a “sociabilidade primária” se constitui no âmbito privado, a “sociabilidade secundária” ocorre na esfera institucional, “a partir de estruturas de atendimento assistenciais mais sofisticadas” (Ibid, p. 57).

Se os territórios onde essas formas de sociabilidades se constituem são marcados pela pobreza, vale lembrar que os critérios de renda são insuficientes para dar conta de um fenômeno tão complexo e dinâmico como este. É nesse sentido que atributos individuais devem ser pensados em conexão com relações sociais, dada a influência de um aspecto sobre outro. A adoção da abordagem teórica, nessa perspectiva, deve considerar a pobreza não apenas como uma questão de produção e reprodução econômica, mas de integração social e de pertencimentos, devido aos aspectos relacionais do fenômeno (MARQUES, 2009, p. 474).

Conhecido internacionalmente pela produção de pesquisas na área de políticas públicas, o CEBRAP⁵⁷ tem se destacado nos estudos sobre a influência que a segregação sócio-espacial tem sobre os mecanismos de produção e reprodução da pobreza, além da utilização de estratégias territoriais na elaboração e implementação de políticas sociais. Nesse campo de investigação, os estudos de Eduardo Marques (2009) e dele com Haroldo Torres (2004), são referências, além de pesquisas realizadas também por Marques, Bichir, Pavez, Zoppi, Moya e Pantoja (2007), sobre as relações entre redes pessoais e pobreza, na metrópole de São Paulo.

Resenho aqui, alguns dos argumentos desses pesquisadores, dentre outros, como Fontes e Eichner (2004) e Ramos e Koga (2011), que atuam em outras instituições, mas também defendem que deve ser adotada uma estruturação de políticas de proteção, voltadas para pessoas residentes em territórios segregados e vulneráveis. Pensar as relações estabelecidas sobre a perspectiva de redes remete aos modos de sociabilidades, tecidos em determinados contextos territoriais.

Nos casos em que nesses contextos, a pobreza se impõe, Marques (2007, p. 36) chama a atenção para os processos constituintes de “localismo”. Trata-se de “uma propriedade das redes, enquanto segregação é uma

propriedade do espaço”. Tais processos de naturezas distintas se relacionam, embora variem em contextos sócio-espaciais distintos.

É nesse sentido que a dimensão territorial torna-se relevante na compreensão dos mecanismos de sociabilidade. Em pesquisas realizadas, Marques et al. (2007, p. 6) observaram que a relação entre redes e espaço compreende “os atributos das redes na sua relação com o lugar e o efeito do espaço sobre essas redes”. Portanto, partem da noção de “localismo como elevada presença relativa de indivíduos de uma mesma localidade em uma dada rede, em diálogo com a segregação urbana, tida como isolamento espacial de grupos sociais no plano da cidade como um todo” (Ibid, p. 42).

Esse vínculo entre pessoas de um mesmo lugar que partilham condições de pobreza produz, na visão dos referidos pesquisadores, efeitos de “homofilia”. Entendem que essa é “uma propriedade em que os indivíduos tendem a construir e manter contatos com aqueles que possuem características (atributos) sociais similares, principalmente, do ponto de vista do *status* socioeconômico e do local de moradia” (MCPHERSON et al., 2002 apud MARQUES, et al., 2007).

Fontes e Eichner (2004) também observaram a propriedade do “localismo” em pesquisa por eles realizada em bairro de baixa renda do Recife. Concluíram que a maior parte dos vínculos é estabelecida no próprio local de moradia, com destaque para as relações de vizinhança e parentesco, com ocorrência da “homofilia” por sexo, idade e escolaridade.

Esses estudos reforçam o argumento de que em áreas de pobreza concentrada, as interações sociais ocorrem num ambiente de acesso a recursos materiais e imateriais escassos e apoios instrumentais e emocionais efetivos, porém restritos. Aspectos relativos aos ciclos de vida e a perspectiva de gênero, também alimentam o debate sobre a quantidade e a qualidade das redes territorialmente estabelecidas. Diante disso, surge a pergunta: Em que medida as pessoas submetidas a esses localismos podem se integrar a “geografias de oportunidades” mais amplas?

Essa indagação tem alimentado debates em torno do tema, promovendo reflexões em termos dos acessos desiguais das pessoas a serviços, políticas, mercado de trabalho ou a “elementos imateriais, como repertórios e formas de viver” (MARQUES, 2009, p. 477).

Os estudos urbanos, com enfoque nas condições sócio-espaciais de pobreza concentrada, associado ao debate das redes sociais e pessoais, têm contribuído para o campo socioassistencial brasileiro. Conforme Ramos e Koga (2011, p. 360), nesse campo ainda há muito que se avançar, visto que as práticas adotadas permanecem no “eixo cadastral/assistencial, onde a relação do indivíduo com o território é simples localização pelo endereço residencial ou referencial”.

Identificar e analisar as formas de sociabilidade e solidariedade que as pessoas estabelecem, a partir dos lugares que ocupam, é uma contribuição substantiva para o diálogo da proteção social nas esferas primárias e secundárias. Entretanto, do ponto de vista institucional, a proteção social não deve ficar confinada ao aspecto administrativo, argumenta Ramos e Koga (2011, p. 362), mas “incorporar o território vivo e vivido, trazendo à tona aspectos coletivos e públicos, a se fortalecer nas mediações das práticas cotidianas, desenvolvidas pelos próprios agenciadores das políticas públicas”.

Nesse sentido, o urbano e o social encontram-se conectados. De modo que qualquer alternativa que pretenda isolar as condições econômicas das relações que influenciam a vida da população, submetida a condições de segregação sócio-espacial, tende a incorrer em práticas de pouco impacto sobre as situações de reprodução da pobreza. Com isso, não se quer dizer que a adoção de estratégias territoriais na incorporação dos critérios das políticas sociais seja uma medida sem riscos e equívocos.

O principal desafio da proteção social é o alcance de grupos com piores condições socioeconômicas e, mesmo adotando o critério territorial, essa não é uma questão totalmente resolvida (RAMOS; KOGA, 2011, *passim*).

Torres e Marques (2004), ao analisarem o Programa de Transferência de Renda em São Paulo, argumentam sobre a importância da combinação entre o critério territorial, que prioriza áreas com alta concentração de pobres a outras estratégias, como o cadastramento utilizado para fins desses programas (Ibid, p. 33). Defendem que tais programas, mesmo sendo alvo de críticas, por excluir os pobres residentes fora da área territorial de abrangência, visam possibilitar o acesso a aqueles que residam em áreas definidas como prioritárias, em termos de segregação e vulnerabilidades (Ibid, p. 32).

O que alimenta o argumento dos referidos pesquisadores é a ideia de que “ser pobre em área com alta concentração de pobres, é substancialmente diferente, de ser pobre, numa região de famílias com renda mais elevada” (TORRES; MARQUES, 2004), onde as estruturas de oportunidades se tornam mais ampliadas do ponto de vista sociogeográfico.

Nessa perspectiva, os elementos destacados não incluem a polêmica existente entre o caráter da política, se “focalizada” ou “universalista”, mas o consenso de que grupos mais vulnerabilizados “precisam ser posicionados em patamares mínimos de consumo alimentar, por exemplo, que os permitam gozar de serviços, enquanto direitos” (Ibid, p. 29).

Na esfera desse debate, parece resolvida a questão sobre a importância que os Programas de Transferência de Renda desempenham no campo da proteção social. Porém, se um programa dessa natureza não se integrar a outras políticas, não será capaz de impactar a pobreza e as ‘vulnerabilidades cruzadas’.

É nesse sentido que a integração entre as variadas formas de proteção

social, relativas às sociabilidades “primárias” e “secundárias”, na perspectiva que conecta atributos e recursos pessoais, sociais e institucionais, coloca-se como estratégia de enfrentamento diante de situações de pobreza e segregação sócio-espacial.

Pensados de modo associado – atributos e relações – retroalimentam, na medida em que atributos comuns aproximam pessoas e constituem relações e estas, por sua vez, também ajudam a construir atributos (MARQUES, 2007, p. 36). Desse modo, o referido autor chama atenção para a importância destas duas dimensões, nos estudos sobre pobreza, enunciando-as enquanto

O acesso dos indivíduos às estruturas de oportunidades que conduzem às condições sociais em geral, e às situações de pobreza em particular, é mediado pelos padrões de relação que esses indivíduos têm com outros indivíduos e com organizações de variados tipos (Ibid, p. 39)

Num recorte sócio-espacial, tomo o bairro de Custodópolis para refletir sobre seu grau de localismo. No quesito capital social, 67% expressam o percentual de participação dos moradores em grupos, enquanto 33% apontam para não participação.

Nesse caso, vale o registro de que nenhuma existência humana é ‘aespaial’. Portanto, todas se constituem na relação pessoas-lugares, ainda que os vínculos sejam mais fluidos, de modo que as pessoas circulem sobre algumas redes, mesmo sem se sentir parte delas. Foram observadas algumas dimensões de redes sociais das quais os informantes afirmaram participar.

Tabela 8: Rede Comunitária

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
Grupo religioso	89	74,2
Cooperativa	1	0,8
Associação de moradores	4	3,3
Grupo da terceira idade	16	13,4
Escola de samba	1	0,8
Outro ⁵⁸	9	7,5
Total	120	100

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012)

A existência de diversas igrejas no bairro confirma o destaque da participação em redes religiosas, cujo perfil é assim expresso:

Tabela 9: Rede Religiosa

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
Católica	126	37,8
Evangélica	144	43,3
Espírita kardecista	36	10,8
Outra ⁵⁹	27	8,1
Total	333	100

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA, JUNCÁ, 2012)

⁵⁸ O item Outro se refere à participação em “grupo de apoio à comunidade carente, grupo político-partidário e musical”.

⁵⁹ O item ‘Outra religião’ indica “a adventista, messiânica, racionalista, candomblé, ou o fato de não ter e não participar, de nenhuma religião”.

Não por acaso, a participação em redes religiosas mereceu destaque, e dentre elas, o segmento evangélico. Em pesquisa sobre Religião e Periferia, Mesquita (2009) reflete sobre a relação entre os pentecostais e o narcotráfico, apontando o pentecostalismo como variável simbolicamente relevante, capaz de alterar as formas de sociabilidade de moradores de favelas da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.

A referida pesquisadora afirma que “na sociabilidade local, a igreja é identificada como uma família, que guarda, para além da inserção nas redes de assistência, uma relação de filiação dos seus membros, que nela encontram uma referência moral, cada vez mais débil na família e no Estado” (Ibid, p. 100). Reflete que as relações nessas redes, sobretudo nas pentecostais, são movimentadas por “ajuda mútua, empréstimo de dinheiro, cuidado dos filhos de mães que trabalham fora de casa, informações sobre emprego, solidariedade em situações de doença, etc.” (Ibid, p. 93). Portanto, através de seus usos e práticas religiosas, tais igrejas têm se constituído enquanto um dos mecanismos locais para o enfrentamento da pobreza e vulnerabilidades. Ao ofertar apoio material, afetivo, moral e cívico, elas “trabalham em favor da pessoa e das relações pessoais gerando ajuda mútua, com o estabelecimento de laços de confiança, além do aumento da autoestima e do impulso empreendedor” (ALMEIDA, 2006, p. 118).

Com outro olhar, Maria das Dores Machado (1996) investigou a adesão religiosa na esfera familiar entre pentecostais e carismáticos, ressaltando a influência desses sobre estes. Ao entrevistar casais, verificou que, embora as doutrinas reafirmem a ordem hierárquica e patriarcal de gêneros, abrem brechas para redefinições de papéis e imagens femininas e masculinas, com resultados positivos para as mulheres.

Dentre os resultados, destaca-se o ganho emocional, perceptível em suas participações nos cultos, nos quais expressam uma desenvoltura no uso do corpo “ao balançar alegremente os quadris e acompanhar os cânticos com palmas” (Ibid, p. 2). Atraídas para comunidade religiosa, em geral pela busca de resposta aos problemas do cotidiano doméstico, lá encontram formas subjetivas e objetivas de apoio e alteram suas formas de sociabilidade.

Articuladas às redes primárias, as igrejas, constituídas por laços religiosos, formam uma rede associativa, na qual as mulheres tendem a estar mais vinculadas. Conforme Martins (op. cit., p. 157), “as mulheres costumam ter sociabilidade mais relacionada à igreja e à parentela, que os homens”. Entre estes, “o grupo de amizade e colegas de trabalho se sobrepõe à parentela e o lazer à religião” (WOORTMAN, 1987, p. 179).

O argumento dos referidos autores foi confirmado no Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012) em Custodópolis, na medida em que a maioria dos informantes (78,4%) eram mulheres, cujas redes sociais das

quais mais participam são a igreja e a parentela, inclusive quando se trata de lazer e entretenimento.

Tabela 10: Rede de Lazer e Entretenimento

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
Atividades Religiosas	127	38,2
Festas em casa de parentes e amigos	69	20,7
Passeios diversos ⁶⁰	34	10,2
Atividades em casa ⁶¹	24	7,2
Esportes	26	7,8
Não fazem nada/ sem diversão	19	5,7
Bailes	15	4,5
Bares	09	2,7
Festa na “Escola de Samba”	0,5	1,5
Outras ⁶²	0,5	1,5
Total	333	100

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCA, 2012)

Entre as mulheres, o lazer se cruza e entrecruza com redes religiosas e parentais, pondo em evidência o caráter “familiar” dessas práticas e isso contribui para a manutenção desses vínculos, visto que são as mulheres as principais responsáveis por eles. Conforme Woortman (1987, p. 179), o “aprendizado sobre os parentes ocorre principalmente através das mães (assim como de avós e tias)”. Para o referido autor, “a mãe é o real agente socializador da família” (Ibid, p. 175).

Relações de parentesco são conceitualmente falando, relações internas, visto que não envolvem estranhos, pelo contrário, envolvem primordialmente pais e irmãos, que partilham uma casa comum, e outros parentes que partilham um “sangue” comum. Por isso, estar com a mãe ou com os irmãos é o mesmo que estar em casa (Ibid, p. 180-181).

Além de visitar parentes e ir à igreja, é também no espaço de suas casas que a maioria das informantes desenvolve práticas de entretenimento. A frequência “a bailes, bares e festas na escola de samba **União da Esperança**” também mereceu registro como forma de sociabilidade, embora em escala menor. O esporte, com destaque para o “futebol”, foi apontado como a principal diversão masculina. Embora também mantenham conexões com o parentesco, as redes sociais entre os homens se estendem ao círculo de amigos e colegas, isto é o que se verifica diante da familiaridade demonstrada pelos informantes com o “time de futebol” e a “turma do bar”.

Na Tabela 8, é possível observar que, seguida das redes religiosas, a participação em grupos da 3.ª Idade é a segunda forma de sociabilidade mais apontada pelos informantes. Na visão da antropóloga Myriam Lins de Barros

⁶⁰ Passeios diversos: cinema, praia, shopping, parques, pequenas viagens, lanches, ida a pizzarias.

⁶¹ Atividades em casa: Ver TV, DVD, filmes, ler jornais e revistas, ouvir rádio.

⁶² Outras: grupos de idosos, Lan house, bingo, artesanato, karaokê.

(2006, p. 110), o que une as pessoas, nesses grupos, é a busca de companhia e interações não familiares. Trata-se de espaços de interação, a princípio “fabricadas” por agentes da gestão da velhice, mas tão logo fazem deles seus “territórios de pertencimento”, as sociabilidades neles constituídas tendem a ser reconstruídas em outros espaços, o que facilita o convívio entre gerações. Abaixo, a Tabela 11 apresenta o perfil etário das informantes.

Tabela 11: Idade das informantes

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
15/19 anos	13	3,9
20/39 anos	135	40,6
40/49 anos	62	18,6
50/59 anos	60	18,0
60 anos ou mais	63	18,9
Total	333	100

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012)

Com relação ao ciclo de vida, há que se pensar na ocorrência de eventos que promovam reduções, aumentos ou oscilações nos vínculos que constituem as redes. Conforme Marques (2007, *passim*), as redes tendem a ser ampliadas nos casos de permanência ou extensão da vida escolar, quando se sai da casa dos pais e na ocorrência de novo trabalho. Na sua visão, a tendência de redução das redes está relacionada com o término dos estudos, quando se começa a trabalhar, em decorrência de migrações e nos eventos como casamento e nascimento de filhos. Qualquer deslocamento nas formas de sociabilidade pode aumentar ou reduzi-las.

O referido pesquisador aponta para a tendência, nos segmentos mais pobres, da ocorrência precoce no ciclo de vida de elementos mais redutores dessas redes (Ibid, p. 46). Ele também destaca que se os tipos de rede são constituídos nas trajetórias individuais e sociais, influenciados por gênero e fases do ciclo de vida, estas podem ser mais abertas, fechadas ou isoladas. Esse perfil mais denso e isolado é bastante comum entre os idosos, afirma o pesquisador (Ibid, p. 49). É nesse sentido que a participação em grupos de 3.^a Idade pode contribuir e tem contribuído para ampliação de vínculos e gerado impacto em termos de integração e apoio social.

Além dos idosos, as crianças/adolescentes são os sujeitos que mais demandam apoio. Por essa razão, voltar o olhar para as fases do ciclo familiar é fundamental nas análises sobre proteção social, cabendo questionar sobre em quais momentos da trajetória familiar os indivíduos mais precisam de cuidados e onde buscam esses apoios.

No âmbito das redes primárias, a intensidade e os sentidos dos fluxos de entrelaçada são diversos e vão variando ao longo da trajetória familiar e individual, havendo momentos em que

as trocas seguem, essencialmente, um sentido descendente e momentos em que essa orientação se inverte. Tal não significa, contudo, que os diversos agentes não sejam doadores e receptores de apoio em concomitância (PIMENTEL; ALBUQUERQUE, 2010, p. 255).

As relações constituídas através de vínculos de parentesco, amizade, vizinhança, religião, dentre outros, são também marcadas pela afetividade e materializadas sob inúmeras formas de serviços, embora não sejam isentas dos conflitos entre gênero e geração (VITALE, 2006, *passim*).

Em Custodópolis os informantes indicaram as pessoas mais procuradas pela família, quando precisam de algum tipo de apoio.

Tabela 12: Rede primária de apoio

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
Ninguém	75	22,5
Parente	172	51,7
Amigo	22	6,6
Vizinho	20	6,0
Igreja	22	6,6
Outro ⁶³	20	6,0
Não respondeu	2	0,6
Total	333	100

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCA, 2012)

Em busca de ajuda material ou apoio moral, a rede mais acionada é a de “parentesco”, (WOORTMAN, 1987; GUEDES, 2008; SARTI, 1996). Tal rede concentra maior participação, também, entre a maioria dos informantes em Custodópolis, coincidindo com os dados obtidos em pesquisas dos autores, aqui, referenciados. Vale lembrar que o território onde essas relações primárias se estabelecem é marcado por forte localismo, em que, não raro, o parente é também vizinho (GUEDES, 2008, p. 8).

Como se pode observar, essa rede se estende ao círculo mais próximo, seja de parentesco/vizinhança, amizade e outras formas de convívio. O percentual de 22,5% refere-se à condição daqueles que, em situações de necessidade, as resolve, em geral, fora do âmbito familiar. Trata-se do entendimento de que tal ajuda relaciona-se a empréstimo de dinheiro⁶⁴, obtida em vários casos, através dos padrões, na forma de adiantamento de pagamento (rede verticalizada).

Ocorre que as famílias pobres no Brasil acabaram por desenvolver uma capacidade criativa para lidar com as inseguranças sociais, que, em verdade, são estratégias baseadas nas “redes sociais” (BOTT, 1976; DESSEN e BRAZ, 2000; MARTINS, 2004), nas “redes de parentesco” (WOORTMANN, 1987; SARTI, 1996; GUEDES, 1998), na “circulação de crianças” (FONSECA,

⁶³ Outro: filhos; marido; CSEC; a patroa; Deus (12 vezes); namorado; CSU – Serviço social; parente e prefeitura; Deus e os amigos.

⁶⁴ Conforme observações em Diário de Campo dos pesquisadores, na ocasião do Inquérito Populacional em Custodópolis.

⁶⁵ Cf. SIMMEL, Georg. A sociabilidade. In: *Questões Fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro. Zahar Ed, 2006, p.59-82.

2002), na “maternidade transferida” (COSTA, 2002), nas “redes de solidariedade” (FREITAS, 2002).

Essas práticas, há muito tempo desenvolvidas, em especial pelas famílias pobres, independem do apoio estatal. Contudo, esse é um suporte fundamental no enfrentamento das situações de vulnerabilidades cotidianas. Na literatura sociológica, o trabalho de Elizabeth Bott (1976), publicado originalmente em 1957, tornou-se referência nos estudos sobre “rede social”.

Ao analisar a influência direta que parentes, amigos e vizinhos exercem na definição das relações de cada família, a pesquisadora contribuiu para alimentar o debate em torno do modo como essas redes são constituídas e quais as formas específicas por elas assumidas.

Responsabilizada pelo cuidado com seus membros, a família depende desses mecanismos privados de solidariedade, sobretudo em face das dificuldades de acesso e/ou ineficácia dos sistemas públicos de proteção. Nessa direção, Martins (2006) defende que a ação pública deve considerar a perspectiva socioantropológica que integra o domicílio, mas o supera, ao se estender as redes de trocas e reciprocidades, entre os atores sociais locais (MARTINS, op. cit., p. 35). Sugere a adoção da concepção de “família-rede”, inspirada na existência de mecanismos de trocas (MAUSS, 1974) e de reciprocidades (SIMMEL, 2006).

Pensador do final do século XIX, Georg Simmel advogou que “a vida social não está determinada pela ação puramente racional, nem por imposições legais de qualquer ordem, mas da continuidade da interação dada no jogo da vida, de dar e receber, e das formas que atribuem tonalidades singulares a tais laços de reciprocidade entre os homens” (SIMMEL, 2006 apud ROCHA; ECKERT, 2009, p. 494).

Ao atribuir importância significativa a cada “micromundo”, (Ibid, p. 492), importou-se menos com o conteúdo dado às relações sociais e mais com as formas, enquanto ações recíprocas, vividas no cotidiano. Portanto, há que se destacar que no pensamento simmeliano, tal reciprocidade não é isenta de conflito, visto ser este o elemento constituinte da sociabilidade (OLIVEIRA, 2009, p. 542).

Portanto, nos estudos sobre “redes sociais”, o enfoque recai sobre o modo como as sociabilidades são traçadas e como os laços de reciprocidades são nelas amarrados. No fluxo dessas relações, as “redes de parentesco” se destacam enquanto produto dessas redes mais amplas, visto que é no grupo familiar o lugar onde se constituem os primeiros processos de socialização⁶⁵.

Na linha desse argumento, Potyara Pereira-Pereira (2004, p. 36) chama atenção para o fato de que a família “não é uma ilha de virtudes e de consensos num mar conturbado de permanentes tensões e dissensões” e como qualquer instituição social deve ser compreendida simultaneamente como unidade forte e fraca.

Forte, porque ela é de fato um lócus privilegiado de solidariedades, no qual os indivíduos podem encontrar refúgio contra o desamparo e a insegurança a existência. Forte, ainda, porque é nela que se dá, de regra, a reprodução humana, a socialização das crianças e a transmissão de ensinamentos que perduram pela vida inteira das pessoas (Ibid, p. 36).

Fraca, pelo fato de não estar livre de despotismos, violências, confinamentos, desencontros e rupturas. Tais rupturas, por sua vez, podem gerar inseguranças, mas também podem abrir portas para a emancipação e bem-estar de indivíduos historicamente oprimidos no seio da família, como mulheres, crianças, jovens, idosos (Ibid, p. 36-37).

A referida autora argumenta que a fronteira entre os mecanismos informais e formais são tênues, de modo que qualquer “disposição de ajudar” não está livre das expectativas de reciprocidades (Ibid, p. 38). Sendo assim, conclui a autora, “as relações recíprocas, ditas informais, têm conexão com fatores estruturais da esfera pública” (Ibid).

Ocorre que a família, enquanto lugar da informalidade, não é livre de regras sociais em seus ordenamentos jurídicos e políticos e, submetida a regulações internas e externas, ela se constitui como lócus privilegiado de proteção social, cujas ações privadas e públicas, devem se cruzar, visto que ambas as esferas ofertam cuidados e são responsáveis pela promoção de proteção social.

Para Maria do Carmo Brant de Carvalho (2005), essa noção de similaridade entre Estado e família cresce, a partir dos anos 2000, motivada pela reorganização da noção de proteção social.

As políticas públicas descartaram alternativas institucionalizadas, tais como orfanatos, internatos, manicômios, asilos, na oferta de cuidado de proteção necessária a doentes crônicos, idosos, jovens e adultos dependentes, ou a crianças e adolescentes “abandonados”. Essa alteração tão radical só foi possível retomando a família e a comunidade como lugares e sujeitos imprescindíveis de proteção social (BRANT DE CARVALHO apud SOUZA, 2000, p. 270).

Embora vista como anteparo social para seus membros, as famílias pobres e vulnerabilizadas não dispõem de condições para ofertar cuidados quando elas próprias carecem de cuidado. Nesse sentido, Mioto (1997) propõe que as políticas desloquem o eixo de atenção do indivíduo para a família. Tal perspectiva dialoga com noção de “família-rede” (MARTINS, 2006, p. 35), referência importante para nortear a concepção e execução das políticas públicas de corte social.

No âmbito das Transferências Condicionadas de Renda, no caso brasileiro, o Programa Bolsa Família tem merecido destaque. Toma a

⁶⁶ Outro: Bolsa da prefeitura para faculdade, “baixa renda”, pensionista.

⁶⁷ Informação do Portal da PMCG: <<http://www.campos.rj.gov.br>> Acesso em: 03 de agosto 2012.

unidade familiar como lócus privilegiado de sua intervenção, contudo o público-alvo de sua ação, em via de regra, são crianças e adolescentes, cujos pais e responsáveis parecem ser apenas intermediários nesse processo. A Tabela 13 apresenta os programas sociais que alguns dos moradores de Custodópolis acessam.

Tabela 13: Programas Sociais

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
Peti	1	0,8
Bolsa família/bolsa escola	57	45,6
Cartão alimentação/cheque cidadão	57	45,6
Bpc	5	4,0
Outro ⁶⁶	4	3,2
Não respondeu	1	0,8
Total	125	100

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012)

Em 2009 a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG) substituiu o Programa Vale Alimentação pelo Cheque Cidadão Municipal, que beneficia atualmente 25 mil famílias de baixa renda na cidade com crédito de R\$100 para aquisição de alimentos na rede credenciada⁶⁷.

O consenso de que as Transferências Condicionadas de Renda são hoje prioridade na agenda dos governos, para a área social, tem motivado pesquisadores a se dedicarem a essa temática (SENNA et al., 2007). Embora objeto de polêmica, há consenso, no caso brasileiro, sobre a validade do Programa Bolsa Família (PBF), enquanto estratégia do Governo Federal para o enfrentamento da pobreza extrema. Sua natureza focalizada e suas condicionalidades, relacionadas à saúde e educação, têm contribuído para que o caráter universalista das referidas políticas públicas se cumpra.

No entanto, para se fomentar o processo de inclusão social, há que somar ações complementares e intersetoriais. Ocorre que tais ações não foram previstas como contrapartidas entre governos e instituições, e assim isoladas na forma de acesso a serviços, saúde e educação não garantem que o ‘Bolsa Família’ se constitua enquanto porta de saída do programa.

Senna et al. (2007) questionam sobre a capacidade dos serviços de saúde e educação absorverem adequadamente o aumento da demanda resultante da implantação do programa. Indagam sobre “a capacidade dos municípios de ofertarem o que de mais básico está previsto no elenco de direitos sociais” (Ibid, p. 93). Consideram também, nesse caso, o quanto é inadequado punir as famílias que não cumprem as condicionalidades, diante das dificuldades cotidianas de sobrevivência, deslocamento e acesso. Em Custodópolis as famílias destacaram os serviços do bairro que mais utilizam.

Tabela 14: Serviços e Programas Sociais Utilizados

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
CSEC	102	75,6
Assistência da igreja	11	8,1
CRAS	10	7,4
Associação de moradores	1	0,7
Nenhum deles	4	3,0
Não conheço nenhum programa	3	2,2
Outro ⁶⁸	4	3,0
Total	135	100

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012)

Embora o CSEC⁶⁹ seja o serviço mais procurado do bairro, a busca das famílias por assistência a saúde segue por caminhos diversos. Estende-se a outras redes públicas no plano da cidade.

Tabela 15: Locais mais usados pelas famílias para assistência à saúde

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
HGG	183	55,0
CSEC	36	10,8
HFM	13	3,9
PU-Guarus	53	15,9
Outro ⁷⁰	48	14,4
Total	333	100

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012)

O Hospital Geral de Guarus (HGG) seguido do PU de Guarus foram os locais mais citados pelos que buscam assistência à saúde. Ao analisar os dados obtidos no Inquérito Populacional em Custodópolis, (SILVERIA; CARDOSO; JUNCÁ, 2012) consideram que as opções citadas dos serviços de saúde, pelos moradores, reforçam a questão de que a porta de entrada para tal assistência ainda não se encontra nos serviços que compõem a chamada atenção básica.

Serviços de pronto socorro e emergências hospitalares se constituíam como locais de preferência para um primeiro atendimento, sob a justificativa da garantia de conseguirem a consulta, além de evitarem um tempo maior de espera, que certamente, ocorreria nas unidades básicas de saúde (Ibid, p. 84).

Essa foi uma questão também abordada por Jorge (2010, p. 55), ao realizar uma pesquisa sobre itinerários terapêuticos no território de Custodópolis. Seu estudo alcançou resultados semelhantes aos observados no Inquérito.

em um mesmo território e em meio aos problemas de saúde, cada morador escolhe por percorrer um caminho na tentativa de solução de seus problemas de saúde. Uns atribuem facilidades aos seus itinerários, outros não. Alguns recorreram à emergência

⁶⁸ Outro: não marcou; Grêmio futebol; não respondeu.

⁶⁹ CSEC – Centro de Saúde Escola de Custodópolis.

⁷⁰ Outros Locais: Alair Ferreira – Posto Médico; Álvaro Alvim (4 vezes); Beneficência Portuguesa (2 vezes); Beneficência – Pró-Clinicas; clube dos idosos (atrás do Senai); Creche Santa Rosa; HGG e Beneficência; HGG e PU de Guarus; HGG e Santa Rosa; não tem específico; nenhum (2 vezes); particular/social; plano de saúde ASES Jr.; Plantadores de Cana (2 vezes); Posto de Saúde – Novo Mundo (3 vezes); posto mais próximo; Pró-Clinicas; Pró-Clinicas e HGG; Prontocardio (2 vezes); Santa Casa (3 vezes); Unimed (4 vezes); Unimed-Ases.

⁷¹ Aposentado; pensionista; benefício; não respondeu; aposentado por causa da deficiência.

⁷² Id.

como “porta de entrada”, outros ao sistema particular, e tem os que optaram pela marcação de consulta e encaminhamento para outros médicos, entre outros fatores [...]. Os caminhos percorridos dependem da gravidade e urgência da doença, das condições econômicas das famílias, do bom atendimento e diagnóstico médico, entre outros fatores (Ibid, p. 68).

Como são diferenciados os caminhos percorridos em busca de assistência à saúde, também o são, em busca de trabalho. Nas tabelas abaixo, pode-se observar particularidades sobre a situação atual no **mercado de trabalho**, entre informantes (Tabela 16) e demais pessoas consideradas chefes de família (Tabela 17).

Tabela 16: Situação atual dos informantes no mercado de trabalho

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
Empregador	14	4,2
Desempregado e não tem renda	78	23,5
Desempregado mas faz biscate	38	11,4
Assalariado com Previdência Social	50	15,0
Assalariado sem Previdência Social	16	4,8
Autônomo sem Previdência Social	27	8,1
Autônomo com Previdência Social	22	6,6
Não tem ocupação remunerada	35	10,5
Outra ⁷¹	51	15,3
Não respondeu	2	0,6
Total	333	100

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012)

Tabela 17: Situação atual da pessoa responsável no mercado de trabalho

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
Empregador	11	6,7
Desempregado e não tem nenhuma renda de trabalho	5	3,0
Desempregado, mas faz alguns biscates	23	14,0
Assalariado com Previdência Social	62	37,8
Assalariado sem Previdência Social	14	8,5
Autônomo sem Previdência Social	17	10,4
Autônomo com Previdência Social	10	6,1
Não tem ocupação remunerada	3	1,8
Outra ⁷²	19	11,6
Total	164	100

Fonte: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012)

Entre os informantes (maioria mulheres), 15% são o percentual relacionado ao trabalho vinculado à previdência social. Já na Tabela 17, (37,8%) dos responsáveis pelas famílias são assalariados com previdência social. Com exceção de 6,1% dos trabalhadores autônomos com previdência e de outros 11,6% (pensionistas e aposentados), os demais se distribuem em variadas condições de desemprego ou trabalho ainda mais precário e sem qualquer proteção previdenciária.

Em Custodópolis o quantitativo das famílias beneficiárias dos sistemas de pensão é de 25% e 26% de aposentadoria. Esses benefícios, aliados ao salário-maternidade, auxílio-doença, entre outros, não são acessados por parte significativa das famílias pobres brasileiras, que exercem, em geral, ocupações desprotegidas.

No plano local, a cidade de Campos dos Goytacazes/RJ tem 21,6 mil desempregados, o dado é do IBGE/Censo 2010⁷³ e mostra que mais de mil municípios no país, a taxa de desocupação é menor que 3,5% (uma em cada cinco cidades). A média nacional é de 7,6% e em Campos dos Goytacazes o percentual é de 10,4%. Com esse percentual o município é o 24.º colocado entre 92 cidades fluminenses. É oportuno lembrar que esse percentual é calculado sobre a PEA (População Economicamente Ativa).

Diante desses percentuais, verifica-se a permanente conexão entre o local/global, regional/ nacional, bairro/cidade, enfim, o que se quer destacar é que com altas taxas de desemprego e inserções precárias, mal remuneradas e desprotegidas, as famílias refletem o modo como a sociedade se organiza e processa seus mecanismos de integração/desintegração.

Os efeitos da concentração espacial da pobreza são vivenciados de maneira diferenciada pelas famílias. Desse modo, os efeitos da segregação importam para os resultados no mercado de trabalho, tanto do ponto da geografia 'objetiva' quanto 'subjéctiva' de oportunidades (FLORES, 2006, p. 201).

Galster; Killen (1995 apud FLORES, 2006, p. 202) afirmam que do ponto de vista objetivo, o local de residência é fator importante nas taxas de desemprego, não só pela distância espacial entre a oferta e a demanda pelo trabalho, mas também pelos efeitos dos usos e práticas adotadas pelas famílias e instituições do bairro, onde se verifica que

as crianças e jovens crescem sem ter 'modelo de rol' adequado para uma inclusão posterior bem-sucedida no mercado de trabalho. A ideia é que o isolamento e a concentração da pobreza caminham passo a passo com altas taxas de desemprego da população adulta (WILSON apud FLORES, 2006, p. 119).

Com isso não se está desconsiderando que a realidade do desemprego e da instabilidade das relações de trabalho seja hoje um problema social em escala mundial. Robert Castel (1998), ao se debruçar sobre esse tema, tomou o trabalho como lugar privilegiado de inserção na estrutura social e analisou que ao serem 'desfiliados' desse lugar, as pessoas, quando perdem o emprego, tendem a romper também alguns vínculos sociais, tão caros à proteção social. Afirma que "para inúmeros grupos populares, a precariedade das condições de trabalho pode, frequentemente, ser compensada pela densidade das redes de proteção próxima" (CASTEL, 1998, p. 24).

⁷³ Cf: <www.oglobo.globo.com> - "Último Censo indica que 20% das cidades atingiram pleno emprego", publicado em 04/08/2012. Acesso em: 28/08/2012.

Essas redes sociais locais produzem efeitos que repercutem nas oportunidades, que pessoas envolvidas, poderão ou não acessar. Isso depende de onde e como estas pessoas se localizam na estrutura de oportunidade, e de qual é o seu lugar na porção do espaço societário como um todo, demarcado por níveis de desigualdades e injustiças sociais.

Nas famílias, rebatem as principais mazelas sociais e isso permite que, através delas, tais questões possam ser permanentemente reconfiguradas. No âmbito da proteção social, o recurso de que dispõem é o da solidariedade, que tende a ser pensado como ausência ou ineficácia do Estado e do mercado. Contudo, pesquisas antropológicas têm apontado que a prática da oferta de cuidado familiar possa se constituir, para além da oferta de proteção social do Estado.

Por isso a importância simbólica desse fenômeno deve motivar questões que ultrapassem a ideia de que a família atua num campo que deve se restringir ao Estado. No entanto, isso não quer dizer que não se reconheça o quanto a família tem sido sobrecarregada na oferta de cuidados por assumir de modo compensatório, lugares que competem a outras esferas, como a do Estado e mercado.

O fato é que de naturezas distintas, a solidariedade privada não pode substituir a solidariedade pública e vice-versa, elas “traduzem uma lógica de complementariedade e não de concorrência ou exclusividade” (PIMENTEL; ALBUQUERQUE, 2010, p. 253).

Esses mecanismos de proteção se fundem a formas de segurança e insegurança, integrando contextos de vida pessoal a redes sociais. E é no bairro de Custodópolis que as redes de solidariedades serão tratadas, em pesquisa de caráter qualitativo, em que as famílias entrevistadas, com seus perfis diferenciados, revelam seus percursos em busca de proteção.

4 Territorialidades familiares e itinerários de proteção social

4.1 Percurso metodológico

Escolhido o tema e delimitado o objeto, os objetivos, os pressupostos, as categorias teóricas e autores de referência, adotei como referencial metodológico a História Oral por ser uma “prática de apreensão de narrativas destinada a recolher testemunhos, promover análise de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato” (MEIHY, 2005, p. 17). Desse modo, essa metodologia valoriza a narrativa na medida em que atribui significado à vivência que, verbalizada, manifesta a história de quem a conta. Vale lembrar que embora a fala seja personificada, ela é produto de uma experiência social. É nesse sentido que Marre (1991) destaca que “quando um indivíduo vivencia e relata sua trajetória, se identifica a um grupo social do qual ele é elemento constitutivo” (Ibid, p. 128).

Por isso a história oral é sempre social. Na visão de Meihy (2005, p. 28), isso ocorre porque “o indivíduo só se explica na vida comunitária”. No momento da narrativa é comum que o colaborador manifeste um gesto, uma lágrima, um riso, uma expressão facial, que, tendo ou não registro nas gravações, deve ser incorporado ao relato, atribuindo o sentido expresso na entrevista de história oral.

Rubem Friggot, citado por Meihy (Ibid,), enfoca a verdade e a experiência como conceitos fundamentais para se definir o sentido das narrativas em História Oral, na medida em que as falas como fonte devem garantir que o objetivo central da coleta de depoimentos não se esgote na busca da verdade e sim na da experiência (Ibid, passim). Para Meihy (2005, p. 54), em história oral não existe mentira no sentido moral do termo, de modo que “toda mentira nesse caso, decorre de intenções, e é isso que merece ser compreendido”.

As entrevistas de caráter semiaberto ocorreram em clima de conversa, guiadas por um roteiro de questões-chave por mim conduzido, mas com o cuidado de que as questões fossem suficientemente amplas para permitir que as entrevistadas narrassem em profundidade suas experiências. O roteiro foi elaborado em torno dos dados de identificação do personagem e de sua

⁷⁴ Cf: Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012).

composição familiar, articulados a questões em torno das categorias bairro/vizinhança, casa, família, trabalho e proteção social, no intuito de identificar os recursos mobilizados para oferta e busca de cuidados.

Os encontros aconteceram em dois momentos com cada uma das três personagens, e nas entrevistas os depoimentos foram gravados após prévia concordância. Minha opção foi assumir pessoalmente a tarefa de ouvir e transcrever as gravações, no intuito de me certificar de que as informações estariam sendo preservadas na íntegra. Além de poder reviver momentos das narrativas e atentar para outras formas de linguagem.

Como uma gravação não abriga lágrimas, pausas significativas, gestos, o contexto do ambiente, é impossível pensar que a mera transcrição traduza tudo que se passou no encontro. Além do mais, há também as entonações e as palavras de duplo sentido (MEIHY, 2005, p. 183).

A escolha das personagens foi seguida por critério prévio, com relação à quantidade a ser entrevistada, bem como seu perfil. Realizei uma espécie de garimpagem nos formulários do Inquérito Populacional (SILVA; JUNCÁ, 2012) com o objetivo de eleger famílias com perfil nuclear, extensa (na ótica dos quintais) e monoparental (chefia feminina), visto serem esses os perfis mais identificados na composição das famílias brasileiras (IBGE/Censo 2010) com reflexo no bairro⁷⁴. Como eram três perfis familiares a serem investigados, elegi três personagens de cada um deles e a escolha foi baseada no registro, em seus respectivos formulários de informações que apontavam para um conjunto de vulnerabilidades familiares. O objetivo era compreender a dinâmica que define a diversidade dessas dinâmicas e a elaboração das formas de proteção, desenvolvidas por cada um desses perfis.

Parti da noção de família nuclear, como aquela formada por pai, mãe e filhos, cujo sustento da casa pode ser de responsabilidade do casal ou restrita à figura do pai ou da mãe, ainda que o cuidado com os filhos possa ser partilhado, visto que família é uma unidade em rede (FONSECA, 2002).

A família monoparental de chefia feminina foi entendida como aquela cuja mãe mora sozinha com filho(s) menor(es), sendo responsável pelo sustento da casa. A criação dos filhos envolve um sistema de trocas. Trata-se “de proteção oferecida por pessoas e grupos envolvidos com o cotidiano dessas famílias” (VITALE, 2002, p. 55).

Já a família extensa foi pensada a partir do parentesco na ótica dos quintais. Na visão de Guedes (1998), a principal característica desse modelo é o adensamento residencial (“puxadinhos”) entre aqueles que se reconhecem como parentes. É comum o convívio de diversas gerações no terreno, cuja posse se dá em termos de valor de uso. Além do grupo familiar específico,

as redes de parentesco e vizinhança são variáveis para se pensar as formas de proteção, nesse perfil familiar.

Destaca-se que em cada um desses perfis, a escolha dos colaboradores (membro da família a ser entrevistado) teve relação com o lugar que a pessoa ocupa, em termos de proteção, na constituição das territorialidades familiares. No caso da família extensa, a personagem entrevistada responde pela matriarca (irmã mais velha), em sua ausência. Paul Thompson (1992, p. 15), ao trabalhar a transmissão cultural dentro da família, afirma que “é possível que as mulheres sejam mais frequentemente as transmissoras dos modelos familiares de adaptabilidade”.

Esse pressuposto levou-me a apostar na figura feminina como uma personagem fundamental, e, por essa razão, identificada como representativa para o grupo familiar. Posto isto, pretendi levar em conta algumas características dessas personagens: idade, naturalidade, estado civil, escolaridade, profissão, ocupação, precariedade e instabilidade no mercado de trabalho, nível de responsabilização econômica e moral na família, número de filhos e dependentes, parentes próximos ao local de moradia, relação com a vizinhança, beneficiária de programas sociais, formas de sociabilidade/participação em instâncias representativas da comunidade (igreja, vizinhança e associações diversas).

Com base em esclarecimentos quanto ao objetivo da pesquisa e seu consentimento⁷⁵, as entrevistas foram realizadas em cenários como sala, cozinha e quintal, onde as histórias vividas por cada personagem foram contadas. Ali, no espaço de suas casas, pude observar a ambiência onde o cotidiano das famílias se desenrolava e presenciar alguns *flashes* do dia a dia, como a visita de filha e neto e suas expressões de carinho, a chegada do esposo e sua receptividade, a atenção com os filhos e netos, o “entra e sai” no quintal, o burburinho dos adolescentes e seus colegas.

Através dessa observação participante, pude também perceber alguns usos e práticas sócio-espaciais das famílias em atos cotidianos: as fotos e objetos expostos, a preferência pelo tipo de programa na TV, o brilho das panelas, o estilo da decoração, a preocupação com o estado de conservação da casa (rachaduras), o preparo de alimentos. Para o registro dessas observações, o Diário de Campo foi instrumento indispensável, no intuito de ‘reter’ as imagens captadas de modo a fazer durar o que os meus olhos viam naqueles encontros.

Além do registro escrito em diário, o recurso da fotografia, como instrumento imagético, foi também valioso, para que eu pudesse descrever detalhadamente o ambiente da casa, enquanto espaço privilegiado de vivências familiares. Após o retorno do campo, olhar as fotos me permitiu rememorar e reconstruir a imagem ‘real’.

No segundo encontro, as entrevistas foram também filmadas, com o objetivo de produzir um minidocumentário, em que cada personagem cedeu sua imagem e narrou um pouco de sua vivência no espaço-tempo da família e do bairro. Sem nenhum compromisso científico, o minidocumentário foi tão somente pensado como recurso audiovisual que permitisse ao espectador a representação daquilo que é ausente à sua consciência. Trata-se tão somente de utilizar a imagem como recurso do sensível aproximando o espectador dos atores e cenários onde a pesquisa se desenrolou. Partilho com Rocha e Eckert (2008, p. 11) a ideia de que a imagem deve ser reconhecida “como recondução do sensível, do figurado ao significado, que, por sua própria natureza, é inacessível em termos conceituais”.

Entrevistas, observações, fotografias foram as vias escolhidas para aproximação com o objeto de estudo. Após as entrevistas e transcrição das falas, ordenei e classifiquei a narrativa seguindo o movimento indicado do particular ao geral, no qual elegi as categorias de análise para cumprir outra etapa da metodologia da História Oral, que é a textualização, onde o texto passa a ser dominado pelo narrador. Nessa fase, costuma-se suprimir as perguntas, já que elas ganham visibilidade nas respostas. A última etapa da transcrição é a transcriação, na qual o texto é recriado a partir da interferência do autor (MEIHY, 2005, p. 184).

Meu intuito foi ‘acompanhar’ os trajetos subjetivos percorridos pelos personagens. Ao tomar formas de experiências, suas narrativas revelam estilos de vida expressos em territorialidades impregnadas de valores, crenças, disputa. Por essa razão é que elegi a corrente da História Oral que advoga sobre a importância da “história-miúda” (Ibid, p. 45).

De modo algum o termo micro insinua algo pejorativo. Ao contrário, parte-se do pressuposto de que o local dialoga sempre com referências objetivas e subjetivas no âmbito global. É com base nessas “histórias-miúdas”, extraídas das vozes das personagens eleitas, que pretendo apresentar, sob a forma de relato, cenas descritivas que expressam a versão das personagens a partir de suas territorialidades familiares e seus itinerários de proteção social no bairro de Custodópolis.

O tema é multifacetado e certamente o que trago aqui é tão somente mais uma forma de olhar e compreender. O que pretendo é que o objeto aqui investigado possa servir como alternativa de interpretação possível. Trata-se de mais um ponto de partida, diante de tantas rotas que podem ser percorridas nesse caminho temático.

No percurso exploratório do objeto, as análises elaboradas são a seguir apresentadas, utilizando-se o recurso de cenas descritivas divididas em atos que apresentam o bairro, a casa, a família, o trabalho em suas mediações sociais com as formas de proteção social. Ao narrarem seus eventos biográficos

territorializados nesses contextos, as personagens aproximam o espectador de uma trama na qual vivências-convivências-conveniências se desenrolam.

4.1.1 *Cenas descritivas*

A opção metodológica pela História Oral tem como pressuposto o fato de que tal recurso valoriza a vivência, que verbalizada permite flagrar as mediações que compõem a trama das personagens pesquisadas. O objetivo é partir de configurações sociais, tomadas como “cenas descritivas” (TELLES et al., 2007, p. 11) que indiquem a trajetória familiar, pela via dos usos e práticas sócio-espaciais. As conexões nela estabelecida indicam rotas pelas quais os itinerários de proteção social são traçados.

Essa ‘experimentação’ é uma tentativa, no processo de investigação, de se aproximar de questões (sempre parciais) e interrogações (sempre reabertas) no percurso de “construção exploratória do objeto” (LEPETIT apud TELLES et al., 2007, p. 12). Aqui, as personagens indicam as práticas que devem ser observadas e seguidas e, por onde é possível apreender as mediações sociais e os recursos mobilizados para “administrar as urgências” (Ibid, p. 18). Esses recursos manifestam-se sob a forma de saberes e práticas, próprios daqueles que ao longo da vida aprenderam a contornar as ameaças das vias incertas, que conduzem à pobreza extrema e a toda ordem de vulnerabilidades.

Ao transitarem por fronteiras diversas e arriscadas, as personagens revelam sabedoria para agenciar ‘vivências-convivências-conveniências’, administrando as inseguranças sociais em territórios, cuja “Geografia de Oportunidades” se mostra desfavorável. Ao mobilizarem o recurso das solidariedades intrapares e/ou oficial, tais personagens somam-se a tantos outros, mundo afora, em semelhantes condições. Partilho com Telles (2007) da noção de que ao contrário de estarem à margem, como se costuma dizer, eles se situam no centro da vida urbana, cujas dimensões estruturantes modelam o mundo da maioria (popular, incerto e desprotegido).

É esse mundo, contado através de histórias miúdas (MEIHY, 2005, p. 45), que será apresentado a seguir. Através do recurso das “cenas descritivas”, utilizo a noção de itinerário como um caminho percorrido em busca de cuidados, por personagens que narram os “movimentos e pausas” (TUAN, 1983) em suas vivências familiares e indicam os recursos mobilizados em cada tempo-espaço em busca de proteção social.

Os eventos biográficos foram roteirizados e serão apresentados através de cinco cenas descritivas: Bairro, Casa, Família, Trabalho e Proteção Social em cenário de pobreza e vulnerabilidades. Divididas em atos, para melhor compreensão, as cenas se interconectam num movimento ritmado

pelo espaço-tempo de cada personagem-família que, se em uns momentos ganham ares peculiares, em outros se fundem nas coincidências da vida.

4.1.2 Personagens que protagonizam este estudo

Jussara, Valdete e Márcia protagonizam as histórias de suas famílias. Apresentam, através de suas narrativas, os contextos nos quais foram constituindo e reconstituindo suas trajetórias familiares e os modos como elaboraram suas formas de proteção. Tomam os acontecimentos vividos e, através da narrativa, avançam e recuam sobre a linha do tempo. E é aí, no espaço-tempo, resgatado pela memória e experiência, que cada uma delas fala, não apenas de si nem por si, visto que são intérpretes de histórias vividas em interação, demarcadas por alteridade constituinte das identidades familiares.

Ao protagonizarem o perfil das famílias nuclear, extensa e monoparental, essas personagens revelam o quanto esses perfis estão submetidos a uma dinâmica própria das práticas e redes sociais, mobilizadas no espaço-tempo. É através de circuitos e conexões que as trajetórias familiares permitem compreender os eventos cotidianos, territorializados por práticas diversas, marcadas por mobilidades e permanências.

JUSSARA

Família Nuclear

(Ótica de Responsabilidades Compartilhadas)

É uma “mulher vivida”, tem 52 anos, cor branca, nascida em Santa Maria (distrito de Campos dos Goytacazes/RJ), numa “roça” onde seus pais moravam. Estudou até a 3.^a série do primeiro ciclo, do ensino fundamental. Sua trajetória ocupacional foi na área da serventia doméstica. Atualmente é do lar. Aos 20 anos teve seu primeiro filho, Alberto (32), logo depois veio Antônio (31) e Cleber (26). Com 41 anos nasceu Pâmela (11), única filha de Roberto (61), seu esposo há 26 anos. Roberto estudou até a 5.^a série e sua ocupação atual é de Vigia das “casinhas da prefeitura”. Todos os filhos (meninos) se casaram e Jussara é avó de quatro netos. Dos filhos, o único que mora fora (Cabo Frio) é Antônio, os outros moram no bairro.

PERSONAGENS	JUSSARA/ROBERTO	ALBERTO	ANTÔNIO	CLEBER	PÂMELA
Idade	42/61	32	31	26	11
Parentesco	casal	filho/enteado	filho/enteado	filho/enteado	filha/enteado
Tipo de moradia	cedida	própria	alugada	cedida	cedida
Moradores do bairro	Sim	Sim	Cabo Frio	Sim	Sim
Nº de moradores por casa	3	4	3	3	mora com os pais

Quadro 5: Personagens e Composição Familiar

Fonte: Da autora, 2012

VALDETE**Família Extensa**
(Ótica dos Quintais)

Campista, mora no bairro desde que nasceu. Negra, 50 anos, cabelo escuro e curto, estatura baixa, corpo cheio, rosto redondo e simpático, voz mansa. Estudou até a segunda série do primeiro ciclo, do ensino fundamental. Doméstica de profissão e diarista em sua atual ocupação. É mãe de Helena (32), Marta (30) Lucrecia (27), Ruan (26), Adriana (18), Fernanda (16), Carolina (15) e Juliana (11). “*Depois de Juliana acabou, graças a Deus.*” Ao todo são oito filhos. As quatro meninas mais velhas são casadas. Cada uma das duas primeiras teve dois filhos. Adriana tem um filho. Valdete tem cinco netos, o mais velho com quinze anos e outro estava a caminho no período das entrevistas.

Das filhas casadas, apenas Adriana mora no mesmo terreno, com o companheiro e o filho. Os outros filhos residem próximo (no bairro ou em bairro vizinho). As filhas menores moram com Valdete e Joélio (53/campista), companheiro há 18 anos, é pai das quatro filhas mais novas.

PERSONAGENS	MÁRCIA	NILTON	MARIANA
Idade	43	12	3
Escolaridade	1º grau	6ª série	não estuda
Parentesco	mãe	filho	filha
Tipo de moradia	cedida	-	-

Quadro 6: Composição das famílias que compartilham o quintal com Valdete

Fonte: Da autora, 2012.

MÁRCIA**Família Monoparental**
(Ótica da Chefia Feminina)

Reservada e sorridente em seus 43 anos. Tem pele ‘morena clara’, estatura mediana, cabelo escuro e na altura dos ombros. Concluiu o primeiro grau e trabalha como balconista na padaria próxima a sua casa. Natural de Campos dos Goytacazes, vive em Custodópolis desde que nasceu. Mora com seus filhos Nilton (12) e Mariana (3 anos). O filho estuda no bairro, na escola Rotary II e está na 6.ª série; a filha não está na escola.

CASA 1	CASA 2	CASA 3	CASA 4	CASA 5
Adriana (filha de Valdete)	Valdete	Berenice (irmã de Valdete e Amália)	Gabriela (sobrinha-filha de Berenice)	Amália (irmã de Valdete e Berenice)
Douglas (genro)	Joélio	Felipe (sobrinho)	Luciano (esposo)	Karine (filha de Amália)
Gabriel (neto)	Fernanda		Luciana (filha do casal)	
	Carolina			
	Juliana			

Quadro 7: Personagens e Composição Familiar

Fonte: da autora, 2012.

4.2 Cenas descritivas 1: o bairro

JUSSARA

“Minha vida foi uma andança, morei em muita roça, até vir parar aqui. Já morei em Santa Maria, Cacomanga, Glicério, Fazenda da Pedra, Parque Santa Clara. Desde a época dos meus pais, vivia mudando. Morei em Cabo Frio doze anos e de lá vim para Custodópolis. Estou aqui há seis anos.” O motivo da mudança para o bairro foi o desemprego do marido. “A gente morava de aluguel, aí não deu mais. Foi quando meu cunhado ofereceu para gente vir morar aqui. A casa é de herdeiros.”

“Eu gosto de morar aqui, é perto das coisas. Não é um lugar ruim de morar não. O que eu queria, era ter um teto meu. Mas eu gostaria de morar no Parque Santa Clara (bairro vizinho), onde moram meus irmãos. Lá tem as casinhas da prefeitura sendo construídas e eu tenho esperança de conseguir uma lá.”

No bairro, os lugares a que mais costuma ir são a casa do filho e a igreja. “Eu quase não saio para lugar nenhum.” Vou à Igreja União com Cristo. “Não deixo de ir, vou toda semana.”

Bar é um lugar que Jussara não frequenta. “Já gostei muito, mas hoje em dia eu passo perto de um bar e acho horrroso. Um monte de homem bebendo e falando palavrão.” Já frequentou? “Muita coisa.” Passou a não gostar mais quando foi para igreja. “Antes, eu falava muito palavrão, depois da igreja eu melhorei. Se não fosse à igreja, eu ainda estava fazendo um monte de coisa errada.” O quê? “Ah! Eu gostava muito de baile, de sair nas madrugadas para ir aos bailes, tudo escondida do marido. Aí teve um dia que eu disse: eu tenho que dar um basta nisso, porque Roberto não merece. Coitado! Aí eu mudei pra Custodópolis e fui pra igreja, tem quase cinco anos que participo.”

Jussara não recebe ajuda material da Igreja. “Eu nunca me expus, não precisei pedir ajuda, só espiritual. Mas se eu precisar acho que eles ajudam, já ouvi falar que dão cesta básica.”

Tem compromisso de ir à igreja quarta, sexta e domingo e só não vai quando está com dor. Roberto não a acompanha, pois é católico. “Eu vou sozinha.” Os cultos acontecem à noite. Na opinião de Jussara o perigo “é a pessoa sair dando tiro a torto e a direito, tenho medo de tiro perdido. O bairro é violento. À noite, da minha janela, eu ouço cada coisa [...] Ainda mais que eu moro na face da rua e essa casa não tem segurança nenhuma. O trinco da porta está quebrado e a janela abre com um empurrão”.

Nesse momento, chega Roberto, de bicicleta. Jussara comenta: “Ele foi levar as panelas para consertar, colocar alças, panela boa tem que consertar.” Roberto se aproxima. Cumprimentos. Bom dia. Desculpe-me

por “invadir” sua casa. “Que isso! Uma visita inesperada de vez em quando é bom, anima a gente.” Atravessou a sala em direção à cozinha e naquele momento saiu de cena.

Retomando a fala, Jussara indaga sobre o que conversávamos. Digo que era sobre a violência no bairro. “Ah! Isso aqui é um problema! Mas tem coisas que não dá para falar e é melhor fingir que não viu e não sabe.” Nas entrelinhas desse diálogo, Jussara insinua a relação do bairro com tráfico de drogas e opta por não dar detalhes, por questões de conveniência.

Vizinho é parente? Ajuda? “Pra mim não, se você me pedir nome de alguém, eu não sei. Porque não tenho contato. Eu gosto de viver assim, não gosto de viver enfiada na casa dos outros. Se passar por mim e falar, eu falo, mas não tenho aquela coisa de intimidade. Na emergência “é claro que grito um vizinho desses. Se precisarem de mim e eu puder ajudar, eu ajudo”.

O BAIRRO	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Percurso Migratório	Recursos Mobilizados
“Andança desde a infância”	Pais migravam para áreas rurais em busca de trabalho e moradia.
Com 21 anos foi morar em Macaé	Morar com o pai de seus filhos (Antônio e Cleber)
Retornou para Campos e foi para o “Parque Santa Clara”.	Abrigou-se na casa do irmão, na ocasião da separação com o pai dos meninos.
Saiu novamente da cidade	Casou-se com Roberto e foi morar em Cabo Frio (por 12 anos).
Voltou para Campos (morar em Custodópolis)	Na impossibilidade de pagar aluguel, mora em casa cedida pelo cunhado.

Quadro 8: O Bairro para Jussara

Fonte: Da autora, 2012

VALDETE

Valdete mora no mesmo terreno em que nasceu no bairro de Custodópolis. “Antes era só um barraco onde moravam meus pais, eu e minhas irmãs. Aí com o tempo cada uma foi tendo suas famílias. Depois da morte dos meus pais, tombamos o barraco para fazer nossas casinhas.”

Os pais de Valdete, Geraldo e Dolores, eram da época da ‘Cidade de Palha’. Ele cortador de cana, ela lavadeira. “Nesse tempo a gente saía muito com ela para entregar roupa. Nós íamos todas, a pé, para o centro da cidade. Antigamente era aquela ponte de madeira onde a gente rompia. À noite a gente ficava com medo, era tudo escuro, naquela época não tinha luz aqui. Na nossa casa não tinha luz, a gente usava lamparina de querosene. Era eu e mais cinco irmãs. Minha mãe lavava e a gente ajudava, saíamos todas para entregar as roupas. Ela morreu cedo, não tinha nem quarenta anos. Deixou a minha irmã caçulinha com quatro anos. Aí minha tia (irmã do pai) que era mais ou menos de vida, resolveu criá-la e Berenice (irmã mais velha) que olhava a gente. Aí nós fomos pegando um tamanhinho e começamos a trabalhar.

Dos serviços cada uma foi pegando seus compromissos (casando). A gente trabalhava em casa de família. Quando minha mãe morreu, eu tinha dez anos e, logo fui trabalhar.”

Valdete conhece o bairro na versão do ontem e do hoje. Sobre o tempo presente diz que acha um bom lugar para viver porque “eu já estou acostumada aqui. O que está precisando aqui, o que tem que olhar, é a violência, está demais! Rola muita droga, muita matança. O negócio não é tanto aqui, é o pessoal de outros bairros que vem para cá. Aqui também tem o pessoal do [...] que fica trocando tiro. O perigo é você estar num lugar errado, na hora errada”. Mesmo tendo essa consciência, Valdete não se intimida, sai de casa a qualquer hora. “Eu ando tudo aqui, não devo nada a ninguém, também deixo minhas filhas andarem, mas com elas fico preocupada.”

Valdete costuma sair para ir para o trabalho, igreja ou na quadra da escola de samba “União da Esperança” (seu marido é baterista da escola). “Minhas filhas também gostam de ir, quando não vão lá, vão ao baile *funk*.”

O contato com os vizinhos é bom, “não tenho nada para falar de ninguém. Aqui eu conheço todo mundo, me dou bem com todos”. No entanto, esse princípio da boa convivência, segundo Valdete, não tem alimentado a rede de ajuda entre vizinhos. Ela não demonstra relação de proximidade e intimidade com a vizinhança nem com a vida associativa do bairro. Seu território é das relações familiares, sob a ótica das redes tecidas no quintal.

Mesmo convivendo com a violência local e morando numa casa sem ambiência e conforto, Valdete prefere realizar melhorias na casa a sair do bairro.

O BAIRRO	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Percurso Migratório	Recursos Mobilizados
Nascida em Custodópolis	Morou com os pais e as irmãs em um “barraco”, no mesmo terreno que hoje reside
Aos 18 anos mudou-se para o bairro Turf-Club (Campos)	Foi morar com Gilberto (pai de seus filhos Marta, Lucrecia e Ruan)
Separa-se de Gilberto	Volta para Custodópolis (com 4 filhos) para o mesmo endereço onde nasceu e lá permanece até os dias atuais

Quadro 9: O Bairro para Valdete

Fonte: Da autora, 2012

MÁRCIA

“Moro em Custodópolis desde que me entendo por gente. Aqui mesmo, antes morava na casa da frente.” Atualmente mora com seus filhos, nesse mesmo terreno, numa casa de fundos. “Eu gosto daqui, não tenho o que falar. Primeiro, na pracinha tem tudo, a gente não precisa sair para comprar nada.”

“Agora está melhor. O bairro já foi mais agitado por problemas de

drogas. Hoje eu acho que tem menos. Droga tem aqui na rua mesmo.” Mas isso para Márcia não parece motivo de preocupação, embora por questões de conveniência procura não sair muito à noite, ainda que retorne às 22 horas do trabalho. “Venho da padaria direto pra casa. Não gosto de sair à noite, tenho medo porque meus filhos ficam em casa me esperando. Eu falo, não abra a porta pra ninguém. Fiquem com a porta trancada. E fora isso, os vizinhos uns respeitam os outros, nunca aconteceu nada.” Apesar do receio, Márcia acredita que o bairro não oferece nenhum risco.

O filho não é de rua. “Ele não gosta de soltar pipa, o negócio dele é jogar *videogame*.” O menino quando não está em casa, está na escola ou na casa de algum coleguinha da rua.

Márcia é caseira. “Eu sou preguiçosa para sair.” O caminho que costuma percorrer é o da casa para o trabalho e do trabalho para casa. “Eu estou sempre em casa, até no dia de folga não vou para lugar nenhum, nem na pracinha, às vezes, eu saio pra comprar alguma coisa e venho pra casa. Sou desanimada, minha filha tem três anos e ainda não conhece praia.” Apesar de batizada, na Igreja Batista, encontra-se dela afastada. “Meu filho vai, só não é batizado.”

“Aqui no bairro o que eu não frequento é aquele negócio de União da Esperança. Não gosto de carnaval e nem de baile. O ambiente também não é legal.”

Márcia gosta do bairro. “Não penso em sair daqui. Sair só se fosse para ir para uma casa própria, mas de preferência que seja por aqui. Eu gosto muito de Custodópolis. Conheço todos meus vizinhos, mas não sou de frequentar a casa de ninguém.” Contato maior tem com dona Rosa (vizinha), a quem sua filha trata como avó.

O BAIRRO	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Moradia	Recursos Mobilizados
Mora numa casa de quatro cômodos, no mesmo terreno em que viveu desde a infância.	Solidariedade da cunhada e dos irmãos (terreno herança)

Quadro 10: O Bairro para Márcia

Fonte: Da autora, 2012

4.2.1 Custodópolis: “não é lugar ruim de morar não”

A chegada ao bairro, o retorno ou o simples fato de nunca ter dele saído, faz parte da narrativa das personagens, no momento em que revelam suas vivências com o lugar. O bairro, pensado como lócus da experiência urbana, revela a interseção de processos geradores de “movimento e pausa” (TUAN, 1983, p. 153). “Cada pausa constitui um lugar, enquanto os caminhos que ligam esses lugares são os itinerários” (MARANDOLA JUNIOR, 2008, p. 207). Jussara, Valdete e Márcia narraram em seus percursos sócio-espaciais,

⁷⁶ Conferir: [www.ibge.gov.br/censo2010 - Cidades](http://www.ibge.gov.br/censo2010-Cidades).

⁷⁷ Conferir: Id.

os porquês das mobilidades e permanências em suas trajetórias familiares.

Jussara, em sua “vida de andança”, é a única que residiu fora da cidade, em outra região do estado, e é também quem tem o menor tempo (6 anos) de permanência no local. Sua opinião é a de que Custodópolis não é um lugar ruim, mas seu desejo é morar no bairro vizinho (onde moram seus irmãos). O vínculo parental e/ou tempo de permanência no local é o que alimenta o sentimento pelo lugar, no caso das personagens em questão.

Valdete e Márcia têm apego ao bairro, estão nele, enraizadas. Os pais de Valdete ajudaram a construir a história do lugar, são da época da “Cidade de Palha” e no mesmo terreno onde eles moraram, Valdete cresceu e hoje reside com ‘a família que formou’, além de partilhar o quintal com parentes (irmãs/sobrinhos). Valdete, assim como Márcia, não pensa em sair do bairro, porque “gosta muito de Custodópolis”. Ambas possuem laços afetivos com o local. Trata-se do que Tuan convencionou chamar de ‘topofilia’, “amor humano pelo lugar” (TUAN, 1980, p. 106).

A migração de Jussara e sua família para Custodópolis foi motivada pelo desemprego do marido. Impossibilitado de continuar a arcar com as despesas do aluguel, aceitou a oferta de seu irmão, que lhe cedeu uma casa para morar. Impulsionados pelas ‘urgências da vida’ (TELLES, 2006), a família se desloca rumo ao bairro. Jussara já está acostumada com deslocamentos. Desde criança acompanhava seus pais, “de roça em roça”, em busca de trabalho e moradia. Ela sabe que sua situação no bairro é provisória. Vive atormentada, ao imaginar que, com a venda da casa onde vive (de herdeiros), ela e sua família não tenham para onde ir.

Márcia sempre morou no bairro, mas também migrou de uma casa a outra, no mesmo terreno. Ela, assim como Jussara, mora em casa cedida e sente-se insegura quanto ao futuro.

As personagens encarnam o problema da habitação no Brasil. Situação que está no centro dos acontecimentos urbanos e sociais dos brasileiros. O não acesso ou o acesso precário a oportunidades de trabalho aliado à impossibilidade de arcar com custos de moradia fazem com que o déficit habitacional do país seja uma questão de difícil enfrentamento, no campo das políticas públicas.

O município de Campos dos Goytacazes/RJ (que nos últimos dez anos teve orçamentos anuais que, somados, ultrapassam R\$ 10 bilhões, devido os *royalties* do petróleo), não foi capaz de fazer avançar a política neste setor. Isso pode ser observado (IBGE/2010)⁷⁶ através da existência de 27 “favelas” na cidade, totalizando uma população nelas estimada em 15.177 moradores. Além disso, os percentuais, em termos de acesso à rede de água, esgoto e coleta de lixo, colocam a cidade em condição de acentuada desvantagem entre as regiões do estado⁷⁷.

Mal localizados na geografia urbana e social da cidade, diversas pessoas vão se virando no limite do formal e do informal, e é esse o eixo que Vera Telles (2006, p. 7) elege em suas análises para observar os fluxos de mobilidade urbana e o modo como as pessoas costumam se deslocar. Tal deslocamento ocorre:

Entre a sucessão de trabalhos incertos e desemprego recorrente, cujos percursos urbanos são também marcados por uma sucessão de habitações precárias, despejos de casas alugadas, moradias improvisadas, acolhimento esporádico por familiares, passando por uma sucessão de ocupações temporárias até chegar a estabelecer “casa e família” nos interstícios do mundo urbano, ou nas fronteiras da periferia da cidade.

É nessa perspectiva que a segregação urbana pode ser situada. Através dos percursos urbanos é possível apreender as dinâmicas de acesso ou não acesso à cidade e seus espaços. Portanto, mobilidade urbana e acessibilidade são temas entrelaçados. E é a partir dessa noção que Flávio Villaça (2011) se refere à segregação, não como uma relação física, mas social. Constituída na relação entre localidade e cidade, cujas condições desiguais de acesso a espaços, bens e serviços, demarcam lugares e influem nas oportunidades materiais e imateriais das pessoas.

Ainda que localizada num microponto da cidade, identificado como bairro periférico, Jussara, Valdete e Márcia são unânimes quanto à “autonomia” do bairro, principalmente em relação às ofertas de consumo, onde costumam se mover, em razão de suas necessidades cotidianas. Para Márcia, isso ocorre “porque na pracinha tem tudo, não precisa sair para comprar nada”. Ir ao centro da cidade para fazer compras não é tão premente assim, embora o acesso seja disponibilizado por ônibus ou vans que circulam pelo local e, cuja queixa, são os horários descumpridos.

Valdete costuma se deslocar duas vezes por semana do bairro para o centro da cidade, onde trabalha como diarista. Márcia segue seu percurso andando poucos metros de casa para a padaria onde trabalha, seguindo uma rota sem desvio, “venho da padaria direto pra casa”.

Jussara não trabalha fora, mas se desloca com frequência e a pé, para visitar seu filho e suas irmãs (no bairro). Também não deixa de ir à igreja (‘União com Cristo’), vai toda semana. E foi lá que encontrou o apoio que precisava para mudar de vida. A mudança aconteceu depois que veio para Custodópolis. Se não fosse isso “ainda estava fazendo um monte de coisas erradas”, como “beber, falar palavrão, sair nas madrugadas às escondidas para ir a bailes”.

No bairro, Jussara viu a oportunidade de refazer seu caminho, desviando de tudo aquilo que julgava que seu marido não merecia. Na igreja, ela encontrou referência e “ao tornar-se crente, passou a fazer parte de uma

⁷⁸ Conferir: Inquérito Populacional (SILVA, 2012).

categoria social que possui atributos morais” (MESQUITA, 2009, p. 101).

A pertença a esse território demarca fronteiras entre certo/errado e bem/mal. Ao acionar esses recursos simbólicos, Jussara não frequenta mais bares, hoje “acha horroroso”. Nesse sentido, a prática religiosa reconfigurou sua vida, mesmo permanecendo num cotidiano de precariedade material e vulnerabilidades constantes.

Valdete também frequenta a igreja, mas não é batizada. Batizar-se é tornar-se fiel e, como poderia continuar frequentando a quadra da escola de samba ‘União da Esperança’, tomar umas cervejinhas, deixar as filhas irem ao baile *funk*, se tivesse se tornado crente? Circula por territórios excludentes, mas localiza-se no limite de comunicação entre eles. Ainda prefere não se batizar, mesmo diante do ônus do não recebimento de ajuda material (cesta básica, ajuda para pagar aluguel, doação de roupas e calçados) ofertada, apenas para os que são fiéis.

Ao se apropriarem efetiva e afetivamente das necessidades e insatisfações humanas, as igrejas fundam seus territórios cuja territorialidade significa um conjunto de práticas desenvolvidas no sentido de controlá-lo. “É através dessa poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas, que a religião se estrutura, enquanto instituição, criando e ampliando seu território” (ROSENDAHL, 1996, p. 59). Embora não seja esse o objeto em questão, vale destacar a forte influência de territórios religiosos em Custodópolis, possível de ser observadas na quantidade e diversidade de igrejas construídas. No bairro as Igrejas Evangélicas são as que possuem o maior número de adeptos (43,3%)⁷⁸.

Márcia, ao contrário de Valdete, é batizada. Sua Igreja é a Batista, mas atualmente está afastada. Contudo, sua experiência na fé permite que se autoqualifique como crente. “A fé leva a que tudo seja possível para Deus e também para o homem” (Ibid, p. 50). “Se o homem não duvidar e acreditar que aquilo que diz se realizará, isto realizar-se-á. É por isso que vos digo: Tudo o que pedirdes rezando ser-vos-á concedido” (São Marcos, XI, 22-24). Essa passagem bíblica ilustra a crença vivida por Márcia, que em seus momentos de “sufoco” recorre primeiramente a Deus: “Eu oro e sei que logo depois aparece alguém pra me ajudar”. Ela não duvida que “Deus proverá e suprirá” (Gênesis, 22-8).

O significado da fé lhe faz crer no quanto o apoio divino ajuda-lhe a suportar as necessidades e inseguranças, podendo também materializar-se na ajuda de um “irmão”, um sujeito solidário que lhe “estende a mão”. Mesmo estando afastada da igreja, por falta de “ânimo” para sair, Márcia tem em Deus um apoio na vida.

Ao sentir na afeição de Deus, a figura de um pai, Márcia sabe o quanto os vínculos de afeto, também se materializam na terra. Tem sua vizinha

como parente, a quem a filha a trata como avó. “Sempre que pode, ela me ajuda”. Conta com seu apoio no cuidado com a filha. Esse é o caso de maior proximidade entre vizinhança, vivido pelas personagens.

Márcia afirma que na sua rua “os vizinhos, uns respeitam os outros, nunca aconteceu nada”. Ela “conhece todos os vizinhos, mas não é de frequentar casa de ninguém”, assim como Valdete, que “não tem nada para falar de ninguém, se dá bem com todos”. Jussara é enfática ao dizer que “não tem contato com ninguém, sequer sabe o nome”. É assim, que gosta de viver, “cada um no seu canto”.

A impessoalidade com que as relações de vizinhança são estruturadas, nos centros das grandes cidades, é um fenômeno que vem se estendendo aos bairros. No caso de Custodópolis, essa postura reflete tanto uma atitude de busca de privacidade (não querer atrair problemas externos) quanto o receio do contato com o outro, sobretudo num local onde o tráfico de drogas faz dele também seu território. Contudo, não é ainda uma característica que possa ser generalizada, visto que foi possível observar práticas de interação no bairro, como por exemplo a de “circulação de crianças” (FONSECA, 2002), principalmente nas famílias de Márcia e Valdete.

O fato é que as personagens se movimentam num cenário marcado pela precariedade, vulnerabilidade, instabilidade e incerteza nas relações humanas, em que a violência se cria, alimentando o sentimento de insegurança dos moradores do bairro.

Para melhor compreender os mecanismos de distanciamento entre pessoas que se avizinham, Roché (1994) toma a categoria insegurança e reflete sobre seus dois pilares: a ordem e o medo. Sua visão é a de que práticas delinquentes como ‘arruaças, gritarias, vandalismos’ são sinais de ofensa e uma ameaça à civilidade. Observa, também, que a construção social do medo, está mais relacionada ao sentimento do perigo do que aos riscos reais. Desse modo, classifica o sentimento de insegurança de maneira objetiva e subjetiva, sendo despertado por motivos vividos e/ou observados pelas pessoas ou baseado nas representações e sensações das mesmas.

É esse sentimento subjetivo que leva Márcia a perceber que “o bairro já foi mais agitado por causa da droga. Hoje, eu acho que tem menos”. Dificil saber se a violência diminuiu ou aumentou. De toda forma, os personagens sabem que precisam desenvolver uma “sociabilidade de distanciamento” (KOWARICK, 2009, p. 272) diante da insegurança.

De sua janela, Jussara ouve “cada coisa”, que fica amedrontada. Teme, nesses momentos, ter sua “casa invadida” ou ser atingida por “bala perdida”. Sabe que “não dá pra falar, e o melhor é fingir que não ouve e nem vê”. É a ‘lei do silêncio’ rigorosamente cumprida, diante da intimidação, enquanto estratégia do comando do tráfico no local.

Valdete também associa as práticas de violência ao comércio da droga. “Rola muita droga, muita matança”. “O negócio não é tanto aqui, é o pessoal dos outros bairros que vem pra cá.” Em sua fala escapa a vivência de moradora de “zona de domínio do tráfico”. Sabe que as “brigas” e “trocas de tiros” estão relacionadas a facções que disputam o comércio das drogas.

Conforme Zaluar (2004), um requisito essencial para o funcionamento desse tipo de comércio é sua localização em bairros concentrados de pobreza, de modo que o recrutamento da mão de obra seja de fácil cooptação e baixo custo. A autora ressalta também que a área de domínio do tráfico ultrapassa os limites do bairro, da cidade, da região, ela é global.

Para os que moram nesses locais, há sempre um risco que, conforme Valdete, é o de estar “no lugar errado, na hora errada”. Mas mesmo com essa consciência, ela não se deixa intimidar. “Ando tudo a qualquer hora, porque não devo nada a ninguém”.

É interessante notar, na narrativa de Valdete, que sua percepção acerca da violência no bairro não é algo tão diferente do que acontece em outros locais. “Violência tem em todo lugar”. Trata-se de uma compreensão naturalizada do fenômeno, algo que a sociedade se acostumou a conviver. Valdete sabe que é conveniente respeitar as regras de convivência no local, ainda que os usos e práticas, relacionados à violência do bairro, sejam baseados em códigos ilegais e incivis, porém legitimados por mecanismos institucionais e sociais (Ibid, p. 31).

Se no contexto do bairro os moradores vivenciam o medo e a insegurança, enquanto sentimentos negativos, também experimentam o sentimento de pertencer a um lugar no mundo, ou ao menos, estar nele localizado. Ao humanizar o espaço onde se vive, as pessoas o territorializam e nesse território buscam construir seu lugar, não apenas geográfico, mas identitário. Por essa razão, a leitura do local por parte dos moradores não pode ser tão ruim, vista tão somente por lentes negativas, afinal é nesse lugar que experimentam vivências-convivências-conveniências, tríade através da qual estabelecem fronteiras e demarcam os limites entre o bairro, a rua e a casa.

4.3 Cenas descritivas 2: a casa

JUSSARA

“Eu não gosto da casa, ela é feia pra caramba. As paredes toda rachada, parece que vai cair em cima da gente. Eu estou querendo a minha casa. A casa que Rosinha (prefeita da cidade) vai me dar. É? Como você sabe? Fiz inscrição pras casinhas, com muita luta, mas fiz. A minha nora (Tânia)

coitada, não conseguiu fazer. Eles já não estavam mais fazendo inscrição e disseram que iam ver se me encaixavam. Aí eu fui lá e levei os papéis. Aí, por ver minha situação, que eu disse que tenho que sair daqui (o cunhado quer vender a casa), eles fizeram minha papelada e vão ver se me encaixam.”

“Eu sou doida para sair dessa casa, ela é horrível, não tem separação de nada, parece um caixote. As casas de Rosinha⁷⁹ são muito boas. Conhece? Eu entrei na casa de uma colega que mora lá, eu amei a casa. Tudo bonitinho branquinho. Lá tem dois quartos, do jeito que eu estou querendo mesmo, para botar minha filha em um quarto separado. É outra coisa, tudo divididozinho.”

Um muro baixo e um portãozinho de ferro dão acesso à casa onde mora Jussara e sua família e de onde se avista uma pequena varanda e sobre sua mureta, dois vasos de plantas. No canto direito da varanda tem duas cadeiras. Na porta de entrada, um tapete e, ao lado, outro vaso com a planta “comigo-ninguém-pode” (para espantar mau-olhado). Fixado à porta, um quadro onde se pode ler: “aqui mora a melhor avó do mundo” e uma faixa onde está escrito: “Deus proteja minha família.”

As paredes da casa são de alvenaria com reboco, descascadas e tingidas de verde já desbotado. Na varanda, no quarto e na sala, o piso é cerâmico, na cozinha e no banheiro é de cimento tingido (“vermelhão”). O teto é de laje. Na sala, do lado direito de quem entra um sofá de três lugares, forrado com tecido azul escuro e, na parede, um quadro com mensagem de homenagem à mãe e outro com os dizeres “O Senhor Deus te abençoe e te guarde”, além de um mural com fotos de parentes e amigos. Do lado esquerdo, uma TV nova e grande (tela plana) e um aparelho de som, sobre um *rack*. Tem também uma poltrona, da cor do sofá, no canto. E, rodopiando pela sala, “Pingo”, o cachorro da casa. A sala dá acesso ao único quarto, onde dormem o casal e a filha. Diante da porta, um guarda-roupa branco e novo (seis portas), ao lado uma cama de casal (cerejeira), à frente uma mesinha com uma TV e uma cestinha de vime com cremes e perfumes, na parede um espelho e um quadro com a foto de Roberto, quando tinha dezesseis anos.

A cozinha tem o piso de cimento e as paredes com reboco e pintura desgastada, “Olha essa parede, aqui na cozinha, está caindo aos pedaços”. Uma pia, um fogão (quatro bocas), uma geladeira nova de cor caramelo, dois armários (bege) e uma pequena mesa. Uma porta conduz a um lavabo (pia/vaso sanitário), o piso de cimento e a parede de reboco (um cômodo pequeno e escuro).

No quintal, um pequeno cômodo com meia parede de azulejo e várias rachaduras, é onde a família toma banho. A parede externa desse cômodo serve de apoio a um tanque. O chão empoçado pela água que vem do chuveiro e do tanque incomoda Jussara. “Isso aqui é uma nojeira, o esgoto a gente não tem como esgotar. Fica um lamaçal danado. É podre e fedido, é um esgoto

⁷⁹ Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira (prefeita da cidade de Campos dos Goytacazes).

⁸⁰ Na perspectiva dos estudos de Gênero, tais papéis revelam-se bem definidos.

que não adianta limpar, porque é muito dificultoso e a gente tem que passar por cima daquilo.”

Um cômodo abandonado nos fundos do quintal serve de área para lavagem de roupa. Orgulhosa, Jussara exhibe o tanquinho que ganhou de sua irmã. “Ela via minha situação, minhas dores, ficou com pena e comprou para mim.” No fundo do quintal, num cômodo dividido, moram seu filho Cleber, a ex-esposa dele e o filho do casal, separados por uma parede. Fronteira entre os dois, ao mesmo tempo em que separa, comunica.

Jussara fala do cômodo da casa que mais gosta e frequenta – o quarto. Sorri ao dizer: “Não tem lugar melhor! Eu começo fazendo o serviço, não aguento, aí digo: eu vou para minha cama. É lá que eu descanso.”

Aqui em casa, “eu limpo um pouquinho aqui, um pouquinho ali, e vô levando”. Apesar da dificuldade ela limpa, lava e cozinha. “Roberto, quando está em casa me ajuda, varre o quintal, lava a louça. Se tiver uma coisa para consertar, ele conserta, troca a lâmpada queimada⁸⁰.” E a filha? Em meio a um largo sorriso, responde: “Essa é preguiça ‘pra caramba’, às vezes eu peço para tirar o colchão do chão, porque ela dorme no meu quarto, ela não quer tirar (riso). Com onze anos já era para ela estar me ajudando, né? É preguiça mesmo, eu falo a verdade.”

Jussara, Roberto, Pâmela, Cleber, Tânia (ex-nora) e o neto moram neste endereço desde que foram para Custodópolis (6 anos). A casa é cedida pelos irmãos de Roberto, “mas nós precisamos mudar, porque um dos irmãos quer vender, o outro não, por ele a gente ficava aqui tomando conta, mas como é herança, eu tenho que correr atrás para sair daqui”.

A CASA	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Moradia	Recursos Mobilizados
Casa onde mora é cedida.	Emprestada pelo irmão de Roberto.
Instabilidade da moradia.	Inscrição para as “casinhas de Rosinha” (Programa de habitação da prefeitura de Campos).
Filho, ex-nora e neto não têm onde morar.	Jussara cede cômodo no quintal da casa onde habita.

Quadro 11: A Casa de Jussara

Fonte: Da autora, 2012

VALDETE

“Eu moro aqui, essa coisa feia me pertence.” Localizada na Rua Pedro Cardoso, a casa de Valdete é construída num terreno que, juntamente com suas duas irmãs, herdou dos pais. Nele há cinco pequenas e inacabadas construções (“puxadinhos”). Dois de um lado, dois do outro, formando um corredor que conduz à frente de outra casa, no final do quintal. Nesse corredor, varais com varas de bambu para altear as roupas que secam no

tempo. Um contraste entre o colorido das roupas e a uniformidade de tons dos tijolos expostos das construções.

Neste endereço, em frente a um muro alto e ao portão de entrada, não se poderia imaginar que, num único lote, houvesse essa quantidade de moradias, num terreno estreito. Ao lado esquerdo de quem entra localiza-se a casa de Gabriela (sobrinha de Valdete) que mora com Luciano. Eles são pais de Luciana e do bebê que está para nascer. Gabriela é filha de Berenice (irmã mais velha de Valdete). A casa de Berenice está sempre fechada (porque ela dorme no trabalho e só está em casa nos finais de semana) e é localizada ao lado da de Gabriela.

Do lado direito de quem chega, no escombros de uma obra, com uma porta improvisada, mora Adriana (filha de Valdete) com o marido Douglas e o filho Gabriel (2 anos), espaço cedido pela tia Berenice. Colada, está a casa de Valdete, onde mora com o esposo Joélio e as filhas Fernanda, Carolina e Juliana. No final do quintal, descolada dessas construções, de frente para rua, em melhor estado de construção e conservação, está a casa onde mora Amália (irmã de Valdete) e sua filha Karine (11).

A casa de Valdete possui três cômodos. A porta de entrada é pela cozinha, onde se avista um fogão, mesa, armário, uma geladeira duplex novinha. E um tanquinho, que Valdete exhibe com orgulho: — “Olha só, eu, que sou pobre, tenho; na casa da minha patroa lavo roupa na mão. Vou falar para ela que nas Casas Bahia está na promoção.” (risos).

O banheiro tem chuveiro e vaso sanitário, uma balança e uma cortina de tecido (utilizada como porta) que se incumbem de conferir alguma privacidade. Um único quarto, com uma cama de casal, TV, cômoda, roupas empilhadas, uma porta que “vive fechada” e dá para a área externa, uma janela, por onde entra um pouco de luz para iluminar o ambiente escuro e pouco ventilado. O piso é todo de cimento, as paredes são de alvenaria sem reboco e o telhado de amianto (“eternit”). Do lado de fora, uma pia entre as portas da cozinha e do quarto. “O quintal é de todo mundo”, tem árvores, um pequeno canteiro de flores. Parte do piso é ‘bloquete’ e o restante de terra batida. Há um banheiro para uso coletivo. No cômodo que Adriana (sua filha) mora, não tem banheiro, quase sempre utiliza o da casa de sua mãe.

A CASA	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Moradia	Recursos Mobilizados
Casa própria (mora com o esposo e as 3 filhas menores).	Construída em terreno herdado pelos pais para ela e suas irmãs (coabitam num mesmo lote).
A filha Adriana mora no quintal.	Cômodo cedido pela tia.

Quadro 12: A Casa de Valdete

Fonte: Da autora, 2012

MÁRCIA

Um corredor comprido e estreito dá acesso aos fundos do terreno, onde está construída a casa que Márcia mora com os filhos. A casa foi cedida por sua cunhada (casada com seu irmão) e fica no mesmo terreno onde Márcia viveu desde a infância. A casa da frente, hoje em ruínas, era onde seu pai (Joaquim) morava com a segunda esposa, com quem teve três filhos. Depois se separaram e dividiram a casa ao meio. De um lado a ex-mulher, os filhos e o novo companheiro; do outro, o pai de Márcia. “Daí ele conheceu minha mãe (Lenice) e ela ficou grávida de mim.”

“Dizem que quando minha mãe engravidou já estava doente (tuberculose). Quando nasci, ela me registrou só no nome dela. Não demorou muito, ela morreu. Eu devia ser muito pequena, porque não lembro nada dela. Aí meu pai me pegou para morar com ele. Quando eu tinha dez anos, meu pai faleceu. Fiquei sozinha. Foi quando a ex-mulher dele derrubou a parede e abriu a casa novamente, e eu fiquei morando com eles. Ela era minha madrasta. Não sei o que é ter mãe. Meu pai foi mãe e pai pra mim. Ele me criou, mas eu sou a única filha que ele não registrou. Ele teve quatro filhos (moram no Rio) do primeiro casamento, e outros sete do segundo, eu sou a caçula, mas ele não casou com minha mãe. A mãe dos meus irmãos, com quem morei, é falecida. Moro aqui nessa casa, num terreno que é herança. Como eu não sou registrada, eu fico preocupada, mas meus irmãos sabem que eu também sou filha e tenho direito.”

Márcia mora com os filhos numa casa simples, limpa e organizada. Na porta, um tapete de tecidos coloridos, amarrados por retalhos, e um vaso de flores, já anunciam o zelo com a moradia. A chegada é pela cozinha (única porta de acesso), onde se avista uma mesa de ferro (branca) com tampão de granito, onde fica uma passadeira e uma jarra de flores, armários (brancos) de aço, fixados na parede, geladeira nova (branca), fogão a gás (branco), uma pia com tampão inox e sobre ela um suporte com galão de água mineral de 20 litros coberto com uma capa de tecido e flores bordadas, uma cortina de tecido (bege) na parte de baixo da pia.

Ao lado direito de quem chega fica a porta de acesso ao banheiro (entrada não foi autorizada). “Aqui não, ainda tenho que limpar.” Ao lado esquerdo, uma sala com dois sofás com capa em tecido cor grená, uma bancada de madeira escura com computador, ao lado, outra bancada da mesma cor, com ventilador, TV (pequena), aparelho de DVD e uma mesinha de centro, combinando com a mobília. Uma balsa clara o ambiente e um vão sem porta dá acesso ao quarto.

No quarto há um guarda-roupa (seis portas) de madeira clara, e na parede, encostado numa janela aberta, um colchão de casal, onde

dormem Márcia e o filho. “Tinha uma cama de casal, mas quebrou.” Na outra parede, uma cama de solteiro (ferro/ branca) onde dorme a filha com três bichinhos de pelúcia. Em frente à cama, duas cômodas (de mogno) com quatro gavetas cada uma e, sobre elas ventilador, perfume, pente, mamadeira. No piso, no canto da parede e ao lado da cômoda, brinquedos empilhados.

As paredes da casa são de alvenaria com reboco, e a pintura, antes branca, ganhou um tom rosado, devido ao mau estado de conservação. Na parede externa, onde fica localizado o banheiro, um buraco e uma balsa desprendida (apenas encostada). Nas paredes, tanto externa quanto interna, a pintura é desgastada. A parede da pia da cozinha, no rumo com a construção do vizinho, é invadida por cupins. O telhado da casa é de amianto (Eternit) e o piso é cimento tingido e encerado.

No quintal, colado à casa e do lado esquerdo de quem chega, ficam o tanque e o tanquinho, com uma estreita cobertura de amianto, cuja madeira que serve de suporte, também sustenta um varal, onde Márcia põe as roupas para secar. Ao lado do tanquinho (coberto por uma toalha), há três vasos grandes enfileirados com plantas bonitas e bem cuidadas.

O espaço da casa que Márcia mais frequenta é a cozinha. “Na parte da manhã, fico mesmo é na cozinha.” É ela quem faz todo o serviço da casa: cozinha, lava, passa, arruma. “Eu deixo até a mamadeira de Mariana pronta, antes de sair.” O filho não ajuda no serviço da casa, mas faz “mandado de rua para comprar alguma coisa que eu estou precisando, lá no supermercado”.

A casa onde mora, na opinião de Márcia, não oferece nenhum risco, “só aqui nessa parede (cozinha), que vive infestada de cupim”. Ela não tem vontade de mudar de bairro e nem sair da rua onde vive, apesar do desejo da casa própria. Não gosta da casa onde mora, “queria uma casa melhor, uma condição de vida melhor. Eu fiz até inscrição para as casinhas da prefeitura, mas eu não consigo nada, também não corri atrás não”. Ficaria satisfeita se pudesse fazer melhorias na casa onde mora. “Gostaria de construir um quarto para os meus filhos, colocar piso e fazer uma arezinha na entrada. Queria fazer uma reforma e ficar aqui, porque eu conheço todo mundo, todo mundo conhece meus filhos, me sinto segura.”

A CASA	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Morada	Recursos Mobilizados
Na infância mora com o pai.	Casa dividida com a ex-mulher do pai.
Morte do pai, a “parte” da casa é apropriada pela madrastra.	Vive com a madrastra e os irmãos por parte de pai.
Adulta mora na casa de fundos no mesmo terreno em que sempre viveu.	Casa cedida pela (cunhada) viúva de seu irmão.

Quadro 13: A Casa de Márcia

Fonte: Da autora, 2012

4.3.1 A casa: “*eu moro aqui, essa coisa feia me pertence*”

Valdete fala com orgulho da casa própria, apesar da insatisfação diante das condições de sua moradia. É nesse sentido que a casa e o significado do morar merecem destaque. Do ponto de vista material as casas são pontos de apoio para a satisfação das necessidades básicas, cuja funcionalidade permite ou deveria permitir acessar condições essenciais de habitabilidade e ambiência (COHEN, 2004).

Por essa razão, nas análises sobre a tipologia das habitações há que se considerar que as formas construídas são um componente essencial na experiência das pessoas com o lugar. Do ponto de vista geográfico, a casa é uma porção do território assentada num espaço, e se constitui enquanto um lugar no momento em que é apropriada e simbolizada pelos sujeitos que a habitam.

Desse modo, a casa como recurso a ser apropriado a um só tempo material e simbolicamente, sugere uma interpretação territorial, cujo significado do morar expressa “a territorialidade exercida pelos moradores por meio do controle sobre o espaço. Agir sobre a moradia e modificá-la expressa territorialidade” (BRANDÃO; HEINECK, 2003, p. 38).

Valdete se apropriou de uma porção do terreno que herdou de seus pais e conseguiu construir sua casa. Não é a casa que gostaria de ter, ela é pequena demais para sua família. Seu aspecto é de obra inacabada, quadro típico da arquitetura popular brasileira, cujas habitações são, em geral, autoconstruídas (“puxadinhos”), num processo lento e contínuo, de acordo com as necessidades e possibilidades financeiras da família (KOWARICK, 2009).

É desejo de Valdete poder ampliar sua casa, moldando sua estrutura física às necessidades de sua família. “Minhas filhas não têm quarto, a gente dorme tudo espremido.” São cinco pessoas numa casa de três cômodos, sem portas na parte interna. Se, do ponto de vista arquitetônico, a privacidade depende da divisão do espaço, como Valdete e seus familiares podem ficar sozinhos num cômodo? Ter o direito de fechar uma porta e escolher quem pode ou não entrar? E quando podem entrar? (SCHRISJNEMACKERS, 2006, p. 226).

Diante da falta de espaço, Valdete tem um convívio físico bastante estreito com a família e os objetos em casa, e isso é motivo de desconforto sócio-espacial. Essa é uma realidade comum, enfrentada por pessoas submetidas à precariedade das condições de moradia e verificada por estudiosos, em busca de alternativas para problemas relacionados à flexibilidade e adaptabilidade habitacional.

É nesse sentido que os estudos apontam para a necessidade de as pessoas morarem em casas onde possam ter um lugar para dormir, comer, conversar, descansar, que seja arejado e iluminado, em condições térmicas

adequadas, salubre, cuja mobília seja compatível ao espaço e à demanda dos objetos familiares. Isso, aliado ao direito à privacidade, é o que a estrutura física de uma residência, por mais simples que seja, deve oferecer (DESPRES, 1991; COHEN, 2004).

Essa é também a queixa de Jussara, que se sente morando num “caixote” e acha “horrorosa a casa onde vive”, porque não tem “separação de nada”. Também gostaria de ter um quarto para a filha e, um banheiro construído na parte interna da casa. Além disso, ela enfrenta o risco de ter que viver numa casa que “parece que vai cair”, devido ao excesso de rachaduras.

Valdete também se preocupa com uma rachadura (que fez questão de mostrar) em seu quarto. Diante da impossibilidade, no tempo presente, de arcar com custos de reforma, Valdete e Jussara transferem para o tempo futuro a perspectiva de conquistar melhores condições de moradia, fazendo disso um projeto. A ideia de projeto, na visão de Gilberto Velho (1994, p. 101) está vinculada à de ‘indivíduo-sujeito’, “de alguém que faz escolhas dentro de um campo de possibilidades dado pela realidade”.

Nesse sentido, os projetos são construídos a partir das experiências pessoais e se alteram nos momentos em que as pessoas vão adquirindo novas experiências. Se a família muda, os projetos também se modificam. O projeto de Jussara não é de reforma, porque sabe que a qualquer momento a casa onde vive deverá ser vendida (herdeiros), por isso deposita a expectativa em sua inserção na política de habitação da prefeitura local (fez sua inscrição), embora o pouco tempo de moradia no bairro e na cidade (6 anos), talvez, torne-a inelegível para os critérios da política. Ela comenta: “Se Rosinha não me der a casa, não tenho pra onde ir.”

Márcia também se preocupa com sua condição de moradora em casa cedida. “Sonha com a casa própria”, mas de preferência que seja no bairro, e para ser mais precisa, na mesma rua, porque se sente segura no seu “pedaço” (MAGNANI, 2003). “Aqui todo mundo me conhece e conhece meus filhos.” Mas sabe o quanto isso é difícil, por ora, e se contenta em reformar a casa onde mora, fazer um quarto para os filhos, refazer a pintura, colocar piso e acabar com os cupins que põem em “risco” a casa. Sendo questionada se a casa e/ou local de moradia lhe oferece algum risco, Márcia, sorrindo, responde: “Eu tenho mais medo dos cupins do que dos bandidos. Eles já invadiram minha casa, e ninguém nunca entrou aqui.”

Valdete também gostaria de morar numa casa melhor, mas de preferência que seja a sua, após ampliação e reforma. Afinal, seu desejo maior é continuar no mesmo terreno onde nasceu e cresceu, perto de sua família.

É interessante observar, na narrativa das personagens, como elas se relacionam com o lugar da casa, cuja perspectiva recai sobre os processos socioculturais subjacentes a sua espacialidade. No âmbito da “convivialidade”

(BONNEMAISON, 2000) entre famílias no mesmo quintal, é possível identificar que os conflitos se constituem enquanto mecanismos identitários demarcadores das territorialidades individuais e do grupo familiar.

Conforme Simmel (1983, p. 124), “os conflitos que surgem nada mais são do que fatores de ajustamento e de mudança neste equilíbrio”. Portanto são inerentes às relações sociais, são partes do processo de “sociação”. Nesse processo, as experiências de vida vão sendo construídas sob a marcação e demarcação de lugares físicos e identitários, na medida em que são as pessoas que dão vida aos espaços, a partir dos significados que a eles atribuem.

É desse modo que a casa, enquanto lugar de invenção dos “modos de fazer” (CERTEAU DE et al., 1996, p. 206), sugere uma convivialidade, ora harmônica ora conflituosa, visto que

[...] As famílias se reúnem para celebrar os ritmos do tempo, confrontar as experiências das gerações, acolher os nascimentos, solenizar as alianças, superar as provas, todo aquele longo trabalho de alegria e de luto que só se cumpre “em casa”, toda aquela lenta paciência que conduz da vida à morte no correr dos anos.

Valdete sabe que a vivência numa família extensa é estabelecida por uma convivência, nem sempre fácil. Vivendo desde que nasceu em torno de cinco irmãos, acostumou-se, ainda criança, a lidar com as alegrias da harmonia e a tensão dos conflitos, porque “quando mora muita gente junto, isso sempre acontece, de vez em quando tem uma briguinha, uma fofquinha, uma confusão, mas depois tudo volta ao normal, é coisa de momento”.

Em pesquisa sobre “redes de parentesco na ótica dos quintais”, Guedes (1998) observou algumas características de agrupamento residencial que foram possíveis de identificar também no caso de Valdete. Uma delas é o conflito gerado no convívio, caracterizado pelo adensamento residencial de parentes ou de pessoas que se consideram como tal.

Guedes (1998) observou que, no quintal, a referência é o ocupante da casa original, de onde parte a gerência de situações que envolvem a divisão e distribuição do custo de uso comum como o de água, de luz e de melhorias no quintal, além de determinar a escolha de quem vai morar, bem como a possibilidade de novas construções (Ibid, p. 199). Isso levou a referida pesquisadora a afirmar que “a ocupação ou posse do terreno não é concedida como um valor de troca, mas em termos de valor de uso. Trata-se de uma escolha que atualiza princípios de ordenação socioculturais específicos” (Ibid, p. 199).

As relações de parentesco no quintal podem ser compreendidas no entrecruzamento espaço-temporal das famílias, de modo que o tempo de construção da casa original, influencia as relações com os diversos ciclos de

vida dos núcleos familiares que o quintal comporta (Ibid.). Esse pressuposto possibilitou a observação, no caso de Valdete, de que há um diferencial entre os moradores de seu quintal. Embora a casa original (“barraco dos pais”) não exista mais, isso não quer dizer que com seu “tombamento” as relações no território ficaram acéfalas.

Mesmo sem ocupar a casa original, é Berenice (irmã mais velha de Valdete) quem mantém a hierarquia interna no quintal, ainda que só esteja presente nos finais de semana. É ela quem organiza “quem e como” vai conviver no quintal e é, também, a autoridade na administração dos conflitos produzidos nessa convivência.

Valdete refere-se à Berenice como a pessoa que “deu um jeito” na situação de sua filha Adriana. Cedeu-lhe o escombro de uma obra, possuindo apenas as paredes, onde Adriana se incumbiu de improvisar telhado, porta e janela com materiais reutilizados como plásticos, cortinas e pedaços de madeira e nele morar com seu companheiro e seu filho. A obra é de propriedade de Berenice, cujo projeto interrompido, por questões econômicas, permitiu à sua sobrinha participar do convívio e ter reconhecido seu espaço no lote. Assim como em outra época, foi Helena (filha mais velha de Valdete), que na fase inicial de seu casamento também morou no quintal.

Conforme Guedes (1988, *passim*), as ocupações não acontecem de maneira indeterminada, “são meticulosamente planejadas e negociadas” entre os moradores do lote. No caso de Valdete, é a terceira geração de convívio no quintal e o tempo de permanência é variável, principalmente, entre as gerações mais novas (novos casais) que o ocupam, geralmente, em caráter provisório.

Portanto, o tempo de radicação de parentes no local é uma característica que pode ser observada no espaço-tempo das pessoas que ali residem ou residiram, através do ir e vir de necessidades determinadas pelos ciclos de vida. Cada lugar possui uma coreografia própria, que o geógrafo David Seamon (1980) chamou de “balé-do-lugar” (*place-ballet*). Trata-se de movimentos do dia a dia dos moradores estabelecidos por rotina espaço-temporal, cujas coincidências dessas rotinas materializam-se em encontros (relações primárias). É nesse sentido que o referido geógrafo adota a noção de “balé-do-lugar” como fundamento dos territórios vividos (PAULA, 2010, p. 95).

Jussara também viveu a experiência de ter sua família modificada no movimento do dia a dia. Quando seu filho Isaias se casou, sua família se nuclearizou na figura do casal e filha. Por um curto espaço de tempo, o vínculo conjugal e de filiação deu sentido a casa e ao morar. Mas essa condição foi logo reorganizada.

A separação de seu filho Cleber o trouxe de volta, mas agora não é mais um, são três (ex-nora e neto), vivendo também e a seu modo a

experiência da reconfiguração familiar. Acomodaram-se num cômodo, no quintal de Jussara. Diante do ‘lugar possível’ para morar, o ex-casal se submete a um convívio estreito, diante da precariedade das condições de vida, imposta pela geografia objetiva e subjetiva de oportunidades. Mesmo com os vínculos conjugais rompidos, é oportuno observar a influência do território sobre os processos de escolha.

No “balé-do-lugar”, a família de Jussara se estendeu a relações de parentesco tecidas no quintal. Esse aspecto se coloca como elemento para reavaliar a concepção nuclearizada de sua família, com base nos estudos sobre as relações entre família e parentesco (FONSECA, 2002; GUEDES, 1998; SARTI, 1996). Tais estudos têm posto em foco as dimensões simbólicas desta relação, e isso tem permitido olhar para as experiências dos sujeitos não apenas a partir dos lugares que estes se encontram, mas das trajetórias que a eles conduziram. Portanto, é íntima a relação entre pessoas e lugares. É nesse sentido que o lugar de moradia é territorializado pelo fazer doméstico

Este território privado é preciso protegê-lo dos olhares indiscretos, porque cada um sabe que o mínimo apartamento ou moradia revela a personalidade de seu ocupante. [...] O jogo das exclusões e preferências, a disposição do mobiliário, a escolha dos materiais, a gama de formas e de cores, as fontes de luz, o reflexo de um espelho, um livro aberto, um jornal pelo chão, uma raquete, cinzeiros, a ordem e a desordem, o visível e o invisível, a harmonia e as discordâncias, a austeridade e a elegância, o cuidado e a negligência [...] A maneira de organizar o espaço disponível, tudo já compõe um ‘relato de vida’, mesmo antes que o dono da casa pronuncie a mínima palavra (CERTEAU; GIARD, 1998, p. 203-204).

No interior das residências, há a conformação de dimensões que se integram, proporcionando uma dinâmica própria no modo de viver e conviver dos que nelas habitam. Brandão e Heineck (2003, p. 37) citam o trabalho de Lawrence – *“The qualitative aspects of housing: a synthesis”* – para quem a habitação é uma entidade complexa que define e é definida por conjuntos arquitetônicos, culturais, econômicos, sociodemográficos, psicológicos e políticos que mudam durante o tempo” (Ibid, p. 36).

Enquanto ‘espaço vivo’, a casa, do ponto de vista arquitetônico e econômico, reflete noções de diferenciação social expressa na representação que suscita sobre seus habitantes, em torno de algumas ideias, como a de renda familiar, escolaridade, ocupação. Portanto, a casa se constitui enquanto objeto sinalizador e mediador das relações entre os espaços privados e públicos (HIGUCHI, 2003, p. 50).

Trata-se também de um espaço de convívio entre pessoas diferenciadas por sexo, idade, raça, etnia, religiosidade, cujo aspecto demográfico simboliza uma porção dinâmica do espaço societário, devido à interseção que estabelece entre as esferas macro e microsocial (SOBRAL, 1999, p. 71).

Do ponto de vista cultural, a casa reflete o estilo de vida familiar, através de normas e regras expressas nos rituais domésticos e sociais. Regras explícitas ou tácitas, ancoradas em valores impostos e/ou compartilhados. Por essa perspectiva, as casas são palcos de “relatos de vida”, onde as personagens, ainda que involuntariamente, comunicam as relações nela estabelecidas.

Jussara mesmo tendo seu quintal invadido por “uma lama que não consegue esgotar”, mora numa casa limpa e arrumada, cuja fronteira entre sujo/limpo é facilmente observável. Cuida para que os aspectos socioambientais que vulnerabilizam sua condição de moradia não se imponham. Sua casa tem alma (as fotos de parentes e amigos e dizeres religiosos afixados na parede depõem sobre valores e costumes de seus habitantes).

Márcia mora numa casa construída no fundo do quintal, onde plantas e um tapete na porta anunciam que ali tem gente. Gente que cuida da casa e dos filhos, esforçando-se diariamente para ofertar o cuidado de mãe que não recebeu. Ela cuida para que o espaço da casa seja de um lar, acolhedor. A casa é limpa e oferece o mínimo de conforto e ambiência. Não costuma faltar pra comer nem vestir, o investimento é na educação dos filhos e em formas de entretenimento como *videogame* e alguns brinquedos, que anunciam que o aspecto lúdico tem lugar.

Valdete, dentre as personagens, é quem vive em condições de maior desconforto habitacional. Desconforto espacial e socioambiental, mas é a única que não mora em casa cedida, portanto goza de conforto psicológico quanto à estabilidade do local de moradia. Sua casa, devido ao excesso de pessoas e objetos, distribuídos em menor quantidade de metros quadrados, é dentre as personagens a que possui piores condições de habitabilidade e ambiência. Agregado a isso, está o fato, de haver cinco casas no quintal (variadas maneiras de apropriação do espaço comum), conformadas por diferentes usos e práticas sócio-espaciais, que conferem ao espaço uma aparência de caos, própria de tudo aquilo que se mistura desordenadamente.

Mesmo sendo a personagem que habita em “piores condições de moradia”, a casa é, para Valdete, símbolo de pertencimento, território onde sua família se enraíza e por isso, “o lugar mais privado e mais caro” (CERTEAU et al., 1996, p. 206). Ainda que seja, para ela e sua família, um espaço onde nem sempre o corpo encontra um ambiente propício para poder “estirar-se, dormir, fugir do barulho, dos olhares, da presença de outras pessoas, garantir suas funções e seus entretenimentos mais íntimo” (Ibid, p. 206).

Do ponto de vista psicológico, destaca-se a influência que a habitação exerce na personalidade dos moradores. Conforme Déspres (1991), mesmo que as pessoas não tenham intenção de revelar sua posição social, a aparência externa das casas permite que ela seja decodificada pelos outros. De modo que ela sugere estilo de vida e *status* da família.

Longe de ser uma entidade imparcial, a casa é construída não só com o erguer das paredes, mas por relações dinâmicas, cujos significados conformam sua estrutura e a transformam no contexto do dia a dia. É nesse sentido que a casa é “um espaço que quanto mais, as pessoas o transformam e dele se apropriam, mais o habitam” (BRANDÃO; HEINECK, 2003, p. 36).

Para Higuchi (2003, p. 52), “a casa é uma manifestação concreta das experiências vividas, mesmo sendo distintas entre homens e mulheres”. A perspectiva de gênero é fundamental na delimitação dos lugares, de modo que a casa abriga “padrões socialmente estabelecidos para atitudes, comportamentos, desempenhos e ações correspondendo ao que se espera de homens, mulheres, crianças, adolescentes e idosos” (PINHEIRO et al., 2009).

Ao se apropriarem de determinados espaços, na geografia da casa, as pessoas definem territórios, através do uso desses espaços e constroem lugares específicos. É recorrente a referência à cozinha como “lugar da mulher”. Isso não é novidade, visto que historicamente são as mulheres as principais responsáveis pelo trabalho doméstico.

Isto também foi observado entre as personagens Jussara, Valdete e Márcia. Elas é que cozem em suas casas, como também cuidam da arrumação e da “lavação” de roupa. Valdete mobiliza suas filhas nas tarefas de arrumação.

O esposo de Jussara, embora não se dedique às tarefas do lar, “sempre foi solidário” e prestativo, realiza “pequenos consertos, troca lâmpadas, faz compras”. Já o companheiro de Valdete, participa quando solicitado pelo mutirão da limpeza no quintal. Márcia, como está sem companheiro, conta apenas com o filho, que faz alguns “mandados” no comércio local.

Verifica-se que o trabalho doméstico é um espaço territorializado pelas mulheres, isso porque assim se convencionou e, ao serem estabelecidos determinados papéis, foram elas quem se apropriaram da esfera privada.

Ao serem questionadas sobre o espaço que mais frequentam em casa, apenas Márcia respondeu que é a cozinha. “Como eu só estou em casa de manhã, fico na cozinha fazendo o almoço.” Para Jussara “não tem lugar melhor” que o quarto “quando não aguento o serviço, vou para cama e deito”. E a preferência de Valdete também é pelo quarto, porque quando está em casa “o que mais gosta de fazer é dormir”.

Pode-se, então, compreender que casa não é apenas um espaço para morar, é também uma referência “geossimbólica”, um lugar de enraizamento onde se ancoram signos e valores (BONNEMAISON, 2000, p. 126). Ela sugere “uma convivialidade eletiva e uma sociabilidade obrigatória” (CERTEAU et al., 1996, p. 206) e é o espaço social fundamental, lócus de instituição da família (WOORTMAN, 1987) e o mais importante patrimônio material e simbólico que estas almejam (GUEDES, 2008). É, nesse sentido, que “a família compreende a casa e a casa está, portanto, contida na família” (SARTI, 1996, p. 42).

4.4 Cenas descritivas 3: a família

JUSSARA

“Família pra mim é a que eu formei. Meu marido, meus filhos e agora meus netos, que também são pedaços de mim. Eles são a minha família! Agora meus irmãos e irmãs é outra geração, é a família que minha mãe formou.”

Alberto é o filho mais velho (32), fruto de uma “aventura amorosa”. “Quando ele nasceu eu era nova, logo depois fui morar em Macaé com o pai de Antônio (31) e Cleber (26). Eles são registrados somente no meu nome porque o pai não quis registrar.” Com 26 anos, era mãe de três filhos. “Eu praticamente criei o Alberto e o Antônio juntos, porque a diferença era mínima, tive dois bebês em casa, mas o pior foi quando Cleber tinha seis meses e o pai me largou à míngua. Passei um perrengue. Sem ter onde morar, eu fui para a casa do meu irmão, com meus meninos.”

E foi aí que conheceu Roberto (61), branco, com estudo até 5.^a série, com quem está casada há 26 anos. Como foi esse encontro? “Ah! Ele trabalhava cortando cana com meu irmão. Aí meu irmão vendo minha situação disse que tinha uma irmã que estava precisando de amparo e o trouxe para me conhecer. Daí conversa vai e conversa vem e estamos juntos até hoje.” “Ele tomou o controle da situação, me pegou com três crianças e sempre considerou os meninos como filhos. Para eles, ele também é o pai. Nós moramos juntos por dois anos, depois casamos no cartório e teve bolo e tudo. Eu tive sorte no casamento. Ele me pegou no maior sufoco.”

“O meu filho mais velho era tão doente na época, vivia com bronquite e assadura, porque não tinha o que comer. Quando Roberto veio morar comigo, passou a comprar um leite mais fraco (Nestogeno), porque o estômago dele não aceitava nada, de tanta água doce que ele bebia. A coisa era feia e, ainda, eu tinha que pedir açúcar para os outros. Levamos uma ‘vida de cachorro’, mas, graças a Deus meus filhos estão aí, todos casados e com filhos. O mais velho mora aqui perto, Antônio (Cabo Frio), e Cleber se separou e mora num cômodo que dividiu com a ex-esposa e o filho, nos fundos aqui de casa.”

Com 41 anos teve Pâmela (11), filha e alegria de Roberto. “A minha neta mais velha tem nove anos, elas são como irmãs, vivem juntas.” Nesse momento exhibe fotos das netas e da filha com um sorriso de orgulho, para onde aponta: “essa é minha filha quando entrou pra escola, agora ela está com cabelo nas costas, é minha raspinha do tacho”. Pâmelazinha, como é chamada, está na 4.^a série e estuda em escola pública do bairro. “Ela gosta de estudar, o dia que não vai, fica apreensiva e participa do Projeto de Reforço Escolar na Igreja Presbiteriana. Ela diz que é para aprender mais. Eu quero que ela tenha uma profissão para não precisar trabalhar como doméstica como eu.”

Atualmente a maior preocupação de Jussara é “ficar sem paradeiro”. “Tenho medo de ficar na rua, porque se eu tiver que sair daqui e não conseguir a casa de Rosinha, nós não temos pra onde ir. Só Deus na minha vida! Aluguel não dá pra pagar.”

Nesse caso, Jussara poderia contar com seus irmãos. “Mas só se fosse por pouco tempo, porque eles também são todos imprensados. A casa do meu filho não está pronta ainda, ele mora só num cômodo na parte de baixo da casa, a situação não permite construir direto, tem que ir fazendo aos pouquinhos. Só posso contar com os parentes numa situação de emergência, por poucos dias.”

Quando o assunto é com quem pode contar, a família se estende para além do esposo e filhos, incluindo também os irmãos. “Eu cuido dos filhos e eles também cuidam de mim. E José? Esse, nem se fala! Se não for ele, a casa cai.” (riso). “Roberto sempre foi solidário. A vida toda me ajudou, quando eu não podia levar as crianças para escola, e ele estava em casa, ele levava de bicicleta.”

Em caso de “precisão”, é na casa do filho mais velho que Jussara pede ajuda. “Ele é quem mais me ajuda, não faz isso para me magoar, só falta me carregar no colo. Meu outro filho (que mora nos fundos), às vezes me ajuda a fazer compra para casa e pagar conta de água.”

O contato com as irmãs também é próximo, afetiva e geograficamente, afinal “elas moram logo ali, no Parque Santa Clara, dez minutos daqui, eu vou a pé. A gente se visita quase todo dia (riso), quando alguém tem coisa melhor fala: vem almoçar aqui. Aí tem dias que almoço na casa delas e outros que elas almoçam na minha”.

No domínio da casa Jussara conquistou a liberdade de fazer o que mais gosta: dormir depois do almoço, e indagou à sua ex-nora (Tânia): diz aí o que eu não gosto de fazer? Lavar roupa, respondeu. Depois de risos, a justificativa: “dói os ossos”. “Hoje eu nem fui ao postinho (CSEC) para fazer ginástica e caminhada, são três vezes na semana. Segunda eu ainda fui, mais quarta e sexta, não deu.” Se alguém em casa fica doente, Jussara leva para ser consultado no CSEC, no SAMDU de Guarus ou no HGG, dependendo da situação, também pede ajuda ao filho (Alberto) ou as irmãs.

E, numa palavra, Jussara resume o significado de família: “responsabilidade”.

A FAMÍLIA	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Trajatória Familiar	Recursos Mobilizados
Tem o 1º filho, o pai não assume.	Arruma um companheiro e tem com ele o 2º filho.
“Largada” pelo companheiro com 2 filhos pequenos.	Conta com a solidariedade do irmão.
Casa-se oficialmente com Roberto.	Roberto assume material e emocionalmente seus filhos e torna-se pai biológico de sua filha.
É marido, filhos e netos.	Seu marido é “esteio da casa”, os filhos também são fontes de apoio (relações de obrigações/ reciprocidades).
Irmãos.	Parentes com quem mantêm vínculos de afeto/solidariedade.

Quadro 14: A Família de Jussara

Fonte: Da autora, 2012

VALDETE

A família de Valdete é extensa, mas mesmo num convívio estreito com a parentela, ela considera família o marido e os filhos.

Antes de morar com Joélio, Valdete residiu dez anos no Turf (bairro de Campos) com Gilberto (pai de Marta, Lucrecia e Ruan). “Ele me ajudou a criar Helena, que não é filha dele. O pai dela é morto. Aí depois não deu certo e eu separei, voltei pra Custodópolis, conheci Joélio e engravidei de Adriana e estamos juntos há bastante tempo, dezoito anos.”

Quando Helena nasceu, Valdete tinha dezesseis anos. “Aqui em casa é assim: todo mundo tem filho cedo. A minha filha mais velha engravidou com quinze anos. Com trinta e dois anos eu já era avó.” “Ontem (07/11/2011) fiquei sabendo que minha filha Carolina (15) está grávida e já está com três meses.”

E aí? “Elas não contam nada não, eu fico sabendo pela boca dos outros.” A reação do esposo? “Olha, eu vou ser sincera, ele gosta de tomar umas cervejinhas. Quando ele está bom, ele brinca, conversa, mas quando está com a cervejinha na cabeça, já ultrapassa, começa a brigar, a falar coisas com elas. Coisas que elas precisam ouvir. Faz coisas antes da hora, aí eu não tiro a razão dele.” Bate? “Se deixar, ele bate. Eu já recomendo: Quando vê que seu pai já tomou umas cervejinhas, não parem na reta dele, procura a casa de uma irmã, vai para a casa de uma pessoa, até baixar o grau dele, tirando disso, tudo bem.”

Para Valdete, ter um homem em casa “é importante, porque ajuda a gente, faz falta. Que hoje em dia, para gente criar um filho, sozinha, sem pai, está muito difícil. Mas aquele pai que faz direito; agora, aquele que é pai, mas não parece ser pai, não vale a pena não. A verdade eu gosto que seja dita. O pai é o respeito. Antes, quando as meninas eram menores, elas respeitavam mais o pai, mas agora, depois que vai ficando adolescente, já vai querendo namorar e aí vai avançando na autoridade dele. Mas, mesmo assim, é melhor o pai por perto”.

Na ocasião da separação do pai de Marta, Lucrecia e Ruan, “como fui eu que deixei a casa, ele ficou revoltado e disse: você vai, mas não vou te dar nada. No começo ele até mandava sacolão, mas depois parou, a mãe dele não deixava ajudar. Os filhos têm pouco contato com ele e com os parentes de lá. De vez em quando ele aparece aqui para saber dos filhos, mas eu não dou muita confiança porque eu já tenho outro. Eu gosto de manter o respeito. Aí, ele vem conversar com os filhos e depois vai embora”.

O atual companheiro “ajuda como pode”. “Quando tem serviço ele paga luz e ajuda nas despesas de casa. Ele bebe a cervejinha dele, mas é só no fim de semana, durante a semana ele está no serviço (ajudante de mecânico). Nessa parte eu não tenho nada para falar dele. Ele me ajuda.”

O que mais preocupa Valdete é a vida que uma das filhas tem levado. “Ela tem problemas com o marido, ele bate nela e não gosta de trabalhar.

Morar com ele é a mesma coisa que nada, ele quase não para em casa. Eu tenho até que falar baixo, porque hoje ele tá aí. Agora, minha preocupação é também com ‘essazinha’, que apareceu grávida. O pai também é novinho, tem dezoito anos. Eles tão juntos, ele vem aqui, mas ela continua morando comigo. Vou marcar uma consulta pra ela, aqui no CSEC, para fazer ultrassom e saber se está tudo bem. Preciso saber quando a criança vai nascer.”

A família vai agregando outros membros e o quintal é o espaço que também acolhe novas gerações, no compasso de suas urgências. “Minha filha mais velha, quando casou, morou aqui, nesse comodozinho. Hoje ela mora de aluguel, nessa rua mesmo.” A outra filha, Marta, mora em Eldorado (bairro vizinho) e Ruan vive em casa de parente, em Custodópolis (“meu sobrinho chamou pra morar na casa dele. Aí ele mora lá e ajuda nas despesas”).

Vivendo, desde que nasceu, em torno de cinco irmãos, Valdete sabe que a convivência numa família extensa não é fácil, porque “de vez em quando tem uma briguinha, uma fofoquinha, uma confusão, mas depois tudo volta ao normal, é coisa de momento. Quando mora muita gente junto, isso sempre acontece”.

Apesar da falta de privacidade e dos conflitos existentes, ela prefere continuar morando ali a morar (caso pudesse) em terreno separado. “Já estou acostumada. Prefiro continuar aqui, perto das minhas filhas, a gente que é mãe, né? O chato é que, às vezes, eu quero dormir e é uma criança, um alvoroço danado.” Nem sempre os limites entre os espaços são respeitados, porque a fronteira é tênue e induz ao contato estreito.

No entanto, alguns limites são mantidos pelos moradores de cada casa. Eles não costumam compartilhar tarefas domésticas como, por exemplo, a confecção de alimentos e a lavagem de roupas. Apenas Adriana (filha), quando não tem o que comer, come na casa da mãe.

Valdete divide o serviço da casa com as filhas. “Quando vou trabalhar (diarista quarta e sexta-feira), as meninas cozinham. Só a de onze anos ainda não cozinha, ela faz uma coisinha, por enquanto não faz, porque eu não deixo. Não tem necessidade, porque as ‘maiozezinhas’ chegam do colégio e fazem, eu acho perigoso ela mexer nisso. A roupa sou eu que lavo e a casa minhas filhas arrumam.” E o esposo? “Ele sai de manhã e só chega à noite. Os homens, aqui, só ajudam quando é para limpar o quintal. Aí faz um mutirão e todo mundo limpa.”

Do compromisso de levar as filhas para a escola, Valdete está liberada. Agora, as filhas vão sozinhas para as escolas públicas do bairro (de esfera estadual, municipal e filantrópica). Fernanda (repetindo) e Carolina estão na quarta série e Juliana na terceira. “Só a mais nova gosta de estudar. As outras não, mas eu empurro para ir.” Dos outros filhos, apenas Marta terminou o segundo grau. “Parou faz pouco tempo, ela fez supletivo e se formou. Os outros pararam cedo. A mais velha largou os estudos porque com dez anos

começou a trabalhar (como babá), para me ajudar, era só eu e ela naquele momento. Com onze anos Marta também começou a trabalhar.”

Gostar e não gostar tem, no repertório de Valdete, uma aplicação narrativa restrita, expressa apenas em relação ao trabalho: “Gosto de lavar roupa”, “Não gosto de cozinhar”. Além do trabalho? “O melhor de tudo é dormir”.

A FAMÍLIA	ITINERÁRIO DE PROTEÇÃO SOCIAL
Trajatória Familiar	Recursos Mobilizados
Perde a mãe aos 10 anos.	Fica sob os cuidados de Berenice (irmã mais velha).
Aos 16 anos tem sua primeira filha.	Suporte da irmã e trabalho como doméstica.
Aos 18 anos vai morar com Gilberto (pai de três de seus filhos).	Gilberto ajuda a criar Helena (1ª filha de Valdete), convivem por 8 anos.
Separa-se de Gilberto.	As filhas Helena e Marta começam a trabalhar como babá para ajudar Valdete (mãe).
Quatro anos depois conhece seu atual companheiro e engravida.	Vão morar juntos e tem 4 filhos.

Quadro 15: A Família de Valdete

Fonte: Da autora, 2012

MÁRCIA

Depois da morte do pai, Márcia ainda menina (10) sabia que sua família era seus onze irmãos (por parte de pai). Casados, a maioria mora no Rio de Janeiro, raramente vêm a Custodópolis. “Um deles, mora aqui do lado (vizinho), mas não fala comigo, porque meu filho gosta de jogar bola e aí não pode bater nada na parede dele. Tenho outro irmão, mora ali na pracinha.” Contato maior é com suas duas irmãs Patrícia e Angélica, que também moram no bairro. “Patrícia olha minha filha aos domingos para eu trabalhar, a Angélica também, mas ela está doente (câncer), mas mesmo assim, quando está bem, fica com Mariana de vez em quando. Em caso de doença, meus irmãos são unidos.”

“Minha família são meus filhos. Tem meus irmãos, mas eu conto mesmo é com Deus e meus filhos.” Teve seu primeiro filho (Nilton Júnior) com trinta e um anos. Tem o mesmo nome do pai (já falecido), com quem Márcia nunca morou. “Quando ele era vivo ele mantinha a casa e eu cuidava só de Júnior. Ele sempre vinha ver o filho. Quando ele morreu, meu filho tinha cinco anos, mas lembra um pouquinho dele.” Márcia não mantém nenhum vínculo com os parentes do pai de seu filho e nem com os pais de Mariana (sua filha e de Afonso). Com ele, Márcia teve um relacionamento que durou um ano, mas também não chegaram a morar juntos, porque “ele era muito mulherengo”. Visita a filha quando leva o dinheiro. “Dá cem reais por mês.”

Márcia tem vontade de se casar, mas “só se fosse com uma pessoa que respeitasse meus filhos e ajudasse a criar”. É da opinião de que é complicado colocar um homem dentro de casa, tendo uma filha.

Para ir para o trabalho, Márcia paga uma menina (Renata) para ficar com Mariana. “Fico imprensada, mas não tenho com quem deixar. Trabalho de terça a domingo e, ela, só vem de terça a sábado (das 14 às 21 horas), mora no bairro vizinho. Pago duzentos reais a ela. Pego os cem que o pai de Mariana dá e junto mais cem. Das 21 às 22 horas, meus filhos ficam sozinhos, até eu chegar do trabalho. No domingo não tem ninguém para ficar com eles, aí eu fico jogando, pedindo a um e a outro. Domingo agora, minha filha vai ficar com minha irmã.”

Márcia também conta com a ajuda de sua outra irmã e uma vizinha. “Elas quebram meu galho.” A pessoa com quem mais conta é a irmã Patrícia. Para que tipo de ajuda? “Olhar minha filha e ouvir meus desabafos, quando eu não estou bem. Mas se for pra ajudar com algum dinheiro, é mais difícil. Eu posso até procurar, mas minha família é assim, é unido na hora da doença, mas acha que o que eu ganho tem que dar para mim e meus filhos. Não tenho família, assim, precisou vou pedir. Posso até pedir, mas depois sempre ‘joga na cara’, aí eu evito. Eu prefiro pedir a uma pessoa estranha. Porque eu sei que não vai me cobrar nada.”

Em caso de aperto financeiro, “primeiro oro muito a Deus e, no outro dia, eu peço a algum colega, alguém do serviço. Eu sei que depois que eu oro tem sempre alguém para me ajudar. Porque na hora do aperto mesmo, eu não tenho ninguém para me ajudar não, porque no serviço às vezes eu peço, mas a pessoa também pode não ter. Aí eu tenho que me virar. Não tenho ninguém para me dar colo”. Nem um namorado? Não tenho. As pessoas com quem Márcia mais convive são os filhos, os colegas de trabalho, a vizinha (Rosa) e as irmãs.

Márcia sente-se sozinha diante da responsabilidade de cuidar dos filhos. Sua maior preocupação é dar um futuro melhor para eles. “Um futuro melhor pra mim é o estudo. Eu falo sempre com meu filho que ele tem que estudar para não ficar igual a mim. O que eu puder fazer por eles, eu faço.” O filho estuda, “mas é meio preguiçoso”. A filha não está na escola por falta de vaga. Márcia esteve na escola da prefeitura e efetuou a pré-matrícula para o ano seguinte (2012).

“Eu gosto de estudar, se eu pudesse terminaria meus estudos e faria um curso de enfermagem, mas não fiz e, agora, é tarde. Agora eu não tenho tempo e até Mariana crescer, eu vou estar bem mais velha. Agora não tenho mais ânimo.”

Para Márcia, família é “tudo” e significa “muita responsabilidade, porque eu sou pai e mãe. Tudo que precisa, sou eu. Eu tenho que correr atrás para tudo. Eu também penso muito nos meus filhos, no mundo que a gente está vivendo. É muita violência e eu quero o melhor pra eles. Eu estou sempre conversando, sempre mostrando”.

A FAMÍLIA	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Trajatória Familiar	Recursos Mobilizados
Na infância: referência é o pai.	Cuidados do pai.
Com a morte do pai, os onze irmãos são referência da família de origem.	Convivência com os irmãos e a madrasta (oferta de cuidado).
Parentes: irmãos que moram no Rio e em Custodópolis.	Conta com o apoio de duas irmãs que moram no bairro (Patrícia e Angélica no cuidado com a filha).
Conflito no relacionamento com um dos irmãos (que é seu vizinho).	Ruptura do vínculo (“não se falam”).
Família são os filhos.	Responsabilidade (cuidado material e emocional).

Quadro 16: A Família de Márcia

Fonte: Da autora, 2012

4.4.1 “Família é a que eu formei”

Para Jussara, família é “marido, filhos e netos”. Encenando seu percurso nesse estudo, a personagem da família nuclear revelou vivências com outras formas de composição familiar. Ela foi “mãe solteira” e não recebeu apoio do pai de seu primeiro filho (encenou nesse espaço-tempo a “família monoparental”), depois constituiu um núcleo familiar formado por ela, pelo filho que “carregou”, pelo companheiro e mais dois filhos que teve com ele (que “não quis registrar”). Ao ter o vínculo rompido com este companheiro, seu *status* passou a ser o de mulher separada (“largada à míngua”), agora com três filhos. Posteriormente, casa-se (oficialmente) com um homem que assume seus filhos (material e afetivamente) e tem, com ele, uma filha.

Os filhos se casam (a família se nucleariza) na figura do casal e da filha. Num curto lapso de tempo, um de seus filhos se separa e, juntamente com a ex-mulher e o filho, buscam apoio na casa dos pais. Jussara cede um cômodo, no quintal da casa onde mora, para que eles se abriguem. Dividem com uma parede o cômodo, estabelecendo o limite conjugal. A família de Jussara assume nova configuração, agora é o que se pode chamar de família extensa na ótica dos quintais (agrupamentos de parentes num mesmo lote), tal qual a família de Valdete.

A trajetória familiar de Valdete é semelhante à de Jussara, também foi “mãe solteira” (pai não assume a filha), depois coabita com o pai de seus outros três filhos (também não registrados pelo pai), embora lhes preste assistência e ajude na criação de sua filha mais velha. Deixa a casa com os filhos e surpreende-se com o fato de o apoio paterno também ser rompido (“no início ele levava cesta básica, depois parou, porque a sogra não queria que ele ajudasse, porque fui eu quem deixou a casa”). Posteriormente convive (“união estável”) em sua casa, com o pai de suas outras quatro filhas (registradas com o nome do pai).

Já Márcia, ainda bem pequena, inicia sua trajetória de rupturas e

deslocamentos familiares. Sua mãe (Lenice), doente (tuberculose), engravida e a tem sem o apoio de seu pai (Joaquim). Por volta de seus dois anos de idade, a mãe morre. Seu pai assume a cena e passa a protagonizar, segundo a própria Marilena, o papel de “pai e mãe” (embora não a registre). Ainda criança, fica órfã também de pai. É quando a ex-esposa do pai resolve ocupar o espaço (parte da casa em que vivia com o pai), permitindo que permaneça na casa, em troca de teto e comida. “Nunca a considere como mãe. Não sei o que é ter uma mãe”. Márcia passa então a conviver mais de perto com os irmãos (por parte de pai).

Adulta (31 anos) tem seu primeiro filho (registrado pelo pai que embora sem vínculo conjugal, presta assistência ao menino). “Quando ele era vivo, mantinha a casa e eu não precisava trabalhar fora, ficava cuidando do Júnior. Depois, ele faleceu e meu filho tinha cinco anos”. Dois anos depois engravida e tem uma filha (registrada pelo pai, que “dá cem reais por mês e a visita quando vem dar o dinheiro”).

Destaque há que ser dado às simultaneidades e diferenças entre as dinâmicas e os percursos das três personagens que falaram pela família. Em alguns momentos de suas trajetórias, estas mulheres, provavelmente foram vistas por “olhares” que qualificaram suas famílias como sendo fora da ótica da “normalidade”. “Desestruturada talvez”.

Aqui não cabe advogar sobre tipos ideais de organização familiar, apesar do entendimento de que alguns arranjos têm se mostrado mais vulneráveis. O que interessa é pontuar o quanto a família é um conceito em aberto, sendo sempre repensada, seja em mudanças práticas e/ou conceituais. Diferentes disciplinas têm dela se ocupado, mas a antropologia, para quem esse tema sempre foi caro, continua se destacando no campo das relações de parentesco.

Embora a pesquisa aqui realizada tenha partido de perfis diferenciados de família (nuclear, extensa e monoparental), é importante destacar que esses perfis foram apreendidos no espaço-tempo em que as entrevistas foram realizadas. Registrados, portanto, sob as configurações do momento, mas sem deixar de considerar as trajetórias das personagens e os recursos mobilizados em cada etapa de seus ciclos familiares, visto que o presente é o espaço-tempo mediador das relações entre o passado e o futuro.

Ao tomar o fator tempo como gerador dos “movimentos e pausas”, que impulsionam mudanças e impactam as condições de vida das famílias, pode-se observar que qualquer “perfil” postulado é passível de ser alterado ou superado. Por isso, não cabe mais afirmar um tipo de organização familiar e idealizá-lo, tal como aconteceu com a “família nuclear burguesa”.

Atualmente, há o reconhecimento de um consenso acadêmico sobre várias formas de vivências e constituições familiares, bem como de que a legitimidade desses vínculos segue o percurso, via sua consolidação. O fato é que

estamos mesmo diante de mudanças nas formas de se viver e pensar a família.

As personagens desse estudo foram unânimes ao utilizarem a palavra responsabilidade, para significar a família. Ao atribuírem esse significado, de que lugar, elas falam? De quem é a responsabilidade na criação dos filhos?

Surpreendente foi a constatação de que, na trajetória das três personagens, há relatos sobre a não filiação paterna no registro civil. No entanto, isso não é apenas coincidência, mas uma evidência, na medida em que “as estatísticas oficiais, no Brasil, apontam para aproximadamente um quinto dos nascimentos (fora dos matrimônios oficiais), onde as crianças não são registradas com o nome do pai” (BANDEIRA, 2009, p. 15).

Tal realidade tornou-se um tema de extrema relevância social e científica, que Ana Liési Thurler (2009) soube dele se apropriar ao pesquisar e publicar “Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil”. No livro, a autora revela algumas rotas de fuga abertas aos homens para o não reconhecimento da paternidade e afirma que a deserção paterna extrapola dados biológicos e possui caráter sócio-histórico, que remonta à origem da sociedade brasileira colonial e escravocrata. Revela que a herança da bastardia expressa nos filhos ilegítimos de muitos “pais de família” (VENÂNCIO, 1997, p. 198) é reatualizada, com base em princípios como “a impossibilidade dos genitores em sustentá-los ou por serem fruto de relações extraconjugais”.

Reflete sobre a condição das mulheres que, ao assumirem a maternidade fora do casamento e se tornarem mães de filhos de “pais indeterminados⁸¹”, foram moralmente condenadas e tidas como promíscuas. Ressalta que tal condição sempre foi proporcional ao *status* social, cor e raça (BANDEIRA, 2009, p. 18).

Conforme Thurler (2009), mesmo sabendo quem eram os pais de seus filhos, com raras exceções, tais mulheres-mães sempre foram desacreditadas, e esse descrédito perdura até os dias atuais, em que sua palavra não basta⁸², e cabe a elas assumirem o ônus da prova. Isso revela o quanto o Estado, pela via cartorial, é benevolente com o genitor, reforçando o domínio masculino. Enquanto classe e sexo, os homens detêm a verdade, concluiu a referida pesquisadora, em estudos tanto no Brasil quanto na França.

No prefácio do referido livro, Lourdes Bandeira (2009, *passim*) se refere ao Brasil como um país de “filhos da mãe”, pois “ao nascerem do corpo feminino, a maternidade é delimitada num território, onde mães e filhos (as) se relacionam independente da presença do pai” (Ibid, p. 16).

Portanto, a maternidade é compulsória, ao passo que a paternidade pode ser objeto de deserção. Bensusan (2012), ao resenhar a referida obra, confere à deserção um corte de gênero, pois no caso da maternidade, considera-se “uma atrocidade, uma aberração e um ato contra a natureza” (Ibid, p. 323). Questiona: Existem mandamentos afetivos na natureza que

⁸¹ Causa da miscigenação. Conferir: DEL PRIORI, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993, p. 46.

⁸² 98% dos exames de DNA dão resultados positivos. Conferir: DNA não falha. *Época*, Rio de Janeiro, 30 de jul. 2001, p. 93.

não podem ser desobedecidos? O que justifica a ditadura do instinto materno e o caráter fugidio de qualquer instinto paterno? (Ibid).

A consequência do registro civil, apenas em nome da mãe, acaba por impor a monoparentalidade, que não é necessariamente uma escolha das mulheres, muitas vezes vulnerabilizando suas condições de vida, já que a elas não estão abertas as rotas de fuga, sinalizadas da deserção (Ibid).

Desse modo, são elas quem assume a responsabilidade com seus filhos, seja material, afetiva e civil. É nesse sentido, que Thurler (2009) toma a concepção de cidadania como aquela em que os cidadãos respeitam os deveres ligados a seu estatuto, para refletir, sobre o quanto as mulheres-mães têm sido mais cidadãs que os homens-pais, quando estes não assumem a paternidade (THURLER, 2009 apud DEVREUX, 2009, p. 26).

Thurler (2009) aponta duas dimensões da paternidade desertora, uma delas compreende “o genitor (pai biológico, protetor material e afetivo); a outra, a pater (pai jurídico, autoridade)” (THURLER, 2009 apud Bandeira, 2009, p. 18). A negativa dessas duas dimensões tem impacto de ordens variadas e dificulta a inserção destas crianças no espaço de relações sociais legais, além de ser representada no imaginário destes indivíduos, como “um sentimento de ausência, falta, perda, vazio, cuja superação nem sempre pode ocorrer com o reconhecimento paterno tardio” (Ibid, p. 19).

A partir dessa perspectiva de análise, é possível identificar, no caso da personagem Marilena, o quanto o fato de não ter sido registrada por seu pai, teve impacto em sua identidade civil e social. Seu caso é diferenciado, na medida em que o pai a reconheceu afetivamente como filha, ofertando-lhe também cuidados materiais. Queixa-se por ser a única filha do genitor que não herdou o seu nome. Os outros filhos eram frutos de uniões estáveis e ela de uma relação “descompromissada”.

Que razões teriam levado este homem a não reconhecer, do ponto de vista civil, a paternidade? Se havia, por parte dele, alguma dúvida quanto ao aspecto biológico da paternidade, isso não teve apelo diante da morte da mãe de Marilena, visto que, a partir de então, ele assumiu a paternidade no aspecto socioafetivo e material.

Para Jussara e Valdete o não reconhecimento civil da paternidade também tem lugar em suas trajetórias, não enquanto filhas, mas como mães. Ambas, em sua primeira experiência de convivência conjugal, já tinham um filho (não reconhecido pelo pai). A seguir, Jussara teve mais dois filhos e Valdete três (que também ficaram sem o nome dos respectivos pais em seus registros).

Jussara e Valdete são gratas a estes companheiros, por terem ajudado a criar seus primogênitos. Embora experimentem o sentimento de injustiça, por eles não terem assumido a paternidade civil, de seus filhos biológicos e

pela desresponsabilização material e afetiva com os mesmos, após a separação conjugal. Destacam-se, aí, duas categorias fundamentais: masculinidade e paternidade, que devem subsidiar estudos acerca dos mecanismos de proteção social, sejam eles tecidos por redes primárias e/ou secundárias.

Nas narrativas das três personagens, observa-se que aspectos biológicos, afetivos, legais, civis e morais se entrecruzam por rotas não lineares, marcados por desigualdades de gênero e atravessados por outras desigualdades sócio-históricas. Tudo isso reproduz, num só tempo, condições de vulnerabilidades que afetam as relações interpessoais dos sujeitos em questão.

De outro ponto de vista, destaca-se o papel da paternidade não biológica e civil, mas social e afetiva, como no caso de Roberto (esposo de Jussara), que assumiu os cuidados paternos com os filhos legítimos de Jussara e que, ao contrário de seu companheiro anterior, registrou em seu nome a filha biológica que teve com ela. O relacionamento entre o casal também foi legitimado com o casamento civil. Joélio (atual “companheiro” de Valdete) também reconheceu a paternidade civil de suas quatro filhas, ao contrário do companheiro anterior de Valdete, que assim como no caso de Jussara, não arcou com a paternidade civil de seus filhos biológicos.

Em questão, a paternidade aparece atrelada à possibilidade escapável, na qual o homem pode sentir-se livre diante de seu ônus. A decisão de não assumir ou desistir da responsabilização paterna tem tido historicamente o consentimento público (apesar do advento dos testes de DNA), através de práticas institucionais e cartoriais condescendentes com o comportamento fúgido, legitimado pela cultura escravocrata e de dominação masculina (BENSUSAN, 2012, p. 323).

Esse domínio, sobre as mulheres e mães em geral, pode ser observado nos caminhos convergentes das personagens. Seus percursos se cruzam a partir de uma geografia de oportunidades limitada, que produz desigualdades de ordens diversas. Para além das desigualdades, há também que considerar os lugares diferenciados, delimitados por condições de gênero. No âmbito das relações familiares, homens e mulheres incorporam diferentes papéis em termos de autoridade e de resolução de problemas cotidianos.

Trata-se de uma hierarquia, porém inscrita numa divisão complementar das funções da autoridade na família. Conforme Sarti (1996, p. 43).

O homem corporifica a ideia de autoridade, como mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. [...] à mulher cabe outra dimensão importante da autoridade, manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar. É a patroa, designação que revela o mesmo padrão de relações hierárquicas na família e no trabalho

Na narrativa de Valdete, “o pai é respeito”, mas “aquele pai que faz direito”, sabe que nem todos os pais “fazem de sua presença na família uma entidade moral positiva” (Ibid). Ela refere-se ao seu companheiro Joélio como um pai de verdade, cuja presença conquistou o respeito das filhas, desde criança. No entanto, as filhas, agora, na fase da adolescência, “vão querendo namorar e vão avançando na autoridade dele”, e os conflitos se tornam mais constantes e em alguns momentos até violentos. Isso ocorre, na busca do pai pela manutenção de sua autoridade na família, visto que o homem é considerado “chefe da família” e a mulher “chefe da casa” (SARTI, 1996, *passim*).

Desse modo, compete à mulher-mãe mediar tais conflitos. Valdete, para evitar que as filhas não apanhem e/ou não sejam insultadas verbalmente, recomenda: “não parem na reta dele se ele tiver bebido”. Contudo, Valdete não tira a razão do esposo-pai, mesmo “com as cervejinhas na cabeça”, porque sabe que suas preocupações, externadas principalmente “quando o grau dele está alto”, são procedentes.

Jussara reconhece que seu esposo Roberto “é o esteio” porque é provedor material e moral da família, “sem ele, a casa cai”. Já Márcia, quando diz que é “mãe e pai ao mesmo tempo”, personifica a autoridade, em geral assumida de modo complementar por homens e mulheres, incorporando essa dupla função nos cuidados com a casa e a família.

A precariedade das condições de vida e trabalho afeta, primordialmente, o papel de provedor do homem na família (MONTALL, 1991) e, como consequência, sua moral é abalada, visto que a autoridade paterna se conjuga na relação entre “ganho e hora” (SARTI, 1996, p. 42). A não complementariedade de papéis sexuais no núcleo doméstico é causa principal das rupturas conjugais (AGIER, 1990), pois o homem se sente fracassado e a mulher vê quebrada a expectativa que depositou no projeto de casamento (SALEM, 1981).

A frequência de tais rupturas produz um sentimento de insegurança material e afetiva, e isso talvez se explique quando Valdete, em sua narrativa, fez questão de dizer que vive com Joélio há dezoito anos e não é “amigada”, sua “união é estável”. Jussara mostra com orgulho a foto do casamento civil com Roberto. Mesmo diante de uma série de vulnerabilidades que o espaço-tempo não foi capaz de resolver, estas personagens, que viveram algumas experiências de rupturas conjugais, sentem-se hoje mais protegidas, se não do ponto de vista civil, do material e afetivo.

Nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres, como na de Márcia, as responsabilidades concentram-se na figura feminina, por sua vez mais vulnerável em termos de gênero, classe, idade, etnia e situação no mercado de trabalho (CARVALHO, 1998). Tais famílias constituem o espaço doméstico a partir de outros vínculos que não o conjugal, sendo

comum requerer apoio entre parentes, vizinhos, amigos. Na ausência da figura masculina, as mulheres costumam solicitar a ajuda de algum parente, que de algum modo assumia a lacuna da autoridade moral.

Quando Jussara se separou, foi buscar apoio na casa de seu irmão e este, se sentindo responsável por ela (WOORTMAM, 1987, p. 220), cuidou de apresentar-lhe Roberto (seu amigo), para que, constituindo uma nova família, lhe desse o “amparo” necessário.

Márcia, por sua vez, busca este apoio na figura de suas duas irmãs, que lhe ofertam, em geral, sob a forma de cuidado com a filha ou ouvindo seus “desabafos”. A vida parece ter fracionado suas relações, quando teve um ‘meio-pai’ (porque biológico-afetivo e não jurídico), meios-irmãos (por parte de pai) e quando, por sua vez, gerou filhos (de pais diferentes/meios-irmãos), cuja história reeditada faz lembrar a condição de seu pai, que, tal e qual a ela, foi responsável pela família, assumindo a dupla função na perspectiva de gênero.

No caso de Márcia, a figura do pai (morto) “é elo entre parentes vivos” (Ibid, p. 171). Em torno da sua memória, os vínculos parentais com suas irmãs foram mantidos. Valdete e suas irmãs vivem no pedaço de chão onde seus pais viveram. Estão ali enraizadas por uma combinação de “fatores genealógicos, geográficos, sociais” (Id, p. 174). Mesmo mortos, os pais de Roberto (esposo de Jussara) se fazem presentes, na solidariedade de seus irmãos, que por ora permitem que ele e sua família morem na casa que lhes pertenceu, hoje objeto de herança material e simbólica.

São os laços horizontais que permitem que os mortos (no caso dos pais) sejam mantidos “vivos” na família, e o apoio antes conferido por eles é transferido para os mais próximos, em geral os irmãos. Conforme Sarti (1996, p. 63), “não há relações com parentes de sangue, se com eles não for possível dar, receber e retribuir”.

As obrigações morais constituem base fundamental, onde ajuda é uma via de mão dupla no percurso familiar. Jussara em sua narrativa dá ênfase a esse tipo de apoio. “Minha irmã me deu esse tanquinho, pra me ajudar na lavagem de roupa, por causa das minhas dores”. O contato com as irmãs é frequente e a troca de bens e favores também. Valdete também sabe com quem pode contar em caso de “precisão”: suas irmãs e filhas mais velhas.

Márcia também conta com as irmãs. Essas redes de apoio e obrigações estabelecem e delimitam vínculos entre os parentes com quem, de fato, se pode contar. Isso define as relações de proximidade e distanciamento entre os irmãos. Márcia é vizinha de um de seus irmãos, mas não se falam, porque em certa ocasião o filho dela, brincando, jogou uma bola em direção da parede da casa dele. Esse motivo, potencializado, provavelmente por outros conflitos, causou a ruptura dos vínculos entre eles. Isso permite pensar a família numa rede emocionalmente intensa e tensa, cujo afeto ou desafeto determinarão ou

não as relações de solidariedades e lealdades.

Para além desse aspecto simbólico, destaca-se a semelhança entre as histórias de mães e filhas na trajetória de vida da personagem Valdete. Ela começou a trabalhar aos dez anos de idade e viu sua história se repetir com suas filhas Helena e Marta, que também iniciaram sua trajetória ocupacional nessa mesma faixa etária, trabalhando, tal qual a mãe, de babá em “casa de família”, depois assumiu outras atividades na área da serventia doméstica. Acabaram como Valdete, trocando os estudos pelo trabalho. Presas às necessidades do presente, sequer puderam projetar o futuro nas possibilidades que a escola **poderia** oferecer.

O verbo no futuro do pretérito não foi aplicado por acaso, porque até que ponto a escola, no contexto de pobreza e segregação, seria de fato um passaporte para lugares cuja “Geografia Oportunidades” seria mais promissora?

De modo algum se está querendo desconsiderar a importância da educação formal como mecanismo fundamental de equidade social. O que se coloca é que, conforme a teoria do “Efeito-Bairro” (GALSTER; KILLEN, 1995), as escolas de bairros pobres têm revelado uma inadequação em sua capacidade de mediação entre o local e o global, aprisionando seus alunos a limites e fronteiras sócio-espaciais difíceis de serem superados de modo individualizado, sem efetivo apoio institucional. É nesse contexto de desestímulo escolar que o baixo nível de escolaridade se alia a outros mecanismos, como a evasão, que pode ter sua causa também relacionada à gravidez precoce.

Valdete foi mãe aos 16 anos e quatro de suas filhas engravidaram nessa mesma faixa etária. Esse fato confirma o quanto a influência dos adultos como “modelos” e o desestímulo escolar incidem na formação de baixo capital humano entre aqueles cujas oportunidades apontam para um possível agravamento de suas precárias condições de vida.

Aqui as vidas de mães e filhas seguem percursos semelhantes. Apesar das diferenças geracionais, suas histórias se assemelham a tantas outras, cujo legado da pobreza, agravado por condições de gênero e sociodemográficas, produzem vulnerabilidades diversas, referenciadas principalmente por condições de vida e de trabalho.

4.5 Cenas descritivas 4: o trabalho

JUSSARA

“Comecei a trabalhar com 17 anos e sempre ganhei mixaria, nunca tive carteira assinada. Primeiro, trabalhei como doméstica. Depois, passei a

fazer faxina todos os dias da semana, cada dia na casa de um. Eu trabalhei numa casa que foi a pior, a patroa era muito enjoada, o povo fresco, às vezes dava vontade de jogar tudo para o alto e sair correndo. Era muita coisa para fazer numa hora só, ‘tá doido’! Eu nunca gostei, mas era obrigada. Hoje não consigo mais trabalhar fora, estou toda ruim, é artrose, osteoporose. Já trabalhei muito e hoje quase não consigo fazer o serviço de casa, levanto desanimada ‘pra caramba’”.

Roberto é carpinteiro de profissão, mas “já fez de um tudo nessa vida”. Trabalhou, também, no corte de cana. Atualmente recebe salário mínimo e tem registro em carteira, na ocupação que exerce de vigilante, contratado pela prefeitura local.

O TRABALHO	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Trajatória Ocupacional	Recursos Mobilizados
Baixa escolaridade/qualificação.	Parte de sua experiência com os serviços de sua casa, para iniciar sua trajetória ocupacional, na área da serventia doméstica (diarista).
Desproteção na trajetória dos serviços prestados, baixos rendimentos.	Apoio da família e parentes.

Quadro 17: O Trabalho para Jussara

Fonte: Da autora, 2012

VALDETE

Desde menina, Valdete trabalhava fazendo entrega de roupas lavadas juntamente com a mãe e as irmãs. Aos dez anos, teve sua primeira ocupação remunerada – a de babá. “Aí depois, quando fui completando a idade de quatorze anos, passei para o negócio de limpeza de casa, depois como doméstica. Quando morei no Turf, lavava roupa para fora, cheguei a ter oito lavagens. Naquela época era lavada na mão”.

“Depois que retornei para Custodópolis, fiquei um tempo sem trabalhar, passei sacrifício e depois, aos poucos, fui me ajeitando. Joélio veio morar comigo e aí voltei a trabalhar em casa de família. [...] “Trabalhei como doméstica, sete anos, numa casa. Saí de lá e o safado do meu patrão não pagou meus tempos. Devido eu não ter muito estudo, assinei um papel abrindo mão de meus direitos”.

Atualmente trabalha como diarista (quarta e sexta-feira) numa casa no centro da cidade. Sem garantia trabalhista, fora a passagem, recebe duzentos e cinquenta reais por mês. Esse valor é gasto em despesas com alimentação, pagamento de conta de luz, roupa, calçado e remédio.

O dinheiro que recebe é a garantia que possui, já que o esposo Joélio “uma semana tem serviço, outra não tem. A gente passa uma imprensa danada”. Ele é ajudante de mecânico em oficina do bairro, sem carteira e com pagamento sujeito ao movimento da oficina, recebe no máximo um salário mínimo. O pagamento é destinado à família e à “cervejinha”.

TRABALHO	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Trajetória Ocupacional	Recursos Mobilizados
Ainda menina ajudava a mãe nas entregas de roupas lavadas.	Trabalho Infantil.
Aos 10 anos teve sua 1ª ocupação Remunerada.	Trabalhou como babá.
Com 14 anos (“passou para o negócio de Limpação de casa”).	Passou a fazer faxina.
Aos 16 anos (“fazia todo o serviço”).	Assume a função de doméstica (sem carteira assinada).
Aos 23 anos começa trabalhar no seu domicílio.	Lavagem de roupa.

Quadro 18: O Trabalho para Valdete

Fonte: Da autora, 2012

MÁRCIA

Márcia começou a trabalhar assim que terminou o primeiro grau e não voltou mais a estudar, apesar do sonho de ser enfermeira. Aos quinze anos assumiu a função de reembaladora, num laboratório. Em sua trajetória profissional foi também atendente de consultório médico, cozinheira em restaurante e, há três anos, é balconista de uma padaria do bairro.

Sua carteira de trabalho foi entregue para assinar, “mas até agora nada”. Recebe seiscentos reais por mês, cumprindo uma jornada de oito horas (das 14 às 22 horas), de terça a domingo, com folga sempre às segundas. “O relacionamento com o patrão é assim: é ele lá e eu cá. Não tem muita conversa. Se eu estiver precisando boto minha vergonha de lado e peço ajuda”. O tipo de ajuda é sempre um pedido de adiantamento, “um vale”, que ele não costuma negar.

Márcia tem um bom relacionamento com os colegas de trabalho. “Ali até que eu tive sorte. Tenho uma colega que eu gosto muito dela e acho que ela também gosta de mim. Mas, sinceramente, já estou cansada de trabalhar como balconista”.

TRABALHO	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Trajetória Ocupacional	Recursos Mobilizados
Começou a trabalhar aos 15 anos (função de reembaladora de laboratório).	Com o 1º grau concluído se lançou no mercado de trabalho remunerado/ embora desprotegido.
Atendente de consultório médico, Cozinheira de restaurante.	Oportunidades.
Ocupação atual balconista de padaria.	Trabalho próximo de casa.

Quadro 19: O Trabalho para Márcia

Fonte: Da autora, 2012

4.5.1 Trabalho: “comecei a trabalhar cedo e sempre ganhei mixaria”

Das personagens desse estudo, Márcia é quem permaneceu mais tempo na escola, chegando a concluir o primeiro grau. Jussara estudou até a

3.^a e Valdete até a 2.^a série do primeiro ciclo do ensino fundamental. A escola foi uma breve passagem, um ponto de “pausa” como diria Tuan (1983), uma tentativa de pertencer ao que não lhes pertencia. Porque, conforme Kassouf (2007, p. 330), “a escola é vista como um investimento com custos presentes e benefícios futuros”, no entanto, para aqueles que vivem sob as “urgências da vida” (TELLES, 2005, p. 11), o espaço-tempo a que se referenciam é sempre o aqui e o agora.

De modo que o tempo de investimento com a educação não é compatível com a necessidade de ganhos complementares para os rendimentos da família. Por essa razão, muitos iniciam a trajetória ocupacional precocemente e acabam não conciliando o tempo entre trabalho e escola.

Ao elencar as principais causas da inserção precoce no trabalho, Kassouf (2007, p. 339) aponta para a pobreza como condição, que, por sua vez, é materializada nas situações de “escolaridade dos pais, no tamanho e estrutura da família, no sexo do chefe, na idade em que os pais começaram trabalhar, no local de residência, dentre outras”. Esses são os determinantes mais analisados para explicar a relação entre baixa escolaridade e trabalho precoce.

Mesmo sob perspectivas diferenciadas, em termos de áreas de estudo, há um consenso entre os pesquisadores de que a baixa escolaridade limita as oportunidades de trabalho e conseqüentemente as de remuneração, e isso reproduz o ciclo da pobreza, já experimentado pelos pais. É exatamente aí a que se quer chegar, no quanto as territorialidades familiares, assentadas no espaço-tempo de cada personagem, cruzam-se em seus percursos coincidentes de pobreza e vulnerabilidades.

Valdete desde pequena ajudava sua mãe a fazer entregas de roupas lavadas e, aos dez anos, teve sua primeira ocupação remunerada como babá, “foi pegando uma idadezinha” e, aos quatorze anos, já assumia as tarefas de “limpação de casa”. Com a experiência adquirida, tornou-se doméstica e hoje atua como diarista (2 vezes na semana). Recebe “duzentos e cinquenta reais por mês, fora passagem”.

Em seu percurso ocupacional, houve um tempo em que também lavou roupa para fora, chegou a pegar oito lavagens por semana, seguindo a trilha ocupacional de sua mãe. Sua vida é de trabalho, narra a experiência de sete anos numa residência e o fato de ter sido enganada pelo empregador, que a colocou para “assinar um documento, abrindo mão de seus direitos”.

Conforme Mello (2008), os serviços domésticos são os que apresentam as maiores taxas de informalidade e precariedade das relações de trabalho entre os trabalhadores brasileiros. O baixo grau de formalização é consequência do silêncio desses trabalhadores (as) diante da legislação em vigor. Isso impacta diretamente a vida das mulheres pobres brasileiras, que têm na área da serventia doméstica a principal fonte de ocupação, sendo

esse um dado histórico. A referida pesquisadora, ao apontar para o aspecto intergeracional da pobreza, revela que entre as meninas/adolescentes a ocupação de babá é a porta de entrada no caminho da ‘profissionalização’, na área da serventia doméstica.

O serviço doméstico remunerado é um bolsão de ocupação para a mão de obra feminina no Brasil, porque constitui culturalmente o ‘lugar da mulher’ e a execução dessas tarefas não exige qualificação. Essa atividade, por isso, é refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento na sociedade (MELO, 2008, p. 150).

Valdete começou como babá, assim como suas filhas, Helena e Marta, que, em torno dos dez anos de idade, também trocaram o estudo pelo trabalho. Apenas Marta conseguiu retomar os estudos. Concluiu o 2.º grau no ensino supletivo, mas atualmente não trabalha fora. Já Helena seguiu os passos da mãe: de babá a doméstica.

A lógica que sempre sustentou o trabalho doméstico é a de um serviço natural e que, por isso, não exige qualificação. Trata-se de uma noção de reprodução de cuidados como se fosse com sua casa e com sua família. Tal noção contribuiu para consolidar a figura da empregada doméstica como uma trabalhadora polivalente, uma espécie de “faz tudo”.

Jussara relembra o tempo em que trabalhou como doméstica e não sente saudades do excesso de tarefas que tinha para executar, das ordens a obedecer e nem mesmo das patroas.

A relação patroa-empregada, apesar de próxima, é demarcada por uma distância hierarquizada entre quem demanda e quem é demandado. A rigor, as tarefas executadas devem atender às necessidades e “caprichos” das patroas e serem executadas num ambiente onde cumplicidade e antagonismo marcam posições.

Apesar das relações de poder evidentemente desiguais que sem dúvida, caracterizam este relacionamento [entre empregada e patroa], é a ambiguidade afetiva da relação que exige uma análise. É na troca afetiva entre aquelas que podem pagar pela ajuda doméstica e as [mulheres] pobres que oferecem seus serviços que as relações de classe são praticadas e reproduzidas (GOLDSTEIN, 2003 apud BRITES, 2007, p. 93).

É no convívio diário entre dona de casa e empregada, que afeto e desigualdade, modelam os saberes domésticos. Apesar da distância social entre os atores envolvidos na cena doméstica, tal relação é pouco formal e formalizada em termos de direitos e deveres. O caráter ‘doméstico’ dessa relação é o que abre possibilidades “para as negociações de pagamentos extras, para as confidências e troca de carinhos com as crianças” (Ibid, p. 93), além de doação de roupas, brinquedos, remédios, dentre outros

aspectos que determinam, para além das desvantagens desse trabalho precarizado, algumas vantagens.

Depois de anos de trabalho como doméstica, Jussara encerrou sua ‘carreira’ como diarista. Sua queixa é ter começado “a trabalhar cedo e sempre ter ganhado mixaria”. Hoje com 52 anos de idade, apesar da necessidade, não se sente em condições de trabalhar, pois as dores sentidas, devido à artrose, têm limitado inclusive o seu trabalho no lar.

Dentre as personagens entrevistadas, Márcia é a única que não teve experiência na área da serventia doméstica. Os seus anos a mais de escolaridade não foram capazes de fazê-la realizar o sonho de ser enfermeira, mas a possibilitaram inserção ocupacional no setor de serviços, exercendo diversas funções: reembaladora, atendente de consultório, cozinheira de restaurante e balconista de padaria (ocupação atual).

Há três anos nessa função e ainda sem carteira assinada, Márcia sabe o quanto é suado cumprir uma rotina diária de oito horas de trabalho para obter um ganho de seiscentos reais por mês. Uma das vantagens é a proximidade entre o local de trabalho e de moradia, além do bom relacionamento com os colegas de trabalho. Sonha com dias melhores num trabalho que goste de realizar e tenha melhor remuneração.

Confinadas num espaço de pobreza concentrada e herdeiras de uma trajetória familiar de escassos investimentos em capital humano, Márcia, Jussara e Valdete veem hoje reproduzidas às condições de pobreza que desde a infância as acompanham, tal como uma sombra (TELLES, 1994).

4.6 Cenas descritivas 5: proteção social

JUSSARA

Os pais de Jussara são falecidos, ela já era adulta quando isso aconteceu. Mas seu irmão e irmãs se incumbem de manter viva a lembrança e o vínculo com um passado bom de lembrar. “Meus pais eram muito bons para gente.” Dessa relação, uma lição: “nunca mexer em nada dos outros. Eu ensino isso a meus filhos, vivo ensinando: Passe o que passar, mas não coloque a mão no que é dos outros”. “Essa educação meus pais deram.” Aprenderam também a ser unidos. “Eu tenho uma irmã (Penha), essa aonde eu vou ela está no meu rastro. Ela é mais velha do que eu, mas ela não me deixa e eu também não largo do pé dela. (...) É bom ter irmãos, ruim é pra quem é sozinho.”

Jussara, além de cuidar de sua casa, cozinha e lava a roupa de seu filho Cleber, que mora nos fundos. “Faço isso porque ele é separado, não sabe lavar nem cozinhar, agora onde ele está (na casa) ele se vira, se mora na sujeira, eu não estou nem aí.”

Na parede da sala de Jussara um painel com fotos do seu casamento, dos filhos pequenos, dos dois anos da filha (casal abraçado com ela no colo e, à frente, uma mesa arrumada com bolo), do noivado do filho mais velho e de uma jovem senhora, para quem Jussara apontou e disse: “essa aqui considero minha mãe, aí eu adotei ela como mãe” (ela é de Cabo Frio). Pela foto, a referida senhora parecia ter idade para ser sua irmã, mas as razões que levaram Jussara a identificá-la como mãe dizem respeito a outro tempo, que não o cronológico, e a outros lugares que não apenas o geográfico. No painel, a foto dos netos. Ela aponta para duas meninas do seu filho mais velho, “minha filha gosta muito de ficar com elas, quando eu preciso sair ela fica na casa do meu filho. Minha nora toma conta dela”.

Nas imagens, também se pode observar sua devoção nos dizeres fixados na parede e na porta de sua casa, onde palavras como “Deus”, “abençoe”, “proteja” e “garde” revelam a busca de proteção em um plano além do material. Jussara conta com o amparo da família e da religião, além da oferta de cuidados do Programa Bolsa Família. “Recebo desde que minha filha era pequena.” E com os cento e dois reais que recebe compra de merenda escolar à roupa e alimento.

Não há em sua família aposentado ou pensionista. Seu esposo tem registro em carteira de trabalho e recebe salário mínimo. Jussara, em sua trajetória ocupacional na área da serventia doméstica, nunca teve carteira assinada e, conseqüentemente, férias, 13.º salário dentre outras garantias trabalhistas e previdenciárias.

As instituições do bairro mais procuradas por Jussara são o CSEC (para consultas e ginástica) e a Igreja “União Com Cristo”, tendo uma agenda semanal de compromissos nesses espaços.

PROTEÇÃO SOCIAL	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Oferta de Cuidados	Recursos Mobilizados
Rede de Apoio Interna.	<p>Roberto é o principal suporte material e emocional da família.</p> <p>Há troca de cuidados entre o casal e os filhos. Conta com a solidariedade da nora para cuidado da filha, em caso de necessidade.</p> <p>Irmãos são pontos de apoio na vida (troca de cuidados).</p> <p>Uma de suas amigas é como mãe (amigo é parente).</p> <p>Já contou com a solidariedade de vizinhos.</p>
Rede de Apoio Externa.	<p>Apoio religioso.</p> <p>Programa Bolsa Família.</p>

Quadro 20: Proteção Social para Jussara

Fonte: Da autora, 2012

VALDETE

Em caso de aperto, Valdete é socorrida pelas duas filhas (mais velhas) e pelo filho Ruan (“quando pode, ele me ajuda”).

“Meus filhos, nos finais de semana estão sempre aqui comigo. Durante a semana, Cristiane sempre dá uma passadinha para ver se está tudo bem e Alessandra sai de manhã para trabalhar e a noite quando chega, vem me ver.” (Valdete)

“São elas que mais olham por mim.” Caso elas não possam ajudar, “não tem como pedir nada a ninguém, tem que resolver na família. Aqui não tem isso não, a gente dá o jeito da gente. Hoje, em dia para emprestar dinheiro é muito difícil”.

Em um primeiro momento, a noção de ajuda emerge associada à ideia de apoio financeiro. A solidariedade em outras redes, para além da familiar, aparece pouco na narrativa. A relação entre vizinhos e membros da Igreja revela-se amistosa, porém expressa numa sociabilidade pouco solicitada. Valdete frequenta a Igreja do filho (Assembleia). “Não sou batizada.” Por isso não pode contar com o apoio da Igreja, porque “ela ajuda quem é batizado, eu sou visitante”.

O relacionamento com a patroa é bom. “Eu me dou bem com ela e ela se dá bem comigo. Quando preciso de um adiantamento, ela me dá, na mesma hora, volto para casa com o dinheiro. É nisso que ela me ajuda. Esses dias a luz foi cortada. A conta está alta. Levei praticamente uma semana sem luz. Aí eu aproveitei essa patroa que eu trabalho e fui lá e pedi setenta reais para eu poder pagar a luz. Mas eu nem gosto de está pegando, porque já é tão pouquinho o que eu ganho que prefiro esperar o dia de receber.” Apesar de ser diarista, não é no final do dia que recebe, mas no final do mês.

Sente-se segura na casa onde mora, protegida pela família, e reforça a ideia de que família é marido e filhos. Quando sai para o trabalho deixa as filhas em casa. “Uma olha a outra.” “Minha sobrinha Gabriela (mora no quintal) também ajuda a olhar.” Valdete e o esposo não possuem nenhum tipo de proteção trabalhista e não recebem nenhum benefício previdenciário, como aposentadoria e pensão, mas ela é beneficiária do Programa Bolsa Família. Recebe pelas três filhas menores. “Aí eu compro o que elas estão precisando. É roupa, calçado. Quando falta alguma coisa de comer eu aviso a elas e uso pra isso. Quando recebo tiro do meu e dou a elas.”

Os serviços do bairro que mais utiliza são o CRAS e as consultas no CSEC. “Vou mais pelas meninas, porque eu tenho boa saúde, graças a Deus.” Quando alguém de sua família fica doente e o CSEC não tem como resolver, Valdete recorre ao HGG ou ao SAMDU de Guarus.

⁸³ Estabelecida pela Lei 10.438/2002 do governo federal e regulada pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para atendimento a consumidores com perfil de beneficiários de Programa Social de Baixa Renda (os descontos variam entre 10 e 65%).

PROTEÇÃO SOCIAL	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Oferta de Cuidados	Recursos Mobilizados
Rede de Apoio Interna.	<p>Irmã Berenice é referência de cuidado (Cedeu um cômodo no quintal para sua filha morar).</p> <p>Filhas mais velhas - principais suportes (material e emocional).</p> <p>Esposo “ajuda a manter o respeito na família” e contribui financeiramente (“quando pode”).</p> <p>Troca / reciprocidade entre irmãs, sobrinha e filhas.</p>
Rede de Apoio Externa.	<p>Patroa – “adiantamento”.</p> <p>Apoio da política social: beneficiária do Programa.</p> <p>Bolsa Família (recebe pelas três filhas).</p> <p>Serviços públicos mais utilizados: na área da saúde e assistência (CRAS, CSEC, HGG, SANDU).</p>

Quadro 21: Proteção Social para Valdete

Fonte: Da autora, 2012

MÁRCIA

Desde pequena, Márcia se sente sozinha. Sem conhecer a mãe e logo depois sem pai, cresceu sob o signo da insegurança. A família que construiu não é a família com que sonhou. Falta alguém com quem possa “dividir o cuidado com os filhos”. Na vida, conta com as irmãs, a vizinha, a colega de trabalho e o patrão. Esses relacionamentos e suas formas de solidariedade fazem com que, no dia a dia, Márcia se sinta menos desprotegida.

No trabalho, há oferta de cuidado na forma de troca, conta com o apoio da colega na realização de tarefas, que não gosta de executar. “Detesto assar pão. É um calor danado naquele forno. Aí eu jogo para minha colega porque ela gosta, asso tudo, mas pão é ruim.” Márcia sabe o valor da reciprocidade, a colega “não gosta de arrumar o balcão de pão doce, aí eu arrumo para ela. A gente se dá bem”.

Conta também com o patrão em caso de adiantamento. “Quando preciso peço um vale e ele não costuma negar.” Sem nenhuma proteção trabalhista, Márcia não recebe nenhum outro benefício previdenciário como aposentadoria, a não ser a “pensão” informal do pai de Mariana.

Usufrui do auxílio da Tarifa Social de Energia Elétrica⁸³ e está tentando o Programa Bolsa Família. “Eu estive no CRAS daqui, mas a moça falou que minha renda é suficiente para mim e as crianças e por isso eu não consegui. Eu conheço pessoas que não precisam do Bolsa e têm.”

Em caso de doença, Márcia busca recurso para sua família percorrendo o seguinte itinerário: “em caso de emergência, levo para o HGG, que para

mim é mais perto, ou então levo na UPA (é pior porque é longe e tenho que andar a pé, no asfalto). Quando é médico pediatra, com consulta marcada, costume ir para o HGG (tenho uma conhecida que trabalha lá e marca para mim), às vezes também levo no CSEC”.

PROTEÇÃO SOCIAL	ITINERÁRIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
Oferta de Cuidados	Recursos Mobilizados
Rede de Apoio Interna.	Conta com as irmãs Patrícia e Angélica. Conta com o apoio divino. Apoio financeiro do pai de sua filha. Vizinha. Apoio de pessoa que recebe para ficar com a filha (no horário de trabalho).
Rede de Apoio Externa.	Solidariedade de colega de trabalho. Patrão: “vale”. Instituições procuradas: CRAS, CSEC, HGG. Inscrição para “as casas de Rosinha”. (Prefeitura). Auxílio da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Quadro 22: Proteção Social para Márcia

Fonte: Da autora, 2012

4.6.1 Proteção social: “elas precisam de amparo”

Bairro, casa, famílias e trabalho são as principais variáveis que compõem a trama mediada por trajetórias de proteção e desproteção social dos personagens desse estudo. As territorialidades familiares constituídas no espaço-tempo de suas vivências aproximam a realidade de Jussara, Valdete e Márcia do cotidiano de tantas outras famílias, que, como as delas, encarnam a pobreza e toda ordem de inseguranças.

Mônica Alencar (2006) sinaliza para a família como o território das principais “mazelas sociais”, sendo nela que as expressões da Questão Social se manifestam, ainda que de modo diferenciado e, com maior ou menor impacto, de acordo com as etapas do ciclo de vida de seus membros. É, nesse sentido, que a família é uma categoria multifacetada, mas independentemente de sua dinâmica é uma instituição que

[...] pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos

longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura social a qual está inserida (MIOTO, 1997, p. 118).

No contraponto da ideia naturalizada, destaca-se o seu lugar social, atestando que a família não se constitui apenas por relações consanguíneas, mas também por laços de afinidade e afetividade. O fato é que, independentemente do perfil, a família mantém a predisposição para cuidar, sendo reconhecida enquanto locus privilegiado para mobilizar recursos de proteção social.

Potyara Pereira-Pereira (2004, p. 32) utiliza-se do conceito de “mistura assistencial” para se referir a setores fundamentais que participam da oferta de proteção social com características que lhes são próprias. “O Estado, com o recurso do poder [...]; o mercado, com o recurso do capital; e a sociedade, da qual a família faz parte, com o recurso da solidariedade”.

Em seus itinerários de proteção social, Jussara, Valdete e Márcia destacam o lugar da vizinhança enquanto recurso protetor. Márcia conhece e é conhecida por seus vizinhos. Desde pequena, sempre morou na mesma rua, isso alimenta um sentimento de confiança (PUTNAN, 2000) que a faz sentir-se protegida. Além do fato de poder contar com solidariedade de uma de suas vizinhas, no cuidado com a filha.

Para Valdete, a relação com os vizinhos é de cordialidade, “não tem nada para falar de ninguém”. Mesmo conhecendo todos vizinhos, não é a eles que recorre, em caso de necessidade. Jussara sabe o quanto um “bom” vizinho é importante na hora do “aperto”. Por várias vezes, pediu à sua vizinha um copo de açúcar para misturar com água e dar a seu filho mais velho, quando não tinha nada para se alimentar. Hoje, não tem mais contato estreito com a vizinhança. Assustada com a violência no bairro prefere adotar uma postura de distanciamento comunitário.

Nesse sentido, a casa é seu “refúgio num mundo sem coração” (LASCH, 1991). Não há lugar melhor para o “ego oprimido” (Ibid) do que a família e a casa. No entanto, a proteção sentida em casa é de ordem subjetiva, porque objetivamente as personagens reconhecem o quanto são vulneráveis, seja pelas precárias condições de habitabilidade ou pelo desconforto emocional de morar em um lugar inseguro (casa cedida/violência local).

Diante dessa e de tantas outras formas de desproteção, a ideia de Deus, é recurso mobilizado em casos de maiores necessidades. A crença de que essa força transcendente pode operar nos momentos mais difíceis faz com que Jussara e Valdete frequentem suas respectivas igrejas em busca de proteção. Márcia, mesmo deixando de frequentar a igreja, não se sente desprotegida. Revelou em seu discurso, a crença de que “Deus segue seus passos”.

As personagens deste estudo foram unânimes ao se referirem à família como lugar onde mais se sentem protegidas. É à família que recorrem em caso de necessidade. Jussara e Valdete contam primeiramente com os filhos mais velhos, e Márcia com suas irmãs.

Nos caminhos percorridos em busca de proteção, seguem critérios seletivos, baseados em obrigações mútuas. De modo que são essas obrigações que determinam as trocas materiais e simbólicas entre parentes, vizinhos e amigos. Nessas redes, a ajuda costuma se materializar em forma de “doações, cessões ou empréstimos diversos de bens, inclusive casas” (GUEDES, 2008, p. 10).

No caso de Jussara e Márcia, a ajuda de cunhados e irmãos é o que tem garantido suas moradias. “Na ausência dos pais é nos irmãos que se busca apoio” (WOORTMAN, 1987, p. 172) ou nos filhos, quando já adultos e cientes da obrigação de retribuir o cuidado com seus pais. Tal é, hoje, a realidade de Jussara e Valdete, que colhem os cuidados que plantaram:

“Meus filhos estão sempre comigo e são eles que olham por mim.” (Valdete)

“Meu filho só falta me carregar no colo.” (Jussara)

Os vínculos informais de proteção social se estendem para além da família, se verticalizando também nas relações de trabalho. Valdete e Márcia recorrem aos patrões em caso de adiantamento de salário e, apesar do constrangimento, seus pedidos não são negados.

“Se eu tiver precisando demais mesmo, boto minha vergonha de lado e peço o vale.” (Márcia)

“A gente se dá bem. Se eu precisar de adiantamento, ela me dá na mesma hora.” (Valdete)

Essa forma de ofertar cuidado é de caráter informal. Ambas as personagens não possuem carteira assinada e, conseqüentemente, nenhuma garantia trabalhista. Valdete é diarista e, conforme a legislação que rege o trabalho doméstico, essa é uma condição que não garante o registro em carteira. Márcia, ao contrário, pelas horas e dias trabalhados, cumpre uma rotina que, por direito, deveria possuir registro em carteira, bem como outras garantias. O descumprimento de tal obrigação tem impacto sobre seu presente e seu futuro.

Além dos ganhos obtidos com os trabalhos que realizam, não há nas famílias das personagens, nenhuma renda obtida via aposentadorias. Márcia recebe uma ajuda do pai de sua filha, que não é caracterizada como pensão, dado o caráter informal do “benefício”.

Do ponto de vista da proteção oficial, o Programa Bolsa Família (PBF)

⁸⁴ Cf. www.mds.gov.br/bolsa_familia/condicionalidades/sistemas,sicon. Acesso em: 24 de maio de 2012.

assume lugar de destaque na vida de Jussara e de Valdete. Márcia não conseguiu a inserção no programa. “Eu fui ao CRAS daqui e a moça falou que a renda que eu ganho dava para mim e as crianças e por isso eu não passei. Só consegui mesmo o baixa renda da luz. Eu conheço pessoas que não precisam e têm.”

Jussara e Valdete possuem a exata noção de que PBF faz parte de uma política que transfere renda e estão cientes de suas condicionalidades⁸⁴ para manutenção no programa. Esse é um dos motivos que faz com que Valdete “empurre” as filhas para a escola. Desestimuladas com o estudo e sem nele vislumbrar possibilidades futuras, suas filhas seguem o trajeto da escola, mas não fazem dela objeto de um projeto de melhoria de suas condições de vida.

O círculo intergeracional da pobreza se repete e isso se expressa na repetência escolar de suas filhas (16 e 15 anos/ambas na 4.^a série), além do fato de Carolina (15 anos) estar grávida, o que tende a impactar sua vida escolar e ser um motivo a mais para uma possível evasão do ensino.

É indiscutível o quanto a renda obtida através do programa tem contribuído no orçamento das famílias de Valdete e Jussara. O dinheiro é investido em alimentação e vestuário. Valdete recebe pelas três filhas, e Jussara por Pâmela (11 anos).

No caso de Jussara, no que diz respeito à condicionalidade da educação, a situação é diferente: sua filha está na quarta série, gosta de estudar e faz aula de reforço na igreja. Apesar de ser questionável a qualidade de ensino público em bairros pobres, Pâmela segue o percurso possível no contexto da “Geografia de Oportunidades” disponível e reconhece na educação formal o caminho para a superação de alguns limites impostos por suas condições de vida. Seu nível de escolaridade já é maior que o da mãe (3.^a série) e se aproxima do alcançado pelo pai (5.^a série). Essa é uma realidade que favorece e alimenta a expectativa de um futuro menos vulnerável.

Em pesquisa sobre a transmissão intergeracional da pobreza no Brasil, Novelino e Belchior (2008, p. 4) apontam para este problema como “consequência da ausência de investimentos adequados no capital humano dos filhos (educação, saúde e alimentação) por seus pais, de modo que possam sobrepujar os níveis de renda e consumo de sua infância e sair da condição de pobreza”.

Dentre os fatores que contribuem para o não investimento no capital humano de seus filhos, a renda é o principal, aliado à educação dos pais e ao número de filhos (Ibid). Os referidos pesquisadores destacam ainda um importante aspecto relacionado à perspectiva de gênero, ou seja, o fato de o baixo nível educacional das mães, muitas vezes, ser determinante para o baixo nível educacional dos filhos, visto que, quanto mais escolarizadas, mais são fontes de apoio e motivação para os filhos (Ibid, p. 5).

A partir desse foco, destaca-se o caso de Márcia, que dentre as

personagens foi quem conseguiu alcançar o maior nível de escolaridade (8.^a série) e foi ela, também, quem demonstrou maior preocupação com a educação de seus filhos. O seu filho está na 6.^a série aos doze anos. Idade compatível como nível de escolaridade. Sua filha, aos três anos, ainda não está na escola, não por sua vontade, mas por falta de vaga.

Ao Estado compete, pela via de instituições públicas, a oferta de serviços como o de educação, em quantidade e qualidade. Em Custodópolis, a partir do relato de Márcia, observa-se que a demanda pela pré-escola é maior do que a oferta. Nesse sentido, o Estado falha na sua oferta de proteção. Quando os filhos ainda são pequenos, a escola não representa apenas um investimento em termos de capital humano, ela também é uma instituição para compartilhar cuidados, proporcionando à família, mais especificamente à mãe, autonomia para a mobilização de outros recursos protetores, como trabalho, por exemplo.

Além de ser um compromisso constitucional, a educação é uma das condicionalidades do PBF. No entanto, Soares e Sátyro (2009, p. 15) lembram que manter os filhos na escola, enquanto contrapartida ao programa por parte das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e de renda, não é tão simples quanto o é para as famílias menos vulneráveis, visto que seus vínculos com a formalidade e institucionalidade são mais frágeis.

Isso é agravado pelo fato de possuírem menor capital humano e social, além de participarem de redes sociais com “menor variabilidade da sociabilidade e localismo mais elevado” (MARQUES, 2007, p. 156), o que contribui para dificultar os acessos, principalmente em relação às ofertas de trabalho.

Mesmo com importância reconhecida no panorama das políticas sociais no Brasil, o PBF é controverso enquanto política de proteção social, pois, se de um lado as condicionalidades relativas à educação e saúde são exigidas; do outro, o Estado precisa ter capacidade para absorver tais demandas sobre as formas de serviços. Sendo um programa inspirado numa política focalizada de renda mínima, incorpora a ideia de contrapartida como forma de combinar indenização e inserção social com o engajamento social dos beneficiários (MAGALHÃES, 2001).

Outro aspecto, bastante discutido, é sobre os caminhos que levam à porta de “saída do programa”. Sabe-se que tal porta não pode ser a mesma da entrada: pobreza extrema.

No entanto, embora o PBF aponte para a necessidade de oferta de programas complementares, como geração de emprego e renda, cursos profissionalizantes, dentre outros, tais ações não estão colocadas como obrigação de diferentes níveis de governo e o fato de não serem constituídas enquanto contrapartida inviabiliza as oportunidades que o programa poderia oferecer. Isso porque as ações básicas de saúde e educação isoladas são

insuficientes para atingir os objetivos do programa.

Conforme Senna et al. (2007, p. 90), para os idealizadores do PBF, as condicionalidades constituem uma forma de ampliar o direito à saúde e à educação, ainda incompletos na sociedade brasileira. O acesso a esses direitos, apesar das polêmicas existentes, é o ponto alto do programa, pois tem sido uma oportunidade para ampliar o alcance das famílias mais vulneráveis aos circuitos das ofertas de serviços sociais.

Por outro lado, tais serviços são pressionados a terem condições para o atendimento a tais demandas. Essa é, de fato, uma possibilidade para que as políticas sociais sejam incorporadas, como direitos reclamáveis, opondo-se à histórica mentalidade de concessão de favores.

Compartilho da avaliação de Soares e Sátyro (2009, p. 15), quanto ao PBF nos moldes atuais. No momento, não é nem um programa de oportunidades nem plenamente um programa de proteção social. Ainda que a renda obtida tenha impacto sobre o cotidiano imediato das famílias e, desse modo, ajude a driblar as necessidades básicas do dia a dia, sobretudo no quesito alimentação.

Com essas reflexões, o que se quer ressaltar é que proteção requer investimentos sociais, que, conforme Góis (1993, p. 5), dão-se tanto em atos gerados na esfera das relações comunitárias, em especial as de ordem familiar (empréstimos e gêneros e em espécie, cuidado e atenção nas situações de doença e ausência de moradia, tutela temporária de filhos menores a parentes, dentre outros exemplos), quanto incluem investimentos do Estado, do patronato, das associações filantrópicas e das ações não governamentais.

Observando os itinerários de proteção social das personagens deste estudo, é possível identificar que as redes primárias das quais participam encontram-se sobrecarregadas por mobilizarem recursos materiais e imateriais na oferta de cuidados para além de sua esfera e de sua disponibilidade de recursos, assumindo lacunas, diante da ausência ou insuficiência das redes secundárias de proteção.

O fato é que, em suas naturezas distintas, a solidariedade privada não pode substituir a solidariedade pública e vice-versa, “elas traduzem uma lógica de complementariedade e não de concorrência ou exclusividade” (PIMENTEL; ALBUQUERQUE, 2010, p. 253).

Vulnerabilizada, com baixo capital social e humano, cada personagem, à sua maneira, se vê confinada em territórios segregados e, na impossibilidade de responder às demandas familiares, recorre aos serviços de ação social. É, nesse momento, em que são assistidas ou deveriam sê-las, que passam a fazer parte do grupo institucionalmente caracterizado pela pobreza (PAUGAM, 1999), transformando-se em público-alvo das políticas sociais.

Em suas trajetórias familiares em busca de proteção, Jussara e Valdete

percorreram diversos caminhos e acabaram chegando à chamada “zona de assistência” (CASTEL, 1998). Márcia, em seu itinerário, narra sua falta de “sorte”, referindo-se a não inserção no PBF. O acesso a tal programa implica a comprovação de sua impossibilidade para sustentar a família. Trata-se do que Sposati (1985, p. 56) convencionou chamar de “cidadania invertida”.

Mesmo tendo uma família de perfil monoparental por ela chefiada, Márcia foi, dentre as personagens, a que revelou condições menos vulneráveis diante da pobreza. Situações como essa têm merecido atenção dos planejadores das políticas, que já estão conscientes de que as mulheres tendem a investir mais nos filhos, quando são elas as provedoras do domicílio (NOVELINO; BELCHIOR, 2008, p. 8).

Na medida em que não têm um coprovedor para contar, essas mulheres investem suas rendas (de trabalho e/ou de transferências monetárias) em seus filhos. No entanto, embora publicizadas em seu atendimento às famílias, as políticas sociais continuam priorizando grupos tradicionais, focando em “crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes” (SENNA et al., 2007, p. 90) e desconsiderando a mulher e/ou mãe como sujeito que mais oferta cuidados e que também precisa de “amparo”.

5 Considerações finais

Ao longo dos capítulos, foram apresentadas características relevantes sobre a relação família e proteção social em território de pobreza e vulnerabilidades. Retomarei os principais aspectos desse percurso teórico-metodológico vinculado à área de pesquisa sujeitos sociais e proteção social.

Antes, abro um parêntesis para socializar o questionamento que me fiz sobre a possibilidade de tratar de itinerário de proteção familiar a partir da trajetória “individual” (no caso) da mulher-mãe. Considero válida a proposta, por acreditar que as experiências subjetivo-geográficas desenham territorialidades, não apenas de indivíduos, mas da família, grupos e bairro. Portanto, embora os percursos tenham sido narrados pelas vozes de um membro da família e de acordo com o lugar que este ocupa no espaço familiar, revelam trajetórias que se cruzam e se fundem na ‘vivência-convivência-conveniência’ dos sujeitos em relação.

Compreendo que conhecimentos e práticas devam ser produzidos valorizando as narrativas do social, de modo que as dinâmicas sociais sejam incorporadas pelas instituições públicas, por meio de seus programas e projetos. Por essa razão, as experiências baseadas nas vivências cotidianas dos sujeitos, que encarnam a pobreza e variadas formas de vulnerabilidades, são relevantes para se pensar a proteção social pela via formal e informal, e refletir também sobre o lugar que esses sujeitos ocupam na oferta e recebimento de cuidados, através das esferas do mercado, Estado e sociedade, da qual a família é parte.

Diante dessa tênue fronteira entre o social e familiar, indaguei: Como se configuram os itinerários de proteção social das famílias no território de Custodópolis?

Em busca de resposta para esse questionamento, a realidade foi problematizada e norteada pelas seguintes questões:

- Qual o perfil das famílias no território de Custodópolis?
- Quais elementos caracterizam a constituição das territorialidades familiares e os itinerários, em busca de proteção social?

A partir de respostas obtidas a tais questionamentos, no percurso para o qual me propus, elenquei alguns pontos de reflexão, a seguir,

apresentados. E, ao contrário do que se poderia supor, não são pontos de chegada; mas de partida, e são apenas pontos que no contraponto com outros “olhares” somam-se, na contribuição da temática em questão, no intuito de inspirar outras interpretações e práticas.

5.1 PONTOS DE REFLEXÃO

Sabemos que são vários os caminhos que conduzem à reflexão do modo como os itinerários familiares se constituem. Aqui, a opção foi relacioná-los às práticas de proteção social, para tal, a atenção foi centrada, em especial, nos percursos ligados ao bairro, a casa, a família, trabalho e aos mecanismos protecionistas formais e informais. Os resultados dessa aproximação permitiram apurar o “olhar” sobre cada um desses elementos constitutivos das territorialidades familiares, expressa nesses itinerários. Vejamos:

5.1.1 Olhar sobre o território: o bairro de Custodópolis

Quanto ao pressuposto inicial de que o bairro possui características de acesso limitado em termos de infraestrutura, mercado de trabalho e políticas públicas, verificou-se que Custodópolis conta com a rede pública de serviços de água, luz, coleta de lixo, transporte coletivo, calçamento. Apesar disso, os moradores têm como queixa principal, a falta de saneamento básico, registrando-se o esgoto a céu aberto nas ruas, agravado nos momentos de chuva e o transbordamento do sistema de fossas em seus quintais.

No que concerne ao risco do local, a violência relacionada ao tráfico de drogas foi apontada como a maior preocupação. Ao voltar a atenção para a “Geografia de Oportunidades”, pôde-se identificar que a localização territorial do bairro está assentada em áreas com alta concentração de pobres, com grau insignificante de mistura social, o que conforma no imaginário social uma imagem negativa do local, gerando discriminação e segregação, que, por sua vez, produzem circuitos de reprodução da pobreza.

O “Efeito Bairro” foi possível ser identificado nos usos e práticas institucionais (das escolas, postos de saúde, etc.), que tendem a nivelar por baixo a rede de serviços públicos e se valer dos poucos recursos/ativos dos moradores, na demanda pela qualidade dos atendimentos.

A tendência de tais instituições, como das escolas, por exemplo, é não apostar na visão de uma formação continuada e de qualidade diante da realidade do déficit de aprendizagem identificado já nas séries iniciais. Isso pôde ser confirmado com os resultados obtidos por duas escolas de

Custodópolis no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2011: a Escola Municipal Frederico Barbosa ficou com média (2,7) e a Escola Estadual Rotary II atingiu média 2,2. Os valores alcançados ficaram abaixo da média do município (3,6), considerada a mais baixa de todos os municípios fluminenses. O estado do RJ atingiu 4,2 e a média do Brasil é de 5,1.

Esses resultados indicam o quanto a educação de má qualidade aliada à segregação sócio-espacial contribuem para a reprodução da pobreza, assim como podem proporcionar múltiplas vulnerabilidades e dificultar a comunicação efetiva com o contexto da cidade, região, estado, país, conformando a condição de desvantagem social de seus moradores.

Pôde-se verificar que esse fato é um dos mecanismos geradores, a partir dos quais a segregação sócio-espacial condiciona a vulnerabilidade das famílias residentes, aliado a diversificadas situações de vulnerabilidades e recursos, que variam não só em relação à condição socioeconômica dos sujeitos (trabalho/rendimentos e políticas públicas), mas também aos atributos demográficos, condição migratória, ciclos de vida familiares.

Da narrativa de alguns moradores de Custodópolis, foi possível resgatar parte da memória social do local, tanto do passado como do presente. Para os que ali nasceram e cresceram e também para os que chegaram depois, o nível de satisfação com o bairro é elevado (78%), verificado tanto na pesquisa quantitativa (SILVA; JUNCÁ, 2012) quanto qualitativa (entrevistas com as personagens), apesar de elas reconhecerem os riscos e a falta de recursos do lugar.

Identificou-se que, no processo de produção do espaço da cidade, Custodópolis é um território vulnerável em termos de recursos e capacidade de resposta tanto formal (institucionalizada) como informal (pessoas, famílias, comunidade).

5.1.2 Olhar sobre o espaço: a casa

Observou-se que as condições do entorno habitacional aliadas à situação das moradias influenciam na produção e enfrentamento das situações de vulnerabilidades das famílias residentes no bairro. A princípio, a aparência externa da maioria das casas inacabadas e em mau estado de conservação, tão comum à arquitetura popular brasileira, permitiu decodificar Custodópolis como território de pobreza, cujas condições de vulnerabilidades foram identificadas através de características sociodemográficas, que condicionam as situações habitacionais adotadas por seus moradores.

Identificou-se que as habitações refletem noções de diferenciação social relativas à renda familiar, escolaridade, ocupação, ciclo de vida, sexo, raça, religiosidade, além do estilo de vida, manifesto em normas e regras

adotadas por seus habitantes.

Verificou-se, entre as famílias investigadas, insatisfação quanto às condições de habitabilidade e ambiência de suas moradias, sendo as principais demandas a ampliação e reforma, para enfrentamento dos problemas com rachaduras, infiltrações, instalações hidráulicas e elétricas precárias, falta de conforto térmico e luminoso, insalubridade (falta de sistema de esgoto), má distribuição do *layout*.

Essas características comuns, entre as casas observadas, expõem a precariedade das condições habitacionais das moradias populares, não apenas do bairro, pois revelam as péssimas condições de moradia entre os mais pobres e o déficit habitacional do país.

Entre as personagens entrevistadas, identificou-se a esperança de serem contempladas pela política habitacional do município. Contudo, uma preocupação foi revelada: caso sejam contempladas, terem que sair de Custodópolis.

Apesar de reconhecerem alguns problemas do bairro, construíram ali suas territorialidades familiares e comunitárias, cujas casas são pontos de referência das relações que mantêm com a parentela, que, em alguns casos, é também o vizinho.

Identificou-se que a casa é um dos principais mecanismos agregadores das relações familiares e de parentesco. As moradias num mesmo lote ou o improvisado na estrutura da habitação, para agregar membros da família (ex.: filhos, noras, netos), indicaram que características demográficas influenciam as “soluções” habitacionais adotadas. Por sua vez, tal prática de uso compartilhado do espaço tende a produzir outras situações de vulnerabilidades objetivas e subjetivas.

Se há desconforto habitacional, por parte das casas observadas, há conforto psicológico, quando se trata da casa própria, devido à estabilidade que essa condição suscita. Isso não se verificou nos casos das moradias cedidas (em geral por parentes), devido ao caráter de incerteza quanto ao tempo de permanência no local, embora, nesses casos, haja conforto financeiro (livrar-se do aluguel).

Verificou-se a importância que o acesso cedido às casas, como produto da solidariedade para com quem se tem obrigação moral (família, parentes próximos), pode constituir importante mecanismo informal de proteção social para as famílias em condições de pobreza e vulnerabilidades.

5.1.3 Olhar sobre as famílias

A identificação de alguns elementos constitutivos das territorialidades familiares foi possível, através de entrevistas com personagens das famílias de

perfil: nuclear, extenso e monoparental de chefia feminina. Tais perfis foram, ao longo da trajetória familiar destas personagens, alterados, reconfigurados ou superados, o que confirma o pressuposto de que as famílias são constituídas no espaço-tempo de relações determinadas.

O fato é que a família muda com o tempo e o tempo muda a família e foi através desse movimento que se identificaram simultaneidades e diferenças entre os percursos das personagens e alguns dos mecanismos que as tornam mais ou menos vulneráveis.

Dentre estes mecanismos, verificou-se o quanto o ciclo familiar influencia nas condições de vida de seus membros, suscitando investimento diferenciado, em termos de recursos/ativos a serem mobilizados, principalmente nos períodos de infância dos filhos e em situações do tipo gravidez precoce, separações, recasamentos. A noção do homem como “esteio da família” emerge para a mulher, como expectativa de uma vida mais “amparada” por meio do casamento ou “ajuntamento”, que, *grosso modo*, pode ser comparada, a um emprego. A ruptura com tal relação assemelha-se ao sentimento que o desemprego tem para o homem, quando este assume o papel de provedor.

Contudo, a convivência com o sujeito, que encarna o homem-pai, revelou-se adversa, diante da responsabilização ou desresponsabilização do mesmo com relação à paternidade. Assumi-la ou negá-la não depende apenas da falta de recursos materiais, mas das referências que incorporam, quanto ao papel de pai e esposo, cuja noção de masculinidade demonstra centralidade. Portanto, a paternidade biológica, afetiva, legal, civil e/ou moral coloca-se como opção; no entanto, para a mulher, maternidade é sinônimo de responsabilidade.

O que se verificou é que as relações entre homem-pai e mulher-mãe se cruzam por rotas não lineares, marcadas por desigualdades de gênero e sócio-históricas. Entretanto, ambos em suas trajetórias de vida buscam driblar as inseguranças sociais em contextos de oportunidades limitadas. Utilizam os recursos de que dispõem e seguem seus itinerários de proteção, por caminhos diversos, que se cruzam nas ocupações/rendas compatíveis com baixo nível de escolaridade, na solidariedade de parentes, no suporte da fé e/ou prática religiosa e em programas de assistência.

Considerar o conjunto de variáveis que incide sobre as condições de pobreza foi essencial para identificar que a família monoparental de chefia feminina, ao contrário do que se poderia supor, tem se revelado a menos vulnerável entre as entrevistadas. Aspectos referenciados na vivência de ter sido criada somente pelo pai, na conclusão do primeiro grau, e na oportunidade de ocupação no setor de comércio contribuíram para que a Márcia venha desenvolvendo uma capacidade de resposta, frente aos riscos

sociais, mais eficaz do que as de Jussara e Valdete. Estas, se comparadas a Márcia, não dispõem do mesmo patamar de ativos para conter situações de vulnerabilidades intensas, visto que a elas são agregadas outras variáveis como: número de filhos, menor nível educacional, menores salários.

O reconhecimento, na literatura sobre o tema, de que a mulher é quem mais mobiliza os ativos disponíveis e investe os recursos que possuem na família, contribui para explicar os motivos pelos quais a família monoparental de Márcia não é a mais vulnerável dentre as famílias abordadas. Outro aspecto que merece registro é o reconhecimento por parte de Márcia da educação formal enquanto fonte de ativos. Reconhece que o estudo que possui não permitiu alcançar a profissão sonhada, mas é graças a ele que exerce a ocupação de onde tira o sustento da família. Por isso aposta na educação como passaporte para um futuro melhor para seus filhos, fazendo disso seu principal projeto (VELHO, 1994).

5.1.4 Olhar sobre o mercado: o trabalho

Na relação entre nível/qualidade educacional e mercado de trabalho/rendimentos, verificou-se a influência que o “território vivido” em termos de oportunidades, e a baixa escolaridade dos pais têm sobre as condições de reprodução da pobreza e vulnerabilidades entre as famílias pesquisadas.

Escolaridade dos pais, tamanho e estrutura da família, sexo do chefe, idade em que começaram trabalhar e local de residência são algumas das variáveis vistas como determinantes na relação entre baixa escolaridade e trabalho precoce entre as personagens entrevistadas, seus pais e seus filhos. Portanto, três gerações aprisionadas a estruturas de oportunidades limitadas e desprotegidas mostraram-se favoráveis ao círculo vicioso e reprodutor da pobreza.

Através da trajetória de uma das personagens, pode-se observar que houve reedição do circuito ocupacional de sua mãe. Ambas seguiram a rota do trabalho, na área da serventia doméstica. Inicialmente como babás, passando para faxineira até se tornarem domésticas (a “faz tudo”). Para seguirem esse percurso de trabalho, tiveram que abrir mão da escola.

A deserção escolar para ingresso no trabalho precoce apresentou-se como realidade na vida de todas as personagens-entrevistadas. Com baixa escolaridade e qualificação, acabaram tendo escassas possibilidades de mobilidade laboral, percebendo baixos rendimentos e sendo caracterizadas como população de baixa renda, o que as colocam no patamar de uma cidadania questionável.

Isso porque a estabilidade e formalidade laboral são elementos essenciais para a redução das vulnerabilidades ante a pobreza e no caso

das ocupações por elas exercidas, esses elementos não foram incorporados em suas vivências de trabalho, cedendo lugar para práticas informais entre patroa-empregada, em que favores e trocas são estabelecidos, numa barganha entre afetos e produtos (doações diversas) ou em apelos (em geral aceitos) por adiantamento de parte do “salário”.

Mecanismos para enfrentamento das condições de vulnerabilidades, a escola e trabalho, em sua relação simbiótica, são referências imprescindíveis para produção de recursos/ativos, capazes de interferir, na capacidade ou incapacidade de resposta, frente aos riscos existentes (especialmente de reprodução da pobreza). Isso pôde ser observado, nas famílias, pela via contrária, numa confirmação de que a trajetória educacional pode explicar o tipo de inserção, permanência ou ruptura no mercado de trabalho, suas relações com o ciclo vital e condições de mobilidade ou imobilidade espacial.

A escola para as personagens-entrevistadas foi uma “breve passagem”, um ponto de “pausa” (TUAN, 1983), que, no movimento desigual de oportunidades, não foi capaz de agregar benefícios futuros, como dela se pode esperar. Longe das oportunidades de qualificação e emprego, grande parte das famílias do bairro, assim como da cidade e do país, em condições semelhantes, tem nos ganhos de suas ocupações precarizadas uma fonte escassa de recursos, que nem sempre é a principal fonte de ativos da família necessitando percorrer outros itinerários em busca de proteção.

5.1.5 Olhar sobre a oferta de cuidado formal e informal: proteção social

Além das trocas materiais e imateriais praticadas entre parentes, amigos, vizinhos, patrões e colegas de trabalho, pôde-se observar, entre as personagens entrevistadas, que as famílias mais vulnerabilizadas são aquelas que fazem parte da rede institucionalizada pela pobreza, através de programa de Transferência Condicionada de Renda (PBF), mesmo que a monoparental não o seja.

Não contempladas por garantias trabalhistas e previdenciárias, as famílias investigadas têm como principal fonte de oferta e recebimento de cuidados, a solidariedade parental, tão presente na ótica dos quintais.

Sentem-se protegidas também com relação à vizinhança, se não materialmente, quando menos em termos de segurança. Se o bairro é violento e perigoso, o vizinho é aquele com quem se pode contar e em quem se pode confiar. Confiança depositada também na crença que “Deus proverá”.

Na rota entre proteção formal (institucionalizada) e informal (rede primária de apoio), verificou-se que a constituição das territorialidades das famílias pesquisadas aproxima-se da realidade de tantas outras famílias, cujas

variações dependem dos recursos de que dispõem para o enfrentamento de suas necessidades materiais e imateriais.

Tais recursos/ativos, produzidos em contextos de pobreza e segregação econômico-social, espacial e cultural, revelaram-se incapazes para bloquear o círculo vicioso da pobreza e das múltiplas vulnerabilidades que encarnam. Na geografia de oportunidades de um bairro, a escola não deveria ser apenas um investimento em capital social, mas também instituição para compartilhar cuidados, possibilitando à mulher-mãe, mais autonomia para a mobilização de outros recursos protetores.

Isso não se verificou em Custodópolis, tanto enquanto mecanismo de formação de capital social de qualidade quanto instituição de cuidado (filha de uma das personagens entrevistada, não está na creche por falta de vaga). No caso da família monoparental de chefia feminina, pôde-se confirmar o quanto a mulher investe os recursos que possui na família (filhos), sobretudo em alimentação e vestuário. Isso revela que, de fato, a mulher é quem mais oferta cuidados e por isso precisa de amparo.

No entanto, as políticas e programas sociais têm se voltado para crianças-adolescentes, gestantes e nutrizes, não dando devida atenção à mulher-mãe em suas variadas funções, de modo a garantir mecanismos que aliviem sua sobrecarga no seu dia a dia. Vale tomar como exemplo o PBF, que, embora tenha um viés de matricialidade, não possui uma diretriz de gênero.

Não há dúvidas quanto aos benefícios do referido programa na vida das famílias contempladas, sobretudo quanto ao cumprimento da condicionalidade de permanência dos filhos na escola, ainda que estes tenham que ser (afirma uma personagem) “empurrados”. Além da escola, a saúde tem saldo positivo, pois o benefício do PBF é destinado em geral às despesas com alimentação, vestuário e pequenos bens e utensílios do lar.

Entretanto, se não houver investimento na melhoria do ensino e em qualificação profissional, na perspectiva de geração de emprego e renda, aliado a ações de políticas públicas intersetorializadas, tal programa continuará beneficiando as famílias como uma política individualizada, porém incapaz de agregar ativos/recursos para ruptura com as situações de pobreza e vulnerabilidades das famílias e suas futuras gerações.

Na ausência ou insuficiência de proteção institucionalizada, as famílias, encontram-se sobrecarregadas na oferta de cuidados. Entendo que o cuidado familiar e parental deva ser referência fundamental no campo da proteção social, desde que haja entendimento por parte dos formuladores, gestores e executores dos programas e projetos, que a solidariedade privada não substitui a pública e vice-versa, devendo haver complementariedade.

A incorporação de elementos territoriais à política social pode contribuir significativamente para favorecer a eficácia e a eficiência delas.

Para isso, é necessário planejar e executar os programas numa combinação de estratégias, nas quais outras políticas possam convergir para áreas mais segregadas, cuja pobreza seja enfrentada, mediante práticas simultâneas nas áreas de infraestrutura urbana, habitação, educação, saúde, oferta de emprego.

Essas práticas conjugadas tendem a incidir sobre o mercado, o Estado e os recursos/ativos das famílias residentes e a alterar a geografia de oportunidades de territórios pobres e segregados, reconfigurando lugares e pessoas numa perspectiva mais inclusiva.

Referências

- AGIER, Michel. O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia. *Tempo Social*, São Paulo: USP, v. 2, n. 2, p. 35-60, 2. sem. 1990.
- AIRES, P. *História Social da Criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1978. 156 p.
- ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004. cap. 1, p. 24-69.
- ALENCAR, Mônica Maria Torres. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos de 1990 e seu impacto na família. In: SALES, M. A. et al. *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004. cap. 3, p. 61-78.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades In: *Revista da ANPEGE*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Fortaleza, CE, v. 2, n. 2, p. 103-114, set. 2005.
- ALMEIDA, Ronaldo. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 264 p.
- ALVES, Humberto P. da Fonseca. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulista: análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59, jan./jun, 2006.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 338 p.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994. 111 p.
- BANDEIRA, Lourdes. Um país de filhos da mãe. In: THURLER, Ana Liési. *Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil*. Florianópolis: Mulheres, 2009. p. 15-22.

- BARATA, Martha Macedo de Lima (Coord.) et al. Mapa de vulnerabilidade da população do estado do Rio de Janeiro aos impactos das mudanças climáticas nas áreas social, saúde e ambiente: relatório 4: versão final. *FIOCRUZ*, Rio de Janeiro, 2011, 170 p. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/documento/10112/364217/DLFE-40943.pdf/rel_vulnerabilidade.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2011.
- BARCELOS, Jorge Alberto S. Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Edunisc, 1995. p. 40-48.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Trajetórias dos estudos de velhice no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 52, p. 109-132, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/pdf/spp/n.52/a06.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2011.
- BARROS, Raquel Regina M. P. *Habitação Coletiva: a inclusão de conceitos humanizadores no processo de projeto*, 2008. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigitalunicamp.br/document/?code=000434038>>. Acesso em: 10 maio 2010.
- BASSAND, Michel. *L'identité régionale*. Saint Saphorin, Suíça: Editions Georgi, 1981.
- BASTOS, Liliana Cabral. Narrativa e vida cotidiana. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 118-127, 1. sem, 2004.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos da sociologia do desvio*. Tradução de Maria Luíza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 231 p.
- BEM, Arian S. do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 97, 2006. Disponível em: <<http://www.edes.unicamp.br>>. Acesso em: 7 nov. 2011.
- BENJAMIN, Walter. A Imagem de Proust. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. cap. 2. (Obras Escolhidas, 1).
- BENSUSAN, Hilan. Quem pode fugir dos filhos indesejados? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, 2012. Disponível em: <www.scielo.br/php?pid=50104-026X2012000100020&script=sic_artext>. Acesso em: 11 ago. 2012.
- BHABHA, H. *O local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. 241 p.
- BILAC, Elisabete Dória. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: CUNHA, José C. Pinto da (Org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2006. cap. 3, p. 51-65.

- BONDUKI, Nabil Georges. *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais: uma metodologia para avaliar programas de habitação*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2002.
- BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. cap. 3, p. 83-132.
- BONNEMAISON, Joël; CAMBREZY, L. Le Lien entre frontières et identités. *Géographie et Cultures*, Le Territoire, n. 20, Paris: L' Harmattan, 1966. p. 6-15.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.
- BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 319 p.
- BOURDIEU, Pierre. "Que Significa Hablar?": la economía de los intercambios lingüísticos. Madri: Akal. S. A., 1985.
- _____. The kabyle house or the word reversed. In: BORDIEU, P. *The logic of practice*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- BOURDIN, A. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- BRANDÃO, Douglas Queiroz; HEINECK, Luiz Fernando M. Significado multidimensional e dinâmico do morar: compreendendo as modificações na fase de uso e propondo flexibilidade nas habitações sociais. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 35-48, out./dez. 2003.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico. *IBGE*, Rio de Janeiro, p. 1-178, 2000. ISSN 0104-3145. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.org>>. Acesso em: 2 fev. 2008.
- BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregada. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 29, p. 91-109, jul./dez. 2007.
- BUSSO, Gustavo. *La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos*. Santiago de Chile: CEPAL/CELADE, 2001.
- _____. *Vulnerabilidad sociodemográfica en Nicaragua: un desafío para el crecimiento económico y la reducción de la pobreza*. Santiago: CEPAL, 2002.
- BUTTNER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: Christofletti, Antonio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1982. cap. 10, p. 165-194.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. *Lei nº 6.305, de 27 de dezembro de 1996*: institui divisão geográfica da cidade de Campos dos Goytacazes: delimita e denomina os seus bairros. Campos dos Goytacazes, RJ, 1996.

CAMPOS; Flávia. Carolina; GOMES, Cleomar Ferreira. O corpo nos espaços públicos cuiabanos: um estudo etológico de seu comportamento. *Revista Digital*, Buenos Aires, v. 14, n. 133, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd133/>>. Acesso em: 26 ago. 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109-122, jun. 2003.

CARVALHO, Luiza. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 19, n. 57, p. 74-98, 1998.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e políticas públicas. In: A COSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia F. (Org). *Família, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Instituto de estudos Especiais–PUC, 2005. cap. 3, p. 267-290.

CARVALHO, Waldir P. *Campos depois do centenário*. Campos: Damadá Artes Gráficas e Editora, 1991. 406 p.

CASTEL, Robert. A proteção próxima. In: _____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Peleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. cap. 1, p. 47-93.

_____. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a desfiliação. *Caderno CRH*, Salvador, n. 25, p. 19-40, jan./dez.1997.

CERTEAU, Michael de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. (Artes de fazer, 1)

CERTEAU, Michael de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 372 p. (Morar, cozinhar, 2.)

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Tradução de Luiz F. Pimenta e Margareth de C. A. Pimenta. Florianópolis: Editora da UFRC, 1999. 453 p.

COHEN, Simone Cynamon. *Habitação saudável como caminho para promoção da saúde*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências/Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, ENSP, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://teses.icit.fiocruz.br/pdf/cohenscd.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2011.

- COHEN, Simone Cynamon et al. Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 1, n. 12, p. 191-198, 2007.
- COLEMAN, J. *The foundations of social theory*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1994.
- COSTA, Albertina de O.; BARROSO, Carmem; SARTI, Cynthia A. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?. *Cadernos de Pesquisa*, n. 54, p. 5-15, ago. 1985.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-324, jul./dez. 2002.
- CRUZ, Valter do Carmo. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, Amélia C. A et al. *Itinerários geográficos*. Niterói: EdUFF, 2007. p.13-35.
- CUNHA, José Marcos P. da; JACOB, Alberto A. E.; HOGAN, Joseph D.; CARMO, Robert L. C. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: CUNHA, José C. Pinto da (Org). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2006. cap.5, p.143-168.
- CUNHA, José Marcos P. da. Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões decorrentes de uma experiência concreta. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, ALAP, 4, 2010, Havana. Anais... v. 4, p. 1-20, 2010.
- D'AGOSTINHO, Rosanne. Mulher chefe de família é a que trabalha mais, em casa e no emprego, diz Ipea. *UOL Notícias*, São Paulo, 11 nov. 2010. Disponível em: <noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/11/11/mulher-chefe-de-familia-que-trabalha-mais-em-casa-e-no-emprego>. Acesso em: 9 ago. 2012.
- DARDEL, Eric. *L' homme et la terre: nature de la réalité géographique*. Paris: CTHS, 1990. 199 p.
- DARTIGUES, André. *O que é fenomenologia*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973. 163 p.
- DEBRAY, Régis. *Acreditar, ver, fazer*. Bauru, SP: Edusc, 2003. 214 p.
- DELGADO, Lucilia A. N. *História oral: memória, tempo, identidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. 553 p.
- DESPRÉS, C. The meaning of home: literature review and directions for future research and theoretical development. *Journal of Architectural and Planning Research*, Chicago, v. 8, n. 2, p. 96-115, Summer, 1991.

- DESSEN, Maria Auxiliadora; BRAZ, Marcela Pereira. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento do filho. *Revista Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 3, p. 221-231, 2000.
- DEVREUX, Anne-Marie. Não-Reconhecimento paterno, um fato social total. In: THURLER, Ana Liési. *Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil*. Florianópolis: Mulheres, 2009. p. 23-30.
- DIAS, Acácia. B; AQUINO, Estela M. L. Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1447-1458, jul. 2006.
- DOHERTYW; CAMPBELL, T.L. *Families and Health*. Beverly Hills, CA: Sage, 1988.
- DUMONT, L. *Homo hierarquicus*. São Paulo: EDUSP, 1992. 424 p.
- ECKERT, Cornelia. A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre. *Revista Iluminarias*, Rio Grande do Sul: UFRGS, v. 3, n. 6, 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br>>. Acesso em: 26 maio 2010.
- ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 224 p.
- ENGELS, Frederic. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- FARIA, Hamilton. O Desenvolvimento cultural como desafio. *Revista Polis*, São Paulo, n. 36, p. 11-20, 2000.
- FERREIRA, Amauri C; GROSSI, Yonne de S. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. *Economia & Gestão*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 120-134, jan./jun. 2002.
- FLORES, Carolina. Consequências da segregação residencial: teoria e métodos. In: CUNHA, José Pinto da (Org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2006. cap. 7, p. 197-230.
- FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58-78, jan./fev./mar./abr., 1999.
- _____. “Mãe é uma só?": reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Revista de Psicologia USP*, São Paulo: USP-IP, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002.
- _____. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. *Estudos Feministas*,

- Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 13-34, maio-ago. 2004.
- _____. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, maio/ago. 2005.
- _____. CARDARELLO, Andrea. Família e parentesco. In: MORAES, A. C. (Coord.) *Sociologia: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2010. cap. 10, p. 209-230. il. (Coleção Explorando o Ensino, 15).
- FONTES, B; EICHNER, K. A formação de capital social em uma comunidade de baixa renda. *REDES - Rev. Hispana Análises redes Sociales*, v. 7, n. 2, nov. 2004.
- FOUCAULT, Michael. Método. In: _____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1976. cap. 4, p. 88-97.
- FREITAS, Rita de Cássia Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso de Acari. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano 23, n. 71, p. 80-101, set. 2002.
- FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Tradução de Antônio Gonçalves. Coimbra: Almedina, 1980. 275 p.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. 574 p.
- FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 367-376, set./dez. 2005.
- GALSTER, G., KILLEN, S. The geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework. *Housing Policy Debate*, v. 6, n. 1, p. 7-43, 1995.
- GERHARDT, Tatiana E. Itinerários terapêuticos em situações de pobreza: diversidade e pluralidade. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2449-2463, nov. 2006.
- GHON, Maria da Glória M. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008. 168 p.
- GIMÉNEZ, G. Território, cultura e identidades: la región sociocultural: In: BARBERO, J. M.; ROCHE, F. L.; ROBERO, A. *Cultura y región*. Bogotá: Ministério de Cultura. Universidad Nacional. Ces, 2000. p. 87-132.
- GODELIER, Maurice. *Métamorphoses de la parente*. Paris: Fayard, 2004. 678 p.
- GODINHO, Roseli. A. et al. Adolescentes e grávidas: onde buscam apoio? *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 25-35, abr. 2000.

GÓIS, João Bosco Hora. *Família e Proteção Social: notas para um debate*. Niterói, 1993, p. 1-13. Mimeografado.

GOLDSTEIN, Donna. The aesthetics of dominations: class, culture, and the lives of domestic workers. In: *Laughter or place: race, class and sexuality in a Rio Shantytown*. Berkeley: University of California Press, 2003.

GOMES, Cleomar F.; CAMPOS, Flávia Karolina. O corpo nos espaços cuiabanos: um estudo sobre o comportamento etológico em fluxo de grande concentração. In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO Políticas Educacionais: cenários e projetos, 2009, Cuiabá, MG. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt9/ComunicacaoOral/CLEOMARFERREIRAGOMES.pdf>> Acesso em: 24 set. 2011.

GONÇALVES, Leandro Forgiarini. Sobre as intensidades das experiências de lugar: a construção da realidade na prática cotidiana. In: EGAL: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. *Anais...* Montevideo, 2009. Disponível em: <http://www.egal.2009.easyplanners.info/area08/8281_forgiarini_goncalves_leandro.pdf> Acesso em: 15 abr. 2011.

GRINOVER, Lucio. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legitimidade e identidade. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, ano 3, n. 2, p. 29-50, 2. sem. 2006.

GRIPES. *Cidade de palha*: diagnóstico preliminar. Campos dos Goytacazes: [s.n.], 2008. 68 p. Mimeografado.

GUEDES, Simoni Lahud. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais. *Caderno CRH*, Salvador, n. 29, p. 189-208, jul./dez. 1998.

_____. Redes sociais urbanas: casa, família e vizinhança. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. *Anais...* Porto Seguro, BA, jun. 2008. p.1-13.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade*: a rede "gaúcha" no nordeste. Niterói: EdUFF, 1997. 293 p.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: *Território, territórios*: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Lamparina, 2002. cap. 3, p. 17-38.

_____. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2010.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. 434 p.
- HIGUCHI, Maria Inês G. A sociabilidade da estrutura espacial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n. 33, p. 49-70, abr. 2003.
- HISSA, Cássio Eduardo V. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 322 p.
- HOGAN, Daniel Joseph; MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. In: CUNHA, José C. Pinto da (Org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2006. cap. 1, p. 21-50.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. 219 p.
- HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Território*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 76-85, jul./dez. 1997.
- _____. O lugar na geografia humanista. *Território*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.
- JORGE, A. da S. V. *Por onde ando... aonde vou: um estudo sobre itinerários terapêuticos*. 2010. Trabalho Final de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social de Campos, Universidade federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2010.
- JUNCA, Denise C. de M. (Org.) et al. Na saúde e na doença: um retrato do cotidiano das famílias em Custodópolis. In: Denise C. de M (Org.) et al. *Território, vulnerabilidades e família*. Campos dos Goytacazes, RJ: FBPN: FMC, 2012. p. 74-87.
- JÚNIOR, José Alcântara. O conceito de sociabilidade em Georg Simmel. *Ciências Humanas em Revista*, São Luis, v. 3, n. 2, p. 31-40, dez. 2005.
- KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre trabalho infantil? *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 323-350, maio/ago. 2007.
- KAZTMAN, R. *Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social*. México: BID-Birf-Cepal, 2000. (Borrador para discusión, 5) Taller regional, La medición de La pobreza, métodos e aplicaciones. Disponível em: <<http://www.elac.cl/deype/noticias/proyectos>>. Acesso em: 24 out. 2009.

- KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, Fernando. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA, José C. Pinto da (Org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2006. cap. 3, p. 67-94.
- KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. 34. ed. São Paulo: 2009. 320 p.
- LAGO, Luciana C. do. Os sentidos do trabalho na periferia de uma grande metrópole. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2010, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2010. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 8 ago. 2011.
- LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração: a família: santuário ou instituição sitiada*. Tradução de Ítalo Tronca e Lúcia Szmrecsanyi. São Paulo: Paz e Terra, 1991. 252 p.
- LAVALLE, Adrian-Gurza. Crítica ao modelo de sociedade civil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 47, p. 121-135, ago. 1999.
- _____. *Espaço e vida pública: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro*. 2001. Tese (Doutorado em Ciência Política)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.centrodametropole.org.br/pdf/Adrianpdf>>. Acesso em: 18 set. 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1995.
- LEMOS, André. Cultura da Mobilidade. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 40, p. 28-35, dez. 2009.
- LÉVI-STRAUSS, C. *The way of the masks*. London: Jonathan Cape and Thirty Bedford Square, 1983.
- LORETO, Maria das Dores S. de et al. O papel das redes sociais na provisão das necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 10., 2009, Fortaleza, CE. *Anais...* Fortaleza, CE: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.xcbed.ufc.br/arqs/conferencia_loreto.pdf> Acesso em: 7 maio 2010.
- LUCKERMANN, F. Geography as a formal intellectual discipline and the way in which it contributes to human knowledge. *Canadian Geographer*, v. 8, n. 4, p. 167-172, 1964.
- LUIJPEN, Wilhelmus. A. M. *Introdução à fenomenologia existencial*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1973. 400 p.
- MACEDO, Ana Gabriela. *Gênero, identidade e desejo: antologia crítica do feminismo contemporâneo*. Lisboa: Cotovia, 2002. 253 p.

- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, SP: Anpocs, 1996. 218p.
- MAGALHÃES, Rosana. Integração, exclusão e solidariedade no debate contemporâneo sobre as políticas sociais. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 569-579, maio/jun. 2001.
- MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 3. ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003. 194 p.
- MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOGAN, Daniel J. As dimensões da vulnerabilidade. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006.
- _____. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. *Rev. Bras. Estudos da População*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2009.
- MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. Entre muros e rodovias: os riscos do espaço e do lugar. *Antropolítica*, Niterói, n. 24, p. 195-218, 1. sem. 2008.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001. 208 p.
- MARQUES, Eduardo César L. *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. 2007. 182 f. Tese (Livre-Docência)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.centrodametropole.org.br/pdf/2008/redessociaisepobreza.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2011.
- _____. As redes sociais importam para a pobreza urbana? *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 471-505, 2009.
- MARQUES, Eduardo César L. et al. Redes pessoais e pobreza em São Paulo. In: DIAS, L. (Org.). *O uso das redes sociais nas ciências humanas*. Florianópolis: EDUFSC, 2007, p. 1-29.
- MARRE, Jaques Léon. História de vida e método bibliográfico. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, n. 3, p. 89-141, jan./jul. 1991.
- MARTINS, José Souza. *Fronteira*. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. 190 p.
- MARTINS, Paulo Henrique. As redes sociais, a dádiva e o paradoxo sociológico. In: MARTINS, Paulo Henrique; FONTES, B. (Org.). *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*, Recife: EdUFPE, 2004. cap. 2, p. 36-43.
- _____. Ação Pública, Redes e Arranjos Familiares. In: MARTINS, Paulo

- Henrique; FONTES, B. *Redes, práticas associativas e gestão pública*. Recife: EdUFPE, 2006. p.19-50.
- MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea, *Cadernos PAGU*, São Paulo, n. 11, p. 67-75, 1998.
- MATTA, Roberto da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 140 p.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDU. EDUSP, 1974. cap. 4, p. 163-169.
- MAYOL, Pierre. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2: morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. cap. 2, p. 46-56.
- MCPHERSON, SMITH-LOVIN, L.; COOK, J. Birds of a feather: homophily in social networks. *Annual Review of Sociology*, n. 27, 2002.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005. 291 p.
- MELLO, Hildete Pereira de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. *Texto para Discussão*, n. 565, p. 1-34, jun. 1998.
- _____. De criadas a trabalhadoras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 150-162. 2008.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformação. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP; São Paulo: FAPESP, 1999. cap. 1, p. 1-29.
- MERLEAU-PONTY, M. *The phenomenology of perception*. London: Routledge & Keagan Paul, 1962.
- MESQUITA, Wania. Os pentecostais e a vida em favela no Rio de Janeiro: a batalha espiritual na ordem violenta na periferia de Campos dos Goytacazes. *Estudos de Religião*, São Paulo, v. 23, n. 37, p. 89-103, jul./dez. 2009.
- MESQUITA, Zilá P. Reterritorializando modos de ver e sentir. *Jornal ciência geográfica*, Bauru, SP, v. 1, p. 44-55, 1999.
- _____. Do território à consciência territorial. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.); MESQUITA, Zilá P. *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. cap. 2, p. 76-92.
- MIOTO, R. C. T. Família e serviço social: contribuições para o debate. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano 17, n. 55, p. 114-130, nov. 1997.

- _____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A. et al. *Política Social, família e juventude* – uma questão de direitos. São Paulo, Cortez, 2004, 317 p, pt.1, cap. 2, p. 43-60.
- MONTALI, Lília. Família e trabalho na conjuntura recessiva. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 72-84, jan./mar. 1991.
- MORAES, Antonio Carlos R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1997. 138 p.
- MORAES, Carlos A. de S. et al. Mapeamento das vulnerabilidades em curso no território de Custodópolis. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 5., 2012, Campos dos Goytacazes, RJ: UFF, jun. 2012. 23 p. Mimeografado.
- NERI, Marcelo C. Desigualdade de renda na década. [S.l.]: FGV/CPS, 2011, 149 p. Disponível em: <http://www.cps.fgv/cps/bd/DD/DD_Neri_FGV_TextoFim3.pdf>. Acesso em: 17 maio 2011.
- NOVELINO, Maria Salet Ferreira; BELCHIOR, João Raposo. Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2008. Disponível em: <<http://www.abesp.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 3 mar. 2012.
- OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem?: notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ano 12, n. 33, p.49-61, 1997.
- OLIVEIRA, Micheline Ramos de. Uma visita a Georg Simmel: o “conflito” como uma categoria crítica de análise conceitual fundamental para os estudos antropológicos de violência no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, v. 43, n. 2, p. 537-548, out. 2009.
- PARSONS, Talcott. The American Family: Its relations to personality and to the social structure. In: BALES, R. F. (Org); PARSONS, Talcott. *Family, Socialization and Interaction Process*. New York: MacMillan, 1955.
- PARSONS, Talcott et al. *Family: socialization and interaction process*. London: Routledge & Kegan Paul, 1956.
- PAUGAM, S. Fragilização e ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano 20, n. 60, p. 41-105, jun. 1999.
- PAULA, Fernanda Cristina de. Compreendendo o bairro: experiência urbana no Bosque, Campinas (SP). In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. *Anais...* Montevideo, 2009. Disponível em:

- <egal2009.easyplanners.info/área_05/5202- Fernanda-cristina- De-Paula.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2010.
- PAULA, Fernanda Cristina de.; MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOGAN, Daniel. Quando mato vira bosque é porque melhorou, não é?: mobilidades e permanências constituindo territórios urbanos. *GEOgraphia*, Niterói, v. 12, n. 23, jan./jul. 2010.
- PAULA, Fernanda Cristina de. Entre o bairro e o lugar: experiência urbana nos DICS, Campinas. In: COLÓQUIO NACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES, 2., 2007, Salvador. *Anais...* Salvador, 2007.
- PAULA, Juarez de. Territórios, redes e desenvolvimento. In: LAGES, V; BRAGA C.; MORELLI, G. *Territórios em movimento*: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: Sebrae, 2004. cap. 2, p. 73-84.
- PAULA, Tiago de; MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. Memória e experiência no estudo da vulnerabilidade do lugar. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. *Anais...* Montevideo, 2009. Disponível em: <http://www.egal2009.easyplanners.info/area07/7595_DE_PAULA_Luiz_Tiago.pdf>. Acesso em: 26 maio 2010.
- PEREIRA, Ilaina D; OLIVEIRA, Christian D. M. de. Lugar ou Lugares?: a produção discursiva de um bairro metropolitano: Benfica: Fortaleza, CE. *GeoNordeste*, São Cristovão, SE, Ano 20, n. 2, p. 35-55, 2. sem. 2009.
- PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A. et al. *Política social, família e juventude*: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. cap. 1, p. 25-42.
- PETRINI, Giancarlo; FONSECA, R. S. S; PORRENCA, W. Pobreza, capital humano, capital social e familiar: memorandum 19, Belo Horizonte, MG, v. 1, p. 184-197, 2010.
- PIMENTEL, Luisa Gaspar; ALBUQUERQUE, Cristina Pinto. Solidariedades familiares e o apoio a idosos: limites e implicações. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 251-263, ago./dez. 2010.
- PINHEIRO, Zuleika A. Câmara et al. O gênero da casa: percepções masculinas do trabalho doméstico. CONGRESSO BRASILEIRO DE FAMÍLIA E ECONOMIA DOMÉSTICA, 2009, Fortaleza, CE. *Anais...* Fortaleza, CE, 2009. Disponível em: <<http://XX.cbed.ufc.br>>. Acesso em: 5 fev. 2011.
- PINTO, Célia Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. cap. 2, p. 127-150.
- POCOCK, David. C. D. Place and novelist. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 6, p. 337-347, 1981.

- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos-FGV*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Perfil 2005*. Campos dos Goytacazes, RJ: Instituto Superior de Ensino CENSA: FUNDENOR, 2006. 184 f.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Almanaque de Campos*. Campos dos Goytacazes, RJ, 2008.
- PUTNAM, Robert. Social capital: measurement and consequences. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON THE CONTRIBUTION OF HUMAN AND SOCIAL CAPITAL TO SUSTAINED ECONOMIC GROWTH AND WELL-BEING, 2000, Quebec. *Human Resources Development Canada and OECD*, p. 19-21, mar. 2000.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- RAMOS, Frederico; KOGA, Dirce. Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 106, p. 335-364, abr./jun. 2011.
- RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. London: Pion, 1976. 156 p.
- RIBEIRO, Cristina. Família, saúde e doença. o que diz a investigação. *Rev. Port. Clin. Geral*, Lisboa, n. 23, p. 299-306, 2007.
- RICETO, Adilson; SILVA, Vicente de Paulo da. O território como categoria de análise da Geografia. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 9, n. 28, p. 146-152, dez. 2008.
- ROCHA, Ana Luiza C. da; ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. *Revista IluMinuras*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 1-22, 2003.
- _____. APRESENTAÇÃO – A vida social é atualizar reciprocidades. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, v. 43, n. 2, p. 491-499, out. 2009.
- _____. A cidade como sede de sentidos. *Revista IluMinuras*, Porto Alegre, p.1-15, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso em: 19 out. 2010.
- ROCHÉ, Sebastian. *Le sentiment d'insécurité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1996.
- SALEM, Tania. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, Rio de Janeiro: Zahar, n. 4, p. 49-99, 1981.
- SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel; SALATA, André Ricardo. Espaço urbano

- e desigualdade social: efeito vizinhança e oportunidades educacionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://sbsociologia.com.br/portal/index.php>>. Acesso em: 10 nov. 2010.
- SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. cap.1, p. 13-21.
- _____. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Niterói, ano 1, n. 1, p. 7-13, 1999.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SARTI, Cyntia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. 128 p.
- _____. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.
- SAUER, Carl Ortwin. The morphology of landscape. In: LEIGHLY, J. (Org.). *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California Press, 1983. p. 315-350.
- SCHRIJNEMACKERS, Stella Christina. Os significados da casa para as classes médias. In: LUCENA, Célia T.; GUSMÃO, Neusa M. M. de. *Discutindo identidades*. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006. cap. 8, p. 205-228.
- SEABRA, O.; CARVALHO, M. de; LEITE, J. C. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 127 p.
- SEAMON, David. Body-subject, time-space routines, and place-ballets. In: BUTTIMER, Anne; SEAMON, David. *The human experience of space and place*. Nova Iorque: St. Martin's, 1980. p. 148-165.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Record, 2000. 410 p.
- SENNA, Mônica de C. M. et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? *Rev. Katálise*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2007.
- SENNET, R. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. 447 p.
- SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, PR, v. 5, n. 2, p. 9-38, 2000.

- SILVA, Vera Lucia M. da; JUNCA, Denise C. de M. (Org.). *Território, vulnerabilidades e família*. Campos dos Goytacazes, RJ: FBPN: FMC, 2012. 104 p.
- SIMMEL, Georg; MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). Georg Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 34), 1983. p.192.
- _____. *Questões fundamentais da Sociologia*. Trad. Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2006. 119 p.
- SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. *O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras*. Brasília: Ipea, 2009. 41p.
- SOBRAL, José Manuel. Da casa à nação: passado, memória e identidade. *Etnográfica*, Lisboa, v. 3, p. 71-86, 1999.
- SOUZA, Marcelo M. C. A importância de se conhecer melhor as famílias na elaboração de políticas sociais na América Latina. *Texto para Discussão n.º 699*. Rio de Janeiro; Brasília: Ipea, 2000. 17 p.
- SPOSATI, Aldaíza et al. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. São Paulo, 1985. 112 p.
- SPÓSITO, Eliseu Savério. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensaio do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2004. 218 p.
- SYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. In: Maria do Carmo Brant de Carvalho (Org.). *A família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002. cap. 2, p. 23-28.
- TEIXEIRA, Ivan Manoel R. Os fazedores de territórios: migração e ruralidades no contexto urbano. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 1, n. 1, p. 1-12, jul./dez. 2008.
- TELLES, Vera da Silva. Cultura da dádiva, avesso da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 9, n. 25, p. 45-48, 1994.
- _____. *Pobreza e cidadania*. 34. ed. São Paulo: USP, 2001. 167 p.
- _____; HIRATA, Daniel V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007.
- _____. Trajetórias urbanas: fios de descrição da cidade. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006. cap.2, p. 69-116.
- THIOLENT, Michael Jean-Marie. *Metodologia de pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1996. 132 p.

- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 386 p.
- THURLER, Ana Liési. *Em nome da mãe*. O não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: Mulheres, 2009. 366 p.
- TERRA, Denise; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de E.; GIVISIEZ, Gustavo Henrique N. Os municípios “novos ricos” do petróleo são mais solidários com sua população? In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador, BA. *Anais...* Salvador, BA: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/.../coloquio/x-coloquio>>. Acesso em: 15 jul. 2010.
- TORRES, Haroldo da G; MARQUES, Eduardo. POLÍTICAS SOCIAIS E TERRITÓRIO: uma abordagem metropolitana. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 4, p. 28-38, out./dez. 2004.
- TORRES, Haroldo da G.; BICHIR, Renata Mirandola; CARPIM, Thaís Pavez. Uma pobreza diferente?: mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. *Novos estudos*, São Paulo: CEBRAP, n. 74, p. 17-22, mar. 2006.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980. 286 p.
- _____. *Espaço e lugar*: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 137 p.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. cap. 6, p. 189-222.
- VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2007.
- VIGNOLI, J. R. *Vulnerabilidad demográfica*: una faceta de las desventajas sociales. Santiago de Chile: CEPAL, 2000. 79 p.
- VILHENA, Junia de. Da cidade onde vivemos a uma clínica do território: lugar e produção de subjetividade. *Pulsional-Revista de Psicanálise-Clinica Social*, Perdizes, SP, ano 15, n. 163, p. 48-54, nov. 2002.
- VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.
- VITALE, Maria Amália. Famílias monoparentais: indagações. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano 23, n. 71, p. 45-62, set. 2002. Edição especial.

- _____. Famílias: ponto de reflexão. In: BATISTA, Mírian Veras (Org). *Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa,, 2006. cap. 6, p. 73-81. (Coletânea Abrigar, 1).
- WEIL, Simone. *O enraizamento*. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 259 p.
- WILSON, J. *The truly disadvantaged*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- WOORTMAN, Klass. A rede de parentesco. In. _____. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987. cap. 3, p. 149-222.
- ZALUAR, Alba. Oito temas para debate: violência e segurança pública. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 38, p. 19-24, 2002.
- _____. *Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 440 p.



Papel Supremo 250g/m² com laminação fosca(capa)
Offset 90g/m² (miolo)

Tipologia Eurostile (capa)
Arno Pro (miolo)

Formato 17 x 24 cm (com orelhas de 7 cm)

Tiragem 500

Impressão Globalprint Editora Gráfica LTDA - ME.
Tel.: (31) 3198 1100